

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CAROLINA BRANDÃO PIVA

**PAULO PRADO: CAFEICULTURA,
MODERNISMO E POLÍTICA**

Goiânia

2009



Termo de Ciência e de Autorização para Disponibilizar as Teses e Dissertações Eletrônicas (TEDE) na Biblioteca Digital da UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás-UFG a disponibilizar gratuitamente através da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD/UFG, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor(a):	Carolina Brandão Piva		
CPF:		E-mail:	carolbpiva@yahoo.com.br
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo Empregatício do autor	Nenhum		
Agência de fomento:	Capes	Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
CNPJ:			
Título:	Paulo Prado: cafeicultura, modernismo e política		
Palavras-chave:	Paulo Prado; intelectual orgânico; burguesia cafeicultora de São Paulo; modernismo; transformismo.		
Título em outra língua:	Paulo Prado: coffee activity, modernism and politics		
Palavras-chave em outra língua:	Paulo Prado; organic intellectual; coffee bourgeoisie of São Paulo; modernism; transformism.		
Área de concentração:	História		
Data defesa: (dd/mm/aa)	30/03/09		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás		
Orientador(a):	Prof. Dr. David Maciel		
CPF:		E-mail:	macieldavid@ig.com.br
Co-orientador(a):			
CPF:		E-mail:	

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?* total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições:

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação. O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do(a) autor(a)

Data: / /2009

* Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

CAROLINA BRANDÃO PIVA

PAULO PRADO: CAFEICULTURA,
MODERNISMO E POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração

Orientador: Prof. Dr. David Maciel

Goiânia

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

P693p Piva, Carolina Brandão.
Paulo Prado [manuscrito]: cafeicultura, modernismo e política /
Carolina Brandão Piva. – 2009.
226 f. : il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2009.

Bibliografia: f. 222-226.
Inclui índice de tabelas.

1. Prado, Paulo da Silva – Análise histórica 2. Cafeicultura – Política econômica – São Paulo (Estado) 3. Intelectual orgânico - Modernismo 4. Burguesia paulista - Transformismo I. Maciel, David II. Universidade Federal de Goiás, **Faculdade de História** III. Título.

CDU: 94:338:633.73(815.6)

CAROLINA BRANDÃO PIVA

PAULO PRADO: CAFEICULTURA, MODERNISMO E POLÍTICA

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de 2009, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. David Maciel – Universidade Federal de Goiás
Presidente da Banca

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lincoln Secco – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – Universidade Federal de Goiás
Suplente

Impossível não dedicar este ínfimo trabalho sobre Paulo Prado a um outro trabalho, por vezes escamoteado nas páginas da História, mas que foi muito mais grandioso do que a própria empresa cafeeira em expansão durante a Primeira República: o daqueles trabalhadores das lavouras, escravos ou mais tarde imigrantes, e o de todos os outros que cederam seus braços e seu vigor físico, entregaram suas vidas ou deixaram sua morada para labutar, erguer e expandir a produção e a comercialização do café daqueles tempos.

Sem a atuação destes trabalhadores, dos quais a então classe dominante extraiu os últimos suspiros de dignidade e esperança, certamente teríamos muito menos hoje a investigar sobre as conquistas materiais e ideológicas em que se transformou a grande “locomotiva paulista”, em um passado de dominação social, movido à sombra dos interesses dominantes da burguesia cafeeira, interesses materializados pelo trabalho daqueles que, passado tanto tempo, correm sempre o risco de serem legados ao esquecimento.

A eles, e a todos aqueles que, como eu e a grande maioria das gentes deste Brasil, dos nossos vizinhos sulamericanos, da França, dos não muito gigantes Estados Unidos e por aí afora, são obrigados a vender a sua força de trabalho, convertida em muita mais-valia para engordar os bolsos dos exploradores capitalistas, uns poucos munidos das tradicionais estratégia e coerção “balofas e roçagantes”. Aos sempre explorados, enfim, o belo poema de Bertold Brecht – “Perguntas de um trabalhador que lê”:

*Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão os nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída -
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas
da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China
ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A decantada Bisâncio
Tinha somente palácios para seus habitantes? Mesmo na lendária
Atlântida
Os que se afogavam gritavam por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou.*

*O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou, quando sua Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?*

*Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?*

*Tantas histórias.
Tantas questões.*

AGRADECIMENTOS

A sensação que tenho ao concluir esta dissertação, tomo-a emprestada de André, protagonista do conto “Carta a uma senhorita em Paris”, presente no *Bestiário* de Julio Cortázar. Não me comparo a nenhum gênio criador de ficções, com as quais se presenteia uma pequena parcela da humanidade – apenas os que podem ter acesso à leitura literária –, mas me sinto semelhante àquele que, nestas condições, foi-se apropriando da escrita para então vomitar coelhinhos, um por um, em cada uma das partes que, enfim, integram este trabalho final. Finalizada a escrita, expulsos os coelhos, sentimos que eles não nos pertencem mais, somos até alheios a eles, em alguma medida, e os entregamos, em um sentimento pleno de autarquia, a alguém que os possa considerar úteis, necessários, indiferentes, pavorosos ou apreciáveis. No meu caso, isso vem balizado por uma sensação outra, que não exclui a primeira: a de que pouco deve-se a mim mesma o resultado deste processo de expelir os bichinhos, ao longo destes dois anos em que me detive na confecção destas formulações – um rearranjo, na verdade, uma releitura ainda (e sempre) incompleta do que disseram importantes historiadores, críticos literários, ensaístas e propriamente literatos. Os eventuais deslizes aqui presentes, estes atribuo a mim mesma, numa possível ânsia de ver logo concluído o trabalho e sem a necessária medida ou experiência com o labor historiográfico para ponderar os equívocos.

Sem o apoio incondicional de Ana Carolina Neves, que esteve ao meu lado em todos os momentos de produção destas extensas considerações sobre Paulo Prado, muito provavelmente o meu curso de mestrado não passaria dos seis primeiros meses. A sua generosidade para comigo foi imensa: auxiliando-me nas tarefas diárias (para as quais fui deveras atabalhoada em muitos momentos); assumindo trabalhos de revisão em meu lugar, quando precisei enclausurar-me repetidas vezes nos estudos da República do Café; também nos inúmeros instantes de desespero e nas conversas cotidianas em que me corrigia exageros “rococós” na qualificação do meu objeto; escutando-me exaustivamente; e, claro, presenteando-me com a sua revisão final – quando, enfim, ajustamos tudo, ela batendo o pé para não adotarmos a nova ortografia oficial neste trabalho (postura que pode parecer controversa para uma revisora de textos talentosa como ela, mas não o é); com isso tudo

esta dissertação foi amplamente agraciada. A ela, uma mulher austera, quando deve ser, ao mesmo tempo que com justa delicadeza, o meu primeiro e mais importante agradecimento.

A segunda – mas também primeira – pessoa a quem agradeço, enfaticamente, é o professor David Maciel, meu orientador. Em uma de suas idas à minha casa para acertarmos os detalhes finais da *Antítese* – revista de estudos marxistas coordenada por ele e para a qual prestamos, Ana e eu, serviços de edição –, David conversou comigo sobre Paulo Prado, indicou-me as primeiras leituras historiográficas, inseriu-me, enfim, na História – leiga que eu era, vinda de um curso de Letras e de pesquisas no campo da literatura: assumia-me, às pressas, como orientanda de mestrado, mesmo sabendo que teríamos pouco mais de seis meses para tentar levar adiante um projeto de dissertação sobre Paulo Prado que mal havia começado a desenvolver-se. A presteza deste professor, as certas orientações de leitura, as longas horas em que conversamos em sua sala na UFG, por e-mail ou ao telefone, os cortes, os acréscimos, as mudanças de rumo, tudo o que está hoje registrado aqui por meio da escrita devo ao David – um cara sério, competente e talentoso, desses que, sem dúvida, honram o título de doutor e sabem conduzir uma orientação acadêmica como poucos. Ao David, então, a certeza de que foi o principal protagonista deste trabalho.

Também agradeço, e muito, ao professor Élio Cantalício Serpa, o primeiro a me receber na UFG – quando deixei Minas Gerais para cursar em Goiânia o mestrado – e o primeiro e mais importante leitor que tive desta dissertação. Além de pontuar, sempre com muita delicadeza, os acertos e desvios de percurso presentes desde o primeiro artigo que produzi sobre Paulo Prado, ele foi também protagonista de muitas formulações que aparecem aqui sob novo recorte e abordagem: é que, afora as indicações feitas presencialmente, ele me emprestou importantes volumes que me permitiram suprir carências improrrogáveis na elaboração do texto final. Devo ao Élio muito do que consegui articular sobre Paulo Prado e Capistrano de Abreu, o modernismo e o café.

Ao professor Noé Freire Sandes agradeço pelos experientes apontamentos e pela paciência em sugerir-me alguns rumos que a pesquisa não poderia deixar de seguir; ademais, e sobretudo, por ter-me dito o essencial durante o meu exame de qualificação: “Faça no doutorado o estudo aprofundado sobre a tentativa de *revolução passiva* por parte dos paulistas”. De fato, concordamos David e eu que isso mereceria anos a mais de estudo e leituras outras, das quais eu não daria conta para esta dissertação.

À Elaine e à Neuza, sempre ali prestativas na Secretaria da Pós-Graduação em História, agradeço pela prontidão com que me atenderam ao longo destes dois anos em que

estive matriculada no mestrado. Ao professor Eugênio Rezende de Carvalho, coordenador do Programa, agradeço pelo tratamento honesto e transparente dispensado a mim sempre que procurei informações sobre o mestrado ou fui ter com ele em busca de conselhos acadêmicos. Também pela sinceridade e presteza com que conduziu minha transferência de orientador, em julho de 2008.

Faço, ainda, a três outros professores um agradecimento muito especial. À Joana Muylaert de Araújo, que me introduziu nos estudos da melhor literatura e nas discussões centrais da crítica literária brasileira; uma linda mulher, de saber refinado, competência e sensibilidade inalcançáveis, foi ela quem me fez pesquisadora, deu-me de presente uma cópia do *Retrato do Brasil*, que eu não conhecia ainda, sugerindo-me uma pesquisa de mestrado sobre Paulo Prado, e me abriu as portas de sua casa para conversas quantas fossem necessárias, e sobre tudo; se eu pudesse repetir o exemplo de Paulo Prado no tocante ao agradecimento que ele sempre fez a seu preceptor Capistrano de Abreu, diria, como ele, que, se há algum talento de minha parte em ser hoje pesquisadora, isso se deveu, desde o início, à “carinhosa solicitude” da mestra-amiga. Ao Oswaldo Freitas de Jesus, também da Universidade Federal de Uberlândia, tutor do PET/Letras e apoiador de todos os meus projetos acadêmicos; era ele quem tomava a peito as minhas inúmeras participações em congressos e simpósios, acreditando no meu aperfeiçoamento intelectual e arranjando-me todos os meios necessários para que eu conseguisse apresentar as minhas pesquisas. E à professora Vera Chalmers, com quem desenvolvi, ao longo de quase dois anos, estudos sobre Paulo Prado no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp; lembro-me, ainda hoje, dos nossos encontros, das leituras que fazíamos da obra de Rabelais, Leo Spitzer e Auerbach e da sua sensibilidade em me pedir garimpagem acurada no Arquivo Edgar Leuenroth sobre nosso objeto de pesquisa; aquela que também lamentou quando não pude defender o mestrado em Teoria Literária sob sua orientação, dizendo-me para não desistir de meu objeto de pesquisa – haveria eu de encontrar ainda o caminho certo.

Impossível não agradecer, também enfaticamente, àquelas pessoas que acreditaram nesta pesquisa e empreenderam todos os esforços possíveis para que ela chegasse a este momento de defesa. Refiro-me à minha tia-amiga Teresinha Neves, a quem eu não conseguiria retribuir o apoio intelectual e muitos outros ainda, como a abertura de sua aconchegante casa em Araguari para minhas constantes visitas, senão agradecendo-lhe por tudo o que fez por mim desde que nos conhecemos. Ao Neiton de Paiva Neves, que, acreditando no projeto sobre Paulo Prado, tomou a peito a concessão das passagens de

ônibus para que eu viesse fazer as provas de seleção de mestrado, em outubro-novembro de 2006. Ao professor Wolney Unes, interlocutor importante nesta minha estadia em Goiânia e competente editor, aquele que me abriu as portas do Instituto Casa Brasil de Cultura e me deu a oportunidade de ser sua parceira em inúmeras publicações. E a uma amiga muito especial, apesar da pouca comunicação que tivemos ao longo destes últimos dois anos: Alessandra Martins Caixeta, de quem me lembrarei sempre como a linda e talentosa pesquisadora que analisava, naquele sábado à tarde de um ano desses de outrora, o belo poema “O elefante”, de Carlos Drummond de Andrade. Foi ela quem me recebeu em sua casa, não para “almoços faustosos”, mas para muitas conversas sobre literatura e para me apoiar, definitivamente, a vinda para Goiânia.

Para com o meu pai tenho uma dívida enorme: foi ele quem tanto insistiu para que eu me tornasse pesquisadora, correndo atrás de todas as informações possíveis para que eu fosse aprovada no concurso do PET, ainda nas épocas do meu curso de Letras na UFU. À dona Divina e ao seu Stuart agradeço especialmente por todo o apoio ao longo destes últimos anos e por terem-me recebido como filha em sua casa em Araguari.

Agradecimentos especiais também aos professores que gentilmente anuíram em fazer parte da minha banca examinadora, Élio, Noé e Lincoln Secco. E à Capes, que me concedeu, ainda que tardiamente, uma bolsa de estudos sem a qual eu não teria conseguido concluir a escrita deste trabalho, necessário que me era também trabalhar para custear os estudos.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de avaliar a atuação de Paulo da Silva Prado, como intelectual orgânico da burguesia cafeeira de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX no Brasil. Para tanto, o presente estudo se fundamenta na pesquisa de seus textos, na análise de sua atuação como organizador do movimento modernista de 1922, como cafeeiro e como liderança classista. Sob esta perspectiva, o que em síntese propomos discutir em nosso trabalho é a atuação de Paulo Prado como intelectual orgânico inserido em um momento histórico em que sua classe pretendia repor a sua dominação, o que viria balizado por uma atualização da vida social brasileira que, estrategicamente, elegeria uma tríade institucional imprescindível a tal projeto – política, economia, arte-cultura. Para conseguirmos projetá-la devidamente, é necessário compreendermos que Paulo Prado representa um novo intelectual que se define numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, para sermos fiéis aos termos de Gramsci. Como homem de negócios, Paulo Prado foi um empresário do café inserido diretamente na dinâmica econômico-social de sua classe; como modernista, ele esteve engajado na fundação da cultura nacional; e como intérprete da história brasileira, ele se dedicou à reconstrução do passado nacional à luz da consciência histórica de sua classe. Três atividades que só poderão se concretizar de forma plena se forem balizadas por uma atuação que também as englobe plenamente: e é neste sentido que buscaremos comprovar que Paulo Prado foi, sobretudo, um organizador da vida social brasileira.

Palavras-chave: Paulo Prado; intelectual orgânico; burguesia cafeeira paulista; modernismo; transformismo.

ABSTRACT

The aim of this work is to consider Paulo da Silva Prado's practice as an organic intellectual from coffee bourgeoisie of São Paulo during the first decades from 20th century in Brazil. To do that, this research deals with Paulo Prado's texts, an analysis of his practice as the organizer of 1922 modernist movement, as a coffee producer and as a leadership of his class. From this perspective, we propose discussing in our work Paulo Prado's practice as an organic intellectual inside a historical moment in which his class intended to update its domination. It would necessarily suggest a real process of updating Brazilian social life and it would strategically include a triple institution set, which was several important to Paulo Prado's project: politics, economy and art-culture. In order to understand and discuss his project, we should deal with his practice as a constructor, organizer and permanent persuader, to be true to Gramsci's principles. As a business man, Paulo Prado was a coffee producer strongly inside the political and social dynamic of his ruling class. As a modernist, he has been engaged on national culture foundation. And as an interpreter of Brazilian History, he has been dedicated to the cause of national past reconstruction by lighting historical awareness of his class. These three activities could only be recognized and made concrete if they were marked out the boundaries of a practice which also englobes itself entirely. In that sense, we intend to prove that Paulo Prado was especially an organizer of Brazilian social life.

Keywords: Paulo Prado; organic intellectual; coffee bourgeoisie of São Paulo; modernism; transformism.

ÍNDICE DAS TABELAS

TABELA 1 – Principais produtos brasileiros de exportação (1821-1890).....	32
TABELA 2 – A produção de café em São Paulo e a exportação em Santos (1850-1889)....	36
TABELA 3 – Exportações de café (1821-1890).....	43
TABELA 4 – Expansão ferroviária em quilômetros (1854-1929).....	45
TABELA 5 – Composição de classes do Partido Democrático (PD).....	54
TABELA 6 – Propriedades da Companhia Prado Chaves (1906-1909).....	61
TABELA 7 – Resumo da produção intelectual de Paulo Prado.....	122
TABELA 8 – Sumário de censos industriais (1907 e 1919).....	139
TABELA 9 – Manufatura por setores (1919).....	139
TABELA 10 – Estrutura industrial.....	139
TABELA 11 – Os problemas candentes da realidade brasileira.....	202

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	31
São Paulo e a República do Café	
1.1. Consolidação da classe dominante: a burguesia do café e a centralidade da família Prado.....	31
1.1.1. A questão da mão-de-obra: subsídio à imigração estrangeira.....	38
1.1.2. A questão da infra-estrutura de transportes.....	44
1.2. Crises no Império e instauração da República: o “boom” do setor cafeeiro.....	48
CAPÍTULO II.....	68
O moderno, o nacional, o paulista: Paulo Prado, organizador do modernismo de São Paulo	
2.1. Os bastidores da Semana de Arte Moderna.....	68
2.2. O velho e o novo – o nacional.....	87
2.1.1. O itinerário de uma falsa vanguarda.....	102
CAPÍTULO III.....	121
O Intermezzo	
3.1. Os problemas candentes da realidade brasileira.....	121
3.2. A atualização da velha ordem.....	135
CAPÍTULO IV.....	149
A interpretação da história: <i>Paulística</i> e <i>Retrato do Brasil</i>	
4.1. O preceptor para os assuntos de história – Capistrano de Abreu.....	149
4.1.1. De Capistrano a Paulo Prado – exame das correspondências.....	156
4.2. Paulo Prado e sua interpretação do Brasil – o método impressionista.....	165
4.3. Os intelectuais e suas obras – a fonte das idéias sobre o Brasil.....	170
4.4. A primeira obra – <i>Paulística</i> e a tese fundamental do Caminho do Mar.....	175
4.5. A segunda obra – <i>Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira</i>	188
EPÍLOGO.....	199
Do Post-Scriptum de <i>Retrato do Brasil</i> ao Prefácio à 2ª edição de <i>Paulística</i>: vícios, terapêutica e regeneração do país	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	222
Obras de Paulo Prado.....	222
Obras gerais.....	223

INTRODUÇÃO

Foi Carlos Eduardo Ornelas Berriel, em *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado* (2000), quem primeiramente investigou a centralidade de Paulo da Silva Prado na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX, comprovando que a atividade intelectual deste nosso objeto de pesquisa e os projetos artístico-culturais articulados e financiados por ele projetaram-se à sombra da sociabilidade econômica de sua classe, a dos burgueses do café. A importante tese de Berriel, que se desenvolve no campo da Teoria/Crítica Literária, parece não deixar outra alternativa ao pesquisador de Paulo Prado senão o aprofundamento investigativo desta centralidade, que se desdobra em três atuações específicas, centralizadoras de sua carreira profissional: a de empresário do café, à frente da casa de exportação fundada pelo pai; a de principal idealizador, articulador e financiador da Semana de Arte Moderna de 1922 e, por conseguinte, do modernismo paulista; e a de intérprete da história brasileira, com a publicação de seus dois únicos livros: *Paulística*, de 1925, e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928.

Para Berriel, “há na obra de Paulo Prado um elemento que é raro no Brasil: a presença de um corpo de idéias geradas no interior de uma família, idéias que têm continuidade e são desdobradas a partir de um núcleo temático – o que ajuda, neste caso, a configurar sua dimensão oligárquica e aristocratizante” (pp. 17-18). Neste sentido, Paulo Prado firma-se como intelectual na sociedade brasileira dos primeiros idos da República, seguindo uma direção dupla: dando continuidade aos negócios do pai e também a um corpo de idéias com que travou contato através do tio Eduardo Prado e dos intelectuais da Geração Portuguesa de 1870, idéias, segundo Berriel, reelaboradas mais adiante em seus estudos sobre o Brasil.

A idealização e o financiamento do modernismo de São Paulo – também de importantes eventos artístico-culturais –, bem como a (re)edição de obras, a aquisição de documentos e fontes sobre o Brasil e a publicação de seus ensaios históricos, isso indica, para Berriel, que Paulo Prado soube converter as suas aspirações, e as de sua classe econômica, em um projeto ideológico para a nação brasileira, em um momento de auge

histórico para o principal produto brasileiro de exportação, o café. Concordamos, plenamente, com este autor quanto à dimensão oligárquica do envolvimento de Paulo Prado com as “coisas pátrias” – tanto no âmbito do modernismo paulista como naquele referente às suas interpretações da história nacional. O que nos parecia ainda lacunar ao iniciarmos nossa pesquisa eram os desdobramentos da carreira de Paulo Prado, sugerindo que, de um lado, havia o homem de negócios representando a burguesia cafeicultora – neste caso, veremos um empresário atento às principais demandas e oscilações de seu produto, atuando, inclusive, como intermediário de algumas negociações como representante de São Paulo na Comissão de Valorização do Café; e, de outro, o intelectual que investiria na fundação da identidade nacional e daria sua interpretação sobre o Brasil. Parecia faltar um nó que atasse estas duas extremidades, para, juntos, estes dois perfis sugerirem, ao menos, uma vereda mais interessante: que a atividade empresarial de Paulo Prado estivesse atrelada à sua carreira intelectual, projetando-a e sendo projetada por ela, conforme evidencia Berriel, disso não discordamos, mas em que medida se entrecruzariam esses dois perfis? Foi Paulo Prado apenas um intelectual que, ao falar das “coisas pátrias”, falou sempre como empresário do café?

Desdobrando-se, este questionamento se aprofunda: que tipo de intelectual foi nosso autor e qual o alcance de suas formulações? Um intelectual como o fora Eduardo Prado, seu tio, que não se interessava pelos negócios da família preferindo dedicar-se ao estudo do Brasil? Intelectual como o foram também Mário de Andrade e os outros modernistas ao *investigarem* a realidade cultural brasileira, pretendendo *fundar*, a partir de São Paulo, a arte moderna no Brasil? Ou, como assegura Berriel (2000), um intelectual à moda da Geração Portuguesa de 1870?

O que nos pareceu inédito ao iniciarmos a pesquisa sobre Paulo Prado foi que não bastaria, para interpretarmos o seu projeto para o Brasil, fazer coincidir o burguês do café, e seus interesses econômico-financeiros de expansão produtiva, com o intelectual que apenas projeta, à imagem e semelhança desta expansão almejada, o futuro da nação.¹ É como intelectual ou como homem de negócios, ou é no limite tênue dessas duas atuações, que Paulo Prado coopta artistas, intelectuais e empresários para atuarem em favor deste seu projeto?

¹ O que notadamente, segundo Berriel, acontecerá na *Paulística* e no *Retrato*: São Paulo sairia à frente da condução do país por uma série de motivos que explicitaremos no *Capítulo IV* e, neste ritmo, consagraria a classe cafeeira como dona da situação político-econômica nacional.

Ao que parece, estamos diante de uma atividade intelectual distinta: não vemos Paulo Prado apenas como homem de negócios, que, não estando conduzindo a Casa Prado Chaves & Cia, aproveitava para escrever sobre a conjuntura social de sua época ou sobre o passado nacional. Afora isso, também não acreditamos que ele se tenha dedicado, como intelectual, apenas a pesquisas/investigações, exercícios abstratos, eruditos e/ou enciclopédicos, a exemplo de seu preceptor para os assuntos da história brasileira – Capistrano de Abreu; em lugar disso, e para atar as pontas de sua atuação na sociedade brasileira, a nossa hipótese é a de que Paulo Prado foi, antes, um *intelectual da práxis* que, para além da *investigação* da realidade, dedicou-se à *organização* desta mesma realidade, num duplo movimento: de pesquisa e de interferência na vida prática.

Sob esta perspectiva, o que propomos discutir em nosso trabalho é a atuação de Paulo Prado como *intelectual orgânico* inserido em um momento histórico em que sua classe pretendia repor a sua dominação, o que viria balizado por uma *atualização* da vida social brasileira que, estrategicamente, elegeria uma tríade institucional imprescindível a tal projeto – política, economia, arte-cultura. Por trás da tríplice atuação comprovada por Berriel, e para conseguirmos projetá-la devidamente, será necessário compreendermos que Paulo Prado representa “um novo intelectual [que se define numa] *inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’*, já que não apenas orador puro...” (GRAMSCI, 2006, p. 53 – o grifo é nosso). Como homem de negócios, Paulo Prado foi um empresário do café inserido diretamente na dinâmica econômico-social de sua classe; como modernista, ele esteve engajado na fundação da cultura nacional; e como intérprete da história brasileira, ele se dedicou à reconstrução do passado nacional à luz da consciência histórica de sua classe. Três atividades que só poderão se concretizar de forma plena se forem balizadas por uma atuação que também as englobe plenamente: e é neste sentido que buscaremos comprovar que Paulo Prado foi, sobretudo, um *organizador* da vida social brasileira.

* * * *

De ascendência nobre, nosso autor nasceu na capital paulista, no ano de 1869, em “berço de ouro”, como herdeiro de abastada família ligada à propriedade fundiária e à produção de café, ainda em época de escravidão. Nos tempos de infância, a mãe, d. Maria Catarina da Costa Prado, tratou de encaminhar o menino para as melhores escolas da Corte imperial, no Rio de Janeiro, onde ele faria boa parte dos estudos secundários, cuidando

ainda para que sua formação escolar não prescindisse dos estudos de música, dança, artes e línguas estrangeiras. E eis que, ainda na extrema juventude, um fato inusitado também mereceria destaque na trajetória de vida de Paulo Prado: contando pouco mais de vinte anos, veria nascer seu único filho, Paulo Caio, fruto de um breve *affair* com Francisca Chicorro Galvão, filha do visconde de Maracaju. Envolvimentos amorosos à parte – que foram muitos, galanteador que era Paulo Prado, mas sempre com a devida discrição que lhe ficou peculiar –, seria com a francesa Marinette, Marie Lebrun, que ele passaria a viver, décadas depois, e com quem também se casaria posteriormente.

No mesmo ano de nascimento de seu filho, 1890, Paulo Prado partia para a Europa, em longa viagem pelo velho continente, estabelecendo-se sobretudo em Paris, na rua de Rivoli, casa de seu tio Eduardo Prado – autor já a essa época de importantes livros sobre o Brasil e a América na área da História e Política e cuja influência intelectual sobre o jovem Paulo seria de grande importância. Por intermédio de seu tio, nosso autor tornou-se freqüentador assíduo da casa de Eça de Queirós, onde teria contato com um grupo seletivo de intelectuais portugueses e brasileiros, dentre os quais o próprio Eça, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Magalhães de Azevedo, Graça Aranha – que mais tarde seria seu principal aliado na articulação da Semana de 1922 –, José Veríssimo, Domício da Gama, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac e o barão do Rio Branco: aproveitava Paulo Prado para “traîner son dilettantisme”² e pôr-se a par de idéias que logo adiante constituiriam amplo material na composição de suas teses sobre o Brasil. Como nota com devida justeza Ronaldo Vainfas, em prefácio recente à reedição do *Retrato*, na série *Intérpretes do Brasil*, o certo é que “entre viagens, tertúlias e esportes, quiçá extravagantes, Paulo Prado aprimorou e sofisticou sua formação intelectual. Freqüentou no Quai des Grands Augustins a livraria Chadenat, apaixonando-se por livros e manuscritos raros, e iniciou, à distância, sua colaboração no *Jornal do Commercio*, em 1892, escrevendo a coluna ‘Notícias da Europa’. Só retornaria ao Brasil em 1897, atendendo queixa do pai, que o queria ativo nos negócios da família...” (VAINFAS, 2000, p. 6).

O ano era 1897, e Paulo Prado voltava ao Brasil trazendo na bagagem livros, revistas, obras de arte e, naturalmente, grandiosas idéias sobre o passado, o presente e o futuro da nação. Tornou-se, de imediato, gerente da Prado Chaves & Cia., mantendo-se à frente da empresa até o ano de sua morte, 1943.

² Como declararia o próprio Eça de Queirós, em sua vasta correspondência com intelectuais da época (QUEIRÓS, 1983, p. 210).

Quando veio o novo século, com ele vieram também novos episódios de inequívoca importância, conferindo-lhe prestígio e ampliando-lhe a fortuna. Envolver-se-ia com política o então chefe da Casa Prado, e sempre no tocante à defesa da cafeicultura brasileira: de 1913 a 1916, representou o Estado de São Paulo na Comissão de Valorização do Café e, nessa posição, negociaria com o então ministro francês Paul Claudel, a venda de 2 milhões de sacas de café à França, transação que o fazia signatário, com Claudel, de convenções entre o Brasil e os Aliados na Primeira Guerra e lhe renderia a condecoração, em 1918, pelo governo francês, da Legião de Honra. Mas disso o então presidente do Brasil Epitácio Pessoa não haveria de gostar: considerou Paulo Prado um “intruso nas negociações”, obrigando-o a apresentar dossiê explicativo ao governo central, que seria publicado, sob o título “O Convênio Franco-Brasileiro”, n’*O Estado de S. Paulo* em 22 de maio de 1920.

Ainda em fins da década de 1910, iniciava Paulo Prado sua atividade de mecenas da arte moderna e aproveitava para recolher farto material sobre o passado nacional. Adquiria obras raras sobre o Brasil, manuscritos, ofícios, publicações historiográficas, ia, enfim, compondo seu precioso acervo. De mais a mais, cuidou em ocupar as principais salas do recém-inaugurado Teatro Municipal de São Paulo, obra do pai Antônio Prado como prefeito da capital paulista: e inaugurava-se uma série de concertos, exposições, performances e encenações teatrais, tudo tendo por cerne o “incentivo à arte moderna”.

Uma década mais tarde, nos áureos anos 20 – para o café e para a arte brasileira, ambos guiados pelo carro-chefe da família Prado –, Paulo Prado daria prosseguimento ao seu projeto maior, e tudo então se convertia na *organização* de um movimento cultural e artístico que haveria de ser, segundo seus próprios epígonos, o responsável pela *fundação* da nova brasilidade, e mais: por conferir inexpugnável prestígio a nosso autor, do qual ele certamente se valeria quando, passada a Semana de 1922, fosse lançar, ainda na década de 1920, suas duas únicas obras historiográficas.

* * * *

Costuma-se até hoje, nos meios acadêmicos, dedicar pouca ou nenhuma atenção à obra de Paulo Prado e à sua atuação na vida social brasileira das primeiras décadas da República. Raríssimos são os trabalhos de mestrado e doutorado que se detêm em reconhecer, para além do mecenas da Semana de Arte Moderna, o cafeicultor cuja empresa alcançou, guiada por suas “mãos firmes”, o título de maior casa nacional de exportação de

café, em Santos; e também o intelectual que “tomou a peito” a organização do modernismo paulista principiado em 1922, iniciando, logo em seguida, a tarefa de reinterpretar a história brasileira. Encontramos vez ou outra, isto sim, referências à atuação político-econômica de seu pai, o conselheiro Antonio Prado – sobre quem também falaremos aqui – e à atividade intelectual de seu tio Eduardo Prado, autor d’*A ilusão americana* (de 1893). Muito esporadicamente, deparamo-nos também com trabalhos que cotejam o intelectual Paulo Prado e seu projeto para o Brasil com outros intelectuais e seus respectivos projetos, a exemplo da recente dissertação de mestrado no campo das Ciências Sociais de que tivemos notícias já no último quarto de mês de nossa pesquisa, quando já concluíamos nossos apontamentos sobre o autor.

Trata-se da *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*, defendida na PUC-SP em 2008 pela pesquisadora Yara Rodrigues de Andrade, sob orientação do professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. Mesmo não nos tendo sido possível examiná-la com a devida justeza, compreendemos que o objetivo da referida pesquisa é destacar e cotejar o trabalho de dois estudiosos das coisas e causas nacionais, averiguando até que ponto as doutrinas européias exerceram influência sobre as reflexões de ambos os ideólogos em sua tentativa de construção projetiva do país. Nessa medida, a autora do trabalho vê inicialmente Paulo Prado como um intelectual “pouco engajado” às causas nacionais – em suma, por ter tido nosso autor formação intelectual no estrangeiro, onde teve contato com o fremente cosmopolitismo das grandes metrópoles –, o que aqui pretendemos refutar, e enfaticamente. Por outro lado, a referida dissertação tem bons rasgos interpretativos ao analisar o *Retrato do Brasil*, uma obra, segundo ela, dedicada ao estudo do passado colonial e às origens raciais e culturais do brasileiro, em consonância com as doutrinas científicas prevalentes em sua época: “é possível apreender – diz-nos Yara Rodrigues de Andrade – que nação para Paulo Prado era muito mais do que mera organização social e política. Significava a consciência dos fatos históricos de um povo, o conhecimento geográfico de suas limitações de território, aliados ao princípio cooperativo, à disciplina e à religião. No caso do Brasil, some-se ainda, a importância da fusão das ‘três raças’ resultando num novo tipo étnico” (ANDRADE, 2008, pp. 39-40).

À exceção, portanto, da tese de doutoramento de Carlos Eduardo Ornelas Berriel, defendida na Unicamp em 1994 e publicada pela Editora Papyrus em 2000, dedicada inteiramente à obra de Paulo Prado e a analisar de maneira mais articulada a sua atuação no contexto da Primeira República – ainda que sem proceder a uma profunda observação das

transformações e contradições históricas que se processavam no momento mesmo desta atuação –, em resumo, todos os demais trabalhos a que tivemos acesso preliminar durante a pesquisa indicam um abismo de olhares investigativos sobre este nosso objeto: são poucos os artigos e ensaios que remontam, quase sempre de maneira panorâmica, a atuação de Paulo Prado no contexto a que esteve fortemente arraigado, a importante década de 1920 – para o café, a arte moderna e os estudos históricos sobre o Brasil.

Como adiantamos, interessa-nos aqui não a constatação de que Paulo Prado foi o carro-chefe dos negócios da família Prado desde que retornou da longa temporada na Europa, em 1897, cuidando para que o café da Casa Prado Chaves atingisse níveis cada vez mais altos na balança comercial brasileira, mas o fato de que, por trás desta atuação decisiva como empresário, astuto cafeicultor que ele era, havia, sobretudo, uma pujante manifestação da burguesia cafeicultora paulista no fomento e na determinação de idéias sobre o Brasil, tão caras à Primeira República brasileira quanto essenciais ao futuro da “nova” nação projetada, em vias de ser (re)construída a partir de São Paulo.

Neste caso, não poderiam ficar ausentes desta nossa pesquisa as formulações de Décio Saes (1985), que investigou, com a devida competência, as transformações quantitativas operadas num momento histórico específico – o da passagem do Império à República –, no âmbito da estrutura do Estado brasileiro, não deixando de reconhecer e analisar a presença de diferentes classes sociais e frações de classe nesse processo de transformação política. Em sua *Formação do Estado burguês no Brasil*, o autor deixa-nos importante contribuição sobre a formação das novas relações de produção, das novas formas de divisão do trabalho, das novas classes sociais e da nova ideologia dominante – em larga medida relacionadas à própria trajetória de crescimento econômico dos grandes cafeicultores de São Paulo e, naturalmente, da ascensão experimentada pela casa de exportação de que esteve à frente primeiro o conselheiro Antônio Prado e, depois, o seu primogênito Paulo. Tudo isso faz jus, no referido trabalho de Saes, a uma assertiva preliminar: o processo de formação do Estado burguês no Brasil se estendeu, essencialmente, de 1888 a 1891, pois nesses anos formou-se um aparato estatal de novo tipo, baseado no Direito e no burocratismo burgueses, capaz de favorecer institucionalmente o desenvolvimento das relações capitalistas de produção e, por sua vez, a dominação burguesa. Portanto, ainda não se trata do estabelecimento da típica relação capital-trabalho baseada no “surgimento e difusão da grande indústria (fábrica/máquina), na formação e desenvolvimento da burguesia industrial e do proletariado” (SAES, 1985, p. 182), mas da “estruturação da ideologia jurídica burguesa”, que configura uma revolução

política, necessária ao processo de passagem ao capitalismo e à generalização da separação entre propriedade dos meios de produção e propriedade da força de trabalho.

Todos estes esforços investigativos dos processos e relações históricos na Primeira República coadunam, também, a nossa tentativa de esboçar a atuação da família Prado no período que chamamos *A República do Café*. Investigaremos, por exemplo, as novas relações de trabalho nas propriedades fundiárias, competindo com a formação e o estabelecimento de um novo sistema de dominação no país; a reconfiguração das práticas da nova ordem política assumidas em favor do café; a centralidade de São Paulo no desenvolvimento econômico brasileiro; os esforços dos fazendeiros paulistas para montarem, às pressas, uma infra-estrutura minimamente necessária à expansão cafeeira, ancorada, em larga medida, na construção de novas vias férreas para o escoamento da produção; os índices de exportação e as constantes oscilações do preço do café, tudo isso balizaria a atuação da burguesia cafeeira paulista, seu envolvimento com assuntos da política nacional, suas solicitações ou insatisfações junto ao governo central e, naturalmente, somada a isso, uma questão de extrema importância: o pouco interesse que tinham inicialmente os latifundiários de São Paulo quanto à extinção legal da força de trabalho escrava. Se o fizeram, instituindo a política de atração de imigrantes europeus para as lavouras, foi antes em função de uma conjuntura mais ampla, que, de um lado, pautava-se nas pressões da Inglaterra para o fim do tráfico negreiro e, de outro, na demanda excessiva de mão-de-obra, dentro e fora das lavouras, combinada à escassez ou ao encarecimento da força de trabalho escrava, para a consolidação de uma estrutura que permitisse ampliar a produção e exportação do café.

Prosseguindo em nossas investigações, abre-se outro importante parêntese para a família Prado e sua incontestada participação como uma das principais produtoras e exportadoras do café brasileiro ao estrangeiro. Neste caso, contamos com as contribuições da única pesquisa de fôlego realizada até hoje no campo da História que, além de apresentar amplo leque de documentos, fontes, mapas, levantamentos estatísticos e de trabalhos publicados pelos Prado, cuida em evidenciar a pujança desta família, ao longo de décadas, a começar ainda no regime imperial e estendendo-se por toda a Primeira República, no âmbito das transformações políticas, econômicas e culturais por que passou o Brasil nessa ocasião. Trata-se do livro *A família Prado*, do estadunidense Darrell Erville Levi, então professor de História da Florida State University à época da publicação da obra (1977). À constatação preliminar de que “os fazendeiros paulistas tiveram que ultrapassar dois sérios obstáculos às promessas oferecidas pela abundância do solo rico e clima ideal

da província: a transição do trabalho escravo para o livre e a falta de transporte adequado”, Levi acrescenta que “ao unir terra, trabalho e capital, os Prado tornaram-se importantes exemplos dessa classe empresarial fazendeira que emergiu em São Paulo” (LEVI, 1977, pp. 159-160).

Também nos interessa uma outra questão: a atuação política de Antônio Prado, primeiro no Império – como deputado, senador e ministro da Agricultura – e, mais tarde, como prefeito da cidade de São Paulo por quatro mandatos consecutivos, de 1899 a 1911, época em que o conselheiro acumulava cargos diretivos de inúmeras empresas: o Banco do Comércio e Indústria, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Vidraçaria Santa Marina, o Curtume Água Branca, o Frigorífico Barretos, além do Automóvel Clube e de outros negócios imobiliários no Guarujá-SP. Em síntese, os Prado – tendo inicialmente à frente o conselheiro, que deixaria como herdeiro o filho Paulo – foram líderes nos primeiros estágios da *modernização* de São Paulo, sectários de esforços *modernizantes* incontestáveis: “uma abertura à influência estrangeira, combinada à consciência das forças e dos limites do ambiente nacional deram aos Prado uma visão cultural que [...] forneceu um útil quadro de experiências para a luta com os problemas de uma sociedade que passava por sérias mudanças. A adoção dos valores capitalistas, que salientavam os lucros, a acumulação de capital e o investimento, o valor do trabalho, o oportunismo, a agressividade e a inovação [...] permitiram à família desempenhar um importante papel especialmente importante na modernização econômica de sua região” – afirma-nos Levi (idem, p. 314).

Ao creditarmos aos Prado a tarefa de *atualização* da capital paulista, pretendendo estendê-la ao restante do país, sempre à sombra da situação oligárquica da Primeira República, tentaremos comprovar que se trata antes de uma tentativa de *reposição da dominação* desta mesma classe dominante, a dos burgueses do café: esta será, inclusive, a justa medida do esforço maior de nosso autor, em sua tentativa de *atualizar* a arte-cultura brasileira, organizando a Semana de 1922 e o modernismo paulista; em seguida, de levar a público seus artigos mais “políticos”, dedicados aos “problemas candentes da realidade brasileira (fase que aqui denominamos *Intermezzo*); e, mais tarde, de reinterpretar a história nacional, com a publicação de seus dois únicos livros: *Paulística*, em 1925, e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, em 1928.

Trabalharemos, neste sentido, com dois outros conceitos gramscianos – *hegemonia* e *domínio direto* – para perscrutarmos a atuação de Paulo Prado e o seu projeto para o país. Mesmo que observemos em nosso autor uma *perspectiva hegemônica* para o

aperfeiçoamento da *dominação social* da classe dominante a que estava arraigado, não podemos afirmar que ele fosse o representante de uma classe que detinha *hegemonia* sobre a sociedade brasileira da Primeira República. Hegemonia existia, inegavelmente, sobre as classes aliadas e o bloco no poder, mas ela não se estendia, ao nosso ver, junto às classes dominadas. Noutros termos, a centralidade dos paulistas do café – representada durante a década de 1920 por Paulo Prado –, não prevendo a incorporação dos anseios das classes subalternas (ou seja, não estando disposto a fazer-lhes concessões materiais e ideológicas), deixava escapar a chance de conferir à sua classe a condição de *hegemônica*. Para Gramsci, quando inexistente a hegemonia – isto é, a *prevalência* da classe dominante sobre o bloco no poder e sobre as classes dominadas, estendendo-se a dominação tanto sobre a *sociedade civil* quanto a *sociedade política* (dois conceitos que também trabalharemos aqui) –, a dominação social é garantida por meio do *domínio direto*: “um sistema de dominação que se revela em sua agudeza, baseado, principalmente, na sociedade política, no ‘governo dos funcionários’, sem a mediação do consenso ativo”.

Transposto ao contexto brasileiro da Primeira República, o instrumental teórico de Antonio Gramsci é de grande valia para manejarmos o *transformismo* empreendido pela burguesia paulista. Ao analisarmos o empenho das classes dirigentes no Brasil a essa época em “modernizar”, “transformar o país”, tentaremos perceber que não havia qualquer tentativa por parte dessas classes dominantes de levar a cabo uma transformação radical das estruturas sociais do país; tratava-se, antes, de promover modificações parciais, nas quais não se agregou nenhuma parcela significativa da reivindicação das classes populares – melhorias nas relações de trabalho, na distribuição da renda, nas condições de saúde, habitação, educação e lazer, para ficarmos em apenas algumas que seriam imprescindíveis.

Quando, por exemplo, Paulo Prado arriscou sua fortuna e seu prestígio para lançar um movimento cultural e artístico que “remodelaria as consciências nacionais”, promovendo-lhes o devido saneamento intelectual de que necessitavam para sintonizarem-se com a modernidade, nada mais fez do que tentar *restaurar/atualizar*, a partir da congregação do velho e do novo, do arcaico e do moderno, o modelo de dominação social iniciado ainda no Império por sua classe de origem. Dito de outra maneira: conduzir a *modernização* da cultura e das artes nacionais, tendo como subsídio a combinação das tradições rurais das fazendas de café com novos parâmetros advindos da era da máquina e da velocidade, significava apenas reiterar uma tentativa de reposição da dominação burguesa por parte daquela classe dominante a que pertencia o nosso autor.

Nestes termos, quando conjecturamos a centralidade de Paulo Prado no interior da sociedade brasileira, pensamos imediatamente na condição de ideólogo de sua classe, para a qual ele elabora uma interpretação do passado e projeta uma perspectiva de futuro. Neste caso, o leque de transformações que ele sugere para o país – para que, enfim, fossem resolvidos os “problemas candentes da realidade brasileira” – coadunará, em suas duas obras historiográficas, o seu “grito raivoso” fazendo frente aos desafios que se apresentavam à burguesia cafeeira. É Paulo Prado, portanto, quem faz a ponte entre o passado, o presente e o futuro e assume a condição de vanguarda de sua classe, dirigindo-a no sentido dos seus interesses projetivos, interesses dos quais, em larga medida, parece que nem ela mesma tinha plena consciência.

* * * *

Lançaria o nosso autor, em 1925, o livro *Paulística*, uma reunião de ensaios publicados n’*O Estado de S. Paulo* entre 1922 e 1925. O fio condutor sugestivamente estratégico das conclusões a que chega Paulo Prado não poderia ser outro: a superioridade do paulista, único povo capaz de guiar a nação brasileira, considerando o seu passado de isolamento e glórias, o presente de crescimento econômico e a projeção de um futuro de conquistas. A localização deste ideal de superioridade ainda no período imperial é de grande monta: em 1887, São Paulo veria crescer a idéia de que representava, ao menos deveria representar, sozinho o país. Neste caso, as contribuições da pesquisadora Cássia Chrispiniano Adduci são muito relevantes. Em *A “pátria paulista”: o separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro*, recuperaremos, dentre outros, o embate intelectual iniciado ainda no século XIX em favor do tão almejado estabelecimento da “modernidade cultural” brasileira. Tais debates não prescindem de um importante levantamento das principais visões sobre o Brasil: Sílvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Alberto Sales, Martim Andrada, Francisco Eugênio Pacheco e Joaquim Fernando de Barros, todos eles – e outros mais – tinham, cada qual à sua maneira, idéias sobre a nação brasileira, em um contexto no qual o país atravessava um período de crise. Ora, no final do século XIX, a Monarquia e a escravidão ruíam, exigindo novas soluções para a questão da mão-de-obra e das relações de trabalho, e, neste sentido, não tardariam as teorias que deveriam sintonizar o Brasil com as correntes de pensamento modernas, com perspectivas científicas, jurídicas ou simplesmente contábeis sobre o povo brasileiro, concebido a partir da combinação de raças desiguais.

Necessário recuperar muitas dessas formulações, sobretudo porque *Paulística* e *Retrato do Brasil* também recuperam pontualmente tais posicionamentos. Em sua segunda obra – *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (de 1928) –, Paulo Prado se dedica não mais apenas a São Paulo, mas ao Brasil: recuperam-se, de maneira mais extensiva, as formas de exploração deletéria do território brasileiro pelos portugueses, desde a época do Descobrimento. Neste caso, práticas deletérias como a luxúria e a cobiça são remontadas para sugerir que a mestiçagem (branco-índio-negro), da qual – lembremos – esquivou-se o paulista, fundara a causa da nossa *tristeza*. Trocando em miúdos, Paulo Prado prepara o terreno de vícios e desonras para afirmar, logo adiante, a posição vantajosa de São Paulo em relação ao resto do Brasil. E mais: nesta tentativa de esboçar a constituição racial do brasileiro – nada ingênua, reiteremos –, sobressai também a admoestação das atividades econômicas aqui desenvolvidas desde os prelúdios – a exemplo do cultivo da cana-de-açúcar nas regiões do Norte, do algodão, do cacau, etc.

Afinal de contas, o *retrato* de corpo inteiro da burguesia cafeeira paulista, vemo-lo em todos os escritos de nosso autor e, ainda, em todas as suas tentativas de repor a dominação de sua classe, um grito desesperado, talvez, de um representante da “alta classe” que não cessava de prever alguma “tempestade à vista”.

* * * *

Iniciamos o *Capítulo I* trazendo à baila os principais episódios do que chamamos *A República do Café*. Este será o momento de focar São Paulo como carro-chefe da economia brasileira nos primeiros idos da República e também de perscrutar a atuação da família Prado como principal produtora e exportadora do café que se produzia em território nacional no decênio 1920-1930. Oportunidade, então, para articularmos as leituras feitas sobre o período, necessariamente ancoradas nos estudos de importantes historiadores e/ou cientistas sociais como Boris Fausto (1985; 1987; 1997), Joseph Love (1997), Warren Dean (1997) e outras fontes de pesquisa das quais obtivemos, além das formulações sobre os primeiros anos da República brasileira, importantes levantamentos estatísticos sobre o café, o Estado de São Paulo e a burguesia cafeeira paulista.

Feito isso, o *Capítulo II* se dedicará a avaliar Paulo Prado em estreita relação com o movimento modernista que rebentou em São Paulo nos primeiros anos da década de 1920, não apenas patrocinando eventos, publicações de obras, permanência de artistas estrangeiros no Brasil, divulgações de ensaios e artigos elogiosos ao movimento que

marcaria época na Paulicéia, mas sobretudo: um Paulo Prado preocupado em converter as “livres elucubrações” de um grupo de artistas e intelectuais paulistas em debates candentes sobre a realidade brasileira. Sobressaem nesta parte, relatos e análises sobre a Semana de Arte Moderna, as concepções de arte para os modernistas, a “ruptura” que estes propunham, a questão do velho e do novo e, ainda, importantes apontamentos sobre uma tríade conceitual para a qual buscamos esclarecimento no trabalho de Marshall Berman (*Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, publicado pela Companhia das Letras em 1987): *modernidade, modernização e modernismo*.

O *Capítulo III* será dedicado a um período importante na carreira de Paulo Prado: o que se estende de 1922, passada a Semana, até 1925, ano em que ele publicou sua primeira obra. Tal período aqui chamaremos de *Intermezzo*, e neste caso aparecerão tanto um levantamento de todas as publicações de nosso autor, para que melhor acompanhem sua trajetória intelectual, como também indicações sobre o seu projeto maior: a tentativa de *atualização* das estruturas sociais do Brasil, balizada pelo reforço, tanto quanto possível, da necessária defesa do café e da causa paulista, a de sua superioridade.

No *Capítulo IV*, dedicaremos plena atenção às duas únicas obras de estudos históricos que assinou Paulo Prado: *Paulística*, de 1925, e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928. Pretendemos lançar luz, em especial, sobre as teses fundamentais de nosso autor e sobre as suas projeções para o Brasil, não deixando escapar a evidência de sua principal atuação na sociedade brasileira, após todas as pesquisas que realizamos até o momento: Paulo Prado não pode ser considerado apenas articulador e mecenas do modernismo, tampouco um historiador de carreira. Para além disso, foi o nosso autor um *intelectual orgânico*, que atuou também na *práxis*, e isso tentaremos reforçar neste capítulo, a partir de uma discussão mais ampla acerca de alguns conceitos gramscianos, alguns dos quais já mencionamos páginas acima: Estado (ampliado e restrito), sociedade civil e sociedade política, hegemonia e domínio direto, transformismo e, naturalmente, o de intelectual orgânico.

Trazemos, por fim, um *Epílogo* dedicado a analisar mais de perto uma intencionalidade última de Paulo Prado: a de reeditar *Paulística* em 1934, passados seis anos da primeira publicação de *Retrato do Brasil*, em uma conjuntura especialmente singular para São Paulo: crise mundial (iniciada em 1929), Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e a constitucionalização do Governo Vargas, em 1934. Este será o momento de acompanharmos as palavras que encerram a segunda obra de nosso autor, localizadas no “Post-Scriptum” do *Retrato*, e as novas palavras ditas no

interessantíssimo prefácio à segunda edição de *Paulística*: teria sido Paulo Prado adepto da causa separatista, como acredita Berriel (2000), ou esta teria sido uma questão à margem de seu projeto de país? Aproveitaremos o ensejo deste debate para trazermos notícias aos leitores de dois periódicos de São Paulo com os quais esteve envolvido o nosso autor: *Terra roxa e outras terras* e *Revista Nova*, ambos muitíssimo aplicados em reiterar a divulgação da tese sobre a superioridade paulista – a “paulistinidade”, como nos lembra a pesquisadora Fabíola Picoli, de cuja dissertação de mestrado nos servimos fartamente nestes últimos momentos da pesquisa.

Encerramos este trabalho com breves *Considerações finais*, momento em que retomaremos nossas intenções preliminares de pesquisa, aqui anunciadas, e acertaremos as contas com as promessas feitas, cumpridas ou não, ao longo destes dois anos de mestrado.

* * * *

Minhas primeiras formulações sobre Paulo Prado aconteceram há exatos nove anos, durante minha formação acadêmica no curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia. Na ocasião, estudávamos – Joana e eu – a obra completa de importantes ideólogos da cultura brasileira ou historiadores e críticos literários, a exemplo de Manoel Bonfim, Silvio Romero, José Veríssimo, Araripe Jr., Silviano Santiago, Antonio Candido e Roberto Schwarz. Pretendíamos reavaliar o cânone literário brasileiro, do século XIX ao XX, e para isso iniciamos um projeto de pesquisa a partir do qual fui tendo contato com obras de expressiva relevância no estudo das coisas pátrias.

Era uma pesquisa no campo da literatura e da cultura brasileira, e continuou sendo até mesmo quando fui orientada pela Vera, na Unicamp. Estudávamos a relação de Paulo Prado com o modernismo paulista da década de 1920, e foi justamente a partir dessa relação que me veio, mais tarde, a idéia de dar continuidade à pesquisa no campo da história, impossível que me parecia negligenciar os ensaios históricos deste autor, publicados imediatamente após a Semana de Arte Moderna, e toda a sua carreira como homem de negócios, à frente da Casa Prado Chaves & Cia. Só mesmo uma pesquisa histórica daria conta de avaliar uma tríplice atuação na sociedade brasileira que fui percebendo à medida que aprofundava as investigações: cafeicultor, modernista e intérprete da história nacional, estas as três pontas que eu precisaria atar para, enfim, tecer um quadro mais interessante da centralidade ocupada por Paulo Prado durante a Primeira República no Brasil.

Precisei aprender como fazer uma pesquisa historiográfica – e nisso o David foi meu grande preceptor –, porque a minha experiência investigativa e todos os referenciais teóricos a que me dedicara até então tinham, essencialmente, o enfoque da crítica literária e da literatura. Não sei se consegui alcançar com competência este objetivo fundamental: foi preciso “penetrar a selva escura da história brasileira” e entender, em especial, as principais diferenças de método e linguagem. No tocante a esta última, peço inicialmente desculpas aos meus leitores: sei que a redação final desta dissertação, apesar das incansáveis revisões de meu orientador, ainda vem repleta de cacoetes típicos de um estudo literário, muito embora eu tenha-me esforçado bastante para conduzi-lo como estudo histórico. É que, na tentativa de confluência entre estas duas áreas do conhecimento, optei por estabelecer uma *trama* – necessária, ao meu ver, tanto à história como à literatura e que aqui vem essencialmente balizada por um hábito antigo: o de uma escrita a partir do relato, que não prescindia de extremada atenção aos fios condutores da *história* elaborada e aos elementos todos de coesão. E isso sem deixar de focar em muitos momentos, às vezes exaustivamente (como no *Epílogo*), o *texto* – procedimento típico da pesquisa literária –, tampouco de me dedicar ao *contexto* – no levantamento de fontes e documentos cruciais à pesquisa historiográfica. Juntos, *texto*, *contexto* e *trama* são o fio condutor da trajetória que procurei esboçar sobre Paulo Prado, sobre sua família de cafeicultores paulistas, sobre a própria burguesia cafeeira de São Paulo, sobre a República do Café, sobre a história político-econômica das primeiras décadas do regime republicano e sobre alguns outros episódios que achei relevante arrolar a este estudo, sempre com a certeza de que muito já havia sido dito e de que, necessariamente, a pesquisa haveria de lançar foco, ao menos minimamente, sobre aquilo que ainda não tinha sido trazido a público.

* * * *

Em minhas pesquisas cotidianas no Arquivo Edgar Leuenroth, ao longo de quase seis meses, sugeridas pela Vera Chalmers (que me orientou na Unicamp em 2004-2005) e pelo professor Carlos Augusto Calil (com quem fui ter na USP dois meses antes de sair publicada a *Paulística etc.* sob sua organização), vasculhei as microfilmagens do *Correio Paulistano*, em todas as suas edições diárias desde as duas últimas décadas do século XIX até 1915, aproximadamente, para verificar a possibilidade de Paulo Prado ter contribuído neste periódico escrevendo crônicas, “por volta de 1906”. Revirei tudo, sem nada encontrar deste autor. Esta possibilidade me fora informada pelo próprio Calil, que me forneceu em

primeira mão, porquanto ainda no prelo de *Paulística etc.*, uma carta enviada, em 25.1.1926, por Paulo Prado a *Stiunirio Gama* (anagrama de Mário Guastini, o autor d’*A hora futurista que passou*, de 1926), onde se lia: “O seu folhetim de hoje pôs-me deveras embaraçado. Geralmente discutem-se aqui essas questões de Arte e Literatura como numa partida de futebol, aos pontapés... Expressões amáveis, referências gentis, e uma bondosa simpatia destoam e perturbam. Só um desaforo. É o que se refere à minha colaboração remota no *Correio Paulistano*. Dessa eu já me tinha quase esquecido. Lembrava-me vagamente de um rapaz magro, sempre de preto, com olheiras e romantismo, que namorava pelas colunas do *Correio*. Parecia-se comigo como um irmão. Para que evocar essa aparição? Já se sumiu no passado”.

Não tendo encontrado as rubricas deste autor nas crônicas examinadas, parti para a possibilidade de Paulo Prado as assinar sob pseudônimo. Encontrei, então, esta possibilidade: concluí, à época, respaldada por minha orientadora, que Paulo Prado as assinava como Fernão Vieira, um trocadilho, talvez, referenciando o bandeirante português Fernão Vieira Tavares: o estilo era o mesmo – “literário sem podridão de literatice”, como dizia Mário de Andrade – e em tom sempre elegante e erudito. Era material para pesquisa inédita, mas que, por falta de mérito ou de verba para concessão de uma bolsa de estudos, não seria bem vista pela Fapesp, em 2005. Tive que desistir do trabalho – e do mestrado em Teoria Literária – por indisponibilidade de recursos (e de apoio institucional, o da Fapesp) para levá-lo adiante. E mesmo que, ao longo do curso de mestrado na Unicamp, eu tivesse tido a chance de recolher, junto ao IEB/USP (Instituto de Estudos Brasileiros) e ao Museu Paulista, os originais de *Paulística* (os ensaios preliminarmente publicados por Paulo Prado n’*O Estado de S. Paulo* a partir de 1922, passada a Semana de Arte Moderna), expressiva monta de suas correspondências remetidas na década de 1920 e outros textos sobre este autor e sobre o modernismo de São Paulo...

Enfim, quando retomasse as pesquisas sobre Paulo Prado, eu já teria material de sobra. Mas eu havia optado por fazê-las no campo da História, como disse no início. E então, as fontes precisariam ser revistas, ampliadas e recolhidas novamente. Na perspectiva de diálogo entre história e literatura, o primeiro passo seria tentar trazer à baila não apenas o envolvimento de Paulo Prado com o modernismo de São Paulo, como eu já havia esboçado na graduação em Letras e na pós em Teoria Literária. Era preciso buscar a totalidade social, econômica, política e cultural da conjuntura em que este autor participou sua *centralidade*, esta mesma que anuncia o estudo de Carlos Eduardo Ornelas Berriel (2000), amplamente referido no presente trabalho que faço sobre Paulo Prado.

Busco, então, aqui reavaliar esta centralidade, corrigindo alguns desvios de percurso do referido estudo de Berriel, arrolando depoimentos de artistas (como os de Mário e Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Sérgio Milliet), concepções sobre a *modernidade* e o *modernismo* – paulista, mas mencionando também o carioca; e remetendo os leitores às questões (e contradições) políticas, econômicas e sociais em torno de Paulo Prado, sua família, a burguesia cafeeira de São Paulo e o café, propriamente.

Neste sentido, meu orientador foi protagonista: indicou-me um leque extenso de leituras obrigatórias à compreensão do período em que se processou a atuação de Paulo Prado na vida social brasileira (Boris Fausto, Warren Dean, Joseph Love, Décio Saes são algumas das importantes fontes utilizadas); outras me foram sugeridas pelo professor Élio Cantalício Serpa (como os trabalhos de Marco Aurélio Nogueira, Monica Velloso e José Miguel Arias Neto); e as demais fui buscar no fundamental estudo de Darrell E. Levi, de que eu tinha apenas notícias, mas não a obra em si (*A família Prado*, de 1977), e em dissertações de mestrado e teses de doutorado (que aparecerão aqui referenciadas em larga medida: Fransceschina Vilardo e Renato Monseff Perissinotto são alguns autores que contribuíram com importantes fontes históricas sobre a *República do Café*).

As correspondências enviadas por Capistrano de Abreu a Paulo Prado, entre 1918 e 1927, eu as tinha todas das épocas da Unicamp. Sabia que seria preciso debater a influência ideológica deste historiador cearense sobre o intelectual Paulo. Munida das cartas, da indicação de leitura do professor Élio (os *Capítulos de história colonial*), acrescentando-se outras fontes que David me indicou (para me situar nos embates da historiografia nacional, o trabalho de José Carlos Reis – *As identidades do Brasil de Varnhagen a FHC* – era imprescindível), eu poderia, então, compor a condição e o limite desta influência. Sobre Capistrano, foram-me muito importantes também dois artigos de Ítala Byanca Morais da Silva: “Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o Caminho do Mar”, de 2006, e “Historiografia e história cultural: representações de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”, de 2008.

Arranjando meios de investigar a atuação intelectual de Paulo Prado, David me indicou a leitura dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci. Foi ali que, sobretudo, encontramos o elo que faltava ao trabalho de Berriel. Trabalharíamos, a partir de então, com uma hipótese fundamental: para além de homem de negócios e idealizador do modernismo paulista, atividades que não vemos como estanques nem esporádicas, Paulo Prado poderia ser percebido como *intelectual orgânico* de sua classe de origem, empreendendo uma tentativa (talvez desesperada) de *atualizar/repor* a dominação social da

burguesia cafeeira de São Paulo, a partir de um movimento *transformista*, sempre nos termos de Gramsci.

Reunidas as fontes e escolhidos os caminhos da pesquisa, esta dissertação – que esteve quase sem progressos durante os primeiros um ano e seis meses do curso de mestrado em História – pôde ser levada adiante, “pelas mãos sábias” do professor David Maciel. Um último suspiro nos veio nos momentos finais de conclusão do trabalho: é que, encontrando uma dissertação interessantíssima sobre o jornal literário *Terra roxa e outras terras* (que circulou em São Paulo no ano de 1926), eu não poderia deixar de usá-la no *Epílogo*, que debaterá a questão de Paulo Prado ter ou não intenções separatistas em seu projeto para o país. Outro, encontrado muito às vésperas de depositarmos esta dissertação, foi apenas lido às pressas, impossível que nos seria referenciá-lo aqui, conforme explicamos na *Introdução*.

Este é, pois, o resultado de uma pesquisa no campo da história, entrelaçada pela literatura. Uma afinidade necessária, no meu entender, para quem pretende debruçar-se sobre um objeto como Paulo Prado: cafeicultura, modernismo e interpretação da história brasileira, seguidos de obras e posicionamentos importantes de artistas, literatos, críticos da cultura. Eis aqui um estudo sobre a carreira econômica, histórica e literária deste autor, fundamentada em sua atuação como *intelectual orgânico* da burguesia cafeeira paulista – a nossa tese fundamental.

CAPÍTULO I

São Paulo e a República do Café

1.1. Consolidação da classe dominante: a burguesia do café e a centralidade da família Prado

A passagem do Império à República, oficialmente anunciada no Quinze de Novembro de 1889, obedeceu à dinâmica de um processo histórico pouco precipitado, que já vinha sendo articulado nos últimos decênios do regime monárquico.

A proclamação de uma nova ordem política impunha não apenas a transformação imediata no nível das instituições brasileiras – que de monárquicas passariam a republicanas –, mas, sobretudo, trazia à cena os resultados de uma mudança nas bases e nas forças sociais que compunham o sistema de dominação no Brasil e, neste caso, anunciava o que desde a década de 1870 até a de 1930 foi sendo definido no cenário nacional: a formação de um sistema capaz de articular os interesses dos novos donos da situação no país (CARDOSO, 1997).

Mesmo antes de se assistir, na Praça da Aclamação, à parada militar e ao brado de inauguração da República brasileira, organizados às pressas por um grupo de oficiais de baixa patente que se juntou à última hora com os oficiais superiores, as bases sociais e econômicas do país já sofriam importantes alterações, apontando para a constituição de uma ordem burguesa que seria consolidada, nas décadas seguintes, pelas vias do sistema oligárquico.

Se nos três últimos decênios que antecederam a República a sociedade brasileira ainda se assentava em uma base estrutural de ordem senhorial-escravocrata, por outro lado, também nesse período, ganhava força um sistema de organização social ancorado nas grandes propriedades de terra e que, já incapaz de promover-se a partir das duas categorias

sociais em vigor durante o Império (senhores e escravos), tão logo necessitaria de outras molas fundamentais para expandir economicamente.

Com efeito, uma nova fase expansiva do ciclo de acumulação no país dava os primeiros indícios da premência de uma dinamização das forças sociais no interior da sociedade brasileira, e isso se apoiava, em especial, na promissora expansão da lavoura cafeeira na região do Centro-Sul – mais especificamente no noroeste paulista – e, ainda que mais timidamente, na intensa atividade mercantil-financeira ativada pelo surto de prosperidade urbano-industrial que o país experimentou no decênio 1870-1880 (*idem*).

Postas lado a lado, essas duas molas propulsoras seriam decisivas na organização política que vigoraria durante toda a Primeira República. Ao peso ainda relativo de novos estratos sociais que não mais se resumiam às categorias de senhores e escravos – já em 1872 surgia uma população diferenciada, urbana, letrada e burocrática – somava-se o peso definitivo de uma nova organização do poder que lapidaria a pedra angular do sistema econômico-financeiro do país: a exportação de produtos primários, especialmente o café.

Introduzido no Pará ainda na segunda década do século XVIII, cinquenta anos mais tarde, em 1774, o café já era plantado no Rio de Janeiro, que apresentava possivelmente condições climáticas mais adequadas ao seu cultivo. Ao longo do século XIX – sobretudo a partir da década de 1820 –, as plantações de café cresciam abundantemente no Brasil, primeiro na região do Vale do Paraíba pertencente à província do Rio de Janeiro e, em meados do século, firmavam-se também no sul de Minas Gerais e no interior de São Paulo.

Em termos de receita gerada, até 1830 o café produzido no Brasil ocupava o modesto terceiro lugar no rol dos principais produtos de exportação, tendo à frente o açúcar e o algodão. A partir daí, liderou, crescente e ininterruptamente, as exportações brasileiras, de 1831 ao fim do Império, e durante todo o período que propomos analisar – a Primeira República. (TABELA 1)

TABELA 1 – Principais produtos brasileiros de exportação (1821-1890)

% NA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS						
PERÍODO	CAFÉ	AÇÚCAR	ALGODÃO	BORRACHA	COUROS E PELES	OUTROS
1821-1830	18,4	30,1	20,6	0,1	13,6	17,2
1831-1840	43,8	24,0	10,8	0,3	7,9	13,2
1841-1850	41,4	26,7	7,5	0,4	8,5	15,5
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	14,3
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	14,8
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	11,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	3,2	3,2	13,2

Fonte: tabela extraída, com algumas modificações de formato, de ARIAS NETO, 2003, p. 201.

Entre as décadas de 1830 e 1860, a liderança na comercialização do produto foi ocupada pela província do Rio de Janeiro, que até então detinha 60% das exportações brasileiras de café, seguida de Minas Gerais (25%), São Paulo (10%) e Espírito Santo e demais regiões (5%) (FAUSTO, 1997). Para compreendermos, então, o ingresso e a consolidação de São Paulo como gigante da produção e exportação do café, é preciso termos em conta dois fatores cruciais: (1) até 1835, o cultivo do café em São Paulo era irrisório e muito incipiente, contando a província com nove fazendas em Campinas responsáveis pela produção de apenas 808 arrobas anuais (LEVI, 1977, p. 158); (2) o “boom cafeeiro” iniciado na segunda metade do século XIX, estendendo-se à Primeira República, deve ser considerado a partir da presença e da atuação decisiva – porquanto diplomática, política e econômica – de uma família da oligarquia paulista que, tão logo ingressasse no mercado da produção cafeeira, não mediria esforços para expandir o setor – a família Prado.

Começaria na terceira geração, pelas mãos de Martinho Prado, o envolvimento da família com o café, consolidando-se na quarta e se estendendo até a quinta geração, da qual nosso autor, Paulo Prado, foi o principal representante. A quarta geração, a mais fortemente vinculada ao café – administrada pelos grandes produtores Antonio e Martinho Prado (este, mais conhecido por Martinico), que fariam coincidir o pioneirismo de seu pai, Martinho, com o “boom cafeeiro” que mudaria os rumos da economia brasileira na transição do Império à República –, teve início com a união de Veridiana Prado, filha do Barão de Iguape, e seu tio Martinho Prado, em junho de 1838. Dois anos mais tarde, em 1840, nasceria o primeiro filho do casal, Antonio, seguido de Martinico (1843), Ana Blandina (1844), Antonio Caio (1850), Anézia (1853) e Eduardo Prado (1860).

Não se tem notícia, antes desta terceira geração pioneira, de que os Prado tenham-se envolvido maciçamente com a produção de café.³ O Barão de Iguape – pai de

³ A origem dos Prado no Brasil data da primeira década do século XVIII, quando Antonio da Silva do Prado, sargento-mor português, estabeleceu-se em Parnaíba, a 18 milhas de São Paulo, vindo de Prado, sua cidade-natal. O primeiro Antonio Prado logo se casou com a filha de um bandeirante paulista, que morreria antes de 1720 sem deixar-lhe filhos, e, mais tarde, com Francisca Siqueira Moraes, proveniente de família da alta classe paulista. Antonio teve com ela seis filhos, e não tardou para que hipotecasse sua propriedade em Parnaíba, saindo em busca de ouro em Goiás. Não há indícios de que o tenha encontrado, mas, por ocasião de sua morte, em 1737, deixaria, além de preciosa rede de amigos, razoável herança que seria administrada por seu primogênito e mais importante membro desta primeira geração – o primeiro Martinho Prado.

Nascido em Parnaíba, em 1722, Martinho em breve se mudaria para Jundiá, onde faria carreira como juiz e político (fez-se vereador de 1745 a 1759), tendo sido, ainda, nomeado capitão-mor de Jundiá, em 1766, ocupando, pois, o mais alto posto da milícia local. A essa altura, ele já havia requerido, junto ao governo provincial, uma concessão de terra (em 1758), cuja extensão – uma por meia légua – serviria a um de seus descendentes para o plantio da cana-de-açúcar. Casou-se com Maria Leme Ferreira e com ela teve oito filhos, dos quais dois ocupariam centralidade na segunda geração dos Prado.

Veridiana –, que conduzia a família em meados do século XIX, de início titubeou quanto a investir fortemente no produto por considerar arriscado o seu cultivo. Enquanto se dedicava a ganhar a indicação de principal acionista do ramo paulista no Banco do Brasil,⁴ tratou de reunir o dote para sua filha (estimado em 16 contos) no intuito de casá-la com Martinho, a quem de fato caberia a tarefa de iniciar as fazendas de café da família.

Com o dote, Veridiana, Martinho e seu tio Joaquim Prado (filho de Eleutério) adquiriram, em 1839, uma fazenda de açúcar de 3,8 mil alqueires. Dez anos mais tarde, em 1849, Joaquim desfazia a sociedade vendendo sua parte aos outros dois proprietários, que logo converteriam a plantação de cana-de-açúcar da fazenda Campo Alto em plantação de café. Não tardou para que a produção apresentasse lucros evidentes, já em 1850. Pouco tempo depois, entre 1856 e 1864, consolidava-se a transição para a lucratividade efetiva da Campo Alto, e Martinho, já tendo-se tornado proprietário de uma outra fazenda (a Santa Cruz), aumentava a fortuna e ia percebendo que “plantar café com trabalho escravo era uma aventura altamente rendosa” (LEVI, 1977, p. 162).

Cabe-nos notar que este início da atividade cafeeira por parte dos Prado parece ter seguido uma dinâmica econômica típica da província paulista no século XIX: a conversão de fazendas de cana-de-açúcar em fazendas de café. Noutros termos, os recursos iniciais da atividade cafeeira em São Paulo advinham da atividade açucareira. Em tese de mestrado sob orientação de Sônia Draibe, Franceschina Vilaro nos informa que:

Seu primogênito, o segundo Antonio Prado da família, não se fazia fazendeiro, mas renomado empreendedor mercantil, além de político, eleito para a Câmara Municipal de São Paulo em 1787. Um ano antes, casara-se com Ana Vicência Rodrigues de Almeida, filha de um tenente português que fez fortuna como comerciante em Mato Grosso e Goiás. Seguindo o exemplo do sogro, Antonio prosperou no ramo do comércio e, ao morrer, em 1793, deixou ao seu principal herdeiro – o terceiro Antonio Prado – muitos bens.

Pretendendo talvez manter em poder da família os bens herdados, Ana Vicência casou-se novamente, desta vez com seu cunhado, Eleutério Prado, que, apesar de ter sido capitão-mor de milícia e também alcançado importantes postos políticos, destacou-se na verdade como próspero plantador de cana em Jundiá. Deixou como principal herdeiro o segundo Martinho Prado da família, que mais tarde se casaria com a sobrinha Veridiana, 14 anos mais nova que ele.

Veridiana era filha do terceiro Antonio Prado, que em 1848 foi nomeado Barão de Iguape. Ele seria conhecido pela carreira como comerciante de açúcar – mais tarde também de escravos –, mas seria como coletor de impostos que se abririam para ele as possibilidades de envolver-se com a política do Império. Em 1819, o barão foi capitão da milícia da cidade de São Paulo e, daí até 1822, atuou também como vereador da capital paulista. Na ocasião, estabeleceu laços com o imperador D. Pedro I – que, sempre que ia a São Paulo, hospedava-se em sua casa –, apoiando-o convenientemente quando da Independência brasileira e dando-lhe provas de sua lealdade pessoal. Também fez importantes amizades com algumas das principais famílias da elite paulista, a exemplo dos Andrada, e tudo isso garantiria que as portas da Corte estariam abertas aos Prado a partir de então. Casando sua filha Veridiana com o meio-irmão e meio-primo Martinho Prado, veria nascer a mais importante geração dos Prado: a do pai de nosso autor Paulo, que se dedicaria intensamente ao café (LEVI, 1977).

⁴ Em 1858, quase metade das ações do Banco do Brasil já estava em poder dos Prado (LEVI, 1977, p. 160).

Os recursos iniciais da economia cafeeira paulista foram obtidos nas atividades açucareiras, bastante desenvolvidas no planalto paulista entre 1750 e 1850. Assim um segmento importante dos grandes proprietários canavieiros, que havia acumulado certa capacidade financeira ao longo de quase um século de atividades, transformou-se [*sic*] em fazendeiros de café. (VILARDO, 1986, p. 17)

À parte o fato de contar o Oeste paulista com solos propícios ao cultivo do café – a terra roxa –, a produção ali iniciada não “surgiria do nada”, mas no momento em que a região já se encontrava, de certa forma, economicamente ativa, e sobretudo pelas vias do açúcar. Em fins do século XVIII e início do XIX, serão as atividades açucareira e de comércio de animais referências incontestes para o surgimento das lavouras cafeeiras. Isso porque, com base nelas, “alguns homens e suas famílias poderão realizar uma significativa ‘acumulação primitiva’ que os possibilitará financiar a primeira grande expansão cafeeira a partir da zona central do Estado (Campinas, Porto Feliz, Piracicaba, Itu, Jundiaí etc.), em direção a terras mais distantes” – conforme nos atesta Renato Monseff Perissinotto:⁵

O estudo pioneiro de Alcântara Machado (1930)⁶ sobre os inventários dos anos 1578 a 1700 foi o primeiro a revelar a extrema pobreza em que vivia a então capitania de São Vicente (São Paulo). Com uma população rarefeita e uma atividade econômica baseada fundamentalmente na subsistência e no escambo, os documentos analisados pelo autor denunciam a miséria então predominante [...].

Assim, o que encontramos nesse período é uma sociedade organizada com base no latifúndio auto-suficiente, com uma produção voltada exclusivamente para a subsistência, quase que completamente desmonetizada, em que o meio rural sufocava o urbano, fazendo da vila de São Paulo apenas um amontoado de casas quase deserto. No entanto, alguns acontecimentos alteraram tal situação a partir da segunda metade do século XVIII. (PERISSINOTTO, 1997, p. 50)

O primeiro deles seria o advento da economia mineradora em Minas Gerais – e depois em Goiás e Mato Grosso –, trazendo, até certo ponto, impactos significativos sobre a capitania de São Paulo, que, sendo bem localizada e estando apta a servir de entreposto comercial, pôde expandir-se como fornecedora de produtos à economia mineradora, especialmente muares e açúcar.

⁵ Em tese de doutoramento defendida em 1997, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação de Décio Saes.

⁶ O autor se refere à obra *Vida e morte do bandeirante*, publicada em 1930 em São Paulo, na Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.

Do acúmulo de riqueza a partir do comércio de gado e muares, [os] mercadores começaram a investir no açúcar quando este produto tornou-se, em função de mudanças no mercado externo, uma atividade rentável. Foi o açúcar a primeira mercadoria produzida em São Paulo com destino ao mercado externo e que teve, pela acumulação que propiciou, lugar central na história econômica da região. Para Odilon Nogueira de Matos,⁷ tão importante foi o ‘ciclo do açúcar’ que sem ele, certamente, a expansão cafeeira que lhe seguiu e a conquista do Oeste paulista não teriam sido possíveis. (idem, p. 52)

Portanto, a referência à economia açucareira é fundamental para explicar a origem do capital que, a partir de meados do século XIX, seria utilizado nos investimentos do café. Era esta a realidade econômica – de produção e comércio de açúcar – que o café encontraria ao avançar predominantemente pelo Oeste paulista. Por volta da década de 1860, os cafezais já avançavam rapidamente por Minas Gerais e São Paulo, mas era a produção fluminense que ainda se fazia a mais avultosa do país. Somente nos dois últimos decênios do Império é que o Vale do Paraíba, tanto em sua porção fluminense como paulista, em grande parte com seus solos já devastados, experimentou forte declínio de produtividade nos cafezais e, a partir dessa crise, foi cedendo o pioneirismo da produção cafeeira ao promissor Oeste paulista, que a essa época contava com solo mais propício ao cultivo do café e, como anunciamos, passava a dispor de uma família particularmente interessada em investir e expandir sua produção cafeeira.

A partir da década de 1860, a produção cafeeira em São Paulo crescia vertiginosamente, estimulando o ingresso de mais produtores no setor e “criando a riqueza que transformaria a província no dínamo econômico do Brasil” (LEVI, 1977, p. 159). De uma produção média de 1,34 milhões de arrobas no biênio 1849-1850, São Paulo mais que triplicaria este montante em 1869-1870 – 4,17 milhões de arrobas de café. (TABELA 2)

TABELA 2 – A produção de café em São Paulo e a exportação em Santos (1850-1889)

ANO	PRODUÇÃO (arrobas)	EXPORTAÇÃO (arrobas)	% TOTAL (exportação)
1849-1850	1,34 milhões	0,15 milhões	11%
1859-1860	3,62 milhões	1,48 milhões	41%
1869-1870	4,17 milhões	–	–
1870-1871	–	2,27 milhões	55%
1879-1880	6,59 milhões	4,22 milhões	64%
1889-1890	10,68 milhões	8,17 milhões	76%

Fonte: tabela extraída, com algumas modificações de formato, de LEVI, 1977, p. 159.

⁷ O autor se refere à obra *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, publicada em 1990, em Campinas, pela editora Pontes.

A essa altura, os filhos mais velhos de Martinho Prado começavam a assumir a tarefa de administrar e expandir as propriedades agrícolas da família. Em fins da década de 1860, Antonio, o primogênito, após graduar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (seguindo a tradição familiar) e tendo regressado da temporada de dois anos na Europa (para o também tradicional “banho de civilização”), adquiriu, supervisionado pelo pai e com recursos deste, terras virgens ao norte do rio Mogi-Guaçu, plantando ali 60 mil sementes de café que, ao final de um ano, transformar-se-iam em vistosos arbustos. Quando em 1868 ele se casou com Maria Catarina – filha mais velha do chefe político do Império, Antonio da Costa Pinto e Silva –, herdou de seu pai esta propriedade promissora, batizando-a de Santa Veridiana.

Enquanto isso, seu irmão Martinico (também após graduar-se em Direito) foi colocado à frente das fazendas Campo Alto e Santa Cruz e, pelos fins da década de 1860, estava prestes a estabelecer sua própria fortuna, tornando-se um dos pioneiros na promoção da fronteira do café para o norte de São Paulo. Explorando, de início, os municípios de São Simão e Ribeirão Preto e enviando de lá, aos Prado, notícias animadoras sobre o potencial para o cultivo do café, Martinico logo adquiriu sua primeira fazenda no entorno da segunda cidade (propriedade a que deu o nome de Albertina).

Pelas vias do café, os últimos decênios do Império seriam fundamentais para que a província de São Paulo – que nos prelúdios do século XIX ainda era uma região empobrecida e atrasada – se transformasse no “dínamo econômico do Brasil”. Para que isso de fato se concretizasse, não bastaria que a produtividade dos cafezais aumentasse (o que já vinha ocorrendo desde 1850-1860, e em grandes proporções); era necessário, além disso, que os fazendeiros se ocupassem de duas questões cruciais: mão-de-obra e infraestrutura de transportes, para o escoamento da produção. A primeira seria resolvida, não sem muitas contradições, como veremos, por meio do incentivo à imigração estrangeira, em substituição à força de trabalho escrava; a segunda, pela implantação, em rotas estratégicas que iam dar quase nas porteiras das fazendas cafeeiras, de uma expansiva rede de transportes que permitiria aos produtores o desembarque das toneladas de sacas de café nos portos, donde seguiriam diretamente para o estrangeiro.

1.1.1. A questão da mão-de-obra: subsídio à imigração estrangeira

Passemos em revista primeiro a questão da mão-de-obra. O envolvimento direto dos fazendeiros paulistas na introdução de trabalhadores livres em substituição (de início, parcial) aos escravos de suas lavouras, pondo-se à frente de políticas e associações de fomento à imigração estrangeira, está longe de indicar que qualquer fazendeiro escravista se opusesse ao tráfico negreiro ou se esforçasse para abolir a escravidão.

Ao contrário, como demonstra Décio Saes em sua *Formação do Estado burguês no Brasil*, os fazendeiros escravistas de todo o país,⁸

Objetivando aumentar a produção, recorriam incessantemente à compra de escravos, *não obstante a tendência à elevação do preço do escravo*. [E mesmo sendo verdade que os muitos fazendeiros escravistas da região cafeeira de São Paulo tivessem introduzido trabalhadores imigrantes em suas plantações, isso estaria] longe de indicar que [pretendessem] substituir o trabalhador escravo pelo colono; ou que o fazendeiro escravista quisesse se desfazer do trabalhador escravo em geral, por considerá-lo um obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades produtivas (em razão da baixa “rentabilidade”, ou do fato de implicar “mobilização de capital em força de trabalho antes do processo produtivo”, etc.). (SAES, 1985, p. 199 – os grifos são do autor)

Quando, por exemplo, em São Paulo, os fazendeiros se reuniram pela primeira vez, em 1871, sob o comando do cafeicultor Antonio Prado, para solicitar autorização imperial à recém-criada Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, visando à concessão de subsídio do poder central para que os paulistas fomentassem a imigração européia, foi muito mais em virtude de uma conjuntura nacional e internacional, que demandava a abolição do tráfico negreiro, do que propriamente para fazer jus a alguma vertente do ideal abolicionista, de que na época se ocupavam alguns intelectuais e políticos. Na verdade, os fazendeiros desde sempre se opuseram à abolição da escravatura: a utilização da força de trabalho escrava nas lavouras, como vimos afirmar anteriormente um dos representantes da oligarquia paulista do café (Martinho Prado), era bastante “rendosa”, de modo que os empecilhos para a manutenção da mão-de-obra escrava eram de outra monta.

Em âmbito nacional, a demanda cada vez mais crescente por trabalhadores nas lavouras cafeeiras – que expandiam –, a intensificação dos movimentos de revolta escrava

⁸ Consideremos as mais diferentes regiões do território nacional e também as diferentes atividades produtivas: o café, em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro; o açúcar, no Nordeste; a pecuária e o charque, no Rio Grande do Sul; o algodão, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, etc.

– que culminaria no abandono das plantações por parte de muitos escravos –, uma progressiva redução no *estoque nacional de escravos* e, em decorrência disso, as crescentes elevações de preço na aquisição de novos escravos, era, enfim, esta congregação de fatores que demandava uma solução rápida e eficiente por parte dos fazendeiros no tocante à questão da mão-de-obra (SAES, 1985, pp. 198-199).

Somando-se a isso, uma conjuntura externa se impunha também desfavorável à utilização da força de trabalho escrava nas lavouras: “de há muito, a Inglaterra [principal credora do Brasil à época] pressionava pelo fim do tráfico de escravos, que arraigara enormes interesses em Portugal e no Brasil, e exercia grande influência política antes e depois da Independência” (ARIAS NETO, 2003, p. 199). Após anos de conflito com a nação inglesa – já que os traficantes de escravos, representantes dos latifundiários brasileiros, obtinham do governo imperial apoio e representação política nas negociações com o governo inglês –, em 1850 o tráfico negreiro era, enfim, abolido.⁹ Isso não impediu, segundo Saes (1985), que mesmo às vésperas da abolição da escravatura (1888) a fazenda escravista persistisse em diferentes regiões do território nacional (p. 198).¹⁰

Finalmente, havia uma outra razão, e fortíssima, para que os cafeicultores paulistas mantivessem o trabalho escravo: este era extremamente rentável, na medida em que a propriedade escrava constituía a base do crédito dos fazendeiros, conforme comprovou J. Gorender em *O escravismo colonial*, discutido por Décio Saes:

[...] para que se possa entender em todas as suas dimensões o interesse dos cafeicultores em conservar a existência do trabalho escravo, é preciso ir além da esfera da produção escravista (avaliação da rentabilidade do trabalhador escravo) e observar, igualmente, a esfera da circulação. Esta possui, no modo de produção escravista moderno, uma particularidade: *a propriedade escrava é a base de todo o crédito*. Para que possam obter dinheiro de banqueiros, usuários ou exportadores, os plantadores devem fundamentalmente apresentar [...] o escravo, e não a terra, como garantia hipotecária. (SAES, 1985, p. 201 – os grifos são do autor)¹¹

⁹ Segundo Arias Neto (2003), o conflito entre Inglaterra e Brasil sobre o tráfico de escravos “adquiriu feições bastantes graves na década anterior [1840], tendo aquele país ameaçado, inclusive, invadir o território nacional caso não fosse abolido o infame comércio” (p. 199).

¹⁰ No total, os números apresentados pelo autor são os seguintes: 43.981 escravos no Extremo-Norte; 171.797, no Nordeste; 25.070, no Oeste-Sul; e 482.571, no Centro-Sul (SAES, 1985, p. 198).

¹¹ O autor prossegue exemplificando a partir dos dados obtidos por Robert Conrad, apresentados em *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*: “até mesmo em 1887 (auge da luta escrava, do movimento de fugas), quando não havia mais que 162.421 escravos na província do Rio de Janeiro (contra 302.352 em 1873 e 268.831 em 1882), o ‘valor contábil’ do total de escravos praticamente equivalia ao valor total das dívidas (120 mil contos de réis) contraídas pelos plantadores junto a banqueiros e usuários; e era superior ao preço total das terras provinciais” (p. 201).

Sob esta perspectiva, a força de trabalho escrava nas lavouras de café era, sobretudo, necessária para garantir investimentos na produção – um ciclo vicioso, acrescenta Décio Saes: “enquanto existisse o trabalhador escravo, este constituiria a base prioritária de crédito à produção; e enquanto o escravo constituísse a garantia hipotecária fundamental, não haveria conveniência, do ponto de vista de seu interesse econômico, em se desfazer do trabalhador escravo” (idem, p. 202). Nessas condições, prevalecia evidentemente “a idéia de que um escravo era uma ‘riqueza’ e que a abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação da riqueza no país” – afirmaria Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil* (apud SAES, 1985, p. 203).

Ora, não é difícil comprovarmos que os cafeicultores de São Paulo fossem contrários à restrição (e/ou abolição) de trabalhadores escravos em suas lavouras. Na década de 1870, o representante dos interesses paulistas na Assembléia Provincial e portavoz das já prosperas regiões cafeeiras, Antonio Prado, apesar de ocupar o cargo de vice-presidente da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, não parecia ter ainda plenos interesses em substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre. Sua longa oposição à abolição e sua conversão à última hora a esta causa para apoiar o projeto de lei do Partido Liberal que propunha a substituição gradual do escravo nas lavouras – a fórmula de emancipação para escravos sexagenários – foi antes em razão de dois fatores: (1) a essa época, embora houvesse divergências da parte dos fazendeiros no tocante ao método a ser utilizado na importação de trabalhadores livres, era consensual a necessidade de fazê-lo, o quanto antes; (2) qualquer programa de imigração a ser implantado passaria pelo crivo da Associação Auxiliadora – e, uma década mais tarde, da Sociedade Promotora da Imigração –, em benefício dos cafeicultores paulistas. Trocando em miúdos: urgia a introdução de um número elevado de trabalhadores nos cafezais – a produtividade aumentava e os escravos escasseavam – e os “novos trabalhadores”, livres, também precisavam garantir aos cafeicultores o necessário binômio produtividade/rentabilidade.

A saída encontrada pela burguesia cafeicultora de São Paulo foi a imigração de trabalhadores estrangeiros, como parte de uma estratégia que, no final das contas, lograria êxito.¹² Conforme demonstra José Miguel Arias Neto (2003), as elites agrárias não tinham

¹² Isso não nos autoriza a constatação rasteira de que, apesar de ter sido implantado com prosperidade para resolver a questão da mão-de-obra nos cafezais, o sistema de imigração fosse linearmente bem-sucedido ou não gerasse contradições. A “eficiência do regime”, da perspectiva dos fazendeiros, como veremos a seguir, naturalmente também gerou conflitos, sobretudo por ter promovido, em muitas áreas cafeeiras, a miserabilidade dos trabalhadores. Em contrapartida, e apesar de não oficialmente divulgadas, estes tinham lá

interesse em empregar o negro (de certa forma, já considerado inferior racialmente para ocupar o posto de trabalhador assalariado). Afora isso, apesar de a essa época já existir uma camada de homens livres pobres (o agregado da grande propriedade, o trabalhador de pequenas oficinas e indústrias domésticas, artesãos urbanos, marinheiros, etc.), estes não formariam o desejado contingente de assalariados para as lavouras, visto que deslocados descontinuamente da economia mercantil. O autor se apóia nas formulações de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, para atestar que os fazendeiros conseqüentemente se voltariam para o exterior em busca dos braços de que necessitavam:

[...] estava consolidada, nas populações pobres brasileiras, toda uma cultura que dificultaria a formação de uma camada de assalariados. Mesmo em nível ideológico estes obstáculos aparecem elaborados: nas representações desses grupos há um vivo sentimento de desprezo pela condição de homem alugado. Em resumo, [...] quando abolida a escravidão, embora houvesse um potencial grande de mão-de-obra livre, este não fora totalmente expropriado e não sofria pressões econômicas suficientes para transformar-se em trabalho assalariado. (FRANCO apud ARIAS NETO, 2003, pp. 203-204)

Se era realmente preciso substituir o negro, que se o fizesse por um trabalhador “imbuído da ideologia do trabalho livre que se formava na Europa. Em outras palavras, deveria ser um *agente* que acreditasse que o trabalho liberta e propicia o acesso à propriedade e à acumulação de bens” (ARIAS NETO, 2003, p. 204). Nestes termos, a “isca” encontrada para atrair os imigrantes movia-se em duas direções básicas: acenar-lhes com a possibilidade de (1) acumularem certo capital e (2) de adquirirem terras – assim eles seriam inseridos no sistema do colonato, que previa que uma parte do salário fosse paga por tarefa realizada (plantio, colheita, etc.) e outra, com o desenvolvimento de uma agricultura de gêneros para a própria subsistência familiar.

Conforme observa Arias Neto (*idem*), o colonato – perceberam de imediato os fazendeiros – seria um sistema duplamente lucrativo: permitiria a liberação de capitais outrora empregados na aquisição e manutenção do escravo e aumentaria a produtividade nas fazendas, já que o salário seria pago por tarefa, induzindo o trabalhador a ser disciplinado e cada vez mais produtivo (p. 205).

suas formas de manifestação, dentre as quais as greves para reivindicar melhoria de salários e de condições de vida nas fazendas. Mesmo diante da evidência de que o colonato era apenas unilateralmente favorável, o regime “rendoso” aos grandes agricultores se prolongaria até a década de 1960, quando, através do Estatuto do Trabalhador Rural, os direitos dos trabalhadores urbanos (como salários individuais, férias remuneradas, 13º salário, etc.) foram estendidos aos trabalhadores do campo (ARIAS NETO, 2003, p. 206).

Através deste rentável sistema, na década de 1870 São Paulo passaria a subvencionar a imigração e o governo imperial, já na década seguinte. Por parte dos fazendeiros paulistas, mais uma vez ocupava centralidade de representação a família Prado. Foi Martinico quem se assumiu profundo defensor da imigração, no decênio 1870-1880, ocupando-se de facilitar a transição da mão-de-obra escrava para a livre, enquanto seu irmão Antonio, que acumulava cargos políticos importantes¹³ e em breve seria nomeado ministro imperial (da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 1885 a 1887, e, depois, das Relações Exteriores, em 1888), cuidava em assegurar subsídios do governo central.

Como uma das primeiras medidas profícuas, para os cafeicultores paulistas, Martinico anunciaria, em abril de 1886, a criação da Sociedade Promotora da Imigração, da qual foi o primeiro presidente, um ano depois de haver adquirido (em 1885) mais uma grande propriedade: a fazenda Guataparará, de 6 mil alqueires, nos quais plantou meio milhão de pés de café. A Sociedade contava com signatários estrategicamente importantes: o Barão (mais tarde Visconde) de Parnaíba, Antonio Queirós Teles (vice-presidente provincial e futuro presidente de São Paulo), Martinho, Martinico e Antonio Prado, e, a essa altura na extrema juventude, ainda aluno do curso de Direito da Faculdade de São Paulo, o nosso autor Paulo Prado – que em alguns anos se tornaria o novo chefe dos Prado a promover os negócios da família e a financiar e articular o “renascimento” da cultura e da arte brasileiras a partir de São Paulo, do café de São Paulo.

Em 3 de junho de 1886, a Sociedade assinava um acordo com o governo provincial que previa a importação de 6 mil imigrantes, e Martinho seguia para a Itália a fim de recrutar pessoalmente os trabalhadores. Os cafeicultores paulistas iam-se munindo desta importante mão-de-obra em suas lavouras e a produção cafeeira ia sendo incrementada, colaborando também para os vultuosos índices de exportação de café – em quase duas décadas, desde as primeiras negociações da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração até o final da década de 1880, a quantidade de sacas comercializadas com o estrangeiro quase dobrou. (TABELA 3)

¹³ Antonio se fizera vereador por São Paulo desde 1866, deputado provincial também a partir dessa data e deputado do Império de 1869 a 1875, reelegendo-se para novo mandato em 1885-1889.

TABELA 3 – Exportações de café (1821-1890)

PERÍODO	QUANTIDADE EM MILARES DE SACAS DE 60 kg
1821-1830	3.178
1831-1840	10.430
1841-1850	18.367
1851-1861	27.339
1861-1870	29.103
1871-1880	32.509
1881-1890	51.631

Fonte: tabela extraída de ARIAS NETO, 2003, p. 202.

Em janeiro de 1888, quatro meses antes da abolição da escravatura, a questão da imigração, apesar de ainda gerar calorosos debates em São Paulo, já era tida como certa. Na ocasião, levando adiante os projetos da Sociedade Promotora, Martinico Prado discursava como representante da Nova Assembléia Distrital na legislatura de São Paulo, ocupando-se da apresentação de demonstrativos e planejamentos necessários ao bom funcionamento da estrutura imigratória. Alertava os produtores sobre a necessidade de se importar gradativamente a mão-de-obra estrangeira, já que, naquele momento, a superabundância seria “um verdadeiro desastre para nossa crescente imigração, inutilisaria todos os nossos esforços de propaganda, fazendo desaparecer a ambição do imigrante. [...] Em paizes novos, que necessitariam de imigração, a melhor propaganda, unica e real, é a do lucro seguro”. (LEVI, 1977, p. 173)

Até ser transferida ao governo de São Paulo, em 1895, a Sociedade Promotora da Imigração importaria 126.415 trabalhadores, não sem antes ter sido alvo de acusações de tráfico de influência e favorecimento nas receptações de verbas públicas, como parte das transações entre os irmãos Antonio, ministro da Agricultura, e Martinico Prado, presidente da Sociedade, corroborando o que afirmaria Hall, em *Origins of mass migration*, citado por Levi (1977): “Prado planejou e administrou o programa de imigração de tal maneira que os fazendeiros de sua província nativa fossem os grandes beneficiários” (p. 175).¹⁴

Para atender às demandas das lavouras de café, abrir-se-iam definitivamente as portas do país, a partir da década de 1880, para a migração estrangeira. Só no Estado de São Paulo, desembarcaram nessa época 184 mil imigrantes e, de 1888 a 1900, este número saltaria para mais de 730 mil estrangeiros, dos quais cerca de 50% encontrariam trabalho

¹⁴ Em maio de 1889, Rui Barbosa acusou Antonio Prado de emprestar 300 contos de fundos públicos para a Sociedade, de modo que Martinico subsidiasse a imigração, mas, em especial, violando uma lei que dispunha que tal pagamento só poderia ser feito mediante garantias concretas de que os imigrantes já estavam realmente estabelecidos nas fazendas (LEVI, 1977, p 175).

na agricultura (CARDOSO, 1997, p. 23). Nesse ritmo, “o comércio do café incentivava o progresso de um regime agrícola em grandes áreas novas, de alta fertilidade, e atraiu uma massa de trabalhadores rurais, desesperadamente pobres em seus torrões natais, induzindo-os a trabalhar em troca de salários” (DEAN, 1997, p. 252). Noutros termos, a implantação de uma economia de salários no Brasil ocorria dentro de uma conjuntura de triunfo do sistema de exportação do café.

1.1.2. A questão da infra-estrutura de transportes

Segundo Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, a burguesia do café se formou “numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica” (FURTADO apud FAUSTO, 1987, p. 88). Esta congregação de fatores, que permitiu aos cafeicultores paulistas expandir vertiginosamente a produção de café, estender seus domínios como principal atividade econômica nacional e consolidar-se como classe dominante na transição do Império à Primeira República, vinha, uma vez mais, arraigada à interferência da família Prado, que contava não apenas com gigantescas fazendas produtoras, mas também com lugares privilegiados no âmbito da política e, ainda, com uma perspectiva de organicidade para o empreendimento do café que congregou sua participação em arranjos governamentais para o favorecimento do setor cafeeiro, bem como para a contração de empréstimos junto a credores nacionais e internacionais; no estímulo à imigração estrangeira; na implantação e ampliação de uma articulada infra-estrutura de transportes; na criação de bancos e outros estabelecimentos comerciais e industriais.

Ainda nos incipientes anos da década de 1860 para o café paulista, os Prado desempenhariam o seu papel mais importante: a criação ou extensão da rede de transportes ferroviários para o escoamento da produção nos cafezais. Em 1867, quando a família, pelas mãos de Antonio e Martinico, expandia no setor adquirindo terras no interior paulista e nelas plantando milhares de pés de café, Martinho Prado, o pai, ocupava-se, novamente pioneiro, de uma questão imprescindível à expansão dos negócios: a criação de uma ferrovia em São Paulo. Construída por uma companhia inglesa e financiada por um empresário brasileiro – Irineu Evangelista de Souza, o conhecido Visconde de Mauá –, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, concluída em 1868, teve Martinho Prado

como um de seus principais organizadores e, em especial, como importante captador de fundos, elegendo-se, nesse mesmo ano, como um de seus diretores. Não tardaria para que a Companhia Paulista figurasse como exemplo de ferrovia privada na América Latina.

Até então, os cafeicultores contavam com as rotas da Estrada de Ferro Mogiana, que ligava São Paulo a Minas Gerais – donde se seguia até Goiás por carroça, lombo de burro ou cavalo –, e com a Rio Claro Railway, responsável por parte do traçado do interior paulista, estendendo-se ainda até o Mato Grosso. Grande parte do interior paulista permanecia descoberto, o que dificultava – e encarecia – as transações comerciais do café. Não fosse a Companhia Paulista e, mais uma vez, a atuação estratégica dos Prado, muito provavelmente os cafeicultores não expandiriam o setor de maneira tão eficaz como ocorreu. Embora esta família não tivesse cota ampla de ações na Companhia, não prescindiu de seu papel financeiro e de liderança: os Prado tratariam de promover e angariar financiamentos para a extensão das linhas férreas até as áreas mais distantes do café (LEVI, 1977, p. 183).

De Jundiaí as estradas de ferro foram levadas até Campinas (em 1872) e Rio Claro (em 1876). Pelo fim da década de 1880, Antonio Prado – proprietário da fazenda Santa Veridiana, nas proximidades de Lage, rota coberta até então pela Mogiana –, não pretendendo mais embarcar o seu café nos vagões da concorrente, providenciou que um ramo da Companhia Paulista fosse construído de Piraçununga até sua fazenda. No ano de conclusão da rota, 1892, ele começava a presidência desta companhia de estrada de ferro, cargo que ocuparia até 1928. Dados importantes sobre a expansão ferroviária nas regiões cafeeiras encontram-se na TABELA 4.

TABELA 4 – Expansão ferroviária em quilômetros (1854-1929)

ANO	REGIÃO CAFEIEIRA	BRASIL
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.395,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1929	18.326,1	32.000,3

Fonte: tabela extraída de ARIAS NETO, 2003, p. 208.

Estes dados, segundo ARIAS NETO (2003), impõem algumas observações. A principal é que “verifica-se que até 1884 a expansão ferroviária esteve maciçamente concentrada na região cafeeira, isto é, Minas Gerais, o Vale do Paraíba e São Paulo. A partir daquele ano, essa concentração [...] cai para 61,5% e 57,3% em 1889 e 1929” (p. 208). Noutros termos, as ferrovias, como dissemos, foram sendo fundamentalmente construídas em pontos estratégicos que correspondiam à abrangência das zonas do café e, mesmo que se estendessem a outras regiões brasileiras, não se pode negligenciar que, desde o início, a maior fatia de linhas férreas esteve destinada às áreas cafeeiras.

À frente da Companhia Paulista desde 1892, a família Prado articulou, a seu modo, e sempre em benefício dos cafeicultores, a criação ou ampliação de rotas que favorecessem o escoamento da produção das fazendas paulistas, conforme nota com muita justeza Darrell E. Levi:

[...] os Prado haviam se envolvido como promotores, administradores e financiadores da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais desde seu início. A longa permanência de Antonio em sua presidência [de 1892] – até 1928 – [seria também] a mais importante atividade empresarial da família durante a Primeira República. A compra da Rio Claro inaugurou a presidência de Antonio, sendo este prontamente criticado pela queda dos lucros na década de [18]90, quando os primeiros pagamentos de títulos da Rio Claro coincidiram com a queda do valor cambial do mil réis. A decisão da Rio Claro, portanto, havia sido tão estratégica e pessoal quanto econômica, já que a Paulista, com o domínio de Antonio na “Santa Veridiana” como um aval de peso, conseguiu quebrar o cerco imposto a ela pelas linhas da Rio Claro e da Mogiana. Mesmo quando os títulos da Rio Claro tiveram seu vencimento, a Paulista permaneceu um risco seguro. (LEVI, 1977, p. 251)

Na verdade, a compra da Rio Claro Railway (de propriedade inglesa) pela Paulista – uma manobra essencialmente dos Prado – foi negociada por um agente também familiar: a pedido de Antonio, seu irmão Eduardo Prado interveio na negociação, obtendo informação privilegiada diretamente do diplomata brasileiro em Londres, Antonio Correia (idem, p. 250).

Administrador competente que era, Antonio Prado, durante os trinta anos em que esteve à frente da Companhia Paulista,¹⁵ não mediu esforços para, estruturando o setor de

¹⁵ Ainda segundo informações de Darrell Levi (1977), além de Antonio, muitos outros Prado e alguns parentes próximos passaram pela direção da Companhia Paulista: nosso autor, Paulo Prado, e seu irmão Antonio Júnior; Elias Fausto Pacheco Jordão (primo de Antonio) e Elias Antonio Pacheco e Chaves (seu cunhado) que, em 1887, se associaram aos Prado para fundar a Casa Exportadora Prado Chaves & Cia.; e Luiz Tavares Alves Pereira, sogro de Martinho Prado Neto – “por tal participação, os Prado puderam assegurar políticas ferroviárias que coincidissem com seus outros interesses” (p. 254).

transportes, ir articulando uma rede imprescindível de práticas e reformas estruturais – também de relações comerciais e industriais, como veremos adiante – que permitisse a articulação de um conjunto inteiro atuando em favor da economia cafeeira, mas não apenas restrito a ela, como credita Levi:

Sob a administração de Antonio, a Paulista estendeu suas linhas, introduziu inovações importantes tais como o reflorestamento para os dormentes e o combustível, a eletrificação, carros de passageiros todos em aço para o serviço de primeira e segunda classes, e locomotivas modernas, ações que ajudaram a garantir sua rentabilidade e a manutenção de um alto padrão de serviços. Nos primeiros 50 anos de sua operação, de 1872 a 1922, os últimos 30 sob a direção de Antonio Prado, a linha pagou um dividendo de não menos que sete por cento em todos os anos exceto um, com uma média anual de mais de dez por cento. Ao contrário da maioria das ferrovias brasileiras, a Paulista podia evitar grandes dívidas estrangeiras. [...] Antonio teve que procurar financiamento fora para a rodovia [*sic*] apenas duas vezes: em 1892, um título de £ 2.750.000 para construir um trilho duplo pela sua rota principal e em 1922, quando um acordo de \$ 4.000.000.000 foi negociado para financiar a eletrificação. (idem, p. 253)

Mas os negócios da família Prado, chefiados em parte por Antonio, em parte por Martinico – ambos já com suas fortunas particulares –, não se resumiriam às fazendas, à introdução de mão-de-obra livre nas lavouras, nem às melhorias ferroviárias de que demos notícias linhas acima. Em 1889, ano da Proclamação da República, Martinho, Antonio e Martinico Prado tornar-se-iam sócios na aquisição da fazenda São Martinho, em Ribeirão Preto, e com ela alcançariam o êxito de serem proprietários da segunda maior plantação de café do Brasil, a primeira em extensão de bloco único de terra. Dois anos antes, em 1887, a antiga Companhia Central Paulista (fundada pela mesma tríade dos Prado em meados da década de 1880) seria reorganizada, com capital inicial de 500 contos, na Casa de Exportação Prado Chaves & Cia., que contaria com dois outros associados, parentes dos Prado: Elias Antonio Pacheco e Chaves e Elias Fausto Pacheco Jordão.

Além da centralidade da Casa Prado Chaves em termos de exportação do café durante toda a Primeira República, é importante observarmos mais de perto a trajetória desta companhia porque foi como seu presidente, do início do século XX até a década de 1940, que nosso autor Paulo Prado se consagrou homem de negócios, cuja fortuna seria destinada a financiar inúmeras iniciativas culturais, artísticas e historiográficas – com lançamento e reedição de volumes sobre a história brasileira, por exemplo – no cenário nacional. Foi também sob a presidência de Paulo Prado que a Casa Prado se tornou a principal casa de exportação de café de propriedade brasileira em Santos, alcançando, por

exemplo, no biênio 1912-1913, uma participação de 16,82% das exportações totais no Brasil. Voltaremos à Casa Prado Chaves mais adiante; por ora, detenhamo-nos em algumas contradições do regime imperial, fundamentais para compreendermos as tensões políticas e econômicas que levariam à sua transição para a República e como esta logo se tornou *locus* privilegiado do “boom” cafeeiro entre as décadas de 1910 e 1930.

1.2. Crises no Império e instauração da República: o “boom” do setor cafeeiro

Os nossos esforços até então para evidenciar a conjuntura econômica e política em que uma classe – a dos burgueses do café – foi-se transformando, a partir de meados do século XIX, em classe dominante, cujo ápice se daria nas primeiras décadas do século XX, teve, sobretudo, a intenção de reportar momentos decisivos da expansão de suas atividades, ainda no regime imperial, e, como dissemos, de focalizar a atuação decisiva de uma família de cafeicultores que já nos primeiros anos da República tornar-se-ia a mais importante produtora e exportadora do café brasileiro, considerando-se que este produto figurava como principal atividade econômica do país.

Ainda assim, não foi sem contradições que a economia do café estendeu seus domínios; também não se pode alegar que a atividade cafeeira tenha-se desenvolvido sem enfrentar momentos críticos de crise. Negligenciar as contradições e crises – financeiras e políticas – em que desde o início estiveram envolvidos produtores e exportadores de café, tanto no Império como na República, significaria impor uma versão historiográfica apenas parcialmente legítima, renunciando, por conseguinte, à melhor contribuição que este nosso trabalho poderia oferecer: as crises enfrentadas pelo setor cafeeiro – e, de maneira geral, por outros setores da sociedade brasileira – na transição Império/República, e se estendendo, de maneira intermitente, durante toda a primeira fase do regime republicano, estão no centro de uma série de transformações (sociais, econômicas, políticas e até culturais) promovidas por este setor, abrangidas por ele (ampla ou parcialmente) ou atendendo à sua dinâmica – a do café. Consideremos, a exemplo disso, que a base em que se assentavam as relações sociais (e de trabalho) no Brasil até meados do século XIX era de ordem senhorial-escravocrata, convertida à última hora, é certo, por uma série de fatores, nacionais e internacionais, mas vinculados, de maneira indissociável, à atividade cafeeira, pioneira em promover a substituição da mão-de-obra escrava pela livre. Essa

mudança de eixo não veio sem contradições: uma delas, como mencionamos, foi a criação de uma infra-estrutura para atender à demanda de produção e exportação do produto – que conferiria fortuna e poder aos cafeicultores – caminhando lado a lado com a miserabilidade dos trabalhadores rurais, relegados à própria sorte e não contando com direitos trabalhistas básicos.¹⁶

Não foram também menos importantes algumas tensões políticas da sociedade brasileira na transição do Império à República, tensões, aliás, em grande parte vinculadas ao amplo desenvolvimento econômico promovido pela atividade cafeeira, como as constantes disputas eleitorais, os arranjos feitos às pressas para favorecer o setor, apadrinhamentos, criação de partidos políticos para fazer frente a recorrentes pressões ao governo central, insatisfações da parte dos produtores, freqüentes valorizações e desvalorizações no preço da saca de café, dentre outros. Em resumo, o café, mesmo ocupando o centro econômico do país nesse período, em torno do qual se iam estabelecendo novas relações sociais – conduzidas à sombra de um eixo fundamentalmente oligárquico, e em seu benefício –, não se manteve como carro-chefe da economia nacional sem esbarrar em momentos de conflito e sucessivas oscilações.

Por um lado, ainda nas últimas décadas do Império, era previsível que o Estado de São Paulo assumisse centralidade na economia brasileira, em razão da atividade cafeeira; por outro, e naturalmente, essa situação promoveria constantes conflitos de interesse a partir dos quais os paulistas passariam a exigir do governo imperial políticas de subsídio à expansão produtiva e à exportação do café. É que, na verdade, reconfigurava-se uma classe dominante, com consciência de seus interesses e um projeto de estruturação política do país (FAUSTO, 1997, p. 199), disposta a firmar-se como novo centro de controle econômico e que não mais faria frente às mudanças de inclinação política do imperador e aos seus plenos poderes para distribuir os cargos públicos, preenchidos sempre pelo apadrinhamento das famílias oligárquicas que mais lhe conviessem (CARDOSO, 1997, p. 28).

Mesmo os cafeicultores que se reuniam em torno do Partido Conservador, a exemplo de Antonio Prado – sectário da monarquia e ocupando cargos públicos no interior do regime imperial –, a certa altura não escondiam suas insatisfações com o Império. Ao

¹⁶ Afora isso, a contradição inexorável de um país que, mesmo sendo o maior produtor e exportador de café do mundo, enviando 32,59 milhões de sacas ao estrangeiro na década de 1870, não contava, até então, com uma infra-estrutura de transportes eficaz para o escoamento da produção, contradição, enfim, que promoveria a criação e extensão de linhas férreas até as zonas cafeeiras e, não somente, estimulando também que o mesmo fosse feito em âmbito nacional (vide TABELA 4).

que parece, havia vários descompassos entre a condução político-econômica do país, pelo governo imperial, e as necessidades de expansão dos setores produtivos, pondo já em desequilíbrio as instituições monárquicas.

[...] o Estado vira-se confrontado com crises políticas crescentes [...]. O que estava em jogo então não era apenas a “derrubada” da situação provocada pela Coroa para reequilibrar e viabilizar a continuidade do processo administrativo tradicional, [mas o próprio fato de o imperador deter sempre o poder político absoluto ao dirimir os conflitos e isso, sobretudo para as oligarquias, traduzia-se em instabilidade, no fato de que] ventos novos podiam soprar e, com essa ficção de democracia parlamentarista, impedia-se que os interesses locais se eternizassem com o predomínio da mesma oligarquia. Havia sempre a ameaça de uma oligarquia emergente a disputar as preferências imperiais... (idem, pp. 26-28)

Um dos principais representantes – em âmbito político e econômico – dos cafeicultores paulistas, o conservador ministro de Estado no Império, Antonio Prado, ponderaria suas convicções monárquicas, às vésperas da instauração do regime republicano, censurando inúmeras práticas administrativas do governo central e, em contrapartida, apresentando as vantagens daquelas estabelecidas na província de São Paulo. Certamente já contrário ao controle político centralizador do regime de que ele fora signatário – que impedia, por exemplo, que as províncias contraíssem empréstimos sem a interferência do governo central –, Antonio Prado desabafaria, em discurso no Senado a 2 de setembro de 1886, imbuído de um liberalismo que agora ele mesmo assumia como imprescindível para o “bom funcionamento” das atividades econômicas e o desenvolvimento – “os melhoramentos materiaes” – do país:

Uma das razões, senão a razão principal da prosperidade da minha provincia é que o Paulista não politica, em se tratando de melhoramentos materiaes. Há alli estradas de ferro, emprezas de navegação e outras organizadas por iniciativa de conservadores, liberaes e republicanos, os quaes esquecem dissentimentos quando o seu concurso é exigido a bem da provincia. (LEVI, 1977, p. 196)

A esses ânimos acirrados aliava-se uma outra conjuntura que exigia o estabelecimento de uma nova ordem política capaz de dar conta do ciclo de expansão acumulativa, crucial ao desenvolvimento do sistema oligárquico em formação. É, em especial, sobre isso que parece queixar-se o chefe dos Prado: havendo oferta abundante de terra – sobretudo para o cultivo do café, e sobretudo em São Paulo –, aos olhos de grande parte dos fazendeiros paulistas era preciso, o quanto antes, promover o setor, como já

vinha sendo feito, “por conta própria” (da província paulista) no tocante a uma oferta satisfatória de mão-de-obra e aos avanços na rede de transportes, por exemplo, para “o bom funcionamento” da economia agro-exportadora.

Além disso, a política monetária do Império nos anos 80 mostrara-se em parte insuficiente para fomentar as medidas de crédito necessárias ao incremento da produção exportadora – crescia descontroladamente a dívida externa brasileira e não havia até então um plano eficaz de valorização do café. A fundação do Partido Republicano Paulista – de que também fora signatário o cafeicultor monarquista Antonio Prado – já havia evidenciado, uma década antes, que as tensões entre governo central e produtores/exportadores se intensificavam. Segundo a pesquisadora Milene Ribas da Costa, foi sobretudo a modificação da estrutura produtiva cafeeira que acarretou os diferentes momentos políticos que a província de São Paulo experimentava, gerando demandas divergentes ao poder central num momento em que ele não se encontrava plenamente apto para atendê-las.

A expansão da lavoura cafeeira por São Paulo, contribuindo para que esta se tornasse a província mais próspera do Império, e as conseqüentes necessidades de investimentos advindas da expansão, combinadas com a estrutura centralizadora do Estado Monárquico, despertaram anseios por mais poder político – acompanhado de autonomia política e administrativa. A frustração destes anseios viabilizou a fundação do Partido Republicano Paulista, cuja bandeira federalista não poderia coexistir com a Monarquia. (COSTA, 2006, p. 42)

Ao “clube de senhores” que representava o colégio eleitoral, sem que houvesse de fato partidos de representação das classes oligárquicas emergentes, os fazendeiros paulistas responderiam com a criação, em 18 de abril de 1873, do PRP, que trataria de pressionar, a seu modo, o governo por condições favoráveis à expansão da atividade cafeicultura. E, em nome da proeminência econômica e política de São Paulo, a província começaria a se manifestar:

A centralização político-administrativa do Império era vista como forte entrave ao seu progresso. Assim, o anseio por autonomia encontraria no movimento republicano solo fértil; nessa província desenvolveu-se o partido republicano mais organizado do movimento e a bandeira federalista levantada por ele aglutinou fazendeiros que, sufocados pela centralização do Império, viam no federalismo a alternativa para o fortalecimento da ascensão econômica de São Paulo e, conseqüentemente, o dos seus negócios. (idem, p. 51)¹⁷

¹⁷ O levantamento feito por esta pesquisadora em sua tese de doutoramento, quanto à criação do PRP e alguns de seus interesses políticos a partir de 1873, é extremamente importante a esta nossa pesquisa, razão

O próprio Antonio Prado, como vimos, já sectário do PRP, tornar-se-ia porta-voz desse descontentamento de classe, representando-o com veemência em setembro de 1887 no Senado, onde se dirigia a seus confrades com palavras desabonadoras à já “ineficaz” ordem imperial e prevendo para o país uma nova organização política – a antiga, resquício da ordem imperial, era enfraquecida e em larga medida insuficiente para atender às novas demandas expansionistas do café:

Já é mais do que tempo de se iniciar uma política de horizontes mais vastos, e que se inspire no patriotismo. [...] A batalha pelo poder corrompeu todos os estados com negócios, ideias confusas, princípios falsificantes, caracteres enfraquecedores. Os partidos não tem mais divisas, e, se as tem, são divisas sem princípios. (LEVI, 1977, p. 195)

O que, de certa forma, Antonio anunciava era a premência de as oligarquias paulistas se imporem definitivamente como bloco de sustentação do poder e, sobretudo, como segmento dirigente da ordem republicana, com vistas a garantir o que era então indispensável à expansão de seus limites: autonomia político-econômica para a contratação

pela qual transcrevemo-lo aqui: “Ainda em 1870 é organizado o Clube Republicano na capital paulista, seus integrantes destacam a necessidade de que a autonomia do núcleo local seja preservada. Nos dois anos que seguem a constituição do partido no Rio de Janeiro [que ocorrera em 1870], os paulistas organizam-se e buscam apoio nas municipalidades às idéias republicanas. A ênfase que os republicanos vão dar à necessidade de autonomia local deve ser entendida a partir da estrutura fiscal centralizada do Império, que tolhia completamente a iniciativa local, pois a sua capacidade de gerar renda própria, atendendo às suas necessidades, estava inviabilizada diante do sistema tributário vigente. Nesse sentido, como o partido republicano vai organizar-se em São Paulo no lastro da expansão cafeeira, era necessário dialogar com os interesses dos fazendeiros do café, espalhados em vários municípios do Oeste paulista. Em 1872, como aponta José Ênio Casalecchi [a autora se refere à obra *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*, publicada em 1987 pela Editora Brasiliense], ao delinear algumas linhas do partido em gestação, os paulistas destacam ainda que o Partido Republicano Paulista estaria comprometido com as idéias democráticas e com o regime federativo, entretanto, conservaria a sua independência e autonomia em relação ao núcleo estabelecido na capital do Império.

Em 1873 ocorre a Convenção de Itu que deu origem ao Partido Republicano Paulista (PRP). Os integrantes do novo partido, na sua ampla maioria homens de posses, entenderam que era necessário associar-se em torno de uma sigla para fortalecerem-se e enfrentarem a ordem imperial, que se impunha como forte entrave aos negócios da província: ‘A vanguarda do movimento republicano era composta de lavradores (proprietários) e capitalistas e caminhava para esse ideário que lhes favorecia o *espírito associativo*, presente na organização partidária e na luta pela autonomia, proposta pelo federalismo. Todos os encontros partidários de 1874 a 1889, menos concorridos que o de Itu, mantêm a mesma característica quanto à sua organização social’ (CASALECCHI, 1987, p. 50).

Além disso, os homens de posses desta província estavam centrados na região do Oeste paulista [...]. Ao lutarem pela federação, pela autonomia política e administrativa das províncias, os paulistas republicanos de posses defendiam seus interesses econômicos que julgavam arranhados, quando não tolhidos, pela ordem imperial [...]” (COSTA, 2006, pp. 53-54).

de empréstimos estrangeiros, com vistas aos “melhoramentos materiaes”. Por outro lado, o discurso de Antonio Prado em desfavor ao que ele chama “princípios falsificantes” no interior dos partidos políticos permite-nos observar uma conveniência que parece ter acompanhado o chefe dos Prado ao longo dos regimes imperial e republicano: o seu adesismo político sempre em nome de seus “interesses materiais” e os de sua classe. De membro do Partido Conservador durante o Império,¹⁸ Antonio passaria, sem cerimônias, a um dos fundadores, em 1873, do Partido Republicano em São Paulo (PRP); deste se retiraria no século seguinte para em 1926 fundar, contando já 86 anos de idade, o Partido Democrático (PD), criado com o apoio de representantes de variadas classes econômicas de São Paulo (vide TABELA 5).

O manifesto do Partido Democrático, escrito por Antonio Prado, mencionava como suas principais preocupações a falta de partidos políticos significantes e a resultante flutuação dos negócios nacionais. [...] Dos 601 signatários do manifesto, 42,6% eram profissionais da classe média, 23,4% eram funcionários de escritório, 15,5% eram fazendeiros e outros proprietários, 13,5% [sic] representavam o comércio, as finanças e a indústria. A diretoria do partido, formada por dez homens, consistia de Antonio Prado, que havia se inscrito como fazendeiro, três outros fazendeiros, três professores de Direito e três outros advogados. Assim, representantes de outras profissões e negócios e funcionários de escritório, que compreendiam a maioria do partido, não estavam incluídos em sua liderança inicial. (LEVI, 1977, pp. 302-303)

¹⁸ Lembremos aqui, brevemente, que prevalecera durante o Império o bipartidarismo: de um lado, o Partido Conservador e, de outro, o Partido Liberal, ambos elitistas, abrigando proprietários de terras e atuando como “simples agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder” (VIANNA, 1933, apud COSTA, 2006, p. 21). O primeiro era composto principalmente por proprietários ligados à exportação (caso de Antonio Prado) e por funcionários públicos; o segundo, por proprietários cuja produção voltava-se para o mercado interno, e muitos profissionais liberais: “os dois partidos continham, então, segmentos da elite econômica do país e, por meio deles, estabeleciam-se os conflitos regrados intra-elites” (COSTA, idem, pp. 21-22)

TABELA 5 – Composição de classes do Partido Democrático (PD)

PROFISSIONAIS DA CLASSE MÉDIA	Nº DE MEMBROS	TOTAL DO GRUPO	% DO GRUPO
Advogado	139		
Engenheiro	42		
Médico	28		
Jornalista	10		
Dentista	8		
Farmacêutico	6		
Prof. da Faculdade de Direito	6		
Professor	3		
Prof. da Escola de Farmácia	3	256	42,6
Cirurgião-dentista	2		
Prof. da Escola Politécnica	2		
Militar	1		
Solicitador	1		
Pintor	1		
Sacerdote	1		
Prof. do Conservatório ¹⁹	1		
Químico	1		
Prof. da Faculdade de Medicina	1		
PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO	Nº DE MEMBROS	TOTAL DO GRUPO	% DO GRUPO
Comerciário	80		
Funcionário bancário	48		
Guarda-livros	7		
Tabelião	2	141	23,4
Contador	2		
Escrevente	2		
CLASSES PROPRIETÁRIAS	Nº DE MEMBROS	TOTAL DO GRUPO	% DO GRUPO
Lavrador	59		
Proprietário	34	93	15,5
NEGÓCIOS, FINANÇAS E INDÚSTRIA	Nº DE MEMBROS	TOTAL DO GRUPO	% DO GRUPO
Comerciante	68		
Industrial	10		
Corretor	8	87	14,5
Comissário	1		
DIVERSOS E DE STATUS INDEFINIDO	Nº DE MEMBROS	TOTAL DO GRUPO	% DO GRUPO
Estudante	18		
Ferrovário, funcionário	4	24	4,0
Empregado, funcionário	2		

Fonte: dados extraídos de LEVI, 1977, pp. 337-339.

¹⁹ O professor do Conservatório que aparece como signatário do PD era Mário de Andrade, que no próximo capítulo será observado mais de perto, em estreita relação com nosso autor, Paulo Prado, e com a elite cafeicultora de São Paulo.

Retomando nossa discussão central e à parte a criação/situação dos partidos políticos na transição do Império para a República, com ou sem êxito, o fato é que a instauração do regime republicano em 1889 viria a calhar para as intenções expansionistas dos “empresários do café”, de modo que, tão logo subissem ao poder os políticos da nova ordem, arranjar-se-iam os meios necessários à consolidação da supremacia, tanto no plano político como no econômico, da nova classe.

A despeito de todos os desgastes do governo de Deodoro, culminando com sua renúncia em novembro de 1891, os interesses das burguesias agrárias regionais – com destaque para o segmento paulista, seguido por Minas Gerais – foram mantidos, fazendo-se representar junto ao governo central por meio de pastas importantes nos ministérios (CARDOSO, 1997, p. 38). E o Brasil passaria por um período de reformas monetárias, subsídios à agricultura de exportação, emissão de créditos e negociações de vultuosas quantias com o estrangeiro.

[De fato, com a instauração da República] realizou-se uma profunda modificação da política monetária ao mesmo tempo em que ocorria uma alteração da conjuntura internacional. O fornecimento de créditos expandiu-se e se efetivou a reforma bancária, com a criação de vários bancos de emissão. Em apenas dois anos (1890-1891), foram emitidos cerca de 335 mil contos em notas bancárias, aumentando 1,5 vezes o saldo de papel moeda emitido. A cafeicultura seria beneficiada essencialmente por dois fatores: a abundância de créditos, a relação entre a taxa cambial e a evolução dos preços internacionais do café. (FAUSTO, 1997, pp. 201-202)

Essa conjuntura interna favorável – sobretudo para São Paulo e, secundariamente, para Minas Gerais –, repercutindo e influenciando, em anos seguintes, no volume da produção, seria potencializada com a subida de Floriano ao poder, guiado pelas mãos firmes dos representantes do PRP. O novo presidente saberia retribuir o apoio político dos republicanos paulistas entregando a pasta das Finanças a um de seus pares – Rodrigues Alves, que mais adiante chegaria à Presidência da República – e contando com a presteza de duas figuras exponenciais do partido, Bernardino de Campos e Prudente de Moraes, respectivamente presidentes da Câmara e do Senado.

Mas, ainda assim, se o plantio dos cafezais crescia vertiginosamente pelo interior de São Paulo, a prosperidade no que tange às exportações do produto em vários momentos da Primeira República não se manteve sem oscilações. Somente com muito vigor administrativo da máquina exportadora e, mais do que isso, com a possibilidade de

poderem contar com os “amigos políticos” é que os cafeicultores paulistas levavam adiante a tarefa promissora do crescimento econômico.

E, com efeito, a burguesia do café, quando não esteve ela mesma fazendo-se representar na Prefeitura da capital paulista, no Governo do Estado, na Câmara, no Senado e até na Presidência, por meio de seus sectários do PRP,²⁰ contava com a intervenção de muitos aliados, ilustres figuras da administração pública dispostas a impulsionar a expansão da economia cafeeira e a socorrer os fazendeiros em momentos de tensão ou desvalorização do produto. Tão logo surgissem os primeiros sinais de crise, iam aparecendo propostas de intervenção governamental para reduzir seus efeitos. Foi assim durante todo o final do século XIX – quando o Império ainda dava seus últimos murmúrios e a República, seus primeiros passos – e também na primeira década do século XX, quando os cafeicultores foram estabelecendo laços cada vez mais fortes e oportunos com aqueles que administravam e repassavam as finanças públicas.

Nas últimas décadas do Império, a burguesia do café já assumira o controle da máquina estatal da província de São Paulo. A expansão ferroviária se fazia com a garantia de juros concedida pelo governo; o subsídio à imigração saía dos cofres provinciais. Muito embora a dependência do capital inglês começasse a se estabelecer, a nova classe, em situações específicas, enfrentaria com êxito os grupos externos. Um dos casos mais expressivos é o da disputa travada entre a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a São Paulo Railway para a construção da linha ligando Campinas a Rio Claro. Várias medidas da administração provincial contribuíram para favorecer a Paulista que acabou por obter a concessão, iniciando a construção da linha em janeiro de 1874. (FAUSTO, 1997, p. 200)

Esta conjuntura favorável aos cafeicultores – que precisava a qualquer custo ser mantida – também o era ao governo central, que dependia da valorização do preço do café no mercado internacional para equilibrar e desafogar os orçamentos federais. Trocando em miúdos, o aumento do valor das exportações permitia ampliar as importações, estas atuando como a principal fonte da receita tributária do país. Afora isso, havia ainda a necessária conveniência entre o comércio com o exterior e a elevação da taxa cambial – isto é, da moeda brasileira –, o que, por seu turno, permitia honrar compromissos

²⁰ Quanto à importante atuação do PRP na Primeira República, em defesa da expansão da economia cafeeira, cumpre-nos ressaltar que, embora houvesse divergências no seio da burguesia cafeeira paulista, elas seriam, por longa data, abrigadas sobre a estrutura partidária de um só partido – o PRP: “[...] o PRP não representava apenas este ou aquele grupo oligárquico, como costumava acontecer nos demais Estados, mas dava conta das posições divergentes de São Paulo. Deve-se entender as peculiaridades do partido que representava São Paulo, no quadro regionalista que imperava na Primeira República. Acima das lutas intestinas que tendiam fracionar a burguesia cafeeira paulista, colocavam-se os interesses dominantes de São Paulo, que convinha defender, de forma coesa contra os outros Estados e junto ao Governo Federal” (VILARDO, 1986, p. 74).

importantes com os credores estrangeiros e, assim, ir saldando parcelas da dívida externa – pagas em moeda internacional.

Tendo superado a primeira crise de 1887, quando houve expressiva oscilação entre a procura e a oferta do produto no mercado internacional – em grande parte vinculada à alternância de safras maiores ou menores, dependendo das condições meteorológicas, o que afetava o volume da produção gerando descompasso e fazendo subir a taxa de câmbio –, os cafeicultores agora republicanos partiriam para uma ofensiva estratégica e improrrogável: a exigência junto ao poder federal da concessão de créditos para o incremento da produção. Com a criação de vários bancos de emissão e algumas reformas bancárias, parcialmente se resolvia o problema permitindo-se aos fazendeiros o empréstimo de quantias satisfatórias para o crescimento produtivo.

Foi nesse contexto, por exemplo, que Antonio Prado abriu o Banco do Comércio e Indústria em São Paulo, com ativo médio de 100 mil contos. Essa instituição financeira, que esteve sob a direção do chefe dos Prado até 1920, “representou, presumivelmente, a institucionalização de fundos antes preservados em mãos da família. Uma medida da força que o banco deu aos Prado pode ser tirado do fato de que, até 1887, o total de ativos de oito bancos, que operavam nas cidades de São Paulo, Campinas e Santos era de apenas 91 mil contos” (LEVI, 1977, pp. 248-249).²¹ Afora isso, e principalmente, o banco de Antonio Prado logo se transformou na principal instituição privada de crédito em São Paulo, o que, necessariamente, contribuiu para a expansão de muitas lavouras de café, resumindo, uma vez mais, a atuação decisiva da família em fazer funcionar um conglomerado que fortalecesse o predomínio do café na economia nacional – o ativo médio do Banco do Comércio e Indústria representaria, por exemplo, de um quarto a um terço dos ativos dos bancos privados registrados no Estado de São Paulo, durante o período de 1900 e 1910 (idem, p. 248).²²

²¹ Ainda segundo Levi (1977), foi, ao menos por quatro décadas, notória a representatividade e a importância dessa instituição de crédito para os Prado e a atividade cafeeira, em geral: “Em março de 1928, a agência do Banco do Comércio e Indústria, no Rio de Janeiro tinha reservas em caixa de mais de 108 mil contos, reserva superada apenas pelo Banco do Brasil” (p. 249).

²² Vendo expandirem-se os negócios da família, Antonio Prado abriria ainda novas possibilidades de atuar como comerciante e industrial em São Paulo. Além da Casa Prado Chaves & Cia. e o Banco do Comércio e Indústria, o chefe dos Prado tornou-se proprietário de um curtume – o Água Branca – nos arredores da capital paulista, em 1895. Tal empreendimento também o levaria a estabelecer, anos mais tarde (em 1910), a primeira firma de acondicionamento de carne refrigerada no Brasil – o Frigorífico Barretos, em sociedade com o empresário Alexandre Siciliano. Na ocasião, Antonio foi, ele mesmo, à Europa adquirir materiais e *know-how* neste setor, tratando ainda de recrutar mão-de-obra especializada da Argentina e dos Estados Unidos (LEVI, 1977, p. 257). “Usando os sistemas da ferrovia e transporte fluvial de sua companhia férrea [a Paulista], Antonio pôde obter gado de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Os planos originais previam a produção apenas para o consumo doméstico, mas a demanda local podia, supostamente, satisfazer apenas um

Enquanto os cafeicultores experimentavam o curto “boom” de prosperidade – que se estendeu de 1889 a 1894 –, outras crises surgiriam, demonstrando novos desequilíbrios entre “a expansão das exportações e as pressões por importar, o peso demonstrado pela dívida externa e a retração do capital estrangeiro” (FAUSTO, 1997, p. 205). À época de Prudente de Morais como presidente da República (1894-1898), o pronto socorro aos cafeicultores foi animador – com medidas de contenção de despesas orçamentárias e de controle da oferta da moeda –, mas, ainda assim, estas eram insuficientes para impedir a desvalorização do preço do café no mercado internacional.

Com a administração posterior do presidente – também paulista – Campos Sales (1898-1902), os ânimos melhorariam para os cafeicultores. Uma vez vitorioso nas eleições presidenciais, e atuando como um dos mais importantes chefes do Partido Republicano Paulista, ele procurou pôr em prática as novas diretrizes da política econômica, privilegiando a regularização e o controle da dívida externa e o fortalecimento da moeda nacional. (VILARDO, 1986, p. 47).

Afora isso, oportunamente criava-se a “política dos governadores”, atribuindo aos Estados maior autonomia para interferir diretamente em seus negócios e, com isso, valorizar suas políticas de exportação, taxar, arrecadar e distribuir suas receitas estaduais e, ainda, atuar junto aos credores internacionais, sem o intermédio do governo federal, na concessão de empréstimos quantos fossem necessários para a expansão de suas atividades produtivas.

Embora seja impossível generalizar as crises enfrentadas até 1909 pelos produtores paulistas – visto a diversidade das relações de produção e a especificidade de cada fazendeiro –, é possível levar em conta que tais momentos não provocariam o colapso da atividade cafeeira no país. Ao contrário, serviriam de incentivo para a contração de novos empréstimos estrangeiros, sob a motivação do “crescimento econômico”.

terço da capacidade de produção do Frigorífico Barretos. Assim, em 1914, foram exportadas 1,5 [sic] toneladas de carne. Apesar da guerra, as exportações para a Europa expandiram-se grandemente, passando de 3.500 toneladas em 1915, para aproximadamente 5.850, 7.700 e 11.050 toneladas nos anos de 1916 a 1918. [...] Em 1919, quando terminou a situação incomum criada pela guerra e os tradicionais fornecedores de carne do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina reconquistaram o mercado, o frigorífico foi arrendado a outra firma, desligando-se do controle direto dos Prado” (idem, pp. 257-258). Além destes negócios da família, outros ainda viriam, dentre os mais importantes a Vidraria Santa Marina, fundada em 1895 pelo mesmo Antonio Prado, e mais uma vez em sociedade com Elias Fausto Pacheco Jordão (sócio também da Casa Prado Chaves). A intenção preliminar era que a empresa fornecesse garrafas aos fabricantes de cerveja da Companhia Antártica e Cervejaria Germânica, o que também sob o crivo administrativo de Antonio em poucos anos seria facilmente ampliado: “Dois quintos de seu capital original de 1.000 contos foram subscritos por Antonio. Em 1919 ele adquiriu três quartos das ações, e seis anos mais tarde o capital da firma foi elevado a 5.000 contos. Originalmente, duas centenas de sopradores de vidro franceses e italianos produziam 8.000 garrafas diariamente. Com a compra de equipamento moderno, na década de [19]20, a produção subiu a 140.000 garrafas por dia” (idem, p. 259).

Com ou sem oscilação, o certo é que a atividade cafeeira continuava a todo o vapor, e os fazendeiros, obtendo créditos para manter e expandir a empresa agrícola. Mas, em razão de isso ocorrer em larga medida alimentado pelos empréstimos internacionais, em meados dos anos 1890 as empresas estrangeiras já detinham o controle sobre o comércio das exportações do café, fato que também se estenderia até a década seguinte. De 1895 a 1907, por exemplo, das dez empresas exportadoras do produto, que faziam a permutação através do Porto de Santos, nove eram estrangeiras: em primeiro lugar, figurava a Theodor Wille & Co., com um total de 16.018.262 sacas comercializadas; seguiam-se a ela a Naumann, Gepp & Co. Ltda. (13.337.274 sacas), a E. Johnston & Co. Ltda. (7.036.021 sacas), a Arbuckle & Co. (5.175.400 sacas), a Hard Rand & Co. (3.999.808 sacas) e a Carl Hellwig & Co. (3.706.300 sacas). Terminando a lista das empresas estrangeiras, apareciam em 8º, 9º e 10º lugares a Goetz, Hayn & Co. (3.177.820 sacas), a Zerrenner, Bülow & Co. (2.889.087 sacas) e a J. W. Doane & Co. (2.402.760 sacas) (FAUSTO, 1997, p. 211).²³

Em 7º lugar, discretamente aparecia a Casa Prado Chaves & Cia., com a cifra de 3.370.864 sacas exportadas ao estrangeiro. Fundada, como vimos, em São Paulo no ano de 1887, esta empresa exportadora adquiriria centralidade apenas nas décadas ulteriores, sobretudo nos anos 20 do século seguinte, já sob a égide do sistema republicano e sob o comando de um outro Prado – Paulo, filho mais velho de Antonio. Ao retornar da “longa temporada na Europa”, em 1897, após inúmeros pedidos de Antonio, Paulo Prado assumiria a Casa Prado Chaves, primeiro como gerente e, em seguida, como presidente da companhia, da qual esteve à frente até o ano de sua morte, 1943. Voltaremos, mais especificamente, ao Paulo Prado “homem de negócios” nos capítulos subseqüentes desta dissertação. Por ora, importa-nos salientar que a Casa Prado Chaves, primeiro sob comando de Antonio e, depois, de seu filho Paulo, tornar-se-ia, *pari passu*, a primeira exportadora brasileira de café durante a Primeira República.

Se por um lado, como já demonstramos, houve prevalência do capital internacional para a manutenção, o incremento da produção e a comercialização do café, desde os últimos anos do Império até a primeira década da República, na década seguinte haveria

²³ A importância da Theodor Wille Co. como primeiro exportador se encontra acentuada pelos contratos efetuados com o governo de São Paulo, durante o ano agrícola 1906-1907, no decurso da primeira valorização. Entretanto, desde o ano 1901-1902 superara Neumann Gepp, cuja posição fora dominante até então. Theodor Wille – grande firma de Hamburgo – estabeleceu-se em Santos, em março de 1844, abrindo mais tarde filiais no Rio de Janeiro e em São Paulo. Neumann Gepp & Co. e E. Johnston & Co. eram firmas inglesas. A última fazia parte do que Richard Graham chamou de “complexo exportação-importação”, tendo sido a maior importadora de produtos de algodão do Rio de Janeiro, por volta de 1850” (idem, pp. 211-212).

uma mudança parcial nesse quadro de controle sobre o produto. Ao mesmo tempo que empresas como a Theodor Wille iam-se tornando proprietárias de várias fazendas cafeeiras, despontava também pelo menos um grupo familiar nacional de grandes produtores-comissários-exportadores. É que, em virtude das desvalorizações do café no início da década de 1910, muitos fazendeiros, sem recursos para manter suas propriedades, dispuseram-se a vendê-las a outros produtores. E, neste caso, não se pode negligenciar que a Casa Prado Chaves seria grande beneficiada, comprando grande parte das fazendas que se estendiam pelas regiões de Valinhos, Rocinha, Louveira, passando a contar com mais de 14 novos estabelecimentos agrícolas e cerca de 3,5 milhões de novos pés de café – nas piores condições possíveis, mas isso não lhe tiraria o ânimo para recuperar as terras e os cafezais e tão logo receber de volta o montante aplicado nas fazendas (idem, p. 225).

Aliás, os Prado beneficiaram-se em mais de uma oportunidade do fato de poderem desempenhar o papel de elo de ligação entre o Estado de São Paulo e os grandes centros internacionais. Exemplificando, apesar da oposição inicial do Conselheiro Antônio Prado ao esquema valorizador de 1906, o grupo familiar figurou como intermediário de empréstimos vinculados à operação. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Prado Chaves foi mediadora na venda de cafés efetuada pelo Brasil à França; em 1917-1918, coube ao Banco do Comércio e Indústria, do qual o Conselheiro foi presidente por longos anos, efetuar compras da mercadoria, em nome do Estado, no curso da segunda valorização. (idem, pp. 225-226)

A TABELA 6 nos fornece importante demonstrativo da expansão das propriedades agrícolas dos Prado, sob a égide da Prado Chaves. Das primeiras fazendas cafeeiras, sob o comando de Martinho, Martinico e Antonio (Campo Alto, Santa Veridiana, Santa Cruz, Guatapará e São Martinho), adquiridas ainda na transição do Império para a República, a companhia exportadora – vinculando convenientemente produção e exportação – passaria a proprietária de 17 fazendas de café, já na primeira década do século XX.

TABELA 6 – Propriedades da Companhia Prado Chaves (1906-1909)

LOCALIZAÇÃO OU NOME	ÁREA (alqueires)	PÉS DE CAFÉ
1. Campinas	130	130.000
2. Dourado	550	200.000
3. Jundiá	300	116.000
4. Santa Rita	150	142.000
5. Santa Rita	79	90.000
6. Ventania	650	247.000
7. Tietê	500	175.000
8. Santa Silveria	456	385.000
9. Campo Alegre	436	160.000
10. Dourado	600	128.000
11. Floresta	236	290.000
12. Visconde do Pinhal	200	132.000
13. Louveira	160	124.000
14. Dourado	160	68.000
15. Itahiquara	163	170.000
16. Ribeirão Preto	120	230.000
17. Brodosqui	65	90.000

Fonte: tabela extraída de LEVI, 1977, pp. 330-331.

A Casa Prado Chaves – assim como as demais produtoras e exportadoras de café – seria especialmente beneficiada por inúmeros acordos e medidas de salvaguarda do produto. Atuando como cafeicultor e político – sempre as duas coisas – durante o Império e a Primeira República, o conselheiro Antonio Prado manteria laços fortíssimos com a administração pública de São Paulo – mesmo entrando em desavenças muitas vezes com a política paulista – e, em larga medida, seu nome aparecerá associado a grandes feitos ao longo de toda a sua carreira política.²⁴

Por outro lado, entre as forças que se beneficiaram com a República também figuravam os setores industrial-financeiros, mantendo ativa sua principal bandeira de luta: a proteção à indústria nacional por meio da regulamentação de impostos de importação. A esta corrente, chamada “industrializante”, não raro especulativa, inflacionista e em busca desenfreada por angariar negócios, contrapunha-se o setor agrário, mais sólido e conservador:

²⁴ Maiores detalhes acerca da atuação de Antonio Prado na política de São Paulo e de suas interferências em âmbito nacional – quando, por exemplo, da Prefeitura de São Paulo (da qual esteve à frente de 1899 a 1910) ele urbanizava a capital e falava ao restante do Brasil como líder administrativo e em nome da principal cidade brasileira, serão fornecidos ao longo do capítulo 2 da presente dissertação, momento oportuno para avaliarmos suas “reformas” urbanas em consonância com as reformas culturais de seu filho Paulo Prado.

A crítica ao encilhamento, aos *déficits* crescentes, à “artificialidade” da indústria nacional que importava insumos e [...] estafava o consumidor nacional, opunham-se os bem pensantes porta-vozes da “fonte da riqueza nacional”: os cafeicultores. (CARDOSO, 1997, p. 35)

Ainda segundo Cardoso, “homens como Rangel Pestana,²⁵ Bernardino de Campos²⁶ ou Moraes Barros²⁷ viam com suspeição o favoritismo à indústria e a repercussão de tudo isso no que havia de mais sagrado para o equilíbrio geral das consciências: o crédito externo e a taxa de câmbio” (idem, *ibidem*). Mesmo assim, e em linhas gerais, apesar de o governo Floriano, obediente aos interesses do PRP, ter-se mantido fiel aos cafeicultores, e mais adiante os presidentes paulistas Prudente de Moraes e Campos Sales terem tratado de validar o contra-ataque da burguesia agrário-exportadora – que não permitiria que um surto industrializante interferisse em sua corrida expansionista –, certo é que a própria conjuntura de estímulo à imigração – e, com ela, a abundante oferta de uma mão-de-obra estrangeira – já vinha lançando as bases estruturais para a industrialização brasileira, que naturalmente não percorreria os caminhos de uma “revolução” industrial como acontecera na Europa, mas se daria sob o crivo da classe oligárquica:

[...] o processo de industrialização foi imensamente influenciado pela onda de imigração européia. [E este acúmulo de capital humano, além de imprescindível à economia agro-exportadora, também seria decisivo para o desenvolvimento da indústria nacional].

[...] Crescendo mais depressa e estimulando a especialização, a renovada economia de exportação multiplicou, por isso mesmo, o emprego urbano no comércio, nos transportes, no governo e no artesanato. As cidades entraram a crescer mais depressa do que a população em geral. Os índices de mortalidade nas áreas urbanas

²⁵ Rangel Pestana havia sido deputado provincial de 1884 a 1888 e, mais tarde, de 1890 a 1893, fez-se senador da República. Voltaria ao cargo de deputado, entre 1899 a 1902, e mais uma vez ao de senador, de 1902 a 1903. Natural de Iguçu-RJ, fez os estudos secundários no Colégio Pedro II e formou-se bacharel em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Era forte aliado dos cafeicultores paulistas e membro do PRP, tendo publicado, em 1877, sob o pseudônimo de Thomas Jefferson, *Partido Republicano na Província de São Paulo*. Informações pesquisadas e extraídas do banco de dados do Senado Federal, disponíveis no *site*: <www.senado.gov.br>.

²⁶ Bernardino de Campos fora deputado provincial de 1887 a 1889 e, instaurada a República, ocupou-se dos cargos de deputado federal (1891 a 1893), governador de São Paulo por dois mandatos (1892-1896 e 1902-1904) e foi duas vezes senador da República (em 1896 e de 1900 a 1902). Natural de Pouso Alegre-MG, estabeleceu-se na capital paulista ainda na extrema juventude, lá cursando o ensino secundário e formando-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Esteve sempre do lado dos cafeicultores paulistas como político do PRP. Informações pesquisadas e extraídas do banco de dados do Senado Federal, disponíveis no *site*: <www.senado.gov.br>.

²⁷ Manoel de Moraes Barros (mais conhecido como Moraes Barros) foi deputado provincial de 1884 a 1885; à época republicana, atuou como deputado geral de 1891 a 1896 e também como senador da República (sempre pelo PRP) por dois mandatos consecutivos (1895-1899 e 1900-1902). Natural de Itu-SP, exerceu ainda os cargos de delegado de polícia, promotor e juiz de Direito em Piracicaba-SP. Informações pesquisadas e extraídas do banco de dados do Senado Federal, disponíveis no *site*: <www.senado.gov.br>.

caíram sensivelmente, mercê da melhoria dos serviços de saúde pública, financiados sobretudo com os ganhos da exportação destinados a tornar o Brasil mais atraente para os trabalhadores estrangeiros. A população urbana acrescida [...] estimulou vigorosamente a procura de artigos importados e bens de consumo em geral. Ao mesmo tempo, a demanda, reestruturada, passou a consistir largamente em artigos baratos para o consumo de massa. (DEAN, 1997, pp. 252-253)²⁸

Se, por um lado, a implantação de um sistema industrial no Brasil só seria possível mesmo a partir da década de 1930, por outro, com o advento da República e ao longo de todo o seu primeiro período, havendo um aprofundamento da dependência financeira e econômica do país em relação às transações comerciais do café, o setor agrícola ia-se tornando o responsável por lançar as bases de uma indústria incipiente e ainda limitada, para atender às demandas de sua produção enviada ao estrangeiro. E, tornando-se cada vez mais especializada a cultura do café, com o contínuo aumento da produção e exportação, as oligarquias asseguravam-se de que esta nova dinâmica industrial estivesse atrelada (e subordinada) à dinâmica da economia cafeeira – pelo menos até a década de 1930.

As técnicas mecânicas foram aplicadas no setor de exportação antes de quaisquer outras, principalmente porque os seus produtos, tendo que competir no mercado internacional, precisavam ser eficientemente produzidos. O fabrico do açúcar, o acondicionamento da carne, o descaroçamento do café figuravam entre as primeiras linhas de produção [e a quase totalidade dessas operações tecnicamente necessárias era levada a cabo pela força de trabalho imigrante]. (idem, p. 256)

Fosse ainda bastante restrita durante toda a Primeira República a integração brasileira na economia internacional – apesar de o capital estrangeiro ter desempenhado um papel decisivo na história desse período (por meio dos vultuosos empréstimos concedidos aos cafeicultores, que logo se convertiam no direito de intermediar a comercialização do café), é impossível negligenciar que o país também passasse a se integrar mais na divisão internacional do trabalho. E o responsável por isso era antes de mais nada o café. Sob este enfoque, cabe ressaltar que os oligarcas do café, mostrando-se adeptos da força de trabalho escrava até o seu derradeiro momento de utilização no Brasil, quando entenderam que ela não mais se sustentaria nem seria interessante para o

²⁸ Cabe-nos observar que as classes oligárquicas – especialmente a dos cafeicultores de São Paulo – sabiam da importância de investir em estradas de ferro e docas (como vimos anteriormente), bem como em novas fontes de energia – não tardaria para que os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, concentrassem a partir da década de 1890 esforços na energia hidrelétrica –, e isso também seria decisivo para se aproveitar a mão-de-obra estrangeira excedente nas lavouras de café, levando-a para as cidades e empregando-a na construção civil, em refinarias de açúcar e nas fábricas de tecidos.

desenvolvimento de uma perspectiva capitalista em suas propriedades de terra – mesmo que ainda não se possa falar nessa época em relações capitalistas de produção –, reforçaram e levaram a cabo, como vimos, a sua transição para o trabalho livre. Dessa forma, ao promover o trabalho livre, a cafeicultura estimulou o desenvolvimento de relações livres na cidade, com a nascente indústria e o desenvolvimento do comércio, estes, sim, de perfil capitalista.

Nessa medida, e como veremos nos capítulos seguintes, “alguma” indústria era importante e necessária aos burgueses do café – que poderiam baratear o custo da produção e de sua mão-de-obra, na medida em que seus trabalhadores teriam acesso a bens de consumo e instrumentos de trabalho que não precisassem vir de fora, o que nos leva a concluir que o grande mercado consumidor da indústria nascente foi primeiro o dos trabalhadores livres do café –, mas em hipótese alguma um processo de industrialização do país, pois isso transferiria a hegemonia da classe cafeeira a uma nova classe – a dos industriais. Isso, de fato, não estava nos planos dos cafeicultores.

A burguesia agrária paulista já contava, como vimos, com o principal motor para acelerar os rumos do capitalismo brasileiro em toda a Primeira República: a constituição e o incremento da força de trabalho, capaz de potencializar a “vocação agrícola” do país e tornar o café o produto primário de maior valor no mercado internacional, em especial no decênio 1910-1920 (OLIVEIRA, 1997).

Mas este êxito o baronato paulista jamais conseguiria não fossem as “oportunidades favoráveis aos negócios” articuladas dentro da própria máquina estatal.   que, de posse do principal meio de produ o – a terra –, mediando o emprego da mão-de-obra e a recém-criada rede de transportes, os cafeicultores não se contentariam com um poder central hostil aos seus interesses. Neste sentido,   correto afirmar que a centralidade do Estado de São Paulo na política federal de toda a Primeira República foi notória:

Conquanto São Paulo não pudesse dominar sozinho o governo federal, podia geralmente agir de acordo com Minas Gerais para controlar o Executivo federal e, através dele, todo o governo central. [...] Como a economia de São Paulo avultasse sobremaneira na economia nacional, as crescentes rendas do Estado eram uma garantia de que os interesses paulistas não seriam negligenciados, fossem quais fossem as políticas do governo do Rio. (LOVE, 1997, p. 53)

Sendo, pois, excepcional a situa o de São Paulo no mercado de exporta o – prosperidade que advinha do café, se pensarmos que já em 1907 a metade do café do mundo era cultivada em solo paulista, o que correspondia a $\frac{3}{4}$ da produ o nacional –, não

admira que os recursos financeiros deste Estado fossem grandes em confronto com os dos demais Estados brasileiros (idem, p. 54). Somado a isso, e à medida que a população crescia, São Paulo pôde contar com grande número de alfabetizados (os únicos que podiam votar) convertido em hábil número de eleitores – essenciais ao processo político.

Em meio a todas essas vantagens, ia crescendo a convicção de que São Paulo representava o centro da prosperidade econômica do país e, nestas condições, mesmo que um presidente hostil assumisse o poder – o que era raro –, tão logo seria convencido a não interferir nas políticas do Estado paulista. Afora isso,

O Tesouro Federal e a economia cafeeira paulista se achavam envolvidos numa relação simbiótica: o governo central dependia muito dos direitos de importação para as suas operações normais, e as importações, por seu turno, dependiam das exportações. [Nada mais expressivo, neste caso, o fato de que,] de 1910 a 1930, as vendas de café passaram a representar de 50% a 70% dos lucros da exportação nacional. (idem, p. 68)

De mais a mais, ainda que os cafeicultores paulistas reclamassem de que ficava o Estado em desvantagem por repassar ao governo federal muito mais do que recebia em troca, este favoreceu obviamente muito mais São Paulo do que os demais Estados da Federação em termos de políticas de subsídio de sua atividade econômica principal, fosse subscrevendo a valorização de várias maneiras, mantendo até 1931 as políticas cambiais favoráveis ao café ou assegurando empréstimos do Banco do Brasil aos grandes cafeicultores (LOVE, 1997, p. 71). Sob esta perspectiva, os donos do café controlaram, a seu modo, durante a Primeira República, não somente as fazendas, mas também a máquina estatal.²⁹ Os resultados disso se faziam notórios e São Paulo tirava o máximo de proveito da situação favorável de que dispunha economicamente – à frente das exportações nacionais. Se nos governos dos paulistas Prudente de Morais (1894-1898) e Campos Sales

²⁹ A essa altura, o Partido Republicano Paulista (PRP) figurava soberano na eleição de seus candidatos estaduais e federais, mantendo São Paulo como um Estado monopartidário desde o fim do Império até 1926 (idem, p. 56). Contava este partido, naturalmente, para pôr em prática suas exigências em nome do Estado junto ao poder central, com o Partido Republicano Mineiro (PRM), visto Minas Gerais ser o segundo maior produtor de café do Brasil, o que aproximava as elites agrárias dos dois Estados mais promissores economicamente. Criado em 1897, o PRM compunha-se de uma coalizão dos chefes locais à frente da máquina estatal e, assim como os demais Estados, integrados a uma sociedade esmagadoramente agrária. Mas os republicanos paulistas puderam contar, ainda, com o apoio dos gaúchos na defesa dos interesses do café. A partir de 1905, a influência de Pinheiro Machado – eleito pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) – no Senado passou a ser mais uma garantia de aliança política em favor da legislação do café (Pinheiro Machado atuou como senador em quatro períodos consecutivos: de 1890 a 1896, de 1897 a 1905, de 1906 a 1914 e em 1915. Natural de Cruz Alta-RS, fez os estudos secundários na Escola Militar do Rio de Janeiro e, mais tarde, graduou-se em Direito. Integrou o PRR e, como chefe local, era defensor dos interesses agrários, grande proprietário de terras que era, estando em momentos decisivos ao lado do PRP) (WIRTH, 1997).

(1898-1902) proclamou-se a ortodoxia monetária em favorecimento da produção e exportação do café, no de Rodrigues Alves (1902-1906) preparou-se e projetou-se a ascensão gloriosa dos cafeicultores para o período em que ocorreria o auge econômico da burguesia agrária paulista. À proporção que São Paulo seguia disparado economicamente à frente do país, era preciso manter-se em tal condição e, para tanto, a saída eram os empréstimos estrangeiros, aproveitando-se do fato de a Europa estar, à época, procurando mercados ultramarinos para investir o seu capital:

[...] parecia natural que São Paulo tomasse dinheiro emprestado no estrangeiro. E o Estado não se cansou de fazê-lo, começando em 1905, quando o governo estadual adquiriu a Estada de Ferro Sorocabana. Um ano depois, estabeleceu o primeiro programa de valorização do café, financiado por um consórcio internacional, de modo que, por volta de 1906, São Paulo contraíra mais da metade de todas as dívidas contraídas no estrangeiro pelos vinte Estados (£9,2 milhões para £17,7 milhões). Outro empréstimo concedido a São Paulo de £15 milhões em 1908, consolidando obrigações para operações de valorização e outras dívidas, enfatizava a confiança do governo do Estado no crédito estrangeiro. Em 1909 se fundou o Banco Hipotecário Agrícola do Estado com capital francês. Mais uma vez, na década de 1920, os empréstimos do Estado ascenderam rapidamente à medida que a responsabilidade de valorização revertia a São Paulo, depois de haver sido o programa, durante três anos, dirigido pelo governo central. Em 1926, o governo paulista contratou um empréstimo de £10 milhões para a valorização, e outro empréstimo de £20 milhões para financiar o café armazenado em 1930. (LOVE, 1997, pp. 61-62)

Em resumo, o controle sobre o processo de produção e acumulação foi mantido a cargo da burguesia agrária brasileira, o que significa dizer que esta, uma vez subordinada ao capital imperialista, hegemônico, sem o qual a expansão dos limites econômicos da atividade cafeeira não teria tido o mesmo alcance, era na verdade obrigada a repassá-lo aos credores internacionais: era o capital imperialista quem controlava o processo de financiamento da cafeicultura e intermediava o processo de importação/exportação do produto, e era, portanto, em seus domínios que o circuito de acumulação de capital iniciado na lavoura de café realizava-se plenamente.

Ora, quando o café experimentou a primeira grande valorização de preços no mercado internacional, implicando um surto de crescimento na economia cafeeira entre 1908 e 1913, “não se deve supor que os fazendeiros fossem os principais comensais à mesa farta da valorização” (FAUSTO, 1997, p. 225). Ao contrário, as maiores fatias do que fora arrecadado com a comercialização do café nessa época ficaram mesmo nas mãos dos

credores: banqueiros, grandes importadores, exportadores... “Os comensais menores aceitaram a desigualdade da divisão” (idem, ibidem) e recebiam sempre as menores fatias.

Ainda assim, resistindo, nas três primeiras décadas do século XX, passando por altos e baixos, uma série de desvalorizações, mas logo remediadas por três valorizações importantes dos preços do café – as duas últimas que coincidem com a fase áurea da cafeicultura, a década de 1920 –, a locomotiva paulista seguia firme em busca da expansão de suas atividades econômicas. Por motivos financeiros, também crescia depressa o sentimento da superioridade regional, a ponto de se obrigar a plena autonomia política e econômica do Estado quando o assunto fosse tratar diretamente com os comodantes estrangeiros, em lugar de negociações sob o intermédio do governo federal. Emergia, ainda, o estereótipo do caráter do paulista: uma personalidade coletiva séria, materialista e empreendedora, capaz de assumir para si a tarefa de conduzir o país. Este será o momento de Antonio Prado à frente da Prefeitura de São Paulo, no decênio 1900-1910 – conforme daremos notícias no próximo capítulo –, e de seu filho Paulo, à frente dos negócios da família e da intelectualidade artística, na década de 1920.

CAPÍTULO II

O moderno, o nacional, o paulista: Paulo Prado, organizador do modernismo de São Paulo

2.1. Os bastidores da Semana de Arte Moderna

“Nunca será demais exaltar uma figura central do movimento modernista. Foi Paulo Prado” (ANDRADE, s.d., p. 26).

Antes mesmo de iniciar sua carreira como intérprete da história brasileira (o que oficialmente aconteceria em setembro de 1922, com a publicação do artigo “O Caminho do Mar”), Paulo Prado já se havia consagrado o “fator verdadeiro da Semana de Arte Moderna” (ANDRADE, 1968, p. 39), que ficou sendo, nas palavras dos modernistas de São Paulo, o brado coletivo principal de um movimento de “atualização da inteligência artística brasileira” (idem, p. 57).

Havia seis anos pelo menos que um pequeno grupo de intelectuais paulistas ensaiava um certo sentimento de inquietação com a arte brasileira, principiado num tom de *blague*, de inocentes brincadeiras de artistas, sem indícios ainda daquele ímpeto retumbante – o “espírito destruidor” de que se orgulhariam mais tarde os modernistas ao dizerem seus versos ou suas novidades sobre as artes plásticas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

De início, uma “intuição divinatória, um... estado de poesia”, diria Mário de Andrade vinte anos depois – esse foi o delírio inicial de uns três ou quatro artistas que se reuniam em torno de Anita Malfatti, em sintonia com as tendências vanguardistas da Europa, e de Victor Brecheret, cujas estilizações consideravam-se, no mínimo, geniais.

A estes modernistas em formação foram-se juntando Di Cavalcanti, Ronald de Carvalho e Graça Aranha, este recém-chegado da Europa com a sua *Estética da Vida*, arrebatando a admiração de Mário e Oswald, Menotti del Picchia, Sérgio Milliet e dos

demais. E não era para menos! Graça Aranha vinha deslumbrado com as novidades das vanguardas européias: telas e quadros com novas imagens (caóticas); em lugar da harmonia musical, a dissonância; o diálogo entre a escultura e a nova dança, era esse o entusiasmo principal do autor da *Estética* que, grosso modo, reunira às pressas, e sem o rigor de um livro homogêneo e conexo, importantes postulados artísticos de que mais adiante se serviriam fartamente os modernistas de São Paulo em sua tentativa de fundar o caráter brasileiro, “a nova imaginação” como traço característico coletivo; em síntese, segundo o próprio Graça Aranha, “esse movimento íntimo da modernidade”:

Quando se colocam no seu verdadeiro plano gradativo as várias emoções que nos causam as obras de arte, verifica-se que não há razão para se repelir o esforço dos artistas, que, desassociando essas emoções, procuram comunicar aquelas que são exclusivamente artísticas, por mais originais e inovadoras que pareçam. As dissonâncias musicais, o cubismo e outras transformações de valores artísticos obedecem a esse movimento íntimo, que aspira a realçar a expressão essencial de cada arte e transmitir a emoção estética pelos seus meios absolutos, emancipados de toda a relatividade. E não há dúvida que, por mais estranho que seja, esse movimento de extravagante aparência e contrário à tradição foi benéfico para a progressão do sentimento estético. A música se enriqueceu de novos ritmos e o cubismo trouxe à pintura maior largueza e maior precisão no desenho pela representação total dos volumes. (ARANHA apud MARTINS, 1978, p. 232)

De maneira ainda incipiente, o certo é que, nos então esporádicos encontros do grupo modernista, impressionado com as notícias chegadas da Europa, a essa altura já se ia conjecturando a reinvenção da arte brasileira: era preciso atribuir-lhe a novidade estética e o espírito nacional que lhe escapavam na esteira de uma repetição quase generalizada de modelos tradicionais europeus.

Da França – o “palco” cultural do mundo – chegavam revistas sobre arte e obras literárias marcadas por um caráter estético inovador, pronto a superar o sentimento de decadência – cultural, artística, política, etc. – experimentado no passado. A propósito, não era de se admirar que dele partiriam as motivações para a pretendida inovação: a roupagem simbolista que trouxera à baila um *mal-du-siècle* revigorado pelas mãos dos franceses Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé e Verlaine – aos quais ecoavam as inquietudes de Poe, Whitman, D’Annunzio e Verhaeren – daria origem, no final do século XIX, a uma época de boemia literária, dos *cafés* e *boulevards*, e marcaria o aparecimento e a propagação das tendências vanguardistas das artes européias no século seguinte. Impossível não ressaltar o sentimento de *décadence* que experimentavam os franceses desde o início da década de

1880 e que, a seguir, converter-se-ia no movimento decadentista, encabeçado pelos mesmos poetas mencionados acima, para os quais a França do século XIX já era uma nação em decadência. Despontou, nessas condições, uma tendência generalizada de exaltar o declínio e as ruínas das civilizações e não tardaria para que das reflexões de cunho filosófico se chegasse ao campo da literatura e das artes.

Nesse contexto, em 10 de abril de 1886, sob a influência de Verlaine, Anatole Baju fundava o jornal *Le décadent littéraire et artistique*, assinando o editorial que viria estampado na primeira página: o manifesto decadentista “Aux lecteurs!”. E eis que ali se esboçavam os prelúdios que seriam vertentes da ruptura levadas ao extremo pelo futurismo e o dadaísmo no século XX.

Dissimular o estado de decadência a que chegamos seria o cúmulo da insensatez. Religião, costumes, justiça, tudo decai, ou antes tudo sofre uma transformação inelutável.

[...] Nós dedicamos esta folha às inovações fatigantes, aos audazes estupefacientes; às incoerências a 36 graus no limite mais distanciado de sua compatibilidade com estas convenções arcaicas etiquetadas com nome de moral pública.

Nós seremos as vedetes de uma literatura ideal, os precursores do transformismo latente que desgasta as camadas superpostas do classicismo, do romantismo e do naturalismo; em uma palavra, nós seremos os enviados de Alá clamando eternamente o dogma elixirizado, o verbo demasiado sutil do decadentismo triunfante. (BAJU, 1886, apud TELES, 1997, pp. 57-58)

Confundindo suas raízes com as do próprio decadentismo, também na França, no mesmo ano – em 18 de setembro –, apareceria publicado no *Le Figaro* o manifesto simbolista do escritor Jean Moréas (nascido na Grécia, mas radicado em terras francesas), causando uma impressão enorme nos bastidores das artes. É que o simbolismo literário francês vinha impetuoso contra os “mesquinhos e falaciosos parnasianos”, as “antiflamas do romantismo”, a “falsa sensibilidade artística”:

Como todas as artes, a literatura evolui: evolução cíclica com as voltas estritamente determinadas que se complicam com as diversas modificações trazidas pela marcha dos tempos e pelas revoluções dos meios. [...]

Uma nova manifestação da arte era portanto esperada, necessária, inevitável.

[...] Inimiga do ensino, da declamação, da falsa sensibilidade, da descrição objetiva, a poesia simbolista busca: vestir a Idéia de uma forma sensível [numa palavra: de uma deformação subjetiva]. (MORÉAS, 1886, apud TELES, 1997, pp. 62-65)

Decadência, evolução, transformação, ruptura, novidade: estas as palavras mais caras aos artistas franceses das duas últimas décadas do século XIX. Mas, nas entrelinhas, algo muito maior se anunciava – a modernidade!³⁰

Quando, na primeira década do século XX, Marinetti pôs termo à *avant-garde* europeia, lançando o movimento futurista e tornando públicos os seus mais de trinta manifestos sobre literatura, pintura, escultura, música, dentre outros, a exaltação da vida moderna estaria, em pouco, sacramentada em perspectiva para a nova arte. Nela apareceriam latentes o culto da máquina e da velocidade, a destruição do passado e dos meios de expressão literários e artísticos de maneira geral, a ruptura com a “cadeia sintática” apregoada nos postulados clássicos. Acreditava-se que os tempos modernos estavam, a partir daí, inaugurados no cenário artístico e em breve se espalhariam pela Europa, revestindo-se de vertentes múltiplas e originando uma série de movimentos vanguardistas que culminaria no surgimento do modernismo europeu.

De Paris – o centro internacional das “idéias novas e revolucionárias”, onde Marinetti publicaria, em 1909, o seu Manifesto Futurista – as novas tendências da arte moderna se estenderiam a Florença, Berlim, Londres e até mesmo Nova Iorque, ainda – e sempre – em ambientes de boemia. Em lugar da contenção estética, “o amor ao perigo, o hábito à energia e à temeridade”, apregoavam os futuristas. E mais:

[...] 4. Nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com seu cofre adornado de grossos tubos como serpentes de fôlego explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais belo que a *Vitória de Somotrácia*.

[...] 8. Nós estamos sobre o promotório extremo dos séculos!... Para que olhar para trás, no momento em que é preciso arrombar as misteriosas *portas* do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós vivemos já no absoluto, já que nós criamos a eterna velocidade onipresente.

[...] 10. Nós queremos demolir os museus, as bibliotecas, combater o moralismo, o feminismo e todas as covardias oportunistas e utilitárias. (MARINETTI, 1909, apud TELES, 1997, pp. 92-93)

³⁰ O termo *modernidade* – e sua principal variante, *moderno* –, a que se fará menção repetidas vezes ao longo deste trabalho, não pressupõe apenas, num plano mais imediato, a legenda classificatória que diferenciava tudo quanto fosse ou passasse a ser a última moda. Para além disso, é preciso que fique claro, a introdução do caráter *moderno* esteve muito fortemente arraigada no Brasil a uma simbologia, em vários âmbitos da sociedade, não somente no campo da cultura e das artes: *modernidade* significava, para o contexto aqui abordado, desde a sofisticação (presente nas mercadorias recém-chegadas ao país diretamente dos principais pólos comerciais do mundo), até a condição de um potencial particularmente “explosivo”, assumido como identidade por aqueles que se contrapunham a uma postura retrógrada, antiquada. (SEVCENKO, 1992). Trocando em miúdos, o *moderno* representava o novo, o promissor, o que tiraria o país do atraso secular, e neste sentido a questão da modernidade adquiria, pois, consistência simbólica. Para os modernistas de São Paulo, *modernidade* era ruptura, novidade, inovação, e mais: a chance de a nação não perder o bonde do progresso, acertando o passo com aquele *esprit nouveau* que já alcançavam as principais metrópoles.

Era preciso, segundo Marinetti e seus seguidores, substituir o velho, o caduco e o gasto pelo novo, o forte, o vivo. Numa notória demonstração de impetuosa intolerância para com os modelos artísticos do passado, as vanguardas européias do século XX – não apenas o futurismo, mas as outras direções que se tomariam dali para frente (expressionismo, cubismo e dadaísmo são algumas delas) – apontavam para o futuro, para a *modernidade*. À representação realista sobrepor-se-iam a deformação, o desequilíbrio, a fração, os planos simultâneos e conturbados, a dissonância, o caos, a decomposição, a ausência de rigor de unidade e coerência. Era, claramente aos artistas, um mundo novo que começava e, seguindo o ritmo, esta a mesma janela que se abriria à vida brasileira na década de 1920.

Mas, cabe-nos ponderar, que *mundo novo* era esse que vinha tão fortemente arraigado a um sentimento de *modernidade*? *Modernidade* em relação a quê? E, sobretudo, em que medida esta *modernidade* esteve dialeticamente vinculada a dois outros conceitos que aqui nos são cruciais – *modernização* e *modernismo*?

Para Marshall Berman, modernidade é um conjunto de experiências vitais, “de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida, [conjunto compartilhado] por homens e mulheres em todo o mundo [que promove a sensação/perspectiva de estarmos em] um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor” (BERMAN, 1986, p. 15). Trata-se, com efeito, de uma infinidade de novas experiências que anuncia, em qualquer época, um sentimento de ruptura com o passado (LE GOFF apud VELLOSO, 2003) e que, segundo Berman, “nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia” (p. 15). Este “turbilhão da vida moderna” está longe de se restringir apenas a uma visão cultural, a uma perspectiva/tendência artística, a um processo econômico ou à aparição de uma nova tecnologia que em alguma medida modifique relações de produção; mas é nessa atmosfera de agitação e turbulência, de expansão das possibilidades de experiência e de ruptura com barreiras morais e pessoais que se origina a sensibilidade moderna. *Modernidade* é, pois, uma experiência histórica que altera de maneira drástica as sensibilidades e percepções sociais – daí ser um conceito distinto e mais amplo que o de *modernização* e *modernismo*.

É ao conjunto de processos sociais situados no cerne daquele “turbilhão da vida moderna”, impulsionando-a e dela se alimentando reciprocamente, que Berman chama *modernização*:

[...] descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão. (BERMAN, 1986, p. 16)

Impossível não atribuir a este leque de processos sociais uma referência imagética: a primeira sensação que se tem diante desta modernização da vida em sociedade é que ela modifica dinamicamente a paisagem – “engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior [impulsionados todos pelo sistema capitalista de produção]” (idem, p. 18). Localizando-a precisamente nos séculos XIX e XX, respectivamente a segunda e a terceira fases da modernidade,³¹ o autor parece tomar como referência da modernização a idéia de *desenvolvimento*, que, segundo um de seus importantes leitores, Perry Anderson, significa simultaneamente duas coisas:

³¹ Berman divide a modernidade em três fases: “Na primeira fase, do início do século XVI até o fim do século XVIII, as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna; mal fazem idéia do que as atingiu. Elas tateiam, desesperadamente mas em estado de semicegueira, no encaço de um vocabulário adequado; têm pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna, dentro da qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados. Nossa segunda fase começa com a grande onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de maneira abrupta e dramática, um grande e moderno público. Esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro. É dessa profunda dicotomia, dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século XX, nossa terceira e última fase, o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento [...]” (pp. 16-17).

De um lado, refere-se às gigantescas transformações objetivas da sociedade desencadeadas pelo advento do mercado capitalista mundial: ou seja, trata-se essencialmente, mas não exclusivamente, de desenvolvimento *econômico*. Por outro lado, refere-se às grandes transformações subjetivas da vida e da personalidade individuais que ocorrem sob o impacto das primeiras: tudo que está contido na noção de *autodesenvolvimento*, visto como o aprofundamento dos poderes humanos e o alargamento da experiência humana. (ANDERSON, 2002, p. 104)

Imersos em uma conjuntura de *modernização*, ao passo que também nutrindo-a, os homens produzem visões e valores – “uma impressionante diversidade de visões e idéias que visam fazer [deles] os sujeitos, mas também os objetos, da modernização, dar a eles o poder de mudar o mundo que os está mudando, de abrir caminho através do caos e fazer dele o seu caminho” (idem, *ibidem*) –, e a essas visões e valores produzidos sobre a vida moderna Berman chama *modernismo*. Em síntese, a realização prática de uma expressão criativa que exprime as inovações e contradições dispostas no bojo da experiência da *modernidade*, da vida moderna atrelada aos processos de *modernização* que dialeticamente a produzem e sofrem suas conseqüências. Referindo-se especificamente ao modernismo do século XIX, Marshall Berman o referencia:

Na pintura e na escultura, na poesia e no romance, no teatro e na dança, na arquitetura e no *design*; em todo um setor de *media* eletrônica e em um vasto conjunto de disciplinas científicas que nem sequer existiam um século atrás, nosso século produziu uma assombrosa quantidade de obras e idéias da mais alta qualidade. (BERMAN, 1986, p. 23)

Para concluir, em seguida, que foi no século XX que se realizou o mais profícuo *modernismo*, “o mais brilhante e criativo [período] da história da humanidade, quando menos porque sua energia criativa se espalhou para todas as partes do mundo” (idem, *ibidem*).

Ao remeter a uma época em que as idéias e valores dinamiza[va]m-se em recorrentes superações do antigo, das formas e relações enrijecidas, a alusão do autor à dinâmica do processo capitalista de produção de mercadorias torna-se notória e se faz, necessariamente, em confluência com a produção de valores – “os modernismos” – sobre esta mesma dinâmica. Neste caso, o referencial teórico vem de Marx, para quem “a burguesia [o primitivo agente da modernidade] não pode sobreviver sem *revolucionar* constantemente os instrumentos de produção, e com eles as relações de produção, e com eles todas as relações sociais. [...] Revolução ininterrupta da produção, contínua

perturbação de todas as relações sociais, interminável incerteza e agitação, distinguem a era burguesa de todas as anteriores” (MARX apud BERMAN, 1986, p. 20). Para Marshall Berman, “esta é provavelmente a visão definitiva do ambiente moderno, esse ambiente que desencadeou uma espantosa plethora de movimentos modernistas, dos tempos de Marx até o nosso tempo” (p. 20).

Ambiente moderno, diga-se de passagem, em que emerge um modernismo cujas polarizações básicas se manifestam exatamente no início do século XX.

Eis aí os futuristas italianos, defensores apaixonados da modernidade, nos anos que antecedem a Primeira Guerra Mundial: [...] “Nós cantaremos as grandes multidões excitadas pelo trabalho, pelo prazer e pela sublevação; nós cantaremos as marés multicoloridas e polifônicas da revolução nas capitais modernas; nós cantaremos o fervor noturno dos arsenais e dos estaleiros resplandecendo sob violentas luas elétricas; gulosas estações ferroviárias que devoram serpentes emplumadas de fumo; fábricas suspensas nas nuvens pelos cordéis enrolados de suas fumaças; nuvens que cavalgam os rios como ginastas gigantescos, brilhando ao sol com uma cintilação de facas; vapores aventureiros [...] locomotivas de peito proeminente [...] e a luz insinuante dos aeroplanos [etc.]. (BERMAN, 1986, p. 24)³²

Mesmo não registrando o que acontecia a todas as pessoas que foram tragadas pelas “marés da vida moderna”, o futurismo, segundo Berman, criou uma imagem dos mais importantes sentimentos humanos que foram ganhando novas tonalidades à proporção que a realidade ia-se transformando, a partir dos contornos do desenvolvimento econômico e da técnica. Ainda assim, ao que parece, o seu “namoro com as máquinas”, com a velocidade, com a modernização da vida social, enfim, era acrítico, não intencionava fazer da imagem criada sobre a nova era moderna uma visão que tocasse e rebatesse as principais contradições dessa mesma realidade – essencialmente capitalista, porquanto fundada na exploração do homem pelo homem, conforme previu Marx, e, por conseguinte, na inexorável disparidade entre as classes sociais.

Os futuristas levaram a celebração da tecnologia moderna a um extremo grotesco e autodestrutivo, garantia de que extravagâncias jamais se repetiriam. Mas o seu acrítico namoro com as máquinas, combinado com o profundo distanciamento do povo, ressurgiria em formas menos bizarras, no entanto mais longevas. Deparamos com essa espécie de modernismo, após a Primeira Guerra Mundial [que, fundado no Primeiro Mundo, tão logo seria exportado para o Terceiro Mundo, em diferentes momentos do século XX]. (idem, p. 25)

³² O trecho citado por Berman integra o Movimento Futurista de Marinetti e foi extraído de: MARINETTI, F. T. “The Founding and Manifesto of Futurism, 1909” (trad. Robert Brain). In: *Futurists Manifestos*, p. 22.

Se os “novos motivos artísticos” já estavam fundados na Europa (o “Primeiro Mundo” para Marshall Berman), balizados, como vimos, pelo surgimento de uma reação artística aos modelos gastos do passado – necessariamente fundados por uma experiência avassaladora de modernidade –, no Brasil (o “Terceiro Mundo”) ainda não se tinha notícia concreta, nos preludiais anos do século XX, de que a transformação artística *organicamente* se processava, a ponto de adquirir as feições de movimento. Por outro lado, o sentimento moderno, este sim já era anunciado, pelo menos nas duas principais metrópoles brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo.

No Rio, a mentalidade modernizante impregnava-se de um francesismo exacerbado: exaltava-se tudo quanto se soubesse que viera da França, do glamour dos *rendez-vous* aos vestidos de lá importados pelas senhoras da alta sociedade, livros e revistas de moda, o “bom gosto”, a culinária e um certo diletantismo na fala e na escrita; mas também, como veremos adiante, produzia-se uma contracultura – em parte escamoteada pelos “artistas burgueses da modernidade”, e nos seus grandes veículos de comunicação – que fundava um movimento contrário, criticando, já nos fins do século XIX, essa mesma vida moderna. De qualquer modo, na capital do Brasil tinha lugar uma onda de *modernização*, que, em último caso, encontrava expressão máxima nas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos: o Rio civilizava-se, urbanizava-se, modernizava-se – eis a sua *modernidade*. E “se ainda não era o *modernismo*, era já o *moderno* que penetrava na vida brasileira, que aderira ao nosso tecido cerebral, ao nosso quadro de valores...” (MARTINS, 1977-1978, p. 460).

Em São Paulo, o ritmo na primeira década do século XX fora mais frenético: o ímpeto de modernidade já tomava conta dos ares provincianos, convertendo-se, de início e como no Rio de Janeiro, em um projeto reformador da paisagem urbana. À frente da maior cidade do país, em termos populacionais, de arrecadação financeira e de quantidade de indústrias, começara o conselheiro Antônio Prado a pôr em prática, como prefeito, durante quatro mandatos consecutivos (1899-1910), inúmeros projetos de urbanização da capital paulista, que entre o fim do século XIX e início do XX crescia vertiginosamente e, em breve, tornar-se-ia o grande centro do cosmopolitismo brasileiro.

Como atesta o historiador Nicolau Sevcenko, “dotado de uma fortuna prodigiosa, precedente de duas fazendas de café, de hábitos e imaginação cosmopolitas, o conselheiro procurou dar à sua administração o alcance demiúrgico da obra de um herói civilizador” (SEVCENKO, 1992, p. 120). E, neste ritmo, das conquistas de sua administração como prefeito de São Paulo, a maioria delas dedicada a modernizar a capital, sua atuação como

“reformador urbano” dava mostras do autêntico espírito bandeirante, desbravando o rural, o arcaico e, sem eliminá-lo por completo, naturalmente, introduzindo o novo, o *elemento moderno*. O chefe da família Prado promoveu, de início, a arborização e o ajardinamento das praças da República e da Luz, o mesmo sendo dirigido a muitas outras praças e ruas da cidade; alargou a Praça da Sé; criou a Praça do Patriarca, na conexão entre as ruas Direita e São Bento, culminando na embocadura do Viaduto do Chá; construiu a Avenida Tiradentes; ampliou o Largo do Rosário, redistribuindo o tráfego de veículos e pedestres do Centro; este, cercou de jardins, seguindo as demandas dos especuladores imobiliários, que a essa altura já se multiplicavam, dentre outras reformas modernizadoras da urbanidade de São Paulo (idem, pp. 120-121).

Feitos urbanos à parte, faltava apenas terminar de “atualizar” São Paulo, pondo-a em sintonia com as principais tendências das grandes metrópoles européias, e isso deveria então acontecer por meio das idéias, dos valores manifestados, em princípio, pela arte e cultura. Para sustentar este projeto, o conselheiro Prado tiraria da manga uma carta preciosa: a construção do Teatro Municipal de São Paulo (1908-1911), que na década de 1920 seria palco privilegiado da arte moderna, e o incentivo a apresentações, concertos, exposições, reedição de volumes – de história, literatura e artes – que de alguma forma acertassem o passo da metrópole com a modernidade, com o futuro.

Seria justamente na esteira desse conjunto de transformações urbanas, desse ímpeto modernizador, que o grupo modernista de São Paulo encontraria refúgio e espaço para expressar suas convicções modernas. Para além disso, como dissemos, um certo sentimento de inquietação com a arte brasileira – que também precisava atualizar-se! – daria o tom da vez aos modernistas em formação, que elegeriam como primeira via de penetração da modernidade artística as vanguardas européias.

Deslumbrados com os manifestos europeus de anos antes, Mário, Oswald e o restante do grupo também empenhariam, de início, a sua palavra de ordem: *ruptura* – com princípios e técnicas macaqueados da “velha” Europa – porque a “nova”, a do futurismo, do cubismo, do expressionismo poderia ser aproveitada –, com a rigidez clássica, acadêmica, e com aquela *élégance* ultrapassada e sobrepujante de uma Belle-Époque brasileira que encontrava no Rio de Janeiro capital do Brasil a sua expressão máxima, como estilo de vida da alta burguesia, riquíssima e conservadora.

Mas, sem saber ainda em que medida esses meios tradicionais de expressão cederiam lugar a uma nova concepção de arte, orientada pela experimentação estética que anos mais tarde se proclamaria revolucionária, inovadora e autenticamente nacional, o

grupo paulista não tinha propriamente um projeto literário, artístico, para o Brasil. A essa altura, entre meados e fins da década de 1910, a produção destes artistas não dava ainda mostras das eloqüentes inovações que seriam anunciadas com a Semana de 1922. Por certo, em 1915, Oswald de Andrade já vinha pela redação d'*O Pirralho* ensaiando o ingresso “polêmico” na vida intelectual, com um “artigo-inquérito” sobre Fradique Mendes,³³ conjecturando se ele mereceria mesmo os louros conferidos pelos literatos/leitores brasileiros e se, de fato, ele era “um tipo representativo de vida superior” (MARTINS, 1978, p. 17). A reação da crítica não poderia ter sido outra: já no número seguinte deste jornal (de 27 de janeiro), o texto de Oswald seria considerado “meio literário e meio mundano”, certamente por conta de seus exageros sarcásticos e do prestígio inabalável de Eça de Queirós no Brasil. Um pouco antes, no mesmo janeiro de 1915, o futuro modernista fez publicar n'*O Pirralho* o artigo “Em prol de uma pintura nacional”, e dessa vez o ataque fora aos bolsistas que voltavam do exterior “desnacionalizados”, destilando saberes europeus, mas sem qualquer preocupação com a arte brasileira (idem, p. 23). Curiosamente, também data de meados da década que antecede a Semana o *Théâtre Brésilien* de Oswald, frívola comédia *à la parisien*, impressa em 1916 na Tipografia Asbahs (São Paulo) e discretamente omitida de suas obras completas – o texto, na íntegra, parecia não ter nada do autenticamente nacional apregoado em artigos anteriores e posteriores. Afora isso, merece relevância a publicação, em 1917 – e uma vez mais n'*O Pirralho* –, de excertos das *Memórias sentimentais de João Miramar*, que, só após o “boom” modernista, seriam inteiramente reescritas por Oswald e publicadas, em 1923, já em “estilo moderno”.

Mas este ano de 1917 seria menos transitório em razão de um outro episódio. Em 12 de dezembro, Anita Malfatti, recém-chegada da Europa com as novidades da *avant-garde*, lançou em São Paulo, na Rua Líbero Badaró – em salão cedido pelo Conde de Lara –, uma exposição³⁴ que lhe renderia aplausos do então grupo modernista e de seus

³³ *O Pirralho*, n. 168, jan. 1915.

³⁴ Na exposição de Anita, foram divulgados 53 trabalhos: “*Figuras*: Lalive, Tropical, Sinfonia Colorida, Capanga, Caboclinha, Estudanta Russa, Retrato de D. Nelly S. Campos, Cosette, Egípcia, Japonês, O Homem Amarelo, A Mulher de Cabelos Verdes. *Paisagens*: Ventania, O Pinheiro e a Cabana, Os Patinhos, O Farol, Paisagens de Santo Amaro (2), A Onda, À Beira d’Água, A Palmeira, O Barco, Rancho de Sapé, Marinha, Casa Chinesa, Aspecto da Vila, Paisagem Moderna, Aspecto de Rochedos. *Gravuras*: Boneca Japonesa, Anjos de Rubens, São Vicente, Saudades da Bahia, Menino Napolitano, Árvores, À Beira do Canal, O Burrinho, Florestas de Pinheiros (claro), Florestas de Pinheiros (escuro), Marinha Antiga. *Aquarelas*: A Praia de Santos, Aspectos do Mar, A Pescaria, Crianças no Canal, À Espera do Peixe. *Caricaturas e desenhos*: Isadora em S. Paulo, Festa no Trianon, Primavera a Indiscreta, Café Americano, Impréssion de Matisse, O Movimento, A Amiga, O Secretário da Escola, Cartaz da Cruz Vermelha Brasileira (BRITO, 1997, pp. 43-44).

simpatizantes – alguns dos quais “fiéis amigos” que colaboravam n’*O Estado de S. Paulo* e em outros periódicos paulistas de notória expressividade. As principais notícias que neste sentido circularam na imprensa destacavam sempre o “aspecto original e bizarro” da exposição e o caráter “moderno” inerente às obras. De fato, Anita se distanciava dos “métodos clássicos”, demonstrando “largueza e liberdade inexcedíveis [...] manchando as paisagens a largas pinceladas violentas, com a segurança de quem se sent[ia] absolutamente à vontade na sua arte” – publicaria a revista *Vida Moderna*, em 27.12.1917 (apud BRITO, 1997, p. 46).

Por outro lado, a exposição não lograria tão-somente êxito. A mais conhecida censura à Anita partiria do escritor e livreiro Monteiro Lobato: é que os trabalhos da artista haviam chocado o público, sobretudo pelo caráter “inovador” – vindo diretamente da Europa – contrapondo-se ao estilo “pouco ousado” das telas até então produzidas por artistas brasileiros. Após longos comentários sobre as escolas artísticas, algumas considerações sobre a “percepção sensorial” e os “princípios fundamentais das artes” e, ainda, um retrospecto sobre o cubismo – principal referência estética de Anita à época –, Monteiro Lobato questiona: seria a obra desta artista brasileira “invenção ou paranóia?”

[...] Enquanto a percepção sensorial se fizer normalmente no homem, através da porta comum dos cinco sentidos, um artista diante de um gato não poderá “sentir” senão um gato, e é falsa a “interpretação” que do bichano fizer um totó, um escaravelho ou um amontoado de cubos transparentes.

Estas considerações são provocadas pela exposição da srta. Malfatti, onde se notam acentuadíssimas tendências para uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso e companhia. Essa artista possui um talento vigoroso, fora do comum. Poucas vezes, através de uma obra torcida para má direção, se notam tantas e tão preciosas qualidades latentes. [...] Entretanto, seduzida pelas teorias do que ela chama arte moderna, penetrou nos domínios dum impressionismo discutibilíssimo, e põe todo o seu talento a serviço duma nova caricatura.

Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo e “tutti quanti” não passam de outros tantos ramos da arte caricatural. É a extensão da caricatura a regiões onde não havia até agora penetrado. Caricatura da cor, caricatura da forma – caricatura que não visa, como a primitiva, ressaltar uma idéia cômica, mas sim desnortear, aparvalhar o espectador. A fisionomia de quem sai de uma destas exposições é das mais sugestivas. Nenhuma impressão de prazer, ou de beleza denunciam as caras; em todas, porém, se lê o desapontamento de quem está incerto, duvidoso de si próprio e dos outros, incapaz de raciocinar, e muito desconfiado de que o mistificam habilmente. Outros, certos críticos sobretudo, aproveitam a vaza para “épater les bourgeois”. Teorizam aquilo com grande dispêndio de palavrorio técnico, descobrem nas telas intenções e subintenções inacessíveis ao vulgo, justificam-nas com a independência de interpretação do artista e concluem que o público é uma cavalgada e eles, os entendidos, um

pugilo genial de indicados da Estética Oculta. No fundo riem-se uns dos outros, o artista do crítico, o crítico do pintor e o público de ambos.

Arte moderna, eis o escudo, a suprema justificação... (LOBATO³⁵ apud BRITO, 1997, pp. 48-49 – o grifo é nosso)

Aqueles que saíram às broncas com Lobato, partidários de Anita, dos incipientes modernistas, da “arte moderna”, enfim, viram no artigo apenas o destilar de um viés “extremamente conservador” na recepção das obras de arte – um último suspiro, talvez, de alguém ainda resistente a aceitar as novas tendências, as inovações estéticas, o “boom” de todos os *-ismos* europeus introduzidos no Brasil pelas mãos da artista. Quanto a isso, cumpre-nos ressaltar que os argumentos de Lobato são também de outra monta: ele “não se opunha ao ‘futurismo’ dos trabalhos expostos: o que lhe parecia considerável era que, sendo futuristas, não eram autênticos, nem tecnicamente, nem, o que é mais grave, do ponto de vista brasileiro, não refletiam a nossa psicologia nem as aspirações de nacionalismo artístico do momento” (MARTINS, 1978, pp. 67-68).

Arrematando estas formulações, notemos como Lobato já insere ali um argumento de classe: não tendo outro meio de ser introduzida no país – sobretudo porque aqui ainda não haviam chegado as “inquietações modernas” acentuadas pelo contato estreito dos europeus com a Primeira Guerra, a da mutilação, da deformação, do corre-corre da indústria bélica e automobilística –, a “arte moderna” só poderia ser “bem-vista”, acolhida e divulgada na *terra brasilis* por uma meia dúzia de críticos de arte dedicados a teorizá-la, mesmo sem compreender a essência da nova estética, aplaudindo, justificando-a: tudo isso para, no bom sentido, “épater les bourgeois”, que de surpresos tão logo passariam a encantados com a descoberta trazida d’além-mar – é que aqui, no Brasil, ela em breve apontaria o caminho da nova arte, da nova cultura, do novo país.

Voltando à exposição, estava lá entre o público o escritor Mário de Andrade. E eis que, não se contendo, soltou o modernista estrondosa gargalhada: testemunhando ali a estranheza do novo, saberiam – ele e os demais – tirar proveito do choque diante da arte moderna de Anita – está aí, segundo Mário da Silva Brito (1997), o “estopim do modernismo”, a primeira concretização das estéticas vanguardistas da Europa que o grupo paulista conjeturava em seus encontros e que em breve passaria a fazer notícia na Paulicéia: *moderno* logo seria sinônimo de *nacional*.

³⁵ Trata-se do artigo “A propósito da Exposição Malfatti”, publicado n’*O Estado de S. Paulo*, seção “Artes e Artistas”, em 20 de dezembro de 1917.

Deste modernista – Mário de Andrade – temos também algumas notícias de publicação antes da Semana. Em 1914, escrevia ele os seus primeiros contos e poemas, ainda muito arraigados às convenções parnasianas e que, por este ou outro motivo, não seriam publicados em livro.³⁶ No ano seguinte, 1915, ele começaria publicando na imprensa paulista – especialmente no conservador *Jornal do Commercio* – ensaios críticos sobre música e, a partir de então, firmar-se-ia como assíduo colaborador de jornais e revistas da capital. Seus dois livros, estes só sairiam mesmo mais às vésperas da Semana: em 1917 seria a vez de *Há uma gota de sangue em cada poema*, publicado sob o pseudônimo de Mário Sobral, deixando escapar um parnasianismo mesclado a uma espécie de lirismo crepuscular, a despeito de alguns bons “rasgos modernos”; e em 1920 Mário escrevia os poemas da sua *Paulicéia desvairada*, “depois de quase um ano de angústias interrogativas”, desabafaria ele – mas só os faria publicar pouco tempo depois da Semana, ainda em 1922.

Completando o grupo, Tarsila do Amaral, que, por suas freqüentes idas à França, não assistiria sequer ao evento de 1922 e só se tornaria “a grande pintora modernista” após 1928, com a divulgação do *Abaporu*, tela que figurou em uma das principais fases do modernismo paulista – a Antropofagia; Graça Aranha, de quem já falamos, com todo o seu deslumbramento com as vanguardas européias e gotejando a sua *Estética da Vida*; Guilherme de Almeida, cuja relevância se concentrava no livro de sonetos *Nós*, publicado em 1917, com o “tom de aristocrática singeleza, de uma sensibilidade requintada e agudíssima que se sab[ia] traduzir sempre bem e sempre sabiamente” – diria o entusiasta Veiga Miranda (apud BRITO, 1997, p. 81); e Sérgio Milliet, com seus versos oscilando entre o neo-simbolismo e o pré-modernismo e que “alimentava, talvez, a ambição bovarysta de tornar-se mais um dos poetas de França, confirmando a permanente obsessão dos nossos escritores pela língua francesa...” (MARTINS, 1978, p. 95).

Em resumo, afora as distantes notícias da “arte moderna”, as leituras de revistas que chegavam da França, o contato de alguns – nas temporadas pela Europa – com artistas e obras de vanguarda, o encantamento, enfim, com as inovações estéticas e a intuição de que a arte brasileira também deveria renovar-se, os futuros modernistas de São Paulo não tinham, como dissemos, um projeto literário, artístico, para o Brasil – eram, nas palavras de Wilson Martins, apenas “esplêndidas promessas” (idem, p. 79). Não tivessem, portanto, estes artistas contado com uma “figura central” – que lhes arranjaría meios de realizar a

³⁶ Mário chegou a enviar os textos a Vicente de Carvalho, de quem era admirador, para apreciação e “sincera opinião”, mas nunca obteve qualquer resposta.

Semana e, mais do que isso, trataria de gerenciar e atribuir organicidade a um montante disperso de idéias sobre “os tempos modernos” – muito provavelmente ninguém lhes tomaria a sério.

Quando “alguém lançou a idéia de se fazer uma semana de arte moderna, com exposição de artes plásticas, concertos, leituras de livros e conferências explicativas” (ANDRADE, 1968, p. 39), só mesmo uma figura como Paulo Prado, atualizado com a “modernidade” durante as longas temporadas que passava na Europa em companhia de seu tio Eduardo Prado e de renomados intelectuais europeus, só mesmo esse expoente da burguesia cafeicultora de São Paulo, com a fortuna acumulada pela exportação do café, pôde colocar à disposição de um grupo de artistas todos os recursos possíveis – tanto materiais como os de prestígio – para a realização de um evento que estrategicamente poria em destaque sua cidade matriz e a dinâmica que a sustentava no momento, a do café.

Esta é a principal tese de Carlos Eduardo Ornelas Berriel – em *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado* (2000) –, para quem não é apenas “casual” o forte laço estabelecido entre o grupo modernista de São Paulo e a burguesia paulista do café, classe econômica já hegemônica no interior da sociedade brasileira. O autor nos informa, neste sentido, que Paulo Prado, como representante do grande capital cafeeiro, foi estabelecendo um projeto ideológico de âmbito nacional, alicerçado em um modelo de sociedade agro-exportadora a partir do qual o Brasil poderia “acertar o passo” com o desenvolvimento econômico e cultural. Como dissemos na Introdução, percorreremos este viés investigativo, procurando atualizar a discussão e também participando novas fontes, perspectivas e abordagens para o enfoque da atuação de Paulo Prado na dinâmica da sociedade brasileira nos primeiros anos do século XX.

Começemos examinando mais de perto a atuação de nosso autor antes mesmo da década de 1920 – na qual ele ocuparia centralidade, sobretudo como “financiador” da cultura paulista. Embora nada houvesse produzido de substancial por ocasião da Semana de 1922, Paulo Prado já vinha exercendo o mecenato em atividades culturais dedicadas, em larga medida, a ocupar o recém-inaugurado Teatro Municipal de São Paulo. A construção do monumental teatro – iniciada em 1908 e concluída três anos mais tarde – havia sido uma das principais obras do conselheiro Antônio Prado como prefeito da capital paulista. O projeto – encomendado a Cláudio Rossi, arquiteto da família Prado – tinha, por certo, uma finalidade preliminar: oportunamente, era todo ele um marco de grandeza que, pretendendo-se talvez mais ostensivo, faria frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro

(inaugurado em 1909) e trataria de anunciar o cosmopolitismo e a posição privilegiada de São Paulo como centro cultural do país.

Nessa medida, credita-nos Berriel que “os eventos mais prestigiosos, daí para frente, encontraram nesse local o endereço adequado, e a alta carga simbólica dessa arquitetura impregnava os empenhos que ali se realizavam. Por intermédio do Teatro Municipal, São Paulo tornou-se perfeitamente atualizada com as temporadas líricas européias, por meio de Walter Mocchi, empresário que de 1912 a 1926 fez levar à cena, em 270 espetáculos, 88 óperas de 41 compositores, sendo dezessete italianos, dez franceses, oito brasileiros e dois russos” (idem, p. 70).

Além das óperas, outras manifestações da “arte moderna” seguiam preenchendo as instalações do teatro: Nijinski, com os Balés Russos de Diaghilev, por dois anos consecutivos (1917 e 1918); o maestro Gino Marinuzzi, acompanhado da Orquestra Sinfônica Italiana; pinturas impressionistas e peças de Rodin, Bourdelle e Laurens, expostas em 1919 sob curadoria de Paulo Prado e com a colaboração de Paul Claudel, então cônsul da França³⁷ – tudo isso evidencia que a utilização do Teatro Municipal de São Paulo como reduto privilegiado dos eventos de atualização da consciência artística e cultural já era freqüente nessa época (SEVCENKO, 1992, pp. 234-235).

Esse “esforço de modernização” – a que Paulo Prado se referirá sempre como um “sopro vivificador” ou uma grande “obra de saneamento intelectual”, em muitos de seus artigos sobre a Semana e os modernistas –, esse convite, enfim, à originalidade cultural dos brasileiros (na verdade dos paulistas, como se verá mais adiante quando da publicação de sua primeira obra) extrapola os limites de um simples mecenato (embora também o tenha sido, e talvez o mais importante e presencial do século XX) para converter-se em projeto ideológico, cuja funcionalidade imediata estaria muito além de uma renovação estética dos modelos artísticos brasileiros. Neste sentido, concordamos com Berriel (2000) quando ele afirma que “a necessidade do ‘saneamento intelectual’ não se restringe à vida mental fechada em si mesma, auto-referente e de desenvolvimento imanente: cumpre na verdade uma função para a totalidade da vida social” (p. 99).

Ora, no contexto específico do modernismo paulista, nosso autor já se havia consagrado também importante homem de negócios, gerenciando, a partir de 1897 até

³⁷ Paulo Prado já era antigo conhecido de Paul Claudel, com quem negociara, em 1917, a venda de dois milhões de sacas de café ao governo da França. Voltaremos a este importante episódio mais adiante.

1924, e presidindo, de 1924 a 1943, a Casa de Exportação Prado Chaves & Cia – envolvia-se, dessa forma, o nosso autor de corpo inteiro nos negócios relacionados com a produção e comercialização do café. A propósito, segundo testemunho de um funcionário, ele “conhecia e classificava café como poucos”.³⁸ Dentre as empresas iniciadas pelo pai, a Casa Prado Chaves, como vimos no capítulo anterior, ocupava centralidade na Primeira República e seria competentemente administrada por Paulo Prado desde o momento em que assumiu seus principais cargos diretivos – com a empresa de café da família, Paulo Prado faria fortuna própria, traria para seu lado importantes pares que o ajudariam no financiamento da Semana de 1922 e ainda patrocinaria, ao longo de toda a década de 1920, seguindo os passos do conselheiro Antonio Prado quando esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, eventos culturais e artísticos, publicação de obras, a permanência de artistas estrangeiros no Brasil (o maior exemplo é o franco-suíço Blaise Cendrars) e inúmeras investidas do grupo modernista.

Mas, no tocante ao modernismo de São Paulo, apesar de ser fundamental, não foi o rico patrocínio, a condição de mecenas da arte moderna, que conferiu a centralidade de atuação a Paulo Prado durante a Semana de 1922 e para além dela. Foi, sobretudo, a sua argúcia para ajustar as experimentações ainda dispersas de um grupo de artistas e intelectuais em formação, sintonizando-as com os “problemas candentes da realidade brasileira” que careciam de solução imediata, foi isso que configurou a sua centralidade no interior do modernismo inaugurado em São Paulo.

Os próprios modernistas creditavam a ele esse papel decisivo. Oswald de Andrade não fazia cerimônias ao declarar que “sem a inteligência e a compreensão de Paulo Prado, nada teria sido possível” (ANDRADE, s.d., p. 26). Mais interessante é, por certo, o depoimento de Mário, que, após reconhecer que os modernistas não passaram de “altifalantes de uma força universal e nacional [...] que viria mesmo”, o que de certa forma é verdade, emenda que só uma figura como Paulo Prado poderia “medir o que havia de aventureiro e de exercício do perigo, no movimento, e arriscar a sua responsabilidade intelectual e tradicional na aventura” (ANDRADE, 1968, p. 41). Em suma, a Semana e o modernismo “viriam mesmo”, mas sem a *organização* de Paulo Prado muito dificilmente teriam tido a dimensão e a organicidade de movimento.

³⁸ A informação foi colhida na “Cronologia” feita por Carlos Augusto Calil (p. 35), por ocasião da organização de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (2001), obra que se encontra devidamente arrolada na bibliografia da presente dissertação.

Aqui, necessariamente, ampliamos as formulações de Berriel sobre nosso autor, na medida em que concebemos Paulo Prado, à frente da Semana de Arte Moderna e dos desdobramentos do modernismo a partir de então, não apenas como seu *idealizador*, para atender evidentemente à sociabilidade de sua classe econômica, mas também, e sobretudo, como seu *organizador*. Isso pressupõe que sua atuação no movimento modernista de São Paulo não ficou no âmbito dos bastidores, de modo a pensarmos que ele se estabelecia *por trás* das investidas do grupo e *ajustando-as* a seu modo, como *articulador* do movimento; para além de *idealizar* e até certo ponto *ajustar* as experiências dos modernistas à conjuntura artístico-cultural que naturalmente se buscava transplantar da Europa – tudo aquilo que havia de mais “moderno” até então –, Paulo Prado esteve no bojo de um movimento de *atualização* da sociedade brasileira no qual ele se firmou como representante da burguesia cafeeira (concordamos com Berriel) mas, nessas condições (aqui pretendemos avançar), sobretudo como *intelectual orgânico* dessa mesma classe econômica.

Em um primeiro diálogo com o italiano Antonio Gramsci – diálogo que se estenderá aos capítulos subseqüentes –, a nossa tese principal sobre Paulo Prado se esboça: ele foi, afinal, aquele que “tomou a peito a realização da Semana”, a idealização e a articulação do modernismo de São Paulo, mas também aquele que *geriu*, tratou da *organização prática* deste movimento artístico-cultural e, para além dele, da vida prática da sociedade brasileira na Primeira República – foi, portanto, um *intelectual orgânico* da classe econômica de origem.

Investigando as categorias de intelectuais italianos, Gramsci distingue duas basicamente: a dos intelectuais tradicionais, aqueles estagnados no mundo agrário do Sul da Itália, clérigos, da casta militar, acadêmicos, filósofos, escritores, numa palavra, aqueles mantidos fechados em exercícios abstratos cerebrais, eruditos e/ou enciclopédicos; e a dos intelectuais orgânicos, “um novo intelectual [que] não pode mais consistir na eloqüência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa *inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’*, já que não apenas orador puro...” (GRAMSCI, 2006, p. 53 – o grifo é nosso).

Noutros termos, o intelectual orgânico – podendo ser pertencente a qualquer classe social, tanto a dos exploradores como a dos explorados – é aquele que toma para si a tarefa de *organizar* diferentes esferas de uma sociedade, terminando por “moldá-la” à imagem e semelhança de sua classe de origem. A interferência ativa deste intelectual na sociedade – manifesta ora na presença de técnicos, engenheiros, economistas, advogados,

administradores, intelectuais ou críticos da arte e cultura, em suma, daqueles “funcionários da superestrutura”; ora empreendida, na condição de classe operária, pelos membros dos partidos políticos – é que daria o tom da vez na condução de determinado processo histórico em vias de promover a transformação de uma sociedade. A tese de Gramsci neste sentido é categórica:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (idem, p. 15)

De modo que, não atuando os empresários capitalistas, direta e propriamente, como intelectuais orgânicos de sua classe, necessariamente um deles deve possuir a capacidade de “organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos – continua Gramsci – deve possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade *organizativa* das relações gerais exteriores à empresa” (idem, pp. 15-16 – o grifo é nosso).

Foi Paulo Prado, sob esta perspectiva – e como desenvolveremos adiante, a partir do binômio velho/novo –, o *organizador* de um movimento artístico-cultural financiado pela alta burguesia agrária de São Paulo que, com o dinheiro do café, ia tateando um jeito de promover a *atualização* do país, mas pelas vias de uma classe conservadora – afinal, dominante e oligárquica. Aliás, é nisso que reside uma contradição aparente no interior do modernismo e no próprio fato de a burguesia cafeicultora ter tomado a peito a realização e o patrocínio do *esprit nouveau* brasileiro: uma classe sociologicamente pré-moderna – pois patrimonialista, agrária, clientelista e coronelista – metendo-se em ser moderna.

2.2. O velho e o novo – o nacional

“Temos a base dupla e presente – a *floresta* e a *escola*. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de ‘dorme nenê que o bicho vem pegá’ e de equações.

Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões cambiais, sem perder de vista o Museu Nacional. Pau-Brasil.”

Oswald de Andrade,
Manifesto da Poesia Pau-Brasil, 1924

A justaposição do velho e do novo, do grosseiro e do polido, da *floresta* e da *escola* (para fazermos jus à imagem de Oswald), do ambiente rural e do movimento urbano das grandes cidades, para além de encerrar um paradoxo no interior da cultura brasileira, evidencia o óbvio para as classes dominantes do Brasil na década de 1920: a necessidade de se promover a modernização do país, mas pelas vias conservadoras da tradição oligárquica. O Estado de São Paulo, enraizado à economia do café, mantendo com pioneirismo o cultivo e a exportação deste produto nos principais mercados internacionais, contava não apenas com suas enormes fazendas e empresas cafeeiras, suas vias férreas e seus arranjos políticos em favor desta infra-estrutura que se foi organizando em torno do café; contava também o Estado com uma capital que a essa época tornara-se o centro de um cosmopolitismo de procedência europeia, vértice de um grandioso mundo financeiro e comercial – em breve também cultural – e com a maior concentração da classe burguesa do país. Daí a quererem para si também a etiqueta de centro cultural seria um passo que os cafeicultores paulistas emprenderiam, guiados pelas mãos firmes e estratégicas de Paulo Prado, em conluio oportuno com as idéias inovadoras dos artistas modernistas.

Neste momento, iremos observar um Paulo Prado sectário das tradições familiares, em larga medida iniciadas ou levadas adiante por seu pai, mas também um Paulo Prado muito receptivo às idéias de seu tio Eduardo, com quem manteve laços fortíssimos de amizade e privilegiada interlocução durante os longos anos que passara na Europa em companhia de um prestigiado grupo de intelectuais oriundos da Geração Portuguesa de 1870. Dois perfis e duas influências que, na verdade, complementam-se e evidenciam um esboço de trajetória ao nosso autor – de vida e intelectual – que perpetua e ao mesmo tempo se distancia de algumas tradições da família Prado, e da elite oligárquica em geral.

O que pretendemos afirmar é que nosso autor assume para si tanto a herança deixada pelo conselheiro Antonio Prado (a condução da Casa Prado Chaves é apenas a primeira de uma outra ainda maior: a de promover São Paulo como o principal centro cosmopolita do país), como também a tarefa de reinterpretar o Brasil, pelas vias conceituais previamente estabelecidas por Eduardo Prado, dando de certa forma continuidade a uma trajetória – também de vida e intelectual – de seu tio mais novo.

De qualquer maneira, Paulo Prado herdou uma preocupação muito particular das elites brasileiras do século XIX que também não fora indiferente ao fazendeiro e político Antonio Prado, tampouco ao intelectual Eduardo: precisava o Brasil “olhar para fora” em busca de modelos com os quais diminuir o abismo entre o país e as nações mais desenvolvidas. Enquanto o primeiro permanecia como chefe político e econômico, partícipe de uma geração que acreditava que o progresso adviria justamente disso – do esforço político e econômico –, o segundo investiu em uma carreira intelectual dedicada ao estudo do Brasil, procurando perceber-lhe os atrasos e as devidas “terapêuticas” – como repetiria mais adiante seu sobrinho Paulo – nos mais diversos aspectos – social, político, econômico, cultural, literário, científico, etc.

Mas o próprio fato de as elites brasileiras precisarem recorrer ao estrangeiro em busca de modelos para remediar o atraso do país em relação às nações mais avançadas (Inglaterra, França e Alemanha, em especial) reforçava uma tensão com que deveriam saber lidar: a necessidade de manter as *raízes* – arraigadas, sobretudo, ao ambiente rural, à culinária típica das fazendas, às tradições familiares, enfim, à tradição agrária das oligarquias – e a ânsia de *modernização* – não somente atrelada ao desenvolvimento urbano, mas também às novas técnicas de produção e distribuição do que era cultivado nas grandes fazendas.

Em ambos os casos, a fórmula seria buscada na Europa: capital, tecnologia e nova força de trabalho, para o empresário produtor; técnicas avançadas de educação, para os filhos da elite; moda e música erudita, para suas filhas; estilos literários, para os poetas e ficcionistas; teorias científicas, para o acadêmico; e prazer sofisticado, para o mundano e o *bon vivant*. Em princípio, a data definitiva para o renascimento da cultura européia em São Paulo foi o ano de 1860, quando a Casa Garraux – loja francesa de livros, quadros, vinhos, objetos de arte e outras novidades como o guarda-chuva – abriu suas portas na capital paulista. Esse ano coincide com a época em que Antonio Prado cursava o último ano da Faculdade de Direito de São Paulo, ambiente, aliás, em que ele travaria o primeiro

contato com as modas européias (LEVI, 1977, p. 138).³⁹ Depois disso, em 1862, ele embarcaria para uma temporada de dois anos na Europa, que já havia-se tornado destino certo aos filhos da elite após a conclusão do curso de Direito, no intuito preliminar de adquirir conhecimentos na área de economia política.

Desembarcando primeiro em Londres – onde se encantaria com as exposições (mas, conforme declararia à mãe em carta, não ao ponto de perder o patriotismo) e aprenderia importantes lições sobre o princípio do *laissez-faire*, o que marcaria em definitivo seu futuro econômico e político –, Antonio seguiu para Paris – que para ele ficou sendo “a primeira cidade do mundo” e onde assistiu a aulas sobre economia política, Direito comparativo e literatura francesa moderna –, passando pela Itália, Suíça e Escócia, para, enfim, chegar à Espanha; estes dois últimos países lhe chamariam a atenção pela disparidade social: de um lado, a miséria de grande parte da população, além de carências estruturais de todo o tipo (ferrovias perigosas e hotéis desconfortáveis são algumas notadas por ele) e, de outro, uma agricultura das grandes propriedades, riquíssimas e promissoras (na Escócia) e uma cultura exuberante (na Espanha) (idem, pp. 142-143). Antonio retornaria ao Brasil com um questionamento titilando em sua imaginação de futuro empreendedor: como progredir e, ao mesmo tempo, conservar as tradições legítimas?

Mesmo com perspectivas diferentes, também Eduardo Prado veria na Europa um recanto privilegiado para desenvolver seus projetos de vida: o filho mais novo de Veridiana e Martinho seguiria a carreira intelectual, dedicando-se a reavaliar as bases – sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas – em que se teria fundado a sociedade brasileira. O ano era 1875, e Eduardo Prado, recém-matriculado na Faculdade de Direito de São Paulo, fazia parte de uma geração de intelectuais que se formava em São Paulo, tida por muitos como “revolucionária” em termos de política e cultura:

³⁹ Segundo Darrell Levi (1977), durante os anos de 1856 e 1864, quando o café já dava bons rendimentos à família, Martinho e Veridiana Prado, pais de Antonio, abasteceram os filhos com livros, tutores estrangeiros, governantas e mestres de dança e com um piano importado no qual suas filhas aprenderiam a música erudita (p. 138). A propósito, as modas européias também exerceriam grande influência sobre a mãe de Antonio: Levi nos informa ainda que seria ela a primeira em São Paulo a contratar uma governanta estrangeira – a francesa Elizabeth, em 1854 – para tutoriar seus filhos e, após separar-se de Martinho Prado, em 1877, Veridiana não se acomodaria ao destino de mulher tradicional e dependente, como se observava na elite paulista; ao contrário disso, desenvolveria extremado encanto pela Europa, seguindo para lá repetidas vezes a partir de então e, ao voltar, sendo uma das primeiras também a “transportar” a mais requintada arquitetura européia: é que Veridiana viria de Paris com planos para construir uma mansão em estilo renascentista francês, o que foi concretizado – a sociedade paulista contaria, então, com a majestosa “chácara de d. Veridiana”, como ficou conhecida a nova mansão dos Prado (pp. 152-153).

Preocupada com o republicanismo e a abolição, ela também considerava a literatura da escola romântica brasileira como uma vulgar brincadeira. Armada com os métodos críticos europeus, esta geração atacou os cânones literários portugueses tradicionais. Os inovadores e irreverentes trabalhos de Eça de Queiroz encontravam pronta acolhida. Os pensamentos de Charles Darwin e Herbert Spencer, do evolucionista alemão Ernst Haeckel e do cirurgião-antrópologo francês Paul Broca entravam na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo. Os cafés tornavam-se fóruns de discussão do positivismo de Augusto Comte e do materialismo de Ludwig Buchner. O francês alcançou quase um monopólio como linguagem do intelecto: livrarias bem guarnecidas apresentavam trabalhos ingleses e alemães em traduções francesas. Alfaiates, costureiros, estúdios de fotografia e de arte, jornais, clubes sociais, governantas e professores franceses completavam a hegemonia cultural francesa sobre a elite paulista. (LEVI, 1977, pp. 220-221)

Eduardo foi influenciado por muitas dessas idéias vindas da Europa e tão logo iniciaria sua atividade intelectual como articulista e polemista, integrando o corpo editorial de *O Constitucional*, órgão de debate e publicação acadêmica da Faculdade de Direito. Em menos de cinco anos, ele já se estabelecia como um “adversário implacável dos liberais”, reiterando uma visão conservadora que o acompanharia ao longo de toda a vida: era partidário da monarquia e desde sempre se dedicou a atacar o regime republicano. Ao se formar, em 1881, partiria para a Europa para o tradicional “banho de civilização” e depois faria um *tour* pelo mundo. Ao contrário de Antonio, não demonstrava interesse algum pelos cargos políticos ou pela condução dos negócios da família Prado, preferindo, em vez disso, estabelecer-se ora em sua fazenda no interior de São Paulo, ora em Paris, na rua Rivoli, onde receberia em casa alguns dos mais expressivos intelectuais europeus e poderia estreitar os laços da famosa amizade com o escritor Eça de Queirós. Ali, montou ampla biblioteca, para os estudos do Brasil, que se tornou importante centro de pesquisas para os colegas brasileiros – como José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco – e todos aqueles que se interessassem pelas coisas pátrias.

Foi também em Paris que Eduardo Prado pôde formular suas principais visões sobre o Brasil, ancoradas em parte na perspectiva que seus amigos estrangeiros lhe comunicavam. A mais expressiva delas: de Eça de Queirós, que disse a Eduardo que, durante sua estadia por aqui, o que mais lhe chamara a atenção foi que o Brasil era “ainda uma colônia... do *Boulevard*. Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é nacional, [contrastando com o que ele gostaria de ter visto:] um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional, brasileiro, e não esse Brasil que eu vi, feito com pedaços da Europa, levados pelo pacote e arrumados às pressas” (apud LEVI, 1977, p. 224). Esse depoimento seria de grande monta nas reflexões de Eduardo Prado sobre o país: convivia ele com o

conflito entre o amor às coisas pátrias e o cosmopolitismo das grandes metrópoles, agradabilíssimas pelas novidades e modernidades oferecidas – a quem fosse, naturalmente, abastado como ele.

Já nessa época, Eduardo era convicto da futilidade de se copiarem costumes e instituições estrangeiras – “Copiemos, copiemos, pensaram os insensatos, copiemos e seremos grandes! Deveríamos antes dizer: sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa”⁴⁰ –, mas sem ter o distanciamento crítico necessário para avaliar em que medida esta “imitação” ocorria e ponderar, sobretudo, até que ponto ela era/tinha sido tão negativa. A partir daí, ele direcionaria sua crítica apenas àqueles que copiavam as novas tendências dos republicanos Estados Unidos; afinal de contas, lembremos, Eduardo, ele mesmo, reportou-se à Europa para referenciar, em mais de uma vez, um modelo a ser seguido pelas instituições culturais brasileiras. Este tema – o da aversão aos Estados Unidos e, na esteira dele, também à República brasileira, seria amplamente explorado em sua primeira obra – *A ilusão americana* (1893), em que ficou notória sua propaganda anti-republicana, em razão da qual, aliás, o livro fora censurado e apreendido pela polícia de São Paulo, exilando-se ele por um tempo na Europa.⁴¹

A propósito de sua primeira obra, a crítica à República aparecia logo no prefácio de *A ilusão americana*, referindo-se o autor a este regime como “dolorosa provação que [...] tanto tem amargurado a Pátria brasileira” (apud OLIVEIRA, 2004, p. 137). Em linhas gerais, a aversão à “América” explicava-se na medida em que, já no início do século XX, os Estados Unidos tinham exercido irrefutável influência no mundo e na América do Sul, em particular. Sua tese central era a de que entre o Brasil e os Estados Unidos prevalecia um enorme abismo cultural, apesar de se situarem ambos no mesmo continente, o que demarcava sua “aversão” ao fato de estes dois países possuírem a mesma instituição e a mesma forma de governo – para ele, como já assinalamos, a monarquia, por influência inglesa, era a melhor alternativa de se governar um país como o Brasil, que “encontra-se voltado para o Leste, onde nasce o sol, ou seja, para a Europa, onde estão os centros mais populosos e importantes” (idem, p. 138). Finalmente, dentre as várias discussões a que se propunha o autor, os seus argumentos parecem seguir o mesmo raciocínio: o de que a

⁴⁰ Disso é, mais uma vez, Levi (1977) quem nos dá notícia, citando trecho do livro *A ilusão americana*, de Eduardo Prado (p. 229).

⁴¹ Mas, segundo Lúcia Lippi Oliveira, “isso não o impediu [...] de continuar fazendo propaganda anti-republicana na terra natal. Em 1897 foi sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, onde assumiu a cadeira nº 40, escolhendo como patrono o visconde do Rio Branco”. (OLIVEIRA, 2004, p. 135).

atuação dos Estados Unidos nos países da América Latina – em comparação com a da Inglaterra – foi perniciosa:

O autor quis demonstrar que aventureiros americanos faziam alianças com políticos corruptos sul-americanos e, diante dos problemas que enfrentaram, passaram a exigir e obter indenizações milionárias, já que suas demandas eram colocadas sob a proteção da diplomacia e da marinha norte-americana. Os Estados Unidos são acusados por Prado de prepotência, vulgaridade, cinismo, rapinagem e especulação, e sua política externa é qualificada como invasora, tirânica, arrogante e oportunista. (OLIVEIRA, 2004, p. 142)

Além da influência política e econômica, para Eduardo Prado a influência moral e intelectual dos Estados Unidos sobre o Brasil também era vista como negativa, uma vez que este primeiro país tinha pouco a nos ensinar (“sem cultura, sem requinte”, diria ele), ao contrário da Europa, requintadíssima no campo da cultura e das artes. Não mediria ele esforços, então, para, mesmo dividido entre as coisas da pátria e as influências européias que faziam parte de sua trajetória intelectual, reafirmar a tensão em que viviam, na verdade, todos os muito abastados filhos da burguesia agrária brasileira: como modernizar o país, seguindo modelos estrangeiros, mas sem obnubilar as raízes da pátria-mãe?

É de se imaginar, portanto, que Paulo Prado, ao fazer-se homem de negócios, como o pai, também não se distanciaria dos questionamentos centrais acerca das influências estrangeiras e do caráter nacional brasileiro, objeto das pesquisas do tio. Não atuaria, dessa forma, o nosso autor exclusivamente como empresário – apesar de tê-lo sido, e com competência – nem se dedicaria tão-somente à carreira intelectual: em vez disso, Paulo Prado articulou as duas atividades desde que retornou da longa temporada na Europa para assumir a Casa Prado, em 1897. Soube combinar, neste sentido, a visão empreendedora de Antonio Prado com a curiosidade investigativa de Eduardo, e disso resultaria, sem dúvida, como já dissemos antes, um *intelectual da práxis*, que a seu modo foi-se dedicando a organizar a vida social brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Se, de um lado, seu pai já havia iniciado a “atualização” de São Paulo, investindo na urbanização da capital paulista, na construção de espaços de cultura, no apoio financeiro à construção de prédios públicos, na inserção de elementos modernos como a eletricidade, de outro, Eduardo Prado já havia lançado as bases para as futuras investigações de nosso autor, até mesmo quando o apresentasse, em 1917, a Capistrano de Abreu, de quem fora discípulo e que a partir de então trataria de iniciar Paulo na história brasileira.

Para Berriel, é evidente que as idéias de Eduardo Prado sobre o Brasil – herdadas da Geração Portuguesa de 1870 – foram de grande monta na imaginação do sobrinho Paulo, e sobretudo no momento preciso em que ele fosse dar o seu parecer, por escrito, sobre a realidade brasileira.

A idéia de fundo desenvolvida por Eduardo Prado – e para a qual o concurso da Geração de 70 é absolutamente vital – é a de que o país praticava uma vida ideológica deslocada, por imitação e moda, e que o motor de tal prática era o espírito desfibrado brasileiro. O estiolamento do país impedia assim que o gênio nacional viesse à tona e se emancipasse, e neste gesto evidenciasse o seu perfil cultural – expressão máxima de nacionalidade. (BERRIEL, 2000, p. 54)

Aqui primeiramente nos perguntamos acerca dessa “expressão máxima de nacionalidade”, que viria pelo abandono de uma “imitação perniciososa” dos modelos europeus e norte-americanos e que, afinal, nos parecerá muito semelhante às futuras formulações de Paulo Prado sobre a “imitação servil” e “o caráter nacional” do Brasil. Como alcançar, então, seguindo a linha projetiva de Eduardo Prado, esta “expressão máxima de nacionalidade”? No que consistiria a “originalidade” identitária do povo e das instituições brasileiras? Uma falsa originalidade, no fim das contas, conforme nos chama a atenção Berriel:

Numa circunstância histórica em que o típico era a cópia do padrão ideológico europeu – que em síntese era o liberalismo – ele, ao mesmo tempo em que copia o padrão europeu fornecido pela Geração de 70, repudia nossa inclinação (nós, os desfibrados) de espelhar a voga européia. Busca assim num pólo política e socialmente anacrônico da Europa a base argumentativa para a evidenciação do perfil cultural brasileiro, que partiria da premissa da rejeição dos padrões europeus e norte-americanos. (idem, *ibidem*)

Para, em seguida, arrematar: “a rejeição de Eduardo Prado é de segunda linha” (idem, *ibidem*). Este ambíguo movimento de *adoção* e *rejeição*, como veremos adiante, também fará parte da tese de Paulo Prado sobre a imitação feita dos padrões europeus – apenas por parte dos “brasileiros desfibrados”, em oposição notória aos “mais adiantados que escapam a este anacronismo que recende a naftalina”, enfim, os modernistas de São Paulo. Dirá nosso autor, por exemplo, no “Prefácio à *Poesia Pau-Brasil*”, que “nada [é] mais nocivo para a livre expansão do pensamento meramente nacional do que a importação, como novidade, dessas fórmulas exóticas, que envelhecem e murcham num abrir e fechar de

olhos, nos cafés literários e nos cabarés de Paris, Roma ou Berlim” (p. 314); ou, no ensaio dedicado a Brecheret, que o mundo estava já cansado dessas fórmulas do passado: “em toda parte, em todos os terrenos – na estética da rua, no anúncio, nos reclames, nos jornais ilustrados, nas gravuras, na mobília, na moda –, com uma alegria iconoclasta e juvenil se quebram os antigos moldes e desaparecem as velhas regras, pesadas como grilhões” (p. 303). Da mesma forma que a originalidade preconizada por Eduardo Prado era, segundo Berriel (2000), “falsa”, parece-nos que Paulo Prado segue pelo mesmo caminho: censura a importação de idéias e modelos europeus, mas faz ele mesmo farto uso deles. Senão, vejamos – em trecho de uma carta enviada ao empresário da Semana, René Thiollier, em 3 de agosto de 1927:

A Europa, na realidade, quer dizer humanismo, e as letras brasileiras não poderão realizar uma obra sólida sem o alicerce do estudo da humanidade, que é a base da cultura européia. [...] Uma literatura sem essa universalidade está destinada a desaparecer como simples fenômeno regional de interesse limitado e passageiro.⁴² (pp. 324-325)

Isso sugere, sem dúvida, uma retórica interessante: “alguma” importação dos padrões europeus era necessária, porquanto consistisse não na cópia servil, mas na *adoção* de modelos arraigados à *universalidade*, que, diga-se de passagem, é aqui nitidamente abonada por ser um fenômeno que deve estar presente, inclusive, na base da *atualização* cultural proposta por Paulo Prado: no caso brasileiro, atualização dos padrões estéticos e de conteúdo (no campo das artes), combinada a uma renovação dos modelos administrativos (na política) e econômicos, e assim por diante.

Isso reforça sua capacidade de fazer confluir uma atuação direta na vida social brasileira, num plano de reorganização social, com uma atuação projetiva da realidade: pensemos, por exemplo, em seus textos pós-1922, na atenção dada aos “problemas candentes” que veremos mais tarde enfocados em *Paulística* e *Retrato do Brasil*. Ora, como empresário do café, Paulo Prado transformaria a companhia Prado Chaves, já nos anos 20, na primeira casa brasileira de exportação em Santos; além disso, daria continuidade ao ímpeto bandeirante de seu pai – referido por Sevcenko como praticamente um “herói civilizador” de São Paulo –, tratando de promover a capital paulista como centro cultural cosmopolita e de referência incontestada no Brasil, fomentando o modernismo,

⁴² A referida carta a René Thiollier encontra-se reproduzida em *Paulística etc.*, sob organização de Carlos Augusto Calil, obra devidamente referenciada na seção *Bibliografia*.

patrocinando eventos culturais de toda a ordem, exposições, concertos, preenchendo, enfim, os espaços simbólicos da modernidade construídos pelo conselheiro Antonio Prado em São Paulo. Como intelectual, Paulo Prado seria responsável por organizar um movimento artístico-cultural de grande repercussão em São Paulo e em todo o país – aliás, analisado, debatido e problematizado até hoje por críticos literários, historiadores e artistas, em geral; editar ou reeditar volumes da história brasileira; fundar centros de pesquisa – como a Sociedade Capistrano de Abreu, em 1927; adquirir, por sugestão do amigo Capistrano, importantes documentos inéditos sobre a história colonial brasileira; financiar viagens de artistas, como a que fizeram os modernistas em companhia de Blaise Cendrars pelas longínquas regiões do Brasil; publicar, ele mesmo, artigos e ensaios nos periódicos paulistas sobre a situação política, financeira, cultural e artística do incipiente século XX; além de dois volumes de interpretação histórica sobre a formação da nação e do povo brasileiros.

Em especial, saberia Paulo Prado encontrar o tom entre a ânsia de modernidade – já presente em seu pai e também em seu tio – e a manutenção das tradições brasileiras: é nisso que consiste, voltamos a afirmar, a sua imprescindível atuação como *intelectual orgânico* da classe burguesa do café.⁴³ Convém lembrar, como o faz Gramsci (2006), que em cada tipo de organização social este intelectual terá preocupações e se manifestará de maneira distinta, já que no mundo moderno a própria categoria dos intelectuais ampliara-se enormemente. Importam-nos aqui duas ressalvas, em especial: a primeira, de que “o ponto central da questão continua a ser a distinção entre intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional, distinção da qual decorre toda uma série de problemas e de possíveis pesquisas históricas” (p. 23); a segunda, relacionada ao eixo em que se dará a interferência dos intelectuais orgânicos e também como ela será articulada em países desenvolvidos ou periféricos, como o Brasil.

Para ampliar o debate acerca destas duas questões, Gramsci exemplifica: na Itália, “o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península, desde a queda do Império Romano até 1870” (idem, p. 26). Já a França “fornece um tipo completo

⁴³ No final das contas, não teria sido esta a primeira proposta do grupo modernista de São Paulo que ele apoiou, a de abdicar das influências estrangeiras “perniciosas” (esta assertiva estará presente em todos os textos de Paulo Prado sobre a arte moderna, a verdadeira arte nacional), mas assimilando-as apenas à medida que pudessem ser “deglutidas” e transformadas em algo novo, autêntico, pelo espírito nacional? Também a reinvenção da realidade brasileira, com o resgate dos costumes – rurais – “autóctones”, nas palavras dos modernistas, misturados à velocidade, à técnica, ao cosmopolitismo das cidades, à modernidade, enfim, mas mantidos sob o imaculado rótulo da tradição oligárquica, não seria isso também um dos vértices da proposta modernista que apoiou e difundiu, ao longo de uma década, o nosso autor?

de desenvolvimento harmônico de todas as energias nacionais e, particularmente, das categorias intelectuais” (idem, *ibidem*): é que ali as primeiras células intelectuais do novo tipo [isto é, orgânicos] nascem com um novo agrupamento social que está politicamente aparelhado para ditar as regras de todas as relações sociais; nessa medida é que, por exemplo, “esta maciça construção intelectual explica a função da cultura francesa nos séculos XVIII e XIX, função de irradiação internacional e cosmopolita e de expansão de caráter imperialista e hegemônico de modo orgânico” (idem, *ibidem*) – diga-se de passagem, esta mesma hegemonia de que se nutria Paulo Prado em suas longas temporadas pela Europa. Na Inglaterra, o quadro parece ser outro, já que o agrupamento social que nascera arraigado ao industrialismo moderno proporcionou uma muito ampla categoria de intelectuais orgânicos, precisamente aqueles nascidos no mesmo terreno industrial do grupo econômico e dedicados, pois, a consagrá-lo. Nos Estados Unidos, onde, para Gramsci, “deve-se notar a ausência, em certa medida, dos intelectuais tradicionais”, em uma sociedade que se formava no ritmo das superestruturas modernas com base na indústria, ao passo que sectária de diversos matizes culturais trazidos pelos imigrantes de origens nacionais variadas, os “novos intelectuais” deveriam saber fundi-los “num único cadinho nacional de cultura unitária,” (p. 29).

No caso dos países periféricos, a exemplo da América do Sul e Central, a questão dos intelectuais deve ser examinada, segundo Gramsci, levando-se em conta algumas condições fundamentais:

[...] também na América do Sul e Central inexistem uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, mas o problema não se apresenta nos mesmos termos que nos Estados Unidos. [...] A base industrial é muito restrita e não desenvolveu superestruturas complexas: a maior parte dos intelectuais é de *tipo rural* e, já que domina o *latifúndio*, com extensas propriedades eclesiásticas, estes intelectuais estão ligados ao clero e aos *grandes proprietários*. (idem, pp. 30-31 – os grifos são nossos)

Se pensarmos, então, e preliminarmente, no apoio incondicional concedido aos modernistas de São Paulo, tema central deste nosso segundo capítulo, veremos manifesta a centralidade de Paulo Prado, representando este tipo de intelectual orgânico da burguesia paulista do café, e dedicando-se, ele mesmo, a organizar o futuro modelo de cultura para o país – mais tarde, também, de política-econômica, como veremos nos próximos capítulos. Afinal, um dos expoentes intelectuais da burguesia paulista, uma das figuras principais da nossa *intelligentsia* tradicional, ele foi, segundo Mário de Andrade, aquele que “tomou a peito a realização da Semana, abriu a lista das contribuições e arrastou atrás de si os seus

pares aristocratas e mais alguns que a sua figura dominava” (ANDRADE, 1968, p. 41), para fundar a o elemento moderno, a brasilidade e aventurar-se na instauração e divulgação do que acreditava ser a “consciência criadora nacional”.

Não há como negar que a atuação dessa primeira leva de artistas modernistas tornou-se possível e esteve, desde o início, muito vinculada a uma sociabilidade – uma *consciência modernizadora* – historicamente instituída e necessária à burguesia paulista, do café. Tomando de empréstimo, neste caso, a assertiva principal de Berriel (2000), uma vez mais afirmamos que “a Semana de Arte Moderna veio cumprir justamente esta função: além de ser uma ruptura com os males espirituais do passado, [ela] veio a ser a base cultural de uma nova fase da vida brasileira – autônoma, moderna, particular, contemporânea, e afeita ao veio tradicional de desenvolvimento deste complexo histórico: o bandeirante, o café, o paulista” (p. 101).

Não se trata, porém, de fazer confluir arbitrariamente o apoio de Paulo Prado aos modernistas de São Paulo com sua condição de representante da “imponente família do café” e, ainda, com sua trajetória intelectual de intérprete da História do Brasil, oficialmente inaugurada poucos meses após a realização da Semana de Arte Moderna. Trata-se, antes, de perscrutar nesse duplo movimento de atuação a coerência, o rigor ideológico e a precisão estratégica com que Paulo Prado foi estabelecendo e articulando a seu modo, ao longo de três décadas, um projeto para o Brasil ancorado em uma proposta definitiva: fundar a nação brasileira, a partir de São Paulo, em princípio pelas vias da *ruptura modernista* com os modelos “já caducos”, congregando, para isso, artistas, intelectuais e empresários, servindo-se de facilidades e arranjos políticos e gerindo, com extrema competência, interesses institucionais dos mais variados.

Ora, pelas mãos de Paulo Prado, era “a parte mais refinada da burguesia rural, os detentores das grandes fortunas do café que acolh[iam], estimula[vam] e proteg[iam] os escritores e artistas da nova corrente” (LAFETÁ, 2000, p. 23). Juntos, artistas e senhores do café, “uniam o culto da modernidade internacional à prática da tradição brasileira” (idem, p. 24), e a ideologia de “país novo”, que deixaria para trás apenas o seu passado de atraso econômico e cultural, que abdicaria das idéias importadas da velha Europa para fundar sua nacionalidade, rompendo com o “caduco” mas sabendo conservar as tradições de seu ambiente rural,⁴⁴ essa congregação entre moderno e arcaico era, enfim, assaz tempestiva aos empresários do café, que, por ocasião da Semana até o final da década de 1920,

⁴⁴ A cozinha, de cunho afro-brasileiro, o falar cotidiano e espontaneamente fluido do homem do campo, os “causos”, o folclore, enfim, o caráter localista dos costumes rurais estavam no cerne da proposta modernista.

experimentavam o seu auge histórico no interior da sociedade brasileira, como classe dominante que assumia para si a tarefa de fundar e guiar uma nação.

Nada mais oportuno, neste sentido, que cooptar artistas e intelectuais em nome desta “missão”, afirmando e difundindo o *nacionalismo* proposto pelos modernistas de São Paulo, o único capaz de “romper os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa, decadente e esgotada” (Prefácio à Poesia Pau-Brasil,⁴⁵ p. 59) e de anunciar os novos tempos da vida nacional, conduzida à sombra de uma situação oligárquica, antes paulista do que propriamente brasileira. Eis aí, e de novo, uma das tarefas imprescindíveis de um intelectual orgânico, a quem Antonio Gramsci também atribui a função de “conquista”, aquela atitude estratégica de trazer para o seu lado os intelectuais possivelmente formadores de opinião: Mário, Oswald, del Picchia, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, Tarsila, Anita e os outros intelectuais/artistas modernistas foram, de certa forma, postos por Paulo Prado a serviço da burguesia cafeeira de São Paulo. Eles então falariam em seu nome, de certa forma representando-a, e lançariam as bases intelectuais/artísticas/culturais para a expansão de seus domínios na vida prática brasileira. Dito de outra maneira,

[Mesmo que a relação entre os intelectuais tradicionais e o mundo da produção não seja imediata], como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente ‘funcionários’. [...] Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social [...] (GRAMSCI, 2006, p. 20 – o grifo é nosso)

Ora, vendendo sua força-de-trabalho e pondo-a em favor da dinâmica do café, os modernistas pareciam reiterar o projeto nacional daquele que lhes dava “mão firme” e os “dissolvia nos favores da vida”, que os convidava para os “almoços faustosos”, abrindo-lhes sua casa em Higienópolis e os salões da alta sociedade; também aquele que financiava viagens, eventos e publicações e, ainda, o mesmo que divulgava em seus ensaios ou punha à disposição do grupo importantes canais de divulgação de suas novidades artístico-culturais.

⁴⁵ Sempre que nos servirmos de trechos de obras ou textos esparsos de Paulo Prado, faremos referência ao seu título. Ao final desta dissertação, na seção *Bibliografia*, constará um subitem com as obras consultadas, datadas e com as devidas referências textuais de publicação.

Em linhas gerais, esta relação de Paulo Prado com os modernistas – estes que, mesmo cheirando à fumaça das fábricas e antenados com o cosmopolitismo europeu, reconheciam, sem cerimônia, a centralidade de nosso autor na Semana de 1922 e no interior do movimento modernista de São Paulo (diríamos, centralidade alcançada por meio da importante “mão firme” da aristocracia paulista) – esta relação, enfim, de nosso autor com seus pupilos modernistas configura, ao nosso ver, um movimento *transformista* conforme conceituado por Gramsci a partir da análise do *Risorgimento* italiano. Primeiramente, o conceito de *transformismo* em Gramsci sugere uma forma de mudança histórica empreendida a partir de “modificações moleculares”, e parciais, justamente as que entendemos aqui terem sido levadas adiante por Paulo Prado como representante da classe burguesa do café – fosse organizando o movimento modernista de 1922 ou, mais tarde, publicando artigos sobre política e economia, ou ainda, quando levasse a público suas duas obras de interpretação histórica.

Examinando o processo de unificação da Itália, Gramsci detecta dois tipos de transformismo, ocorridos em momentos diferentes: um movimento transformista primitivo, de tipo “molecular”, no qual as forças políticas originárias dos partidos democráticos de oposição vão-se incorporando, *pari passu*, à classe conservadora-moderada; e um outro tipo de movimento transformista, novo, que surge com a formação de novos “partidos auxiliares”, na medida em que formações políticas inteiras aderem à classe política conservadora (MACIEL, 2006, p. 288). Neste sentido, é o próprio Gramsci quem afirma que

pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com *a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários que pareciam irreconciliavelmente inimigos*. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que *a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente muito longo*. (GRAMSCI, 2002, p. 63 – os grifos são nossos)

Sob este enfoque, natural que as forças vitoriosas no *Risorgimento* italiano, definindo as bases e os limites de sua luta política em torno da unificação, saberiam prever e moldar a arena da disputa e a práxis política de seus próprios agentes ou daqueles que seriam por estes cooptados. Direção que foi também exercida no campo ideológico, lembra-nos Maciel (2006), uma vez que o próprio Estado tratava de garantir às forças

vitoriosas o predomínio de sua versão histórica sobre o processo de unificação. Senão vejamos a confirmação de Gramsci:

o que se propunham e, em parte, se propõem ainda (mas neste campo, há alguns anos muitas coisas mudaram) os historiadores e os publicistas moderados [...]? “*Demonstrar*” que a unificação da península foi obra precípua dos moderados, aliados à dinastia, e *legitimar historicamente o monopólio do poder*. [...] A atividade polêmica dos moderados, *através de sua “demonstração” manipulada, conseguia desagregar ideologicamente a democracia, absorvendo-lhe muitos elementos individuais e, especialmente, influenciando na educação das jovens gerações, formando-as com suas concepções, com suas palavras de ordem, com seus programas*. (GRAMSCI, 2002, pp. 124-125 – os grifos são nossos)

Se, a partir daqui, já podemos presumir que, para Gramsci, num processo de transformação histórica as forças dominantes *cooptam* os líderes das forças oponentes, aniquilando-as, este *transformismo molecular* sugerido por ele evidencia que estas mesmas forças dominantes se impõem sobre as forças oponentes tendo em vista a sua anulação: operando neste sentido, as primeiras acabam por “decapitar” as segundas, não apenas bloqueando a possibilidade de estas se tornarem dirigentes, mas, sobretudo, conduzindo-as à sua inorganicidade ou, ainda, à sua desapareição.⁴⁶

É sob esta mesma perspectiva que podemos compreender aqui a atuação de Paulo Prado nos “assuntos de arte-cultura” da década de 1920: a modalidade de superação da ordem social “defasada” que previa nosso autor para a arte e cultura brasileiras – e também, mais adiante, conforme veremos no terceiro e quarto capítulos desta dissertação, para os “assuntos econômicos, políticos e históricos” – evidencia, muito oportunamente, que a classe dominante – a dos burgueses do café –, interessada em *repor a sua dominação*⁴⁷ na sociedade brasileira, em vez de romper com a ordem vigente (o que em nenhuma medida lhe seria interessante, porquanto perderia seu posto hegemônico no interior do bloco no poder e diante das classes aliadas), pressupõe a “passagem para um novo estágio da ordem social capitalista, que exige a reposição da dominação/hegemonia burguesa em novos termos” (MACIEL, 2006, p. 275), naqueles mesmos que os modernistas

⁴⁶ Neste caso, no *Risorgimento*, Gramsci nos afirma ainda que, além do efeito molecular, que atraiu a adesão individual de intelectuais das forças oponentes – democrático-populares –, decapitando-as, um efeito ampliado, de longo prazo, também se processou por meio de uma outra garantia: a “educação” das novas gerações aos moldes do que previam o programa e as concepções das forças dominantes, a partir de sua direção intelectual-moral moderada no processo (MACIEL, 2006, p. 291).

⁴⁷ O que trabalharemos melhor, e mais amplamente, no Capítulo IV desta dissertação.

pretendiam sacralizar: a já referida combinação do novo e do velho, do arcaico e do cosmopolita, do tradicional e do moderno, e assim por diante.

É, pois, a partir do mesmo movimento de *cooptação/anulação* das forças que possivelmente lhe seriam oponentes (pensemos nas novidades que os modernistas poderiam trazer para a arte-cultura brasileira, que viriam balizadas, como dissemos, pelo complexo modernidade-fábrica-tecnologia-cosmopolitismo) que a burguesia cafeeira, subsidiada pela atividade intelectual orgânica de Paulo Prado, pretendia dar a sua cartada final para os “assuntos da arte-cultura”. Afinal de contas, antes que os modernistas se aliassem e saíssem às ruas apregoando o complexo moderno-máquina-fábrica – muito mais compatível, a propósito, com a ruptura das tradições oligárquicas por meio do anúncio da industrialização –, que eles fossem cooptados para atuarem em favor do complexo previsto pelo café: tradição-modernidade/velho-novo, materializado na tentativa de *atualização* de sua dominação social, não de sua substituição: eis aqui a motivação maior para que a burguesia cafeeira desse “mão firme” aos modernistas de São Paulo.⁴⁸

Há, diante disso, uma coincidência fatídica que nos permite entrever a linha de coerência para um outro momento em que Paulo Prado inaugurou e estendeu sua atuação como intelectual orgânico, exercendo inegável centralidade na vida brasileira: se a realização da Semana de Arte Moderna figura como centro irradiador de seu projeto de nação – interessante à burguesia agrária de São Paulo, então disposta a uma modernização pelas vias do café –, há também sua atuação decisiva no contexto imediatamente posterior a ela, atribuindo sentido e atando estes momentos em um único fio de continuidade projetiva sobre o Brasil.

Mas, neste caso, cumpre-nos examinar mais de perto se de fato, e de que maneira, o já então chefe da família Prado, seus discípulos modernistas e seus pares oligarcas pretendiam romper com a velha ordem e instaurar uma nova e também até que ponto as inovações modernistas eram “inovadoras” e as intenções da classe oligárquica, “modernizantes”.

⁴⁸ Não se trata, pois, de um *transformismo em sentido amplo*, conforme também nos sugere Gramsci (vide nota anterior), mas de um *transformismo de tipo molecular*, na medida em que a cooptação não se aplica a grupos sociais inteiros, mas de indivíduos, como o foram aqueles modernistas de São Paulo, reunidos em torno de Paulo Prado (para os “almoços faustosos” ou nos salões da alta burguesia), diríamos em torno do café.

2.2.1. O itinerário de uma falsa vanguarda⁴⁹

Não intencionamos aqui reescrever a história do movimento modernista de São Paulo, a partir das inúmeras variantes que foi adquirindo, como proposta de renovação artístico-cultural, ao longo da década de 1920; tampouco subtrair-lhe as conquistas meritórias deste ou daquele manifesto em favor da renovação dos parâmetros artísticos brasileiros. Uma e outra coisa já fizeram renomados críticos, e com a devida competência, dentre os quais destacamos Mário da Silva Brito, em *História do modernismo brasileiro*;⁵⁰ Wilson Martins, em *O modernismo*;⁵¹ Antonio Arnoni Prado, em *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda*;⁵² Sérgio Buarque de Holanda, em alguns ensaios d’*O Espírito e a Letra*;⁵³ Telê Porto Ancona Lopez, em diversas publicações⁵⁴ à frente do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP); João Luiz Lafetá, em *Figuração da intimidade e 1930: a crítica e o modernismo*, dentre uma série extensa de trabalhos de críticos literários, brasileiros e brasilianistas.

Trabalharemos, em lugar disso, com duas hipóteses centrais: da primeira, amplamente suscitada pelos críticos, daremos apenas notícias no intuito de articulá-la com a problematização que propomos acerca do nosso objeto: trata-se de um parecer sobre o caráter *moderno* e *inovador* que alvitram os modernistas de São Paulo ao tornarem públicos os seus manifestos e obras; a segunda diz respeito à “falsa coincidência” – ao nosso ver – que prevalece no fato de São Paulo, e não o Rio de Janeiro, ou qualquer outro Estado brasileiro, ter sido o palco privilegiado da Semana de 1922 e do “boom” modernista que se prolongaria daí em diante. Passemos, então, a estas duas formulações.

Parece no mínimo contraditório que o caráter “autenticamente nacional” para a arte e a cultura brasileiras apregoado pelos modernistas de 1922 encontrasse respaldo nas investidas das vanguardas européias – justamente eles, os paulistas, que propunham inicialmente abandonar as influências estrangeiras, vindas do velho continente. Mas, em

⁴⁹ Tomamos de empréstimo o título do livro do crítico literário Antonio Arnoni Prado – professor de Teoria Literária na Unicamp –, que, com a devida justeza, avalia os principais paradoxos no interior do modernismo paulista e em suas principais propostas de inovação e ruptura.

⁵⁰ 6ª ed., Rio de Janeiro, 1997.

⁵¹ 3ª. ed., São Paulo, Cultrix, 1969.

⁵² São Paulo, Brasiliense, 1983.

⁵³ Volume 1 – São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁵⁴ *Mário de Andrade: ramais e caminhos* (São Paulo, Duas Cidades, 1972), *Brasil: 1º tempo modernista: 1917-29* (São Paulo, IEB-USP, 1973) e *Mário de Andrade, cronista do modernismo* (São Paulo, Senac, 2004) são alguns destes estudos.

todo o caso, examinemos os documentos disponíveis que atestam as proposições modernistas lançadas na e a partir da Semana. Antes disso, façamos algumas breves referências à série de conferências, palestras, apresentações musicais e declamações a que assistiu o público no Teatro Municipal, naquele fevereiro de 1922.

“A Semana de Arte Moderna – conforme nos relata o historiador Nicolau Sevcenko – foi inaugurada oficialmente no dia 13 de fevereiro de 1922, com a tão ansiada conferência de Graça Aranha, *A emoção estética na arte moderna*” (SEVCENKO, 1992, p. 269). Aos moldes das formulações já contidas na sua *Estética da Vida*, a tônica do discurso pronunciado era uma condensação de filosofia e teorização da arte para, ao final, destilar-se o arremate: a nossa precisava de um novo “traço característico”:

É na essência da arte que está a Arte. É no sentimento vago do Infinito que está a soberana emoção artística derivada do som, da forma e da cor. Para o artista a natureza é uma “fuga” perene no Tempo imaginário.[...] Transmitir por ela as vagas emoções absolutas vindas dos sentidos e realizar nessa emoção estética a unidade com o Todo é a suprema alegria do espírito. [...] O que hoje fixamos não é a renascença de uma arte que não existe. *É o próprio comovente nascimento da arte no Brasil.* (GRAÇA ARANHA apud SEVCENKO, 1992, p. 269 – o grifo é nosso)

Já nesta conferência de abertura, lançavam-se as bases da intenção primeira dos modernistas de São Paulo: fundar, fazer nascer a arte no Brasil, aquela em que transparecesse a nossa verdadeira modernidade. Mas de que maneira? Como projetar e espelhar a nova arte nacional? Menotti del Picchia, um tanto mais ousado que Graça Aranha, é quem nos esclarece, em sua palestra de abertura do segundo dia da Semana:

[...] *Nada de posição, meloso, artificial, arrevesado, precioso*; queremos escrever com sangue – que é humanidade; com eletricidade – que é movimento, expressão dinâmica do século; com violência – que é energia bandeirante. Assim nascera *uma arte genuinamente brasileira*, filha do céu e da terra, do Homem e do mistério. [...] Hoje que, em Rio Preto, o cow-boy nacional reproduz, no seu cavalo chita, a epopéia eqüestre dos Rolandos furibundos; que o industrial de visão aquilina amontoa milhões mais vistosos do que os de Crespo; que Edu Chaves reproduz com audácia paulista o sonho de Ícaro, *por que não atualizarmos nossa arte*, cantando essas *Ilíadas Brasileiras*? Por que preferimos uma Atenas cujos destroços de Acrópole já estão pontilhados de balas de metralhadoras? Não! Paremos diante da tragédia hedionda, a cidade tentacular radica seus gânglios numa área territorial que abriga 600 mil almas. Há na angústia e na glória de sua luta odisséias mais formidáveis que as que cantou o aedo cego. [...] Tudo isso – e o automóvel, os fios elétricos, as usinas, os aeroplanos, a arte – tudo isso forma os nossos elementos da estética moderna, fragmentos de pedra em que construiremos, dia-a-dia, a Babel do nosso Sonho, no nosso desespero de exilados de um céu que fulge lá em cima, para o qual galgamos a ânsia decoradora de tocar com as mãos as estrelas. (MENOTTI DEL PICCHIA apud SEVCENKO, 1992, pp. 269-270 – os grifos são nossos)

Ainda no segundo dia, estavam no programa os poetas modernistas e alguns outros que a essa altura assim já se consideravam; eles leriam algumas de suas mais recentes composições: Mário e Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Luís Aranha, Plínio Salgado, Tácito de Almeida, Ribeiro Couto e Agenor Barbosa (SEVCENKO, 1992, p. 270). O primeiro, lembremos, já tinha no prelo a sua *Paulicéia desvairada* – um misto de fina ironia e sarcasmo, com os quais Mário destilaria torpes imagens de mal-estar diante da modernidade da capital paulista, mas com o cuidado de isso não sobrepujar o axioma que na Semana seria destacado: “Oh! Este orgulho máximo de ser paulistamente”.⁵⁵

Seguiram-se, ainda no segundo dia, apresentações de “música moderna”, mas, no terceiro, o ponto culminante: a obra de Villa-Lobos foi interpretada pela respeitadíssima pianista Guiomar Novaes, a quem o compositor teria sido apresentado pessoalmente por Paulo Prado. A propósito, coincidência ou não, passada a Semana, nosso autor também trataria de arranjar ao ainda iniciante Villa-Lobos uma infindável lista de convites para apresentações em São Paulo e, o mais importante: por parte do governo federal, a concessão da tão sonhada bolsa de estudos em Paris.⁵⁶

Da platéia, sempre na primeira fileira, Paulo Prado se orgulhava dos pupilos: soubera ele instruí-los na dose certa para as questões da arte moderna – afinal de contas, seguindo a tradição familiar dos Prado, este membro da quinta geração, também após graduar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, seguira para longos anos na Europa, para o tradicional “banho de civilização”. Se repararmos em seus pareceres divulgados após a Semana – porque antes e durante ele preferiu manter-se isento de qualquer publicação neste sentido, enquanto articulava artistas, intelectuais e empresários –, certamente poderemos conjecturar que o que fizeram ali os artistas de São Paulo nos três dias de evento foi reproduzir, em tom eufórico e grandiloquente, o que Paulo Prado publicaria em seus ensaios divulgadores da arte moderna e dos modernistas, imediatamente após a Semana.⁵⁷

⁵⁵ Trata-se do último verso da “Paisagem nº 4” lida por Mário em tom eufórico no segundo dia do evento. Por trás do deboche dos versos precedentes, o desfecho arregimentado do orgulho cívico paulista.

⁵⁶ Talvez, por isso, em agradecimento ao incondicional apoio de Paulo Prado, Villa-Lobos tenha-se antecipado em homenagear esta família do café: compôs e executou, no ano seguinte à Semana, o divertimento *Verde velhice*, dedicado ao conselheiro Antonio Prado, pai de Paulo.

⁵⁷ Considere-se ainda, neste sentido, que, embora a Semana tenha representado um marco, a “data memorável” – nas palavras de nosso autor – para uma nova era modernizadora da consciência nacional, muito do que os modernistas passariam a apregoar a partir de então já se ensaiava, sob o crivo rigoroso de Paulo Prado e seus colaboradores, no mesmo Teatro Municipal de São Paulo, palco privilegiado da Semana. Basta remetermos, uma vez mais, às exposições e aos concertos realizados no Teatro Municipal de São Paulo, tão logo este foi inaugurado, em 1911. Afora isso, nos prelúdios de 1919, três anos antes da Semana,

Vejam, pois, a fatídica “coincidência”, mas antes disso um interessante depoimento de Mário de Andrade, que nos permitirá atar as pontas entre o que se passou na Semana e o que viria imediatamente após, com Paulo Prado figurando como o *organizador* não somente dos eventos, mas das idéias modernistas. É, neste caso, Mário de Andrade quem nos relata o prolongamento oportuno da Semana de 1922: “Consagrado o movimento pela aristocracia paulista, [...] a nobreza nos dava mão forte e... nos dissolvia nos favores da vida.⁵⁸ [...] E vivemos uns oito anos [...] na maior orgia intelectual que a história do país registra (1968, p. 43).

Principiavam, a partir daí, as famosas reuniões nos salões aristocráticos de São Paulo. De início, o da rua Lopes Chaves, onde a arte moderna era assunto obrigatório. Depois, o salão da rua Duque de Caxias, com seus encontros semanais às terças-feiras, onde o culto da tradição era firme, dentro do maior modernismo, e mantido pelo prestígio e autoridade da família Penteado. Houve, também, o salão da alameda Barão de Piracicaba, encantador na opinião de Mário pela presença de Tarsila do Amaral, que sabia receber o grupo modernista com comodidade e sem o constrangimento da riqueza imponente que prevalecia nos demais ambientes aristocráticos.

Mas, dentre todos os salões, foi o da avenida Higienópolis o mais requintado e onde os debates, de teor estritamente intelectual, eram conduzidos pelo chefe da família Prado, que “convertia sempre o assunto das livres elucubrações artísticas aos problemas da realidade brasileira” (idem, p. 44).

Paulo Prado abriu-nos a sua casa em Higienópolis. Recebia magnificamente. Os seus almoços de domingo eram faustosos. Além de se comer e beber dentro de uma grande tradição civilizada, ali se debatiam os problemas candentes da transformação das letras e das artes. (ANDRADE, s.d., p. 28)

Paulo Prado se ocupava da montagem de uma peça de Affonso Arinos, antigo companheiro da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, mais tarde, seu cunhado. *O contratador de diamantes* – que teve no elenco os membros das “principais famílias” de São Paulo, como Eglantina Penteado Prado, irmã de Paulo Prado, e Antonieta Penteado da Silva, viúva de Affonso Arinos – trazia ao final a grande mensagem que coadunaria, mais adiante, o pressuposto modernista da fundação: “Ah! Um dia os filhos da colônia hão de fazer dela uma nova e grande pátria!” (para maiores detalhes acerca da encenação d’*O contratador de diamantes*, cf. SEVCENKO, 1992, pp. 240-245).

⁵⁸ A partir deste depoimento de Mário de Andrade, poderíamos talvez conjecturar que o movimento transformista operado por Paulo Prado teria eficácia plena sobre os modernistas – quiçá houvesse sido sobre o próprio Mário que ele teve *mais* eficácia, não poucas foram as vezes em que Mário reforçou, veementemente, a centralidade de nosso autor na Semana de 1922 e no modernismo de São Paulo. Lembremos, ainda, que ele continuaria a fazer isso vinte anos depois da Semana, a exemplo da conferência sobre o modernismo proferida em 1942 (este seu depoimento foi, inclusive, extraído deste documento), em que ele faz um balanço sobre sua atividade intelectual e o “ímpeto retumbante” daqueles artistas em formação que compuseram o grupo da primeira geração modernista.

Não tardou para que Paulo Prado iniciasse, em importantes periódicos brasileiros, a sua versão sobre a Semana e “a arte moderna dos modernistas de São Paulo”, porque para ele só os modernistas de 1922 eram modernos. Com a economia de textos que se lhe tornou peculiar, aliada à precisão estratégica de seus argumentos e, ainda, ao estilo nobre – “literário sem podridão de literatice”, como diria Mário –, ele publicou alguns artigos e ensaios, além de um prefácio à *Poesia Pau-Brasil*, de Oswald, e endereçou também umas tantas cartas a intelectuais da época e empresários da Semana, e tudo isso se convertia em momentos privilegiados para consolidar e difundir o movimento modernista de São Paulo.

Em todos esses escritos, Paulo Prado tratou de fazer, com inexpugnável competência, a propaganda dos artistas que estavam sob sua proteção. Procurou, ainda, convencer intelectuais sobre a genialidade do movimento, que tomava gradativamente dimensões maiores, empenhou-se por conquistar a simpatia de alguns pares para a causa modernista – queria o nosso autor estender o “belíssimo trabalho da Semana”, organizando talvez um Mês da Arte Moderna, conforme confessa em carta a René Thiollier, nomeado por ele o empresário oficial da Semana.

Pois então todo esse valente e belíssimo trabalho da Semana de Arte Moderna nem ao menos convenceu e conquistou o seu inteligente e ativo organizador? Estou convencido que há no seu espírito tão culto um inabalável *parti pris* contra o que chamamos – Arte Moderna, arte pura, sem escolas, sem programas, sem preconceitos – Arte, com maiúscula, aberta a todos, desde que tenham talento, livre, até mesmo anárquica, mas viva e fecunda, com todos os encantos de mocidade alegre e revoltada.⁵⁹

E o defensor oficial do modernismo prossegue, lançando mão de mais um forte argumento para, enfim, concluir que o amigo lhe respeitará a opinião e aderirá, sem resistência, a seu pedido:

Tenha paciência. Vamos agora organizar um Mês de Arte Moderna, e vamos convergir todos os nossos esforços na conquista do nosso organizador. E não veja a Arte Moderna na insuficiência dos nossos recursos de cidade de província, mas sinta, como nós todos sentimos, o sopro vivificador que há nessas tentativas modestas de renovação e liberdade.

[...] Já estou percebendo que, sem dificuldade, acabamos os dois da mesma opinião, e, para consolidarmos este acordo, reserve-me a sua quinta-feira próxima para dar-me o prazer de vir jantar nesta sua casa, às 8. (idem, ibidem)

⁵⁹ Em carta a René Thiollier, datada de 27 de março de 1922 e reproduzida no livro *Paulística etc.*, sob organização de Carlos Augusto Calil, p. 295.

No ano seguinte (1923), de Paris Paulo Prado escrevia um dos balanços mais importantes sobre a Semana, publicado primeiro no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 11 de janeiro de 1924, e, no mês seguinte, na *Revista do Brasil*, da qual foi diretor com Monteiro Lobato entre 1923 e 1925. Sob o título de “Brecheret”, todo o texto se desfaz em elogios, impressões positivas e alusões ao caráter fundacional da arte moderna de 1922 – e, naturalmente, tudo isso dedicado a exaltar, no final das contas, a figura “impressionantemente moderna” de Vitor Brecheret, artista que ele mesmo tratou de lançar por ocasião da Semana e ainda aquele que havia sido, a partir de 1920, oficialmente escalado pela administração de São Paulo para concretizar importantes obras escultóricas em homenagem aos paulistas.⁶⁰

Dentro de pouco tempo – talvez bem pouco – o que se chamou em fevereiro de 1922, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna, marcará uma data memorável no desenvolvimento literário e artístico do Brasil.

[...] A Semana de Arte veio revelar ao deserto do nosso mundo lunar que uma nova modalidade do pensamento surgiria como uma grande Renascença moderna. Com ela aparece entre nós o sentimento de inquietação e independência que é característico da nova feição do espírito humano. *O mundo já está cansado das fórmulas do passado*; em toda a parte, em todos os terrenos – na estética da rua, no anúncio, nos reclames, nos jornais ilustrados, nas gravuras, na mobília, na moda –, com uma alegria iconoclasta e juvenil se quebram os antigos moldes e desaparecem as velhas regras, pesadas como guilhões. [...]

A Semana de Arte foi o primeiro protesto coletivo que se ergueu no Brasil contra esses fantoches do passado. Graças aos seus ataques irreverentes – de um delicioso exagero – à virulência das suas invectivas, muito livro de versos de rima rica e idéia pobre deixou de aparecer em público, muito quadro fugiu para outros amadores ignaros de plagas mais remotas, e muita caduquice rabugenta voltou amedrontada para o silêncio e incenso das capelinhas. Assim iniciou o grupo da Arte Moderna *a obra de saneamento intelectual de que tanto precisamos*.

Nessa manifestação de mocidade e independência, de talento e audácia, ninguém mostrou mais probidade artística, mais chama sagrada, mais maestria na técnica do que *o escultor paulista* Victor Brecheret... (Brecheret, pp. 303-304 – os grifos são nossos)

É de se ressaltar que, com meandros inteligentes e em perspectiva panorâmica, por meio do cotejo entre o passado artístico – o do “Mau Gosto, do Já Visto, da Velharia, da Caduquice” – e a modernidade dos artistas de 1922, Paulo Prado nos diz ao menos três coisas importantes: (1) que era preciso romper com as “fórmulas do passado” – não apenas

⁶⁰ Dentre tais obras, destacamos, necessariamente, o *Monumento às Bandeiras*, encomendado em 1921 por Firmiano de Moraes Pinto (prefeito da capital, de 1920 a 1926), concluído e finalmente erigido em 1954, em frente ao Palácio 9 de Julho (sede da Assembléia Legislativa) e ao Parque do Ibirapuera.

artísticas, mas também no tocante à política, à economia, aos comportamentos, à própria estrutura organizacional da sociedade, e nisso ele parecia, de fato, extremamente moderno; (2) que a Semana teve a missão de fundar a nova arte brasileira, promovendo a “obra de saneamento intelectual de que tanto precis[ávamos]”; e (3) que aos paulistas (a exemplo do escultor Brecheret) foi confiada tal missão. Mas que fórmulas caducas, que velharias seriam essas? E por que só o movimento modernista e os artistas paulistas dariam conta da missão bandeirante de fundar no Brasil a nova arte, a autêntica, a nacional, a moderna?

Para responder a estes questionamentos, convém considerar: essas três premissas que aparecem no artigo sobre Victor Brecheret ressurgirão, mais adiante, no “Prefácio à *Poesia Pau-Brasil*”, no artigo dedicado a Blaise Cendrars e, até meses antes, no pequeno texto que nosso autor fez publicar na *Revista do Brasil* acerca do nosso “mal literário”, os três de 1924. Em todos eles, além de no precedente “Brecheret”, Paulo Prado se vale do mesmo quinhão dissertativo: censura os modos de expressão e as fontes inspiradoras da arte brasileira de outrora – que, segundo ele, sempre padeceu do “mal da importação”; refaz em breves parágrafos a nossa trajetória artística insistindo no “anacronismo que recende a naftalina” daqueles que se decidam às “velharias”; recorre a escritores e artistas renomados, “moderníssimos”, segundo ele – como Baudelaire, Musset, Apollinaire, Whitman, os alemães Mörike e Uhland, Cézanne, Delaunay, Léger, Segall e tantos outros a cujas obras teve acesso em suas viagens pela Europa –, servindo-se de um tom muito elegante de erudição para ilustrar o caráter “moderno”; e, por fim, anuncia o único meio capaz de apagar as marcas deletérias de um passado de servilismo, deformador do espírito moderno: aderir à proposta inovadora de “um pequeno grupo de escritores [e artistas] de vanguarda, distanciada da massa gregária que se move com cinquenta anos de atraso e com exasperada lentidão”⁶¹ – em suma, os seus pupilos modernistas, a cujas obras não se cansa de fazer eloqüentes elogios e delongada propaganda. Vejamos este mesmo vértice argumentativo de Paulo Prado ecoando respectivamente no “Prefácio”, no editorial da *Revista do Brasil* e no texto sobre Cendrars (para depois o examinarmos mais de perto, tomando de empréstimo algumas assertivas de Mário de Andrade sobre a “natural predisposição” de São Paulo para sediar a inauguração do elemento moderno no interior da arte e cultura nacionais):

⁶¹ Paulo Prado uma vez mais “dando mão firme” ao grupo paulista de 1922: em carta a Peregrino Júnior, datada de 11 de dezembro de 1926, extraída de *Paulística etc.*, p. 320.

Já tardava essa tentativa de renovar os modos de expressão e fontes inspiradoras do sentimento poético brasileiro, há mais de um século soterrado sob o peso livresco das idéias de importação. [...] Outros tempos, outros poetas, outros versos. [...] A mais bela inspiração e a mais fecunda encontra a poesia “pau-brasil” na afirmação desse nacionalismo que deve *romper os laços que nos amarram desde o nascimento à velha Europa*, decadente e esgotada... (Prefácio à Poesia Pau-Brasil, pp. 57-59)

[Mesmo] os mais adiantados [...] vivem na adoração livresca de uma França acadêmica: são os que ainda acreditam no culto de Anatole France, nos romances de Henri Bordeaux e nos versos de Rostand. [...] Aí está justamente *o erro grave e imperdoável de toda essa literatura de importação*. Ignoramos e desprezamos o espetáculo vivo da nossa terra e da nossa raça: pouquíssimos vão procurar fatos, temas e inspirações nos aspectos do Brasil de hoje, adolescente e inquieto. E onde encontrar, para uma realização criadora, disciplinada por um ideal preconcebido de beleza – segundo a fórmula conhecida – maior e melhor soma de realidade? (Editorial O Momento, abr. 1924, p. 309)

Nada mais interessante para o curioso das artes plásticas do que o momento atual. Arte viva, Arte da criação, Arte livre, Arte moderna – outras tantas denominações dentro das quais nascem, se agitam e morrem as mais variadas escolas e grupos, como o expressionismo alemão, o futurismo italiano, o cubismo francês, o sincronismo americano, a pintura bolchevista,⁶² cada um empenhado na luta pela inatingível finalidade de expressão. Todas essas fórmulas se originando da mesma inquietação do homem de hoje, na ânsia de realizar a *libertação do pensamento artístico*, submetido durante séculos à *imitação servil* dos modelos e “motivos”. É assim, sem dúvida, a principal característica do esforço moderno: criação, ou antes invenção [...]. Os quadros de Cendrars ilustrarão de maneira frisante as diversas fórmulas e diretrizes da pintura moderna... (Cendrars, pp. 316-317 – todos os grifos são nossos)

Voltando aos nossos questionamentos, não parece contraditório que Paulo Prado, tão dedicado a censurar a importação – o mal maior que, segundo ele, impediu até 1922 a inauguração da arte nacional –, aceite a notória apropriação que fizeram Oswald de Andrade e companhia dos postulados e tendências vanguardistas da Europa e de algumas outras metrópoles do mundo? Por que contemporizar com o futurismo, o expressionismo, o cubismo, o cubo-futurismo – em síntese, a “nova” Europa – e negar a “velha”, a da Belle-Époque, que se manifestava sobretudo no Rio de Janeiro? Haveria nisso um erro de percurso, ao menos de método? Não compreendemos desta maneira, e é o próprio autor quem nos incita a uma primeira resposta quando elege dois patamares para a *imitação*: de

⁶² Paulo Prado não negligenciou a *modernidade* da “pintura bolchevista”. E a explicação não poderia ser outra: impossível fechar os olhos e não reconhecer o que Maiakovski, Khlebnikov, Kamienskie e sua turma faziam na União Soviética entre a década de 1910 e 1920, o que alguns críticos chegam a chamar de cubo-futurismo: poesia, pintura, publicidade, fotograma, xilogravura, declamações em praça pública, haicais, um misto explosivo, enfim, de técnica, velocidade, lirismo revolucionário – sem dúvida, uma das manifestações da arte moderna.

um lado, a “imitação servil”, a que os modernistas de São Paulo não faziam, mesmo deixando ecoar em suas obras e manifestos tudo quanto viesse de Marinetti, Arthur Drey, Apollinaire, Cézanne, Picasso, Stravinski, Milhaud e outros da *avant-garde*; de outro, “o esforço moderno de criação/invenção” – uma espécie de “imitação” também, mas antes uma apropriação necessária à *atualização* do Brasil, a um “saneamento intelectual” do país rumo à fundação da arte nacional.

Quais seriam, então, os motivos desta dicotomia? Postos lado a lado, estes dois tipos de imitação não seriam apenas duas faces da mesma moeda? Que diferença há entre a imitação aos clássicos, românticos, parnasianos e simbolistas (a pernicioso) ou aos futuristas, cubistas, expressionistas? Não seriam todos *importação*? Certamente, um dos motivos era, de um lado, a necessidade de fazer valer uma versão de que se estava *inaugurando o novo*, por meio de uma transformação radical no campo das artes e abandonando influências estrangeiras arraigadas a um passado decadente – porquanto velho, antigo, “não-moderno” – para a instauração do “caráter nacional”; de outro, antes disso e sobretudo, impunha-se a necessidade de conduzir a *atualização do velho*, dos padrões vigentes, aí sim, descartando apenas o que se considerasse – de maneira assaz tempestiva, parcial e subjetiva, digamos de passagem – “caduco”, atrasado e “cheirando a naftalina”. Trocando em miúdos, a via estrategicamente escolhida era da *modernização* da consciência criativa, atrelada aos aspectos da vida moderna, da experiência da *modernidade*.

Retomamos novamente aqui as possíveis raízes deste pensamento de nosso autor: as idéias de Eduardo Prado sobre a necessidade de se buscar a originalidade brasileira, o elemento nacional que poria fim a séculos de atraso no campo da cultura e da arte. Quanto a isso, afirma-nos Berriel (2000) que “o convite [de Eduardo Prado] à originalidade brasileira parte de uma falsidade, que é constituída por uma visão idílica mas não inocente sobre a vida brasileira, que esconde o fundamental, que é a brutalidade do padrão social nacional, e cuja funcionalidade imediata é o elogio do padrão estabelecido pela sociabilidade do café” (p. 54). Ora, essa mesma autonomia cultural, o “saneamento intelectual” ou a ruptura com o “caduco” que “recende a naftalina” estarão fartamente presentes na argumentação de Paulo Prado para sugerir que o Brasil necessitava de rumos novos – não aqueles que poriam fim a um maior e mais secular atraso, o da escravização da mão-de-obra que ia dar nas fazendas cafeeiras ou da exploração dos trabalhadores livres das cidades, dando conta da disparidade social e da miserabilidade das populações pobres, tanto nos centros urbanos como no meio rural; mas apenas os rumos que convenientemente

dessem conta da expansão produtiva e comercial do café e da atualização de suas estruturas e forças sociais, que precisavam *modernizar-se* para fazer frente às demandas do mercado e, assim, manter sob o domínio dos empresários do café a sua preponderância na sociedade brasileira. Eis aí uma das rupturas necessárias à burguesia cafeeira de São Paulo.

E isso, reiteremos, não apenas os modernistas de 1922, mas a própria São Paulo não vinha deixando para depois: a capital paulista queria atualizar-se, contemporizando com um cosmopolitismo que vinha, este sim, de longe – da Europa. Surge, então, a nossa segunda hipótese para a “ruptura” modernista: ao insistirem Paulo Prado e seus pupilos na necessidade de romper com o passado “caduco”, pretendiam antes propor uma ruptura mais imediata do que com a longínqua Europa – uma ruptura com o Rio de Janeiro, a capital do Brasil!

Foi dali que, durante todo o Império e as primeiras décadas da República, partiu o do-re-mi que ditava as regras de comportamento, os padrões de beleza, os parâmetros artísticos e culturais e era também o Rio que prevalecia como a sede da política nacional. Era com isso sobretudo que São Paulo estava em vias de romper. Ora, não é difícil imaginar que havia “fogo por trás da fumaça” de tudo parecer convergir favoravelmente e de modo tão natural para São Paulo estabelecer-se como palco privilegiado da nova nação, da vida moderna, da estrondosa Semana de Arte, que abalaria de uma vez para sempre as estruturas artístico-culturais do Brasil. Por certo, a capital paulista era o pólo econômico do país, o reduto do mais avançado do industrialismo, urbanismo, futurismo e outros tantos *-ismos*, somando-se a isso o fato de que “os jovens de 22, que tiveram a seu favor a simpatia do Governo do Estado, as páginas do *Correio Paulistano* e, logo depois, alguns salões da alta burguesia [a ‘mão firme’ da burguesia cafeeira], encarnavam, em termos de psicologia social, o desejo do novo e do refinado, ainda que chocantemente novo e refinado, sentimento menos acessível a grupos saídos de outras áreas, naquela altura do processo” (BOSI, 1985, p. 312).

Endossando isso, o próprio Mário de Andrade parece fornecer-nos a chave principal das justificativas: havia fortes razões para que a capital paulista ocupasse essa posição de centro irradiador do “único movimento modernista”, em lugar do Rio de Janeiro, onde “uma exposição como a de Anita Malfatti podia dar reações publicitárias, mas ninguém se deixa[ria] levar” e onde “não exist[ia] aristocracia tradicional, apenas alta burguesia riquíssima” (ANDRADE, 1968, p. 41).

Ora, São Paulo estava muito mais “ao par” que o Rio de Janeiro. E, socialmente falando, o modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebentar na província. Havia uma diferença grande, já agora menos sensível, entre Rio e São Paulo. O Rio era muito mais internacional, como norma de vida exterior. Está claro: pôrto de mar e capital do país, o Rio possui um internacionalismo ingênito. São Paulo era espiritualmente muito mais moderna [...] e estava, ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo. (idem, p. 40).

O argumento de Mário vai, sobretudo, no sentido de afirmar São Paulo como o centro urbano mais propício para receber as idéias modernistas, não deixando escapar sua principal vantagem sobre a capital federal: o espírito aristocrático e o seu “nacionalismo embrabecido” – numa palavra, sua *predisposição* também de classe para abrigar e fomentar um projeto de fundação da modernidade brasileira.⁶³ Ora, se no Rio havia apenas uma “burguesia internacional”, que não se disporia a arriscar-se com “frescas novidades” vindas da Europa, preferindo antes manter-se sintonizada com as tendências já sacralizadas pelo bom gosto e o bom senso, em São Paulo, ao contrário, e sempre da perspectiva dos “epígonos” de São Paulo, a intenção era mesmo outra: a burguesia cafeicultora paulista estava já sintonizada com a modernidade industrial e podia considerar-se praticamente “casada” com o comércio mundial, em função das inúmeras transações realizadas nos mercados estrangeiros que demandavam as exportações de seu principal produto – o café. Afora isso, seguindo as trilhas interpretativas deixadas por Mário, o Rio era muito mais comprometido com a continuidade dos padrões (artístico-culturais, comportamentais, políticos, etc.) do que São Paulo, a quem a essa altura só restava apostar na ruptura – para erigir-se, em todos os demais planos, o *locus* de onde partiria o comando da nação (porque, em termos econômicos, sua hegemonia já estava consolidada: a essa época, o Estado respondia pela maior fatia da renda líquida do país, garantida, sobretudo, pela exportação do café).

Para tão grandioso projeto, era preciso investir na transferência do então centro irradiador da arte, da cultura, da filosofia, da ciência, do ensino superior – materializado nas Academias –, da *élégance* e das belas letras para a capital da província, São Paulo. Noutras palavras, ao propor a ruptura com a Belle-Époque européia, o modernismo paulista propunha na verdade a ruptura com a onipotência das instituições cariocas: a Academia Brasileira de Letras, o Museu de Belas Artes, o Teatro Municipal do Rio de Janeiro (este que deveria ser substituído, em centralidade e magnitude, pelo de São Paulo),

⁶³ Novamente destacamos aqui a eficácia do *transformismo* de nosso autor sobre o modernista Mário de Andrade.

a Universidade do Brasil... e também a Avenida Central (obra do prefeito Pereira Passos para ser “o cartão de visitas do Rio”), a Rua do Ouvidor (com toda a pujança de sua boemia literária), a Confeitaria Colombo (ponto de encontro da “nata” intelectual – Olavo Bilac, Rui Barbosa, Chiquinha Gonzaga...). Natural, então, que a Semana e seus proponentes pretendessem “a abolição da República Velha das Letras” (BOSI, 1985, p. 312).⁶⁴

Afinal de contas, “São Paulo estava muito mais ao par da modernidade” porque era espiritualmente muito mais moderna, “fruto *necessário* (o grifo é nosso) da economia do café e do industrialismo conseqüente”, diria Mário. Mas, na verdade, conjecturemos: rompendo com a “Corte” fluminense (assim o modo como sempre os modernistas se referiam ao Rio), rompia-se com a hegemonia carioca – as “modas” passariam a vir diretamente da Europa, sem o intermédio e a tradução do Rio de Janeiro.

Há nisso – na crença de que no Rio de Janeiro só se manifestavam no campo da arte e da cultura, e por imitação, as tendências da Belle-Époque – um argumento de classe que também parece impor um certo poder e prestígio aos paulistas, como se apenas em São Paulo, e não no Rio ou no restante do Brasil, pudesse haver o modernismo. E nisso, uma profunda incoerência que precisamos pôr abaixo: o fato de São Paulo estar “muito mais ao par” que o Rio para inaugurar a modernidade e a autêntica criatividade nacional das letras e artes do Brasil obnubila uma linha de continuidade histórica em que se procurou investigar, não somente no campo da arte e da cultura, mas também no da filosofia, história, política e ciência, o caráter nacional e moderno da sociedade brasileira. Afora isso, um outro desdobramento: ao referir-se ao Rio de Janeiro apenas como palco privilegiado da Belle-Époque, Mário de Andrade não parece considerar que na capital federal, desde as últimas décadas do século XIX, era crescente o movimento e a divulgação de idéias, conteúdos e formas literárias e artísticas profundamente na contracorrente da Belle-Époque carioca.

⁶⁴ Esta tese, de que o modernismo paulista propunha também uma ruptura com a onipotência das instituições cariocas – daí São Paulo estar “mais ao par” que o Rio de Janeiro –, vamos encontrá-la ressoando no referido estudo de Carlos Eduardo Ornelas Berriel (2000). Para este autor, relendo o depoimento de Mário de Andrade, “o Rio não era o lugar para o Modernismo, já que este, ‘no Brasil foi uma ruptura, foi um abandono de princípio e técnicas conseqüentes, foi uma revolta contra o que era a Inteligência nacional’ [disse Mário]. Leia-se, aqui – continua Berriel –, revolta contra a Academia Brasileira de Letras – se ficarmos no campo das letras; se anexarmos as artes plásticas, vale então da mesma forma para a Academia Nacional de Belas Artes” (p. 81). Endossamos, como é de se notar, a assertiva de Berriel, não sem antes fazer uma ressalva importante: lembremos de dar os créditos de tal formulação ao crítico Alfredo Bosi (1985), o primeiro a desdobrar a questão das “rupturas” propostas pelos modernistas de São Paulo, sugerindo uma que seria primordial: com as instituições cariocas.

Analisemos primeiro os antecessores dos modernistas paulistas na problematização do caráter nacional. “Meio século antes de acontecer, em São Paulo, a famosa Semana de Arte Moderna – nos diz Monica Pimenta Velloso –, já existia no Brasil um movimento literário que foi denominado pelo crítico e historiador José Veríssimo de ‘modernismo’. Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha destacaram-se como intelectuais que compunham esse grupo, conhecido como a ‘geração de 1870’” (VELLOSO, 2003, p. 354).

É nítida nessa geração de intelectuais a mudança da percepção e sensibilidade sociais traduzidas no anseio de mudança no mundo da política. [...] eram compreendidas como indispensáveis para garantir a entrada do Brasil na modernidade. É forte a imagem de um novo mundo contrastando com as ruínas do antigo. É Silvio Romero quem nos diz: ‘Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travar da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte. (idem, pp. 354-355).

A autora prossegue, questionando as “novas idéias”, cuja investigação levaria adiante a Geração – brasileira – de 1870:

E que idéias eram essas que traziam tal sensação de impacto? Iniciado na Faculdade de Direito de Recife, sob a liderança de Tobias Barreto, ocorre um movimento intelectual que rapidamente toma projeção nacional. Um dos grandes desafios enfrentados pelo grupo – agregado em torno da Escola de Recife – era o de buscar a integração do Brasil na cultura ocidental. (idem, p. 355).

Neste caso, o caminho escolhido pelos intelectuais desta geração foi primeiro o de tentar definir a nacionalidade investindo na elaboração de uma crítica literária que tomasse como ponto de partida indagações preliminares sobre os elementos que definiam o Brasil e a especificidade de ser brasileiro – o que, nas palavras de Mário de Andrade, significava encontrar a *brasilidade*. Abria-se, a partir daí, um horizonte de interpretações sobre o Brasil e o brasileiro, adeptas do instrumental científico inspirado, em especial, em três autores – Hypollite Taine, que permitia aos intelectuais do Recife a definição do país como resultado do meio físico e geográfico; e Charles Darwin e Herbert Spencer, com suas formulações sobre os estágios evolutivos das raças, com isso fundando a consciência de que a elas estavam necessariamente vinculadas as noções de *progresso* e *atraso*.

Predominava, até então, a visão pessimista da nacionalidade, caracterizada pelo “atraso cultural” e pela “inferioridade étnica”. O Brasil era lido através da cartilha do darwinismo social. Segundo essa, existiram civilizações superiores e inferiores, a que corresponderiam respectivamente etnias. A nacionalidade brasileira aparecia como uma espécie de elo fraco da corrente. Mas a idéia subjacente era a de que esse quadro de atraso e inferioridade poderia ser modificado, desde que o país conseguisse acelerar a sua marcha evolutiva, integrando-se ao contexto internacional. (idem, *ibidem*).

De maneira que eram o estilo tropical e a mistura étnico-cultural o traço mais forte do nosso elemento nacional. O que marcaria, neste sentido, o inovador método crítico de Silvio Romero, por exemplo, e que nos parece extremamente relevante no âmbito desta nossa pesquisa, era que aos três fatores cientificistas – raça, meio e momento – ele acrescentaria um outro: a influência estrangeira. Reinaugurava-se, a partir daí, a tão recorrente dicotomia (que se desdobra em outras de mesma origem), primeiramente contornada pelos escritores românticos e aprofundada, anos depois, pelos modernistas de São Paulo: o universal *x* o nacional, o modelo *x* a cópia, o moderno *x* o arcaico – e isso estava fortemente arraigado à pressuposição de que a cultura brasileira, até então, ocupava, em geral, o improfícuo *locus* da dependência cultural.

A civilização na América, *respective* no Brasil, é um processo de *aclimação* e, inevitavelmente, de *transformação* da cultura européia, o que importa dizer que, conquanto entremos ou devamos entrar nesse curioso *processus* com vários elementos nossos [...], os germens e, digamos assim, os modelos, as formas do pensamento cultural vêm de fora, vêm da Europa e dos Estados Unidos.

[...] Como era natural, durante os três primeiros séculos, quando ainda não tínhamos nem autonomia política, nem literária, o modelo que seguimos foi a metrópole, dupla imitação, porque era daquilo que ela fazia e daquilo que ela imitava. Assim, as letras *portuguesas* em geral nos três séculos, e as *espanholas*, peculiarmente durante o XVII, e as *italianas* durante o XVIII, foram o nosso guia.

A literatura *francesa* tomou o ascendente na época romântica, de 1830 em diante. Não a deixamos até hoje; porquanto o que sabemos e tomamos dos *ingleses*, *alemães*, *russos* e *escandinavos* nos vem por intermédio da crítica e assimilação francesa. Revela, porém, ajuntar que com os *italianos*, máxime em assuntos de direito, havemos entabulado recentemente um regular comércio direto. O mesmo se deve dizer dos *norte-americanos* em matéria de organização política, desde a adoção que fizemos de seu sistema de governo [a República]. (ROMERO, 1980, pp. 305-306 – os grifos são do autor)

Importante discussão esta suscitada por Silvio Romero, ainda no século XIX. A ela parecem confluir algumas das principais assertivas dos modernistas de São Paulo e também o vértice da reflexão crítica sobre a arte e a cultura nacionais feita por nosso autor, Paulo Prado. É que, ao contrário do que pressupunham os modernistas, foi a geração de 1870, de acordo com Roberto Ventura, que “introduziu o Brasil à cultura histórica moderna”, na medida em que “a literatura e a cultura brasileira se transformaram [já] na segunda metade do século XIX com a recepção de modelos europeus, como a história natural e a etnologia, que forneceram instrumentos para a interpretação da *natureza tropical* e das *raças e culturas brasileiras*” (VENTURA, 1991, p. 12). Dito de outra maneira,

A temática que, de fato, está mobilizando os intelectuais da geração de 1870 é a de buscar a compreensão da identidade múltipla da nacionalidade. Nos cantos, contos, poesias e danças, o brasileiro aparece reconhecido na figura do indígena, do africano, do europeu e do mestiço. Para os padrões valorativos da época, essa idéia já significava um determinado avanço na interpretação do Brasil. Mesmo de uma forma que poderíamos denominar “envergonhada” reconhecia-se a nossa identidade mestiça, buscando-se estudá-la. Mas predominava ainda a idéia da segmentação entre o superior (europeu) e inferior (Brasil), sendo reservado a cada uma das etnias o seu respectivo espaço. (VELLOSO, 2003, p. 356)

Em linhas gerais, “na geração de 1870 estão esboçadas várias vertentes da brasilidade que, mais tarde, viriam a ser *reforçadas e reelaboradas* pelos modernistas paulistas” (idem, p. 357 – o grifo é nosso), o que nos sugere – retomando a discussão central a que nos propúnhamos – que, embora a historiografia não tenha estabelecido estes vínculos de continuidade entre a geração de Recife e os intelectuais e artistas paulistas da década de 1920, a linha de continuidade entre ambas as investigações sobre o Brasil é notória. Dessa forma, o argumento de Mário de Andrade, conforme expusemos linhas acima, e de seus pares modernistas torna-se solúvel e, sobretudo, marcadamente ideológico no tocante a considerar apenas os modernistas de São Paulo os “arautos da modernidade brasileira”.

A segunda questão que inicialmente propusemos averiguar diz respeito à oposição entre Rio de Janeiro e São Paulo, avaliando, assim como o fez Mário de Andrade, qual das duas cidades teria mais “propensão” a promover a arte moderna. Ao dizer que São Paulo estava muito mais “ao par” que o Rio, este paulista reitera dois julgamentos, em especial: (1) que no Rio era essencialmente impossível ocorrer o modernismo, sobretudo em sua fração mais “revolucionária”, pois ali havia apenas resquícios de manifestações de uma

Belle-Époque europeizante; e (2) que São Paulo, ao contrário, sintonizada com o *esprit nouveau*, tinha todas as condições – materiais e morais – para tal assumir tal feito.

O primeiro problema que percebemos nestas duas possibilidades de leitura sobre o que disse Mário é o risco acreditarmos que apenas em São Paulo se processavam experiências do moderno, negligenciando que ao longo de toda a década de 1920 surgiram manifestos, jornais e revistas em várias cidades brasileiras cujos autores processavam as mesmas inquietações sociais e artísticas:

Caso, por exemplo, das publicações mineiras como *A Revista* (Belo Horizonte) e *Verde* (Cataguases), em que se destacou Carlos Drummond de Andrade. Em João Pessoa temos *Era Nova*, em Salvador *Arco e Flexa*. No Recife, ocorre em 1926 o Congresso Regionalista do Nordeste, articulado por Gilberto Freire. Apesar de defenderem idéias distintas, esses movimentos expressavam uma mesma inquietação social: definir o regional em face do nacional, avaliando sua inserção singular na modernidade. Temos, então, várias vertentes e expressões do moderno que revelam ritmos distintos, concepções próprias, enfim, particularidades que demandam um maior apuro analítico. (VELLOSO, 2003, p. 359)

Somado a este risco preliminar há um outro, e mais sério: o de incorrerem no erro de acreditar que no Rio de Janeiro, até mesmo antes da “frenética” década de 1920 no campo das artes e da cultura, prevalecesse apenas uma “cultura da Belle-Époque”, não sendo possível a existência de uma “cultura do modernismo”. Diante disso, e na melhor das hipóteses, precisamos em parte rejeitar o argumento dos próprios modernistas paulistas – o de que somente em São Paulo fundou-se e desenvolveu-se o modernismo –, sem, naturalmente, negar-lhes a importância de seu movimento artístico-cultural, e relativizar o *caráter moderno* que os paulistas elegeram como única e autenticamente nacional – o que partiria deles, e apenas deles.

Ora, já na virada do século XIX para o XX, destacava-se no Rio de Janeiro a atuação de um grupo de intelectuais em sintonia expressiva com a cultura do modernismo. “É o grupo dos boêmios, que tinha como um dos principais instrumentos de comunicação a linguagem humorística”, afirma-nos Monica Pimenta Velloso (2003, p. 360). Utilizando como meios expressivos a crônica jornalística, as narrativas satíricas e também as caricaturas, o grupo já procurava manifestar-se a respeito das experiências e dos tempos modernos, que a essa época, também tinham lugar certo na capital federal.

Esse grupo era composto por cronistas como Lima Barreto, Bastos Tigre, Emílio de Menezes e José do Patrocínio Filho, incluindo também caricaturistas de maior projeção do momento como Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos.

Ao longo de três décadas – da virada do século XIX até fins da década de 1920 – o grupo constrói uma reflexão sobre a nacionalidade a partir da perspectiva do humor, da sátira e das caricaturas. *Tagarela* (1902), *O Malho* (1902), *Fon-Fon* (1907), *Careta* (1907) e *D. Quixote* (1917) são algumas das revistas nas quais o grupo marcou presença. (idem, p. 360)

Era na esfera da vida cotidiana que atuavam estes intelectuais, refletindo criticamente sobre a modernidade da capital federal, seus processos – e projetos – de modernização e, sobretudo, acerca do abismo existente entre as elites políticas, econômicas e intelectuais e as camadas populares. Não por coincidência, é nesse contexto excludente que se deve projetar a atuação destes “intelectuais boêmios”, que vinham pelos jornais e revistas inflamando suas páginas com contrapontos sobre as “belas artes”, os doutores, o academismo triunfante de escritores como Coelho Neto e João do Rio, e também sobre os grandiloquentes projetos dos dirigentes políticos para modernizar a capital carioca, urbanizando-a somente nas regiões centrais – o “cartão de visitas” para os estrangeiros que ali desembarcavam –, esquecendo-se das necessidades das periferias, onde as pessoas se amontoavam em cortiços sem quaisquer condições básicas de higiene e sobrevivência. De modo que

A modernidade foi marcada, portanto, por esse caráter profundamente excludente. Existia uma descrença na capacidade da população negra e mestiça. Por isso, a adoção de práticas democráticas mostrou-se tão problemática. A civilização não implicava a democratização social, mas, antes, o reforço dos ideais aristocratizantes. No Rio de Janeiro, em particular, acabaram-se criando novos mecanismos de exclusão social, já que a abolição da escravidão – pelo menos em teoria – determinava a igualdade de direitos. Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites. Essas, identificadas com a cultura européia, tentavam negar as origens mestiças da nacionalidade. Para isso recorriam abusivamente aos mecanismos de diferenciação. (idem, p. 362)

Ilustramos esta “reação” do grupo do Rio de Janeiro à experiência moderna na capital federal com o caso oportuno do escritor Lima Barreto, que nas duas primeiras décadas do século XX fez publicar suas crônicas – ainda pouco conhecidas da crítica literária – nos periódicos cariocas, além do grande acervo ficcional que ele deixou a seus leitores. Lima Barreto foi um dos mais importantes articulistas políticos da Primeira República brasileira que não se cansava de apregoar as conseqüências menos evidentes da

era modernizante por que passava a cidade do Rio de Janeiro: da onda reformista do prefeito Pereira Passos, dedicado a afastar as camadas populares das regiões centrais, relegando-as a uma condição de miserabilidade extremada nas periferias; ao proselitismo dos doutores, que destilavam uma sabedoria “de fachada”, nas palavras do próprio Lima; aos males provocados por uma política notoriamente de fantoche, de apaniguamentos, rapinagem e arremedos falaciosos; e, ainda, a uma noção romântica de um nacionalismo ingênuo que lemos nas páginas de seu *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), seu romance mais conhecido. Lima Barreto também se dedicou à importante temática da imprensa: tanto em seu primeiro romance – *Memórias do escrivo Isaiás Caminha* (1909) – como nas crônicas publicadas às vezes semanalmente nos jornais cariocas, este escritor militante empenhou sua pena em favor de uma crítica, quase sempre mordaz, a esta importante instituição brasileira, central nos prelúdios da nossa República.

Em todos estes textos, Lima Barreto revolucionou, a seu modo, as letras brasileiras: na linguagem, vinha ele com a novidade do falar cotidiano, para aproximar-se mais do povo a quem se pretendia dirigir – geralmente os excluídos, mal pagos, marginalizados pelo sistema capitalista de produção; inovou o escritor também quanto à temática de seus escritos – em todos eles refletiu, de uma forma ou de outra, sobre as principais angústias de uma época de intensas transformações e abismos sociais. Quando lançou, em 1915, seu *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a despeito de um ou outro rebatimento capcioso da crítica “afrancesada e academista”, como dizia ele, a obra foi muito bem recebida pelo público leitor. A temática do livro se faz em torno do protagonista, Policarpo, funcionário do Ministério da Guerra, que se mete em *recuperar*, a seu modo, a brasilidade. Para isso, em um plano mirabolante, diríamos quixotesco, visto que fatalmente fracassado desde o início, ele intenciona resgatar, aos moldes românticos, o que mais original estava à disposição do povo brasileiro: o tupi, língua vernácula do Brasil antes de aqui desembarcarem os europeus e imporem suas “influências civilizatórias” sobre a população da *terra brasilis*, e, nessa toada, apontando também para uma série de práticas cotidianas que podiam conferir aos brasileiros a sua nacionalidade: leitura de livros brasileiros, aquisição de mercadorias unicamente nacionais, promoção da agricultura com o cultivo de gêneros autenticamente do Brasil, dentre outros.

Retomando as formulações da pesquisadora Monica Pimenta Velloso, é importante atentarmos para o fato de que o modernismo – apesar de estrategicamente centralizado em São Paulo, uma estratégia para conferir prestígio e legitimidade ao ideário paulista sobre o Brasil, diríamos – não se processou nem se promoveu apenas na capital paulista.

Impossível traçarmos aqui um esboço de quantos tenham sido os lugares em que ele adquiriu feições de autênticas manifestações do espírito e da vida modernos, mas, em especial, nossa principal tarefa é considerar que o modernismo deve ser localizado em uma dinâmica histórica, em suas diferentes inserções, formas e expressões. Evidentemente, pudera o destaque ter sido conferido, com maior relevo, ao movimento modernista dos paulistas – afinal de contas, contavam os artistas, como vimos, com o rico patrocínio e a divulgação dos donos da situação econômica do país – os burgueses do café, que na década de 1920 experimentavam um crescimento econômico sem precedentes, movendo, em curvas quase sempre ascendentes, a máquina exportadora brasileira e expandindo suas fronteiras.

Em síntese, a instauração propriamente do modernismo data “de um longo processo feito de avanços e recuos, lampejos inovadores e gestos de contenção, ocasionando polêmicas interessantes” e desvios de foco da mesma forma relevantes. A exemplo disso, “a análise do modernismo no Rio de Janeiro [que Mário de Andrade e os demais modernistas paulistas renegaram] reforça a importância de se considerar mais cuidadosamente a ambiência histórica e o solo das tradições culturais que lhe deu origem. Procedimento esse que nos leva a um redimensionamento do tema, questionando-se, sobretudo, o paradigma de 1922, instituído, durante longo tempo, pela historiografia literária” (VELLOSO, 2003, p. 371). E, neste caso, muito distante de pretendermos inverter o pólo da questão, deslocando a centralidade da experiência modernista de São Paulo para o Rio de Janeiro, conforme nos alerta Monica Velloso, trata-se de problematizar o debate em torno desta mesma centralidade, que os paulistas esforçaram-se por conquistar e divulgar, mas que estaria longe de ser tão-somente unívoca. Antes disso, e sobretudo, conforme admite também Berriel (2000), a centralidade dos modernistas paulistas fundava-se em uma sociabilidade inexoravelmente dominante no contexto da Primeira República – a do café, da qual nosso autor Paulo Prado era à época o principal representante.

Daí, necessariamente, arte, literatura, política, economia, filosofia e ciência constituírem assuntos de seu mais profundo interesse, durante os “debates candentes da realidade brasileira”. E a referência, neste caso, “o espelho do Brasil” para estes assuntos, a partir do qual se projetaria a nova nação, era sempre o mesmo – São Paulo. Todos os esforços de Paulo Prado convergiram e continuariam a convergir para isso. Estava, pois, preparado o terreno para que o *grand seigneur* se firmasse como principal *organizador* das experiências do grupo modernista e destes outros debates necessários à transformação da realidade brasileira, que veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

O Intermezzo

3.1. Os problemas candentes da realidade brasileira

Foi Mário de Andrade quem disse que “Paulo Prado convertia sempre o assunto das livres elucubrações artísticas aos problemas da realidade brasileira” (1968). Também Sérgio Milliet, que na década de 1920 freqüentava os *salons* da alta burguesia rural e a casa da Higienópolis, diria anos mais tarde que “no salão de Paulo Prado a conversação ia de Proust e a Semana de Arte Moderna à fundação do Partido Democrático e aos problemas do café” (MILLIET, 1981, p. 230).

Certo é que, passada a Semana, Paulo Prado poria termo a uma mais intensa atividade intelectual, e isso se estenderia ao longo de toda a frutífera década de 1920 – para a arte moderna, São Paulo e o café. Diante da leitura e análise de toda a obra deste autor (poucos textos, na verdade), também a par de sua trajetória intelectual e como homem de negócios, definimos esse período que vai da Semana de 1922 à publicação de sua primeira obra de interpretação da história (*Paulística*, em 1925) como *Intermezzo*. Nele, como veremos, Paulo Prado tratou de fazer a divulgação dos modernistas e de sua arte moderna – endereçando correspondências, escrevendo artigos e ensaios para a imprensa paulista, organizando eventos, financiando a permanência de artistas estrangeiros no Brasil ou recebendo outros ali mesmo na Higienópolis para reuniões e “almoços faustosos”... Mas este foi ainda um momento crucial para o nosso autor: começava ele a escrever e publicar – quase sempre n’*O Estado de S. Paulo* – os seus ensaios sobre os “problemas candentes da realidade brasileira”.

Superada já a etiqueta de mecenas da Semana e cumprida a tarefa de organizar e viabilizar um movimento artístico-cultural, cuja repercussão ele mesmo trataria de balizar, chegava o momento de Paulo Prado organizar os demais setores da vida social brasileira.

Afora a publicação dos artigos de *Paulística* n’*O Estado de S. Paulo*, a partir de setembro de 1922 – dos quais trataremos especificamente no próximo capítulo –, Paulo Prado interveio, por meio da escrita, em problemas de política, economia – sempre em defesa das exportações e do café –, cultura, arte, história e outras áreas do conhecimento em que prevaleciam pareceres sobre “a nação ou o povo brasileiro”, alguns dos quais, inclusive, acrescidos à 2ª edição de *Paulística*, em 1934. Em linhas gerais, toda a produção escrita de Paulo Prado a partir de 1922 pode ser resumida na TABELA 7:

TABELA 7 – Resumo da produção intelectual de Paulo Prado

TIPO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	DATA	PUBLICADO ORIGINALMENTE EM
Artigo/ensaio	O Convênio Franco-Brasileiro ⁶⁵	mai. 1920	O Estado de S. Paulo
Artigos/ensaios que integraram a 1ª ed. de <i>Paulística</i> (1925)	O Caminho do Mar	1922	O Estado de S. Paulo
	Cristãos-novos em Piratininga	1923	O Estado de S. Paulo
	Bandeiras I e II	1923	O Estado de S. Paulo
	A decadência	1923	O Estado de S. Paulo
	Uma data	1924	O Estado de S. Paulo
	Fernão Dias Pais	1924	O Estado de S. Paulo
	A paisagem	1925	Correio da Manhã (RJ)
Artigos/ensaios acrescidos à 2ª ed. ampliada de <i>Paulística</i> (1934)	O patriarca	1926-1931	O Estado de S. Paulo (1926) e Revista Nova (1931)
	Pires e Camargos	1926	O Estado de S. Paulo
	O martírio do café	1927	O Estado de S. Paulo
	O caminho das minas	1928	O Jornal (RJ)
	Capistrano	1929	O Estado de S. Paulo
Artigo/ensaio	O Padre Vieira	1922	O Estado de S. Paulo
Prefácio	<i>Joaquim Nabuco – Esboço biográfico</i> (Henrique Coelho)	1922	Rio de Janeiro: Editora Monteiro Lobato, 1922
Editoriais “O Momento”	número 86	fev. 1923	Revista do Brasil
	número 87	mar. 1923	Revista do Brasil
	número 88	abr. 1923	Revista do Brasil
	número 89	mai. 1923	Revista do Brasil
	número 93	set. 1923	Revista do Brasil
	número 98	fev. 1924	Revista do Brasil
	número 99	mar. 1924	Revista do Brasil
	número 100	abr. 1924	Revista do Brasil
	número 101	mai. 1924	Revista do Brasil

⁶⁵ Naturalmente, incluímos aqui aquele considerado o primeiro artigo de Paulo Prado na imprensa brasileira. Trata-se de “O Convênio Franco-Brasileiro” que saiu n’*O Estado de S. Paulo* em maio de 1920. Mesmo se tratando de um texto anterior à fase que aqui denominamos *Intermezzo*, as justificativas para inseri-lo no rol de sua produção ensaística são notórias, como se verá ao longo deste capítulo. Por outro lado, deixamos de fora – por se tratar de publicação muito anterior ao ano da *Semana* e em razão de cujo acesso ter-nos sido reduzido para possibilitar eventuais comentários – a coluna “Notícias da Europa”, escrita de Paris, por intermédio de seu tio Eduardo, enviada ao *Jornal do Commercio* (SP) para publicação (entre 1892 e 1897).

Artigo/ensaio	Brecheret	fev. 1924	O Estado de S. Paulo
Prefácio	<i>Poesia Pau-Brasil</i> (Oswald de Andrade)	out. 1924	Paris: Sans Pareil, 1925
Artigo/ensaio	Cendrars	jun. 1924	O Estado de S. Paulo
Artigo/ensaio	O café na Colômbia	mar. 1925	O Estado de S. Paulo
Artigo/ensaio	O café e a valorização	mar. 1925	O Estado de S. Paulo
Livro – obra historiográfica	Paulística	1925	São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1925
Artigo/ensaio	Uma carta de Anchieta	jan. 1926	Terra Roxa e Outras Terras
Artigo/ensaio	Ronald de Carvalho – <i>Toda América</i>	mar. 1926	Terra Roxa e Outras Terras
Publicação de documento	Carta do apóstolo do Brasil ao capitão Jerônimo Leitão	abr. 1926	Terra Roxa e Outras Terras
Resenha	<i>História do Império</i> (Tobias Monteiro)	jun. 1927	Diário da Noite (SP)
Artigo/ensaio	O drama da borracha	out. 1928	O Estado de S. Paulo
Livro – obra historiográfica	Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira	nov. 1928	São Paulo: Duprat Mayença, 1928
Artigo/ensaio	O descobrimento	dez. 1929	O Jornal (RJ)
Editoriais “Momento”	–	fev. 1932	Revista Nova
	–	jun. 1932	Revista Nova
Correspondência ⁶⁶	Carta a René Thiollier	mar. 1922	A Semana de Arte Moderna, São Paulo, Cupolo (obra de René Thiollier)
		Ago. 1927	O Estado de S. Paulo
	Carta a Peregrino Júnior	Dez. 1926	O Jornal (RJ)
	Carta a Stiuirio Gama (anagrama de Mário Guastini) ⁶⁷	1926	A hora futurista que passou, São Paulo, Casa Mayença (obra de Mário Guastini)

⁶⁶ Evidentemente, o acervo epistolar de nosso autor é bem mais amplo do que aquele que aparece aqui listado. Entretanto, e infelizmente, afora algumas cartas a familiares, são estas as principais correspondências a que os pesquisadores de sua obra têm acesso até o momento, já que as demais não foram ainda trazidas a público por meio de publicação. Sentimos falta, por exemplo, daquelas que Paulo Prado enviava a Capistrano de Abreu, entre 1918 e 1927 (dispomos apenas das cartas enviadas pelo historiador cearense a nosso autor).

⁶⁷ A leitura desta carta endereçada ao crítico e jornalista Mário Guastini (Stiuirio Gama, em forma de anagrama) – autor da polêmica obra *A hora futurista que passou* (1926) – faz-nos acreditar que, por volta de 1906, Paulo Prado “namorava pelas colunas do *Correio [Paulistano]*”, ali publicando crônicas semanais. Em 2005, uma varredura no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp (onde a autora da presente dissertação iniciou e desenvolveu suas preliminares investigações acerca da obra de Paulo Prado, sob orientação da profa. Vera Maria Chalmers, no Mestrado em Teoria e História Literária – sem concluí-lo), pôde demonstrar que: (1) da última década do século XIX à segunda do século XX, não constam em nenhuma das edições do *Correio* crônicas assinadas por nosso autor; (2) se de fato ele as publicou neste jornal, no início do século XX, Paulo Prado certamente o fez sob pseudônimo; e (3) pelos resultados a que chegou esta pesquisadora, a partir de um cotejo/confronto estilístico e outros recursos avaliativos, muito provavelmente Paulo Prado assinava as crônicas como Fernão Vieira (talvez um trocadilho em referência ao bandeirante português Fernão Vieira Tavares). Mas essas conjecturas seriam já objeto para ulterior trabalho.

Apesar de ter sido publicado dois anos antes do *Intermezzo*, começemos pelo primeiro artigo de Paulo Prado na imprensa paulista: ele nos dará a perspectiva-chave de nosso autor atuando como homem em defesa do café paulista. Trata-se de “O Convênio Franco-Brasileiro”, publicado n’*O Estado de S. Paulo* em 22 de maio de 1920. Antes de trazê-lo ao debate, procedamos a um breve relato do que provocou a primeira admoestação pública a um Paulo Prado já profundamente interessado e atuante em favor das políticas de valorização do café e, por conseguinte, as motivações desta sua primeira manifestação – também pública – para defender-se das acusações intentadas contra ele.

O ano era 1916 e Paulo Prado, de há muito, estava à frente da Casa Prado Chaves & Cia. Três anos antes, a partir de 1913, ele se firmara no cargo de representante de São Paulo na Comissão de Valorização do Café, atuando, inclusive, como intermediário em negociações diplomáticas importantes, como a concessão de empréstimos ao governo do Estado junto a Londres, onde mantinha boas relações. No caso específico do convênio firmado com a França, Paulo Prado interveio “em favor do café brasileiro”, negociando com o então encarregado dos negócios franceses no Rio de Janeiro – o ministro Paul Claudel, de quem já era conhecido pela investida na arte moderna, a venda de dois milhões de sacas de café ao governo da França. O acordo, assinado a 3 de dezembro de 1917, foi amplamente censurado na imprensa, da parte de representantes dos “interesses contrariados” e renderia a nosso autor inúmeras censuras por parte do então já presidente Epitácio Pessoa, que o havia considerado um intruso nas negociações e a quem Paulo Prado responderia com a publicação do artigo “O Convênio Franco-Brasileiro”.

Além da elegância de estilo, mesmo em um texto-relatório sobre sua intervenção junto ao governo francês, Paulo Prado deixaria escapar um profundo descontentamento com a política econômica nacional no quesito valorização do principal produto brasileiro de exportação. Este é, portanto, o primeiro momento – e decisivo – em que podemos acompanhar o nosso autor inteiramente como homem de negócios, em defesa do café. As primeiras linhas de seu texto já demarcam, direta e abertamente, a que foi e como procedeu na França durante esta importante intervenção diplomática:

Diante da demora na publicação da correspondência diplomática entre o dr. Venceslau Brás [presidente da República entre 1914 e 1918] e o ministro do Brasil em França, referente às negociações do Convênio – e também duvidando que essa correspondência seja publicada *completa* e inclua os telegramas do governo francês –, resolvi dar ao público as seguintes informações detalhadas sobre a natureza da minha intervenção nesse negócio. (O Convênio Franco-Brasileiro, p. 327)

Logo em seguida, Paulo Prado é cauteloso em fornecer datas, lugares de passagem, nomes de seus subsidiários, dentre outros, para reiterar, no final das contas, que partira para a Europa em meados de 1916, desempenhando uma “missão oficial” junto ao Comitê de Valorização, levando na bagagem uma informação privilegiada: a de que o bloqueio europeu – que mantinha estocadas milhões de sacas do café brasileiro no porto de Santos – conduziria, em breve, o Estado de São Paulo a uma “ruína inevitável”, assim como a todo o país, caso não houvesse premente intervenção diplomática.

Chegando a Paris, e aproveitando-me de relações pessoais com elementos preponderantes na administração francesa [em especial, o já referido ministro Paul Claudel], tive ocasião de expor-lhes a angústia da nossa situação e de sugerir, diante da acolhida simpática, algumas idéias que pudessem proteger os nossos interesses nacionais sem diminuir o poder ofensivo do vigoroso bloqueio estabelecido pelos países aliados. Foi então que a pedido de altos funcionários do ministério do Quai d’Orsay, e segundo os hábitos das administrações francesas, foi-me pedido que redigisse uma nota a esse respeito. Nessa nota eu sugeria a idéia de compra pelos governos francês e inglês de uma parte da colheita brasileira, quatro ou cinco milhões de sacas, e da armazenagem desse café em Santos ou Nova York, onde poderia servir de lastro para uma operação de crédito comercial, que forneceria recursos em ouro para outras compras, e ao mesmo tempo facilitaria, por um acordo com o nosso governo, o pagamento dos cupons da dívida brasileira na França e na Inglaterra. (idem, p. 328)

Eis aí, nas palavras de Paulo Prado, o “embrião do Convênio”, que seria assinado no ano seguinte e por cujas condições ele já percebera ali que se interessavam os franceses. Conjeturaram em torno da questão e Paulo Prado retornaria ao Rio de Janeiro para avisar ao presidente da República e ao ministro da Fazenda de sua impressão favorável durante as negociações: a de que “alguma coisa seria possível obter”: “no entretanto, em França, o estudo das questões sugeridas pelas minhas notas continuava, e de tal modo que em princípios de janeiro chegava ao Rio a missão do sr. Jules Chevalier, encarregada de estudar um acordo com o governo brasileiro a respeito das questões que interessavam os dois países” (idem, p. 329). Diria também o nosso autor que a missão Chevalier, como era de se perceber, lograra êxito, possibilitando um acordo com o Ministério da Fazenda no tocante ao funcionamento de um sistema de compensações de crédito: o café seria comprado no Brasil, e em dinheiro brasileiro, e a França abriria em Paris is créditos equivalentes, em franco.

Nesse primeiro acordo, consegui que fosse nele incluída a compra de 250 mil sacas de café, como experiência para uma futura operação de maior vulto. Fui incumbido, por contrato escrito entre o governo francês, o governo federal e o Banco do Brasil, de realizar essa compra no mercado de Santos. (idem, pp. 329-330)

Era este, no dizer de Paulo Prado, “o primeiro passo para o Convênio Franco-Brasileiro”. Feita essa compra, mais uma vez nosso autor partiria para a França, no início de 1917, com planos para ampliar a compra pelo governo francês do café brasileiro, estocado, a perder de vista, nos armazéns paulistas. Mas, neste caso, as negociações seriam mais complexas: precisava Paulo Prado salvaguardar o produto, mas, também e sobretudo, oferecer ao governo francês uma contrapartida estratégica, vantajosa e irretorquível. Tendo sido “longos e difíceis os *pourparlers* entabulados em Paris [negociações formais entre Estados, governos e empresas], para se chegar a um consenso quanto a uma proposta aceitável, ele tiraria da manga uma cartada infalível:

Já a questão dos navios – os aliados precisavam de navios, navios e mais navios, na frase de Lloyd George [primeiro-ministro britânico, à frente das investidas militares e da vitória dos ingleses na Primeira Guerra Mundial] – constituía preocupação principal do governo francês. Eu argumentava que o Brasil não poderia ceder os seus navios sem que se assegurasse para os seus produtos um escoamento eficiente, sob pena do nosso país morrer de miséria, por falta de transporte para a sua produção. Foi esse o argumento principal de que mais tarde tão brilhantemente serviu ao dr. Nilo Peçanha, nas suas notas ao governo quando se começou a negociar oficialmente o Convênio Franco-Brasileiro.

Em todo caso, na base de suas respectivas necessidades, foi-se pouco a pouco chegando a um plano de conciliação entre os interesses dos dois países. Nos primeiros dias de agosto de 1917, foi afinal a legação de França do Rio de Janeiro autorizada a negociar com o governo brasileiro um acordo, cujas linhas fora telegrafadas de Paris. Quando foram enviadas essas instruções, e antes de partir de novo para o Rio, tive o prazer de enviar ao sr. dr. Venceslau Brás o seguinte telegrama:

PRESIDENT REPUBLIQUE, RIO

Je pars demain après négociations heureusement conclues ici et dont vous allez être saisi officiellement.

Appelle respectueusement votre attention sur importance des propositions faites et que vous estimerez, j'en suis persuadé, répondre aux intérêts supérieurs du Brésil. Respectueuses salutations.

(a) PAULO PRADO.⁶⁸ (idem, pp. 329-330)

⁶⁸ A tradução, na nota de pé de página, é de Carlos Augusto Calil, organizador de *Paulística etc.*, onde se encontra, na íntegra o “Convênio Franco-Brasileiro”: *PRESIDENTE REPÚBLICA, RIO. Parto amanhã após negociações concluídas e das quais o senhor será informado oficialmente. Chamo respeitosamente a atenção*

Ora, mesmo com o quinhão persuasivo de que havia trabalhado para o Convênio como representante oficial de seu Estado e também como brasileiro, “a quem não pode ser proibido intervir nas questões vitais que interessam o seu país”, fica-nos ao menos transparente um lado oposto desta moeda: o de que Paulo Prado, na verdade, atuava em favor do café, talvez e sobretudo, do café da família Prado estocado em Santos. Para isso, não mediu esforços durante as negociações para que o país, como um todo, arcasse com os prejuízos advindos, como ele mesmo afirma, do “bloqueio europeu”, mas amplamente vinculadas também à superprodução cafeeira do Estado de São Paulo entre os anos 1915-1916. A contrapartida oferecida, negociada e, por fim, acatada pelos governos brasileiro e francês – a compra de dois milhões de sacas de café paulista em troca de trinta navios brasileiros – tinha os termos de um arranjo em que, ao final, um único lado sairia vencedor: os produtores do café. Ainda assim, Paulo Prado arremata sua defesa passando de si a culpa pela intervenção na negociata ao governo central brasileiro:

Se o Convênio foi obra má e perniciosa, os seus responsáveis são os nomes ilibados que o assinaram, os do dr. Venceslau Brás e Antônio Carlos. Se foi “vergonhosa negociata”, como o aprovaram o Parlamento brasileiro, e três meses mais tarde, por maioria de trezentos votos, o próprio Parlamento francês?

Nada houve de oculto e a ocultar. Se a legação brasileira não foi ouvida, foi porque assim o entenderam de comum acordo os dois governos contratantes. Não pode caber a um simples particular dar explicações a respeito. O respectivo ministro devia se ter queixado ao seu governo e do seu governo, que o considerou como incompetente e inconveniente para negociar.

Quanto ao Convênio e à maneira como acolheram as pessoas de boa-fé, aqui no Brasil, bastará citar as seguintes frases do Retrospecto Comercial de 1917, do *Jornal do Commercio* – repito, do *Jornal do Commercio* [...].⁶⁹ (idem, p. 332)

de V. Exa. Sobre a importância das proposições feitas e estou certo de que, V. Exa. saberá avaliar, respondem aos interesses superiores do Brasil. Saudações respeitadas. (assinado) PAULO PRADO (p. 331).

⁶⁹ Paulo Prado se refere às seguintes palavras: “O Convênio assinado entre a França e o Brasil estabelece cláusulas de equivalente e recíproca utilidade. O que caracteriza esse Convênio e o torna singular e valioso é justamente a parte em que a troca de favores não atinge somente o governo, mas vai até ao próprio país. O sr. Antônio Carlos não obteve somente, como já vimos, a compensação financeira na cessão à França da praça dos trinta navios do Convênio; conseguiu garantias da ordem econômica. Por isso, o governo francês assegura a aquisição de dois milhões de sacas de café e outros produtos na importância de cem milhões de francos. É de evidente importância esse compromisso. Por esse conjunto de circunstâncias, o Convênio, cuja negociação foi com tanta facilidade concluída pelo sr. ministro da Fazenda, abrange vários interesses, e será de benéfica importância na vida financeira do país e na economia nacional” (idem, *ibidem*). Um comentário apenas de nossa parte: a ênfase de Paulo Prado no *Jornal do Commercio* – um típico argumento de poder e prestígio, uma vez que, naturalmente, um órgão de imprensa dedicado a divulgar o ritmo, as práticas e as consequências do comércio brasileiro, um meio, enfim, mais do que legítimo a publicar tais comentários, na concepção de nosso autor – acaba, ao nosso ver, voltando-se contra este: prestigiado jornal de São Paulo já tinha servido a Paulo Prado quando da publicação, articulada por seu tio Eduardo, de suas “Notícias da Europa”, enviadas da França ao Brasil ainda em fins do século XIX. Além disso, o *Jornal do Commercio* era

Em linhas gerais, “O Convênio Franco-Brasileiro” já nos permite entrever a eficiência de Paulo Prado como homem de negócios dedicado à causa cafeeira, defendendo para si e seus pares que locomotiva do café expandisse suas fronteiras e, o principal, não ficasse prejudicada quando uma ou outra crise financeira ou de superprodução se interpusessem. Mas, ao que parece, isso não bastava, era apenas uma “terapêutica” imediatista, na visão de nosso autor.

Passemos agora ao mais simbólico dos artigos publicados no *Intermezzo*: o editorial “O Momento” n. 88 (abr. 1923), da *Revista do Brasil*, que Paulo Prado dirigiu com Monteiro Lobato entre 1923 e 1924. Nele, nosso autor avança na questão política, falando pela primeira vez da principal mazela de São Paulo, e de todo o país, de maneira geral – o *bovarismo*.

Bovarismo é o dom que possui o homem de se imaginar diferente do que realmente é. A expressão, que tem corrido mundo, foi sugerida por um dos sentimentos dominantes nos personagens de Flaubert. Como os indivíduos, as coletividades também sofrem dessa deformação da personalidade. O Brasil inteiro tem sido vítima desse mal estranho. [...]

Em São Paulo, nessa sociedade em formação, o bovarismo é um dos sentimentos preponderantes do nosso caráter. Dele nos vêm os *excessos do orgulho e da vaidade, tão sensíveis e desagradáveis para os nossos patrícios de outras terras brasileiras*. Dessa enganosa ilusão, originou-se a veleidade de São Paulo-nação.

[...] É que, na verdade, há uma falha no nosso progresso. Cuidamos de tudo, mas esquecemo-nos do harmônico desenvolvimento das nossas forças civilizadoras. Enriquecemo-nos; levantamos uma bela cidade moderna nestes campos onde vegetava a pequena São Paulo acadêmica e romântica; erguemos nas nossas várzeas – onde havia flores, como na canção nacional – as gigantescas chaminés das fábricas; conquistamos a *terra ignota* dos sertões paulistas, e – *sobretudo* – estendemos pelos largos horizontes do interior o vastíssimo manto verde-escuro dos cafezais...

Mas neste corpo em plena *crise de crescimento*, não vimos a falha patológica, que é a nossa profunda anemia intelectual e artística. Para caso tão grave de desnutrição idealista, as ilusões do bovarismo são apenas o ópio e a morfina que não curam, e só servem para a retórica dos especuladores políticos. (Editorial O Momento, abr. 1923, pp. 297-300 – os grifos são nossos)

Não restam dúvidas de que a “crise de crescimento”, a “falha patológica” a que se refere Paulo Prado, vinculando-a propositadamente a um certo *bovarismo*, estava estreitamente arraigada a uma conjuntura de reais – e projetivos – entraves que vinham enfrentando os cafeicultores paulistas por ocasião de inúmeros desarranjos políticos que,

veículo privilegiado da oligarquia cafeeira de São Paulo e, inúmeras vezes, fez publicar artigos e ensaios diretamente relacionados à política econômica do café, hegemônica no Estado, enaltecendo, neste sentido e em mais de uma ocasião, o “valeroso espírito empreendedor dos paulistas”.

desde 1922, começavam a impor ao Brasil – melhor dizendo, às oligarquias – um novo quadro de instabilidade econômica e disputa pelo poder. Não é difícil perceber o tom no mínimo irônico de nosso autor ao se referir ao orgulho e à vaidade paulistas – “desagradáveis para os patrícios de outras terras brasileiras”, mas de certo modo “necessários ao progresso do país” – e à supervalorização da principal conquista brasileira: no dizer de Paulo Prado, a extensão dos “largos horizontes de manto verde-escuro dos cafezais”.

Como sabemos, a política econômica praticada em favor da maior autonomia dos Estados, outorgada pelo presidente paulista Campos Sales desde os primeiros anos do século XX, lograva êxito e, até a década de 1910, não tinha sido ainda motivo de grandes embates, políticos e econômicos, no cenário nacional. Apesar das altas e baixas no preço da saca do café, o que desestabilizava a comercialização do produto nos mercados estrangeiros e, como vimos, fazia também oscilar a balança comercial brasileira, no terreno político a dominação das oligarquias cafeicultoras seguia sem maiores abalos. E assim foi até a sucessão presidencial de 1914, com a eleição de Wenceslau Braz – ele saberia, como seus antecessores, manter em seu programa de governo a concessão de empréstimos aos cafeicultores, a não-interferência quando estes precisassem recorrer ao capital internacional e a valorização do câmbio, que, por sua vez, favorecia a valorização do preço do café nas exportações.

Mas a década de 1920, apesar de ter representado o auge histórico da economia cafeeira, começaria com alguns abalos políticos que prometiam interferir nos negócios da então principal classe dominante. Por conta das eleições presidenciais de 1922 – ano, aliás, da Semana de Arte Moderna e da criação do Partido Comunista –, começavam a surgir pontos de tensão regional entre as oligarquias, e isso poria termo a uma verdadeira – e nova – disputa pelo poder.

O eixo São Paulo-Minas Gerais (reestruturando a aliança “café-com-leite”) lançou como candidato, já nos prelúdios de 1921, o mineiro Artur Bernardes. O Rio Grande do Sul – que a essa altura já tinha articulada a mais pujante força de oposição ao núcleo agro-exportador do café, pretendendo com isso garantir melhores condições de mercado para a exportação do seu charque – bradou, declarando-se, de imediato, contrário à candidatura de Artur Bernardes e anunciando o seu próprio candidato: Borges de Medeiros. Dentre as motivações para tal oposição, os gaúchos apresentavam a mais óbvia: uma vez mais, prevaleceriam os arranjos políticos como forma de garantir recursos – tantos quanto

fossem necessários e por qualquer meio – para os esquemas de valorização do café, num momento em que o país necessitava de finanças equilibradas (FAUSTO, 1985, p. 408).

Como era de se esperar, mesmo em meio à situação desconcertante, Artur Bernardes triunfou nas eleições de março de 1922 e, após breve período, “a luta entre [o seu] governo e as oposições tendeu a acalmar-se” (idem, p. 409). Mas novas crises despontariam ou prosseguiriam. Lembremos que a crise internacional de 1920 já havia provocado drásticas alterações no volume e no preço das exportações do café, que caíram 13 milhões de sacas, fazendo despencar o rendimento de 73 milhões de libras em 1919 para 53 milhões em 1920. Muito embora o presidente Epitácio Pessoa, pressionado pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, tenha posto em prática a tão solicitada operação valorizadora do câmbio em 1921 – por meio de vultuosos empréstimos estrangeiros e novas emissões de papel-moeda –, o certo é que ainda em 1923 as recorrentes quedas no câmbio e a inflação contribuía para desestabilizar a economia agro-exportadora. E isso desagradava, e muito, aos cafeicultores de São Paulo, mesmo que pudessem contar com medidas de salvaguarda do preço do café por parte de seu aliado maior – o presidente eleito Artur Bernardes.

E eis que novos alívios vinham temporariamente acalmar a crise... Mas, pouco tempo depois, novas oscilações se impunham. Entrementes, a partir de 1926, o paulista Washington Luís pareceu ter contornado os principais problemas econômicos e a oposição ainda latente do Rio Grande do Sul à aliança paulista-mineira, numa manobra política de sucesso – nomeando para ministro da Fazenda aquele que começava a ascender na política oligárquica, tendo a simpatia dos gaúchos, e que, em breve, tornar-se-ia presidente da República, Getúlio Vargas.

No plano político, a maré uma vez mais virava para os cafeicultores: por essa época, despontavam conflitos de interesse no Estado de São Paulo que culminariam, em fevereiro de 1926, na criação do Partido Democrático (PD) – este poria fim ao monopólio do Partido Republicano Paulista, o PRP. Na ocasião, como vimos no primeiro capítulo, o próprio conselheiro Antônio Prado, maior exportador brasileiro de café e signatário do documento que havia fundado o PRP, declararia sua adesão ao PD, que vinha formado em sua maioria por profissionais liberais ou filhos de fazendeiros do café (Paulo Prado era um deles), trazendo na bagagem um notório programa liberal-democrático, “temperado por algumas tintas vagamente reformistas, tendo por objetivo central a reforma política [...]. Não tinha uma perspectiva diversa do PRP, no que diz respeito à política econômica e financeira, onde a divergência era acidental. O PD não hostilizou, nesse aspecto, a política

do presidente Washington Luís, cujos resultados foram transitariamente favoráveis para o setor cafeeiro” (idem, p. 415).

Em resumo: a locomotiva São Paulo, apesar de cada vez mais rica e promissora, não podia deixar de abalar-se com as constantes crises e oscilações que o país enfrentava. Tendo isso em vista, não nos é difícil imaginar que, ao escrever o artigo cujos trechos transcrevemos, de 1923, Paulo Prado enfrentava – como chefe da Casa Prado Chaves & Cia. e já principal representante da oligarquia cafeeicultora paulista – tais oscilações (que, no mínimo, tiravam-lhe o sono) e também projetava novas crises. A “crise de crescimento” que ele atribui primeiro a São Paulo – sempre primeiro – e depois a todo o país, revestindo-a de um conceito cuja origem toma emprestada de Gustave Flaubert (o bovarismo),⁷⁰ nada mais era do que a crise do café. Era de tudo que dizia respeito à exportação deste produto que a política nacional não poderia prescindir.

“Cuidamos de tudo, mas esquecemo-nos do harmonioso desenvolvimento das nossas forças civilizadoras”: eis aqui mais uma oportunidade para afirmar que a grande conquista, “o vastíssimo manto verde-escuro dos cafezais”, não poderia continuar em mãos que não lhe garantissem a estabilidade necessária. Seguindo o mesmo raciocínio, a “falha no nosso progresso”, muito além de ser obra do puro e simples *bovarismo* – que aqui ele utiliza muito mais como estratégia retórica – era obra da desarmonia política, da instabilidade econômica, da ausência de “pulso firme” na administração da nação.

Basta correremos os olhos sobre os demais artigos e ensaios que Paulo Prado publicou no *Intermezzo* para percebermos que em todos eles o mesmo quinhão dissertativo se fará presente, de maneira mais ou menos sutil, dependendo do caso. Interessante – e profícuo aos seus interesses – continua sendo ainda o modo como o nosso autor transitava muito bem pelas áreas do conhecimento: das reflexões sobre a arte moderna e a cultura nacional, ele tão logo – e de maneira assaz competente – dedicar-se-ia aos “problemas candentes da realidade brasileira”, e, reiteramos, sempre, de uma maneira ou de outra, fazendo-os convergir para a questão do café. Podemos entrever, inclusive, nestes ensaios “políticos” do *Intermezzo* (digamos assim) uma postura idêntica em comparação aos pareceres sobre a arte moderna – aliás, ambas as vertentes argumentativas, propagandísticas até, datam da mesma época: os textos sempre se dedicam a uma visão

⁷⁰ Refere-se aqui o nosso autor à personagem Emma Bovary (do romance *Mme. Bovary*), que ficou conhecida como típico modelo de anti-herói, aquele que padece ao final da trama e, mais especificamente, o que não alcança os objetivos que um herói, vencedor, alcançaria, por exemplo – daí ao *bovarismo* é um passo curto – Emma, quixotesca, assim como a personagem de Cervantes, sonhava vencer “os seus dragões-moinhos-de-vento”, mas não os vencia; imaginava-se uma grande dama da sociedade francesa, mas não passaria nunca da esposa do frustrado médico Charles Bovary... e, então, imaginava-se sempre o que não era...

panorâmica do passado – distante ou recente; em seguida, apresentam este ou aquele renome ou autoridade de determinado ramo a que se refira a temática, por meio de delongadas analogias; sempre a mesma história também de que o país padece de alguma mazela e, finalmente – será São Paulo, o “carro-chefe” da nação, a protegê-lo no presente e a salvá-lo no futuro: eis o movimento cíclico dos argumentos de Paulo Prado, qualquer que seja o assunto abordado.

Tal constatação se comprova, por exemplo, em mais um de seus artigos do período analisado. Trata-se de “O café na Colômbia”, artigo publicado n’*O Estado de S. Paulo* em 12 de março de 1925, pouco antes da sua *Paulística*. O clima de desconforto e temeridade com relação ao café brasileiro é notório, já nas primeiras linhas:

Costuma-se dizer que o francês é um homem condecorado, e que não sabe geografia. O fazendeiro paulista é certamente um homem satisfeito que ignora os seus concorrentes. Destes, neste momento, o mais temível, e que mais atenção merece, é sem dúvida o colombiano.

A revista financeira e comercial do *Times* de Londres, de 10 de fevereiro passado, revela-nos dados curiosos sobre a República da Colômbia. Esse país atravessa atualmente um período de excepcional prosperidade e riqueza. É o maior produtor no mundo de esmeraldas, platina, e de cafés chamados “doces”, *mild coffees*, que têm nos mercados alta cotação. [...] O peso colombiano, na expressão americana, pode olhar em face o dólar, porque está ao par. Uma comissão de peritos financeiros americanos, contratada pelo presidente da República, realizou audaciosa reorganização das finanças públicas [...]. Graças às medidas adotadas, esse estranho país sul-americano fecha os seus orçamentos com saldos volumosos, retira, em 1924, um milhão de libras da circulação e gasta perto de quinhentas mil libras da sua dívida externa.

Agora o café. Durante os últimos 25 anos as plantações subiram de trinta milhões a oitocentos milhões de pés... (O café na Colômbia, pp. 334-335)

Enquanto isso, no Brasil, as oscilações continuavam: ora a economia do café dava saltos exorbitantes, conferindo aos cafeicultores paulistas o incremento de suas fortunas, com uma taxa anual de crescimento do volume de produção na casa dos 9%; ora a queda do nível de renda dos consumidores e a escassez de crédito concedido aos importadores refletiam negativamente na demanda pelo produto (FAUSTO, 1997, p. 232).

Poucos dias depois, em 29 de março, Paulo Prado publicaria novo artigo n’*O Estado*, dessa vez para pontuar os principais problemas enfrentados pelo café brasileiro e, sobretudo, as medidas necessárias para a contenção das crises e oscilações. Trata-se do artigo “O café e a valorização”, em tom pessimista do início ao fim, mas não deixando para

depois, afora a crítica à nossa política econômica, as exigências de um autêntico cafeicultor, representando a hegemonia econômica paulista:

O café deixou de subir, o café parou, o café tende a baixar. Chegou talvez o momento para examinar a sangue-frio alguns dos aspectos da última valorização.

Até aqui ela tem sido um verdadeiro sucesso. Para isso contribuíram dois importantes fatores: a baixa constante do nosso câmbio, que ainda não se pode mandar prender, e a intervenção oportuna desse personagem que os americanos chamam de *weather clerk*, caixeiro providencial que, no céu, está encarregado da contabilidade meteorológica.

O princípio básico, porém, da operação valorizadora está na limitação das entradas de café em Santos. [...] Foi uma medida prática, realizada de acordo com outros Estados produtores e que, no momento crítico, incontestavelmente salvou a situação. Agora, como o mais, está a limitação de entradas adotada permanentemente por um Instituto também permanente dirigido por uma comissão provisória. É para o perigo da política de medidas fixas e definitivas que desejamos chamar a atenção dos lavradores.

A limitação das entradas, sem uma combinação prévia – ao menos com outros produtores brasileiros –, é um desastre para São Paulo. No último semestre do ano passado, a lavoura suportou com estoicismo essa restrição à liberdade de comércio porque o café subia e a safra era diminuta. Ainda estão no interior do Estado, nos armazéns do governo e nas fazendas, milhões de sacas que atestam o sacrifício que fizeram os fazendeiros... (O café e a valorização, pp. 336-337)

Não contente em apontar a mazela, Paulo Prado prossegue pontuando as conseqüências inoportunas – aos cafeicultores – da medida adotada pelo governo federal:

Para quê? Para facilitar a colocação das safras de outras procedências que estão neste momento vendendo as suas colheitas a preços altíssimos, graças ao café que não vendemos e cuja retenção nos custa os olhos da cara. (idem, p. 337)

Por fim, arremata sugerindo o que fazer para retomar o crescimento das exportações, não sem antes escarnecer, o quanto pode, e uma vez mais, da política de retenção do café e, ainda, deixando evidente que para a safra seguinte a instabilidade e as conjecturas prevaleciam sobre a certeza de que o produto teria garantidas as devidas condições proeminentes:

Nesse segundo semestre de 1924, se tivéssemos exportado mais alguns milhões de sacas (essas que estão imobilizadas nos “cemitérios” do interior), os compradores estrangeiros, interessados assim na alta, teriam um maior estoque para saciar a fome e sede de café de que tanto se fala e não iriam agora buscá-lo nos países concorrentes. Com a nossa política de restrições perturbamos além disso o ritmo do comércio mundial de café. É conhecido que no primeiro semestre o consumo procura os cafés “doços” [o colombiano como vimos há pouco], que estão nessa

época em plena exportação [...]. Baralhamos tudo, desprezamos os hábitos tradicionais do comércio e, enquanto os nossos concorrentes vendem até a última saca de sua produção, retemos no Brasil milhões de sacas, à espera... da nova safra que vem aí. Recomeçaremos então o nosso jogo de tolos, desta vez ainda em maior inferioridade. Senão vejamos.

Em julho começará a vir do mercado a nova safra de 1925-26. Qual será a estatística nesse momento? Já teremos colocado as nossas reservas acumuladas, numa época em que o consumo só pede café novo, verde?

[...] O que se está fazendo agora certamente está errado. A prova é o mal-estar que todos sentimos – fazendeiros e comerciantes – na atual situação, apesar dos esforços, subvencionados ou não, da literatura cafezista. Não será o indício de alguma tempestade que se aproxima? (idem, pp. 337-338)

Primeiramente, ao referir-se, de maneira um tanto admoestatória, a um certo “Instituto permanente” que vinha pondo em risco, com medidas de contenção, a comercialização do café pelo porto de Santos, Paulo Prado refere-se ao Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, criado em 1924 e, mais adiante, em 1931, oportunamente substituído pelo Conselho Nacional do Café – órgão específico do governo federal para formulação das políticas cafeeiras. O mais interessante nestes artigos de que tivemos notícias até agora é o modo como, sem cerimônias, Paulo Prado se dedicou, entre a Semana de 1922 e a publicação de suas duas obras – não parando por aí, inclusive – a posicionar-se como autêntico homem de negócios: defendendo os interesses de produtor e exportador do café, alertando seus pares para as trapagens do governo federal, sugerindo caminhos a serem seguidos para a superação dos problemas, e sempre deixando sutil ou explícito que urgia uma providência por parte do Estado de São Paulo – o “carro-chefe”, como dissemos, da economia brasileira a essa época. Mas qual seria a solução concreta para todos esses males? Como reverter esse quadro de “atraso” político-econômico, muito semelhante, aliás, em projeções se comparado ao outro “atraso” a que Paulo Prado se dedicou a erradicar – o da arte –, como, enfim, concorrer para a transformação da velha ordem – atabalhoada, atrasada, “caduca”, que punha o país em condições inferiores – em uma nova ordem – a do progresso, do desenvolvimento econômico, do acerto político, do ajuste comercial?

3.2. A atualização da velha ordem

Temos já dois momentos importantes na carreira de organizador da vida social brasileira que nos permitem analisar mais de perto o “esforço modernizador” empreendido por Paulo Prado na década de 1920. Da condição de mecenas da arte moderna – antes, durante e depois da Semana –, vimos nosso autor passar facilmente a organizador do movimento modernista e, um pouco mais adiante, tão logo fazer-se articulista político, um verdadeiro polemista na imprensa paulista defendendo os interesses econômicos de sua classe. Em todos esses momentos, fica-nos sempre a impressão, agora ainda mais pela leitura de seus textos do *Intermezzo*, de que se adiantará uma proposta concreta, uma solução mais imediata que evidencie claramente o seu interesse projetivo sobre o Brasil. Mas, de fato, o fio de continuidade entre suas proposições apenas será atado e as intenções, devidamente reveladas, quando da publicação de suas duas obras historiográficas – *Paulística e Retrato do Brasil*.

Por ora, resta-nos perscrutar algo premente: seja qual for o projeto de Paulo Prado para o país, o que analisaremos no próximo capítulo com maiores detalhes, até aqui já pudemos perceber um certo movimento em favor da *atualização* de uma “antiga ordem” para cadenciar a nação brasileira. Primeiro, a intenção de fundar a cultura e a arte a partir do elemento nacional, aquele mesmo que saberia deixar para trás o seu passado invirtuoso de importação servil, mas apenas este, pois o “velho” seria também aproveitado na medida em que fosse devidamente transformado – nisso consistiu, na verdade, a premissa maior dos modernistas: o nacional nasceria da apropriação de modelos estrangeiros, o que poderia ser feito, como o fizeram os artistas, desde que a eles fosse conferido o “toque autenticamente brasileiro”, fosse a partir da culinária autóctone (a dos “almoços faustosos”), do trejeito peculiar, do falar cotidianamente fluido e informal ou do rústico elemento rural, vindo diretamente da rica *terra brasilis*, como deixou claro, por exemplo, Oswald de Andrade desde a Poesia Pau-Brasil.

Em seguida, a admoestação das práticas políticas vigentes na década de 1920, a sugestão de medidas, o desagrado no tocante à economia de exportação, o sentimento de descuido por parte do governo central quanto à valorização do café, as rédeas perdidas na condução do país: tudo isso também parecia apontar para uma medida mais drástica, como veremos anunciado, enfaticamente, no “Post-Scriptum” de *Retrato do Brasil*, mas sem indicar uma ruptura plena com as estruturas do passado, e sim uma *ruptura limitada*, porquanto o quadro de transformações que Paulo Prado sugere seguirá sempre o mesmo

sentido – o de *atualizar* a dominação de sua classe econômica, *mantendo*, por outro lado, o passado recente de expansão produtiva do café e tudo o que a ele se arraigasse, mas com o devido “fôlego novo” para justamente atender a esta mesma expansão econômica: *modernização* das cidades, introdução do *elemento moderno* (nas artes, na cultura, na política, enfim), tomada de rédeas na condução das finanças do país, que iam de mal a pior, políticas de valorização do café que não fossem imediatistas, mas estrategicamente estabelecidas a longo prazo, dentre outros. Não teriam, pois, todos os esforços de Paulo Prado convergido para isso, desde o financiamento e a organização da Semana de Arte Moderna, mesmo um pouco antes disso, com o incentivo a eventos culturais e o custeio de publicações que *resgatassem – ressignificando* – a história nacional, apontando ao país o caminho para a fundação da sua identidade; até o ingresso definitivo na carreira intelectual por meio da colaboração periódica na imprensa paulista, para tratar de temas específicos da história política e econômica brasileira? Qual é, portanto, o ponto de convergência que evidenciaria as intenções de nosso autor? Quais as medidas que ele estaria sugerindo?

A nossa tese é a de que Paulo Prado, desde pouco antes dos frementes anos 20, e dando continuidade aos projetos de seu pai,⁷¹ veio articulando uma *redefinição* da sociedade brasileira que passaria, necessariamente: (1) pela transferência do centro intelectual e artístico-cultural da capital da República para os ares provincianos – mas já moderníssimos – de São Paulo; (2) pela fundação, a partir daí, da verdadeira arte e cultura brasileiras, no bojo da missão bandeirante – “telúrica”, acrescentaria o nosso autor – que *atualizaria* os elementos da identidade nacional; (3) pelo rearranjo da política brasileira, privilegiando ainda mais o peso político de São Paulo e a sua preponderância econômica; e (4) mais tarde, pela releitura da história brasileira, que estrategicamente viria balizada pela *tristeza* e por outros três males inequívocos: a luxúria, a cobiça e o romantismo – no fim das contas, para um passado de vícios, a “terapêutica” só poderia ser o estabelecimento de novos rumos a partir do presente.

O que nos fica notório, diante disso, é que a tarefa de organizar a sociedade demandaria o *ajuste harmonioso* entre o velho e o novo, o arcaico e o moderno, o tradicional e o cosmopolita. Permanecendo o velho, o arcaico e o tradicional, o Brasil manteria seu “secular atraso”, sendo preciso inserir-se na modernidade; preponderando o novo, o moderno e o cosmopolita, a burguesia cafeeira entregaria de bandeja a sua condição de classe hegemônica junto ao bloco no poder, cedendo o poder a outro grupo

⁷¹ O conselheiro Antônio Prado, como já dissemos, líder político e empresário do café, sempre as duas coisas, metido em seus planos para *modernizar* São Paulo.

que propusesse plenamente a industrialização das relações e estruturas produtivas no Brasil – o que viria a acontecer a partir da década de 1930.

Primeiramente, cumpre-nos ressaltar que a modernidade – literária, artística, política, econômica, enfim – chegaria primeiro a São Paulo, naturalmente, e depois ao Brasil pelas vias de uma *reformulação* das estruturas sociais, e não propriamente de uma ruptura com os modelos tradicionais, antigos ou “caducos”, no dizer de nosso autor. Dito de outra maneira, a virada histórica pretendida pela classe oligárquica dos cafeicultores de São Paulo – representada aqui por Paulo Prado – em nenhuma medida estaria dedicada a eliminar a “velha ordem” – a que ia dar nas lavouras de café, sectária da produção-exportação deste produto primário – para instaurar uma totalmente “nova” – a que possivelmente fosse convergir para a plena industrialização do país, por exemplo.

A nossa hipótese central vai no sentido de afirmar que Paulo Prado tinha, certamente, o seu projeto para o Brasil, e se já o fazia esboçar em algum momento deste *Intermezzo* e, mais especificamente, em *Paulística e Retrato do Brasil*, como veremos, foi sem dúvida porque, mesmo fazendo jus às aspirações de sua classe econômica – a dos burgueses do café –, ou lhe sobrepondo delongadas críticas (a do *bovarismo* é apenas uma delas), seu intuito era responder, e o quanto antes, a uma conjuntura de crise que, segundo sua estimativa, já se anunciava – naturalmente, para que dela pudesse sair vencedora a sua classe. O que ele pretendia, noutros termos, era pôr em prática *um* dos projetos – o mais ambicioso, diga-se de passagem – que na década de 1920 se prenunciavam no interior da sociedade brasileira.

Lembra-nos Boris Fausto (1997) que já os primeiros anos da década de 1920 foram decisivos para o café, contribuindo para que, ao longo de toda esta década, a classe cafeeira estendesse sua hegemonia sobre o bloco no poder e as demais classes dominantes brasileiras. Ora, com ou sem oscilação dos índices de exportação e valorização do produto, prevalecia a certeza de que o café constituía a base da economia agro-exportadora do país. Entretanto, as fronteiras expansivas daí em diante não estavam de todo definidas: era preciso, por exemplo, decidir ainda que grau assumiria a predominância cafeeira no quadro da economia de exportação.⁷²

⁷² Um dos principais questionamentos, e premente – avisa-nos Boris Fausto sobre ele: “Tentar-se-ia diversificar a produção agrícola para o mercado externo e de bens destinados ao consumo interno ou adotar-se-ia uma política de franco incentivo da cafeicultura, gerando uma especialização em níveis até então desconhecidos?” (FAUSTO, 1997, p. 235).

É na esteira de alguns questionamentos improrrogáveis, e de outros desdobramentos importantes, que veremos Paulo Prado articular sua centralidade e esboçar o seu projeto para o Brasil. Criticando, por exemplo, a subvenção da economia cafeeira por parte do governo central – que, a despeito das tentativas “salutares” de valorização do produto, punha termo a um “jogo de tolos” –, nosso autor afirma, em um dos artigos do *Intermezzo* que mencionamos anteriormente (de 1925), que “o que se está se fazendo agora certamente está errado [refere-se ele à retenção de miríades de sacas de café em Santos, como já dissemos]. A prova é o mal-estar que todos sentimos – fazendeiros e comerciantes – na atual situação, apesar dos esforços, subvencionados ou não, da literatura cafezista” (O café e a valorização, p. 338). Arremata este raciocínio com uma previsão interrogativa e – diríamos – muito sintomática de suas atribuladas conjeturas sobre o futuro da economia cafeeira: “Não será o indício precursor de alguma *tempestade*?” (idem, *ibidem*).

Ora, se concordarmos que nos anos 20 a oligarquia cafeeira paulista detinha a hegemonia sobre o bloco no poder e sobre seus aliados, haveremos de concordar igualmente que foi também nesse período que mais se ergueram diversas forças políticas e sociais, em uma perspectiva alternativa ou opositora a esta mesma hegemonia. A conjuntura política da década de 1920 apontava dessa forma, e mais uma vez, desde a tomada do poder pelos oligarcas, para uma transformação nas bases sociais do país, e de há muito se podiam prever tensões inexoráveis no interior da sociedade brasileira que anunciavam que a configuração de forças políticas e econômicas estava por ser abalada.

Em linhas gerais, despontavam as oligarquias dissidentes, que produziam para o mercado interno e pretendiam, naturalmente, reduzir o peso da cafeicultura na condução da política estatal; também a burguesia industrial – que a essa altura ainda estava longe de superar a predominância agro-exportadora, mas dava os primeiros passos rumo a isso – vinha alimentando um projeto liberal fordista para as relações entre capital-trabalho. Levemos em conta, ainda, que já no início da década de 1920 ampliavam-se o número de novas fábricas e o de trabalhadores empregados, o valor da produção industrial brasileira e o retorno de capital frente aos investimentos no setor (vide TABELAS 8, 9 e 10). Por outro lado, os tenentes e as classes médias urbanas, como bem notou Boris Fausto (1985), clamavam pela modernização do Estado e pelo fim do predomínio da economia agro-exportadora; e, finalmente, a classe trabalhadora, particularmente o operariado, que já vislumbrava um projeto democrático, antilatifundiário e antiimperialista para o Brasil, também representava uma das forças dissidentes que despontariam ainda na década de 1920.

TABELA 8 – Sumário de censos industriais (1907 e 1919)

CENSO	NÚMERO DE FÁBRICAS	TRABALHADORES EMPREGADOS	CAVALOS DE FORÇA	VALOR DA PRODUÇÃO (000 mil-réis)	CAPITAL (000 mil-réis)
1907	2.998	136.420	114.555	668.843	580.691
1917	13.336	275.512	310.424	2.989.176	1.815.156

Fonte: tabela extraída, com algumas modificações de formato, de DEAN, 1997, p. 258.

TABELA 9 – Manufatura por setores (1919)

SETORES	NÚMERO DE FÁBRICAS	TRABALHADORES EMPREGADOS	VALOR DA PRODUÇÃO (000.000 mil-réis)	CAPITAL (000.000 mil-réis)
Moagem	478	4.598	221,1	58,6
Conservação da carne	8	4.264	143,6	101,6
Carne seca	49	3.796	113,5	65,9
Fumo	296	14.510	106,7	49,8
Refinação de açúcar	88	1.112	102,0	22,2
Cerveja	214	4.939	95,7	80,7
Outros alimentos e bebidas	2.836	18.652	417,5	143,3
Tecidos de algodão	266	92.462	580,9	579,7
Outros tecidos	945	19.735	244,5	126,7
Calçados	1.319	14.814	140,5	49,2
Outras roupas	669	13.434	105,6	52,4
Sabão e velas	241	2.568	66,6	40,9
Outras substâncias químicas e drogas	719	12.782	170,7	110,1
Serrarias	999	10.433	102,3	92,1
Metalurgia	415	10.836	74,4	47,9
Todas as outras manufaturas	3.804	46.579	303,6	194,6

Fonte: tabela extraída, com algumas modificações de formato, de DEAN, 1997, p. 259.

TABELA 10 – Estrutura industrial

ANO	NÚMERO DE EMPRESAS	CAPITAL (contos)	FORÇA MOTRIZ	NÚMERO DE OPERÁRIOS
	<i>Distrito Federal</i>			
1907	662	167.120	22.279	34.850
1920	1.542	441.669	69.703	56.517
1929	1.937	641.661	–	93.525
	<i>São Paulo</i>			
1907	326	127.702	18.301	24.186
1920	4.145	537.817	94.099	83.998
1929	6.923	1.101.824	–	143.376

Fonte: tabela extraída, com algumas modificações de formato, de PINHEIRO, 1985, p. 141.

Se nos ativermos, por ora, a um dos sintomas mais nítidos da crise que se avizinhava nos anos 20 – o agravamento das tensões entre oligarquias regionais, com o substrato do descontentamento militar – compreenderemos, necessariamente, suas principais motivações levantadas por Boris Fausto (1997):

Os anos vinte têm sido caracterizados como o período de auge da agricultura de exportação, especialmente do café. [Mas,] do ponto de vista político, a extensão da predominância da burguesia cafeeira ocorreu em meio aos sintomas de crise de sua hegemonia. No início dos anos 20, o pólo hegemônico sofreria restrições mais articuladas por parte das outras frações regionais da classe dominante e seria alvo dos ataques tenentistas. [Afora isso,] as dificuldades em contar com a União como um instrumento seguro dos seus interesses levariam a burguesia do café a utilizar-se do poder político em nível estadual, mais do que em qualquer outro período. Ao mesmo tempo, entretanto, a necessidade de controle da União tornar-se-ia premente, nos últimos anos da década.

Dentro deste quadro geral, onde se combinam a extensão da predominância da burguesia cafeeira e os sintomas de crise de sua hegemonia, dois períodos merecem ser destacados. O primeiro vai de 1920 a 1924 e se caracteriza, no plano político, pelas fricções entre o eixo São Paulo-Minas e as oligarquias de segunda grandeza; no terreno econômico, toma impulso o plantio dos cafezais, enquanto o programa de valorização vai assumindo, gradativamente, nova forma. O segundo período cobre os anos 1924-1930. No plano político, os atritos entre as oligarquias provisoriamente diminuem, ganhando outro sentido, no final da década, com a cisão entre São Paulo e Minas; ao mesmo tempo, chega-se ao auge da expansão cafeeira e o esquema de defesa se modifica, transformando-se em defesa permanente sob a responsabilidade dos Estados. (FAUSTO, 1997, p. 230-232)

Ampliando estas motivações sugeridas por Boris Fausto, observaremos, em linhas gerais, um quadro de forças dissidentes na arena política que começavam a exercer pressões divergentes à dominação da burguesia cafeeira. Senão vejamos: a administração de Floriano Peixoto, que chegara à Presidência do Brasil após a renúncia de Deodoro em 1891, guiado pelas mãos fortes dos oligarcas do PRP, representou, como já dissemos, o triunfo dos grandes Estados brasileiros e, necessariamente por seu turno, o afastamento da cúpula do Exército da vida política nacional.⁷³ Retirando-se a alta oficialidade da vida profissional (até mesmo o Clube Militar permaneceria fechado de 1896 a 1901), o Exército só reapareceria na campanha presidencial de 1909.

⁷³ Não tenhamos a impressão, mesmo assim, de que os jovens militares tenham cedido sem grandes conflitos, como nos alerta Boris Fausto: herdeiros mais conseqüentes do jacobinismo florianista, o setor militar se revoltou, por várias vezes, no Rio de Janeiro – em 1887 contra Prudente de Moraes e em 1904 contra Rodrigues Alves são alguns exemplos (1985, p. 403).

Nesse ínterim, no Rio Grande do Sul – Estado-natal do futuro presidente Vargas – processava-se uma importante aproximação entre militares e elite agrária, a quem desagradava a supremacia paulista: “a política econômica e financeira, defendida pelo Estado por razões econômicas e ideológicas, tendeu a coincidir em muitos aspectos com a visão do grupo militar. O Rio Grande constituía o centro mais articulado de temperada oposição ao núcleo agrário-exportador, pelo qual o Exército tinha pouca simpatia e com o qual mantinha escassas vinculações” (FAUSTO, 1985, p. 404). Os pontos principais de divergência entre Rio Grande do Sul e São Paulo giravam em torno das diferentes aspirações político-econômicas para o país: o primeiro Estado defendia uma política de preços estáveis e um certo conservadorismo fiscal para expandir a comercialização do seu charque. Mas o ponto culminante desta oposição se daria com as eleições presidenciais de 1910.

O candidato do Sul, Hermes da Fonseca, vinha com um plano de governo respaldado no equilíbrio orçamentário, na ampla autonomia estadual e expressava, sobretudo, os interesses das classes dominantes do Rio Grande; ao passo que Rui Barbosa, o candidato de São Paulo apregoava a não-intervenção do Exército na política e tinha como ponto alto da campanha algo muito conveniente à então classe burguesa do café, de cuja principal Prefeitura estivera à frente o conselheiro Antonio Prado, como vimos: a luta pelas liberdades públicas, pelas tradições econômicas liberais, pela cultura, pela arte, e contra o “Brasil inculto”. E eis que Hermes da Fonseca derrotaria, então, o candidato Rui Barbosa, mas, conforme nos lembra Boris Fausto, “o fato de que um militar tenha assumido a presidência da República não significa, mais uma vez, que o Exército atue na política como força autônoma. Na realidade, no governo Hermes houve três centros de decisão: as oligarquias civis de Minas e especialmente do Rio Grande do Sul, esta sob o comando de Pinheiro Machado; o próprio presidente, inclinado a uma subordinação às oligarquias; um grupo de militares e alguns civis, dispostos a realizar alterações de controle do poder nos Estados” (idem, p. 405). Ainda assim, a política econômica em favor dos grandes Estados – incluindo-se sobretudo São Paulo, o “gigante da nação” – nunca foi abandonada, e seguiria, então, sem maiores confrontos a sucessão presidencial de 1914, com a restauração da política do “café com leite” e a eleição de Wenceslau Braz.

Por outro lado, o país experimentaria uma nova eleição concorrida, a “ferro e fogo”: entre Artur Bernardes (do eixo São Paulo-Minas) e Nilo Peçanha (do Rio Grande do Sul, a que se aliariam os Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro). Apesar dos ataques, durante a campanha, ao imperialismo dos grandes Estados e a exigência de

proteção aos demais produtos brasileiros, que não somente ao café – mas tomando o devido cuidado para não atingir os interesses do Rio de Janeiro, também produtor/exportador de café –, Nilo Peçanha perderia as eleições para o paulista Artur Bernardes.

Em linhas bem gerais, após o triunfo do candidato paulista nas eleições de 1922, houve uma sucessão de atritos entre os vencedores e os vencidos, mas nada que pusesse em risco, ainda, a predominância política de São Paulo. Mas acalmando-se os ânimos, e neutralizando-se os opositores do novo governo, teria início um ciclo de rebeliões tenentistas na sociedade brasileira, depositário das grandes esperanças de alteração da ordem vigente e com uma formação grupal de relativa coesão, com consciência militar, em um meio em que a supremacia das oligarquias regionais começava a ser contestada (idem, pp. 410-411). Este seria também um dos motivos evidentes de que o sistema de dominação no país começava a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio – e isso já nos primeiros anos da década de 1920.

A antecipação revolucionária dos “tenentes” – sintoma gravíssimo de uma crise que se instala no aparelho do Estado – liga-se a uma dupla frustração. De um lado, a burguesia cafeeira confere ao Exército um papel subordinado; de outro, a cúpula militar aceita este papel e entra em acordo com as oligarquias. [...] Por outro lado, nas vinculações, com núcleos familiares tradicionais de vários líderes tenentistas, independentemente da condição econômica, encontra-se uma das razões de sua audácia. Os líderes não se integram no Exército como figuras obscuras, em busca de ascensão social; pelo contrário, uma responsabilidade de elite pelos destinos do país, que julgam esvaziado de seus verdadeiros objetivos, incentivava-os a romper abertamente com a ordem estabelecida. (FAUSTO, 1987, pp. 92-93)

Sob esta perspectiva, podemos entrever que o caráter da crise dos anos 20 era de cunho institucional e econômico-social. Problematizando esta questão, acrescenta Boris Fausto que:

A estrutura econômica do país, baseada na monocultura cafeeira, torna-se extremamente vulnerável, a partir da Primeira Guerra Mundial, por depender de um único produto de exportação, em um mundo que tende cada vez mais à autarquia e ao protecionismo. O problema não tem a mesma dimensão no início da República e na década de vinte. (idem, *ibidem*)

O que pretende Fausto nos afirmar é que nos fins do século XIX e início do XX, as perspectivas e tendências do comércio com o exterior eram promissoras, de modo que o Brasil detinha praticamente o monopólio da produção mundial do café; ao passo que, nos

anos 20, a conjuntura se alterava: “a tendência à queda de preços se acentua, a política de valorização se instala. Como mostra um economista [...], ‘o sistema, por maior que fosse o seu bom êxito a curto prazo (medido, quer do ponto de vista do agricultor, que queria mil-réis por saca, quer do ponto de vista do governo, que despejava mais libras esterlinas por saca), continha em si mesmo a contradição que o acabaria liquidando” (idem, pp. 93-94). Em síntese, com os preços oscilando cada vez mais, interna e externamente, a liquidação do sistema hegemônico cafeeiro era apenas uma questão de tempo, a despeito de o café, mesmo nos anos 20, ter apresentado bons resultados, como vimos demonstrando.⁷⁴

Ora – retomando nossa argumentação –, a simples existência e emergência de forças dissidentes na arena política – somadas à instabilidade econômica que enfrentavam os cafeicultores – indicam que a dominação da burguesia cafeeira vinha, ao menos, sendo posta em jogo, exigindo-se dela uma resposta a estas pressões divergentes. Paulo Prado é, portanto, ao nosso ver, uma das respostas dos burgueses do café a esta *crise*, referida por ele já em 1925, no artigo “O café e a valorização”. Mas não apenas: daí, como já dissemos páginas acima, nosso autor trazer a público também, em 12.3.1925, um pequeno texto n’*O Estado de S. Paulo* sobre a “ameaça colombiana”, reiterando, de início, que os produtores brasileiros de café – leiamos *os paulistas* – precisavam atentar para a crise que se avizinhava, com sérios riscos de que se instaurasse uma possível *tempestade*, para sermos fieis às suas próprias palavras.⁷⁵

Ora, a simples instabilidade econômica que enfrentavam os cafeicultores, conforme demonstra nosso autor, e, no mesmo ritmo, a existência e emergência de forças dissidentes na arena política indicam, ao menos, que a dominação da burguesia cafeeira vinha sendo posta em jogo, exigindo-se dela uma resposta a estas pressões divergentes. Paulo Prado é, portanto, ao nosso ver, uma das respostas dos burgueses do café a esta *crise* que se estenderia ao longo de toda a década de 1920, e referida por ele em vários momentos, o mais expressivo em 1925, quando já previa *tempestades* piores.

⁷⁴ Neste sentido, os militares apenas procuraram tirar proveito de uma conjuntura já, ou irremediavelmente, desfavorável à economia do café, que em breve, especificamente em 1929, seria estrondosa.

⁷⁵ Lembremos aqui que Paulo Prado principiava o artigo em tom de alerta geral: “O fazendeiro paulista é certamente um homem satisfeito e que ignora os seus concorrentes. Destes, neste momento, o mais temível, e que mais atenção merece, é sem dúvida o colombiano” (O café na Colômbia, p. 334). E ele prosseguia: “[A Colômbia] atravessa atualmente um período de excepcional prosperidade e riqueza. [...] Durante os últimos 25 anos as plantações [de café] subiram de trinta milhões a oitocentos milhões de pés [...]. A exportação de café, que em 1910 foi de 548 mil sacas de 65 quilos, subiu a 1.877.920 sacas em 1913, e, apesar de contratemplos atmosféricos, está calculada, para a safra iniciada em 1924, em 2.250.000 sacas ou 167 mil toneladas” (idem, pp. 334-335).

Quando afirmamos que Paulo Prado, anteviu em quase uma década a quebra da dominação cafeicultora, sendo, pois, vanguardeiro em matéria da crise econômica que seria enfrentada pelos cafeicultores paulistas, referíamos-nos à sua argúcia para tentar capitalizar a sua classe em favor da melhor maneira de se saírem bem desta mesma crise. E de fato: Paulo Prado de certa maneira sabia que a única saída seria *reformular*, o quanto antes, e antes que viesse a “grande crise” (a *tempestade*), as estruturas sociais em que se assentava a economia do café. Para isso, suas investidas em sugerir transformações cruciais na política econômica e no setor cafeeiro eram de tão importante monta naquele momento. E, por isso, todo o conjunto de transformações que o vimos articular ao longo de toda a década de 1920 – em âmbito político, institucional, econômico, cultural, artístico – tendia a uma “terapêutica”, “o menos dolorosa possível”, para as oligarquias cafeeiras. Paulo Prado, certamente, via antecipar-se uma reviravolta inevitável: a sociedade brasileira, a essa época, dinamizava-se no crescimento das cidades, havia oferta abundante de mão-de-obra, São Paulo já contava com o maior parque industrial do país, tudo isso sugeria que tão logo a capital cosmopolita, a maior cidade do Brasil, abrisse as portas para um outro projeto que, no final das contas, saiu mesmo vencedor: a industrialização. Ora, em decorrência disso, o café, que no último ano da década de 1920 representava 62,6% das exportações brasileiras, poucos anos depois, em 1937, sofreria drástica queda, respondendo apenas por 42,1% do comércio com o exterior (FAUSTO, 1897, p. 105). Ao peso ainda hipotético deste projeto, atuariam definitivamente os militares para o início da re-centralização do poder administrativo, oferecendo braços fortes ao novo governo que estaria por vir, o de Getúlio Vargas. Com ele, se lançamos o olhar um pouco adiante, para a década de 1930,

A maior centralização é facilitada pelas alterações institucionais que põem fim ao sistema oligárquico, o que não se confunde com o fim das oligarquias. Intocadas em suas fontes de poder, estas subsistem como força local, embora possa haver a troca de grupos ligados ao “antigo regime”, por outros situados na oposição. Entretanto, as oligarquias se subordinam agora ao Poder Central, com a perda do controle direto dos governos dos Estados, onde são instalados interventores federais.

As necessidades de um Estado “que se abre a todas as pressões sem se subordinar diretamente a nenhuma delas”, em meio a uma situação financeira difícil, conduzem a esta alteração de forma. *Enfrentar os graves problemas da década de trinta, com as velhas práticas da burguesia cafeeira, era uma tarefa impossível.* (idem, p. 110 – o grifo é nosso)

Quando Paulo Prado se dirigia a seus pares para dizer que “o café deixou de subir, o café parou, o café tende a baixar”, sendo necessário “examinar a sangue-frio alguns dos aspectos da última valorização”, e arrematando que “o que se está fazendo agora [em meados da década de 1920] está errado [...] não será o indício de alguma tempestade que se aproxima?”, está certamente consciente, desde o início, da reviravolta que o setor sofreria na década de 1930, astuto e visionário que era. Quando, então, dissesse no “Post-Scriptum” de seu *Retrato do Brasil* (1928) que

Na desordem da incompetência, do peculato, da tirania, da cobiça, perderam-se as normas mais comezinhas na direção dos negócios públicos. A higiene vive em grande parte das esmolos americanas; a polícia, viciada pelo estado de sítio, protege criminosos e persegue inocentes; as estradas de ferro oficiais, com nossos mais elevados fretes do mercado, descarrilam diariamente ou deixam de apodrecer os gêneros que não transportam; a lavoura não tem braços porque não há mais imigrantes; desaparece a navegação dos rios; a cabotagem suprime o comércio litorâneo; o dinheiro baixa por decreto, e o ouro que o deve garantir não nos pertence. A lavoura do café acena-se com a valorização artificial dos preços, descuidando-se do barateamento do consumo. [...] A Justiça [...], em contato com os interesses da politicagem, dificilmente resiste ao arbítrio e ao abuso de poder; o Exército, caríssimo, desaparece, desorganizado pelo ódio e pelo medo; a Marinha, sem navios, vegeta na baía de Guanabara: é uma repartição pública. Está tudo por fazer, nada se faz [...]. (*Retrato do Brasil*, pp. 203-204)

enfim, estaria ele, sem dúvida, propondo uma mudança em diversos níveis da sociedade brasileira, cuja derrocada – digamos, da dominação de sua classe econômica – ele já vislumbrava. Fizessem as oligarquias paulistas elas mesmas esta mudança, deixando de lado as politicagens e os conflitos de interesses, ou seria o fim do predomínio desta classe.

Não se trata, porém, de uma proposta de “revolução” no sentido estrito da palavra, conforme lemos no “Post-Scriptum” de *Retrato do Brasil*: “Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. [...] A Guerra, a Revolução” (idem, p. 208). Mas de uma modalidade de *superação* da ordem social vigente por outra, a “passagem para um novo estágio da ordem social capitalista, que exig[ia] a reposição da hegemonia/dominação burguesa em novos termos” (MACIEL, 2006, p. 275).

Daí, por exemplo, o projeto da burguesia cafeeira – no qual Paulo Prado acreditava e justamente aquele das “incansáveis defesas” em suas obras – prever não a *ruptura* com as relações de produção no seio das práticas expansionistas da burguesia cafeeira de São Paulo, mas a sua *atualização*. Era preciso modernizar os meios de produção e de comercialização do café, não prescindindo de manter-se a classe oligárquica como

hegemônica dentre as demais classes dominantes, porém, abrindo-se para os influxos modernizadores da indústria, do moderno e do urbano, atraindo a adesão das forças identificadas com esta perspectiva, como a própria burguesia industrial.

Ao propor a *reorganização* das estruturas sociais brasileiras (e isso nos ficará ainda mais claro quando formos discutir suas duas obras sobre o Brasil), Paulo Prado não pretendia – tampouco os modernistas o pretenderam – alterar a formação social em questão, completamente impregnada das tradições oligárquicas vigentes no país desde os idos do Império, mas, antes, dotá-la de uma *nova roupagem* – do progresso, da técnica, da inovação, da novidade estética (aliás, além da cultura, arte e política, a própria economia agro-exportadora precisava modernizar-se) – que permitisse a perpetuação de seu desenvolvimento hegemônico na sociedade brasileira. Como vimos, sua reclamação principal sempre se dirige a uma “velha” ordem que impõe entraves ao fluido desenvolvimento da nação, mas, ainda assim, as características principais da ordem social vigente, nos dizeres de Paulo Prado e de seus prontos colaboradores, permaneceriam as mesmas: afinal de contas, deveria continuar o país sob o comando da classe oligárquica do café e não se abandonariam séculos de tradição respaldada no rural; esta apenas seria revestida de novos contornos. Ademais, o que se buscava eram meios de ampliar as condições de dominação da oligarquia cafeicultora – e de toda a simbologia que lhe era peculiar –, não de aboli-la da sociedade brasileira.

Trocando em miúdos, o cerne do projeto de Paulo Prado coadunava o universo rural, agrário, economicamente dominante do café, com o universo urbano, febril, industrial, crítico e vanguardeiro do modernismo. Ou seja, ele sinalizava a *atualização* da dominação cafeeira com sua imbricação com o desenvolvimento da indústria, do urbano e do moderno, porém, sem abolir esta mesma dominação. O domínio cafeeiro e o bloco histórico que lhe dava sustentação (sistema econômico, alianças sociais e políticas, ideologia) incorporariam, parcialmente, o programa do bloco histórico da cidade-indústria-modernismo, mas não lhe permitiria realização plena, pois isso implicaria a industrialização do Brasil e a ascensão da burguesia industrial à condição de classe hegemônica, mudando totalmente o eixo estruturante do bloco no poder e as relações entre agricultura e indústria – o que de modo algum era o projeto de Paulo Prado e seus pares.

A proposta estava em justamente abrir-se para esta propositura, a industrial, absorvendo, parcial e condicionalmente, este programa “modernizante”, mas mantendo as velhas estruturas de poder. A introdução do *moderno* não significava industrialização e mudança no eixo de rotação do bloco no poder; este mesmo desenvolvimento deveria

sujeitar-se ao aperfeiçoamento, à “atualização” da economia cafeeira e de sua dominação. Ora, para a cafeicultura, o desenvolvimento da indústria era perfeitamente funcional, como já dissemos: baratearia o custo da mão-de-obra rural ao oferecer bens de consumo industriais a baixo custo (e de baixa qualidade) aos trabalhadores, reduzindo o custo de reprodução da força de trabalho rural e, assim, os salários e rendimentos pagos pelos cafeicultores. Se os trabalhadores tivessem que importar os bens industriais de que necessitassem (vela, corda, enxada, lampião, roupas, calçados, banha, etc.), o custo da mão-de-obra seria muito maior. Por isso, reiteremos, para a cafeicultura, “algum” desenvolvimento da indústria era importante, mas, em nenhum momento, a palavra de ordem seria: *abolição* das atividades agro-exportadoras e instituição de uma nova forma de produção – a industrial. Esta era a perspectiva moderna dos oligarcas do café nos anos 20 e este, o limite de seu horizonte de classe.

Em linhas gerais, diante da crise que se avizinhava, Paulo Prado expressou uma perspectiva de classe, a da sua classe, claramente orientada para fazer frente às dificuldades colocando “o elemento contraditório” a seu serviço. Daí sua perspectiva modernista claramente amalgamada de arcaísmo/agrarismo/paulistismo. Neste ponto, a perspectiva “moderno-modernista” de Paulo Prado previa decapitar “o elemento contraditório”, o oponente, mas absorvendo suas propostas (parcialmente) e cooptando suas lideranças e representantes: lembremos que a burguesia industrial, na década de 1920, impedida de sua plena inauguração e desenvolvimento hegemônico, ficou ao lado da oligarquia paulista do café,⁷⁶ e, neste sentido, os intelectuais modernistas – todos eles cheirando à fumaça das fábricas, vivendo na metrópole insana exclusivamente de atividades urbanas e sendo, sobretudo, proletários da cultura – tinham que vender a força de trabalho para viver, e era justamente por isso que precisavam do apadrinhamento dos oligarcas do café.

O que, em resumo, Paulo Prado estava, pois, esforçando-se para apregoar até então era a definição, de uma vez por todas, e para interromper um ciclo vicioso – e perigoso – de constantes oscilações, era o estabelecimento, enfim, de uma solução programada que refletisse as intenções hegemônicas de sua classe em superar a avalanche de problemas e dificuldades vinculados à produção/exportação do café e, na esteira dessa intenção

⁷⁶ Apenas na década de 1930, um outro projeto derrotaria este dos oligarcas do café: a industrialização viria com tudo e, com ela, na esteira deste projeto que industrializaria o país sob forte intervenção estatal, alterar-se-ia o eixo de estruturação do bloco do poder. Assim, os oligarcas teriam que submeter-se e ajustar-se ao ritmo e aos interesses do desenvolvimento industrial e do descontentamento da classe operária, que emergia com maior força na cena política dos anos 30.

preliminar, uma outra, menos imediata, mas nem por isso menos importante: a de firmar-se, e à sua classe, como condutores dos caminhos da nação brasileira, em todos os âmbitos possíveis: político, econômico, educacional, científico, cultural, artístico – estão aí as obras, os manifestos, os documentos modernistas para comprovarem-na em parte.

Para avançarmos um pouco mais nesta discussão, faz-se necessário prosseguirmos tendo agora como foco as duas obras historiográficas de nosso autor: nelas, ficar-nos-á mais evidente a intenção de nosso autor de *transformar* sem abalar as estruturas da velha ordem (em cuja sombra ele e sua classe estavam embebidos), de *repor a dominação social* da burguesia cafeeira numa perspectiva hegemônica. Afinal, em *Paulística e Retrato do Brasil*, Paulo Prado não deixa escapar a chance de fazer-se claro: a condução do país deveria estar a cargo dos paulistas – dos cafeicultores paulistas, digamos.

CAPÍTULO IV

A interpretação da história: *Paulística e Retrato do Brasil*

4.1. O preceptor para os assuntos de história – Capistrano de Abreu

O filho mais velho e herdeiro do conselheiro Antônio Prado, nascido em 1869 na cidade de São Paulo, agraciado com uma longa temporada na Europa (entre 1889 e 1897) após graduar-se em Direito na Academia do Largo de São Francisco e retornando ao Brasil para assumir os negócios do pai, poria em prática, enfim, o seu projeto maior: reescrever, em dois volumes, a História do Brasil.

Para isso, contaria com o generoso auxílio de Capistrano de Abreu, a quem fora apresentado por seu tio Eduardo Prado, em 1917, de quem se tornaria amigo e discípulo para os “assuntos históricos” e com quem manteria, até 1927, farta correspondência. Um exame das cartas enviadas por Capistrano a Paulo Prado, organizadas por José Honório Rodrigues e publicadas na íntegra em 1954,⁷⁷ permite-nos a constatação de que ambos conversavam, para além dos “assuntos de história”, sobre tudo: publicação de livros; compra de documentos, cartas e outros registros datados do período colonial; encomendas de obras e revistas historiográficas; a “gota debelada” de Capistrano que o punha sempre enfermo; tratados, personagens, achados e perdidos da história brasileira; indicações de leitura (estas, muitas); metodologias de pesquisa histórica; viagens pelos Estados do Brasil; frivolidades; uma lamentação aqui, um projeto acolá – a conversação era variada.

A primeira carta de que se tem notícia, enviada por Capistrano em 26.6.1918 ao “Paulo amigo”, demonstra, em princípio, o tom amistoso que permeava a maioria dessas conversações:

⁷⁷ Faremos sempre referência às cartas extraídas do volume organizado por J. H. Rodrigues (1954). Por isso, no corpo do texto, traremos apenas a data de envio da correspondência, conforme consta no referido volume. A indicação completa desta obra encontra-se nas referências bibliográficas da presente dissertação iniciada por ABREU.

Paulo amigo,

Falei ontem com o Dr. Oscar Clark, chegado dos Estados Unidos.

Esteve com Domício pouco antes da partida e deixou-o perfeitamente sadio. Há dois anos padeceu de uma moléstia imaginaria. Um esculápio diagnosticou aneurisma e ele sujeitou-se a um regime férreo, até outro esculápio dizer-lhe que ele não sofria de tal doença: acertou, a julgar pelas conseqüências.

Creio que José Carlos veio trabalhar pelo Domício, porque disse a Becon [?] que Domício é a primeira figura de nossa diplomacia, porém não convém que um diplomata ocupe o mesmo posto por muito tempo.

Vou escrever a Graça Aranha para ele estudar a questão de Claude d'Abbenville e poupar-lhe trabalho.

Trato de arranjar um exemplar da tradução feita do Maranhão, para V. ver de que calamidades vai libertar-nos.

Até quando?

Bien à vous, C. (26.6.1918, p. 396)

Poucos dias depois, em 3 de julho, já podemos observar um tom mais imediatamente intelectual, dedicado a apontar caminhos importantes para os estudos com que estava lá se familiarizando Paulo Prado: Capistrano trazia à baila os resultados preliminares de uma sua pesquisa sobre os índios do Brasil, sugerindo ao discípulo, *pari passu*, as leituras mais importantes sobre o assunto:

Paulo amigo,

Mandei-lhe ontem um número da *Revista do Instituto* contendo *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil*, cuja história é a seguinte:

Em 1601 ou 1608 corsários ingleses aprisionaram os jesuítas portugueses, levaram-nos à Inglaterra e entre outros papeis levaram estes, que traduziram e publicaram em 1625.

A captura dos jesuítas coincide em todos os detalhes com o que sucedeu a Fernão Cardim, quando veio da segunda vez ao Brasil, onde ficou e morreu no tempo da tomada da Bahia pelos holandeses.

Pergunto agora a V., que acaba de ler a *Narrativa Epistolar*: fui leviano em atribuir a Cardim o escrito sobre os índios?

A narrativa sobre os primeiros trabalhos dos jesuítas é contemporânea e digna de leitura. Ambos os documentos foram copiados em Évora. A *América Abreviada* não leia agora: espere o *Noticiador Maranhense* do mesmo autor, que está a sair, para estudá-los juntos.

Hoje vai um exemplar velho do Gabriel Soares, que encontrei.

Pretendo concluir hoje mesmo a revisão da *Carta de Caminha*, que vai sair numa publicação do Afrânio Peixoto.

Estou às voltas com uns documentos portugueses relativos a João de Barros, que acabam de ser impressos e trazem ligeiras modificações na história dos donatários.

Bien à vous, CA. (3.7.1918, pp. 396-397)

Sem dúvida, estas e outras várias sugestões feitas por Capistrano reapareceriam, anos adiante, na *Paulística* e também no *Retrato* de Paulo Prado. Aliás, nosso autor nunca negou aproveitar as indicações do amigo preceptor para fazer, ele mesmo, a interpretação da história brasileira e difundir, em grande medida, o estilo, a fórmula historiográfica e as idéias deste reconhecido historiador dos *Capítulos de história colonial* (de 1907). Com este livro, a propósito, Capistrano de Abreu – que nascera na Província do Ceará, em Columinjuba, saindo de lá em 1875 com destino ao Rio de Janeiro, com pouca experiência profissional, mas com inegável predisposição para passar em leitura tudo quanto lhe chegasse às mãos – pretendia escrever uma “nova história do Brasil”: é que o incomodava sobremaneira a história oficial de Varnhagen, cujos méritos reconhecia, mas com cuja versão também se indispunha pela linguagem fria e rigidamente periódica. Queria Capistrano escrever uma história mais viva e mais vivaz e, ainda, com assuntos novos. Afora isso, aborrecia-se com a história de Varnhagen, na medida em que ela parecia escrita à sombra de interesses imperiais da elite dominante, centralizadora e escravocrata: ao contrário desta história que louvava a colonização portuguesa – diríamos, então, uma história dos vencedores –, que mal falava do negro, mas praticamente apenas dos portugueses na formação brasileira, Capistrano inverteria o jogo e começaria seu mais afamado livro pelos índios – uma proposta inovadora para a época, diga-se de passagem:

Viviam em pequenas comunidades. Pouco trabalho dava fincar uns paus e estender folhas por cima, carregar algumas cabaças e panelas; por isso andavam em contínuas mudanças, já necessitadas pela escassez dos animais próprios à alimentação.

De rixas minúsculas surgiam separações definitivas; grassava uma fissiparidade constante. Tradição muito vulgarizada explicava grandes migrações por disputas a propósito de um papagaio.

O chefe apenas possuía autoridade nominal. Maior força cabia ao poder espiritual. Acreditavam em seres luminosos, bons e inertes, que não exigiam culto, e poderes tenebrosos, maus, vingativos, que cumpria propiciar para apartar sua cólera e angariar-lhes o favor contra os perigos: eram as almas dos avós. Entre eles contava-se o curador, pajé ou carafba, senhor da vida e da morte, que ressuscitaria depois de finado e não podia mais tornar a morrer.

Tinham os sentidos mais apurados, e intensidade de observação da natureza inconcebível para o homem civilizado. Não lhes faltava talento artístico, revelado em produtos cerâmicos, trancados, pinturas de cuia, máscaras, adorno, danças e músicas.

Das suas lendas, que às vezes os conservavam noites inteiras acordados e atentos, muito pouco sabemos: *um dos primeiros cuidados dos missionários consistia e consiste ainda em apagá-las e substituí-las.*

Falavam línguas diversas, quanto ao léxico, mas obedecendo ao mesmo tipo: o nome substantivo tinha passado e futuro como o verbo; o verbo transitivo pedia dois pronomes, um agente e outro paciente; a primeira pessoa do plural apresentava às vezes uma flexão inclusiva e outra exclusiva; no falar comum a parataxe dominava. A abundância e flexibilidade dos supinos facilitaram a tradução de certas idéias européias. [...] (ABREU, 2000, pp. 39-40)

Apesar de longa, a citação se faz necessária: foi feita no intuito de demonstrar que Capistrano se dedicara a uma pesquisa extensa sobre as tradições, os hábitos, a psicologia social, enfim, dos autóctones habitantes da *terra brasilis*. Trata-se de um momento importante, apesar de breve – pouco mais de duas páginas –, do primeiro capítulo de sua obra já referida – intitulado “Antecedentes indígenas” –, que vinha nas páginas iniciais acompanhado de uma incursão pela geografia brasileira, comprovando a paixão de Capistrano também por esta disciplina.

Ele focaliza o Brasil, descreve em linhas gerais as características regionais, as serras, planaltos, serrados, baixadas, caatingas, rios, com destaque para o São Francisco que seria por ele considerado o rio da unidade nacional. Descreve o clima, menciona a flora, comenta a fauna, “muito rica em insetos, répteis, aves, peixes e pequenos quadrúpedes”. (VAINFAS, 2004, p. 178)

Os dez capítulos que se seguem – a obra é dividida em onze, no total – contrariam, apesar de também repeti-lo em vários momentos – o foco lançado por Varnhagen, e o desvio de percurso é proposital: em lugar de ver a história brasileira como “ramo secundário” da portuguesa,⁷⁸ Capistrano vê os portugueses como “estrangeiros”. Afora isso, lança luz, sem destrinchá-la por completo, sobre a questão da formação racial brasileira – influência que vem certamente de Martius – naturalista da escola alemã que faria carreira ao ganhar o importante prêmio, em 1844, do recém-fundado Instituto Geográfico Brasileiro com a inovadora tese “Como se deve escrever a história do Brasil”. Trata também Capistrano da estratificação social de negros e portugueses mais modestos no desenvolvimento da sociedade colonial e nos dá notícias, ainda, do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste, seguindo os passos de Antonil – cujo trabalho ele mesmo tratara de descobrir e resgatar: *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* – e evidenciando a atividade dos engenhos de açúcar. Mas não apenas: há também nos *Capítulos de história colonial* muito do Capistrano de Abreu pesquisador, rastreador de

⁷⁸ Procedimento assaz comum até mesmo aos investigadores da história e da identidade brasileiras do século XIX, sobre os quais já falamos e falaremos ainda neste quarto capítulo.

arquivos portugueses em busca de fontes históricas inéditas sobre o Brasil. Comprovam-no os capítulos IX e XI, por exemplo, respectivamente sobre “O sertão” – a respeito, dentre outros, das regiões áridas que foram sendo desbravadas pelos bandeirantes rumo ao Oeste – e os “Três séculos depois”, desde a chegada dos europeus ao Brasil:

Antes de tudo, a população, a estimativa de sua distribuição geográfica. Depois, as características de cada região, a bacia amazônica, o Sul, o litoral, o centro, os “sertões de fora e os de dentro”. Tudo isso acompanhado da descrição das atividades econômicas predominantes em cada espaço, a zona de criação de gado, com suas diferenças; as áreas de coleta de *drogas*; as áreas de lavoura tropical; as minas decadentes. As diferenças entre os habitantes de cada parte; os contrastes entre mineiros e paulistas; as diferenças entre o mundo da casa-grande [tema mais tarde revisto por Gilberto Freire] e do engenho – no litoral do açúcar – e a “civilização do couro” – no mundo da pecuária. Capistrano ensaiava, nesse capítulo, uma análise verdadeiramente etno-histórica: quem comia o quê e onde, se peixe fresco ou farinha de mandioca, carne ou rapadura, ou como dormiam, se em redes ou catres [...]. (idem, pp. 185-186)

Havia, enfim, ao contrário do que previra a historiografia tradicional, vários Brasis. Mas o diagnóstico final a este complexo, Capistrano o via com olhar pessimista: mesmo depois de três séculos, “o quadro não muda, quando não se agrava pelo alargamento das fronteiras territoriais. Nenhuma força de coesão, ‘manifestações coletivas sempre passageiras’” (idem, p. 187).

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley [em *Narrative of a Voyage to Brazil*] [...]. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.

Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandrice intelectual de Bequimão e dos Mascates!

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunicabilidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos. (ABREU, 2000, p. 242)

“Exageros à parte”, conforme nos lembra Ronaldo Vainfas (2004), é impossível negligenciar que a obra trazia novidades no trato da história nacional: “é obra de

importância na historiografia brasileira, por mais que à luz de critérios atuais nela encontremos muitas imperfeições, seja de concepção, seja de interpretação” (p. 188).

A verdade é que esta “Nova História” de Capistrano de Abreu exerceria influência irrefutável sobre Paulo Prado. Veremos, de início, os temas, as abordagens, as reflexões, os “caminhos”, as pesquisas, o instrumental teórico – Martius e Antonil são apenas alguns de que fizera uso nosso autor – e os diferentes focos sobre o passado nacional, não prescindindo de importantes incursões pela geografia brasileira, ecoarem nos artigos de *Paulística* e, em larga medida, nas páginas do *Retrato* de Paulo Prado. Saberíamos o nosso autor seguir os passos investigativos e de percurso sugeridos pelo mestre amigo, nas ocasiões em que se encontravam pessoalmente ou, quando não, nas inúmeras correspondências trocadas entre ambos.

Mas, certamente, o que aparecerá com maior peso nos ensaios históricos de Paulo Prado é a “nova perspectiva” de Capistrano ao abordar a história brasileira: é, pois, a influência ideológica do preceptor que mais apareceria nas páginas de Paulo Prado sobre o passado nacional. Referenciado por José Carlos Reis como o “Heródoto do povo brasileiro”, Capistrano de Abreu fora leitor atento e crítico da *História geral do Brasil* (de 1850) feita por Varnhagen e, por isso mesmo, “fez uma reviravolta na historiografia brasileira por sua posição teórica atualizada, seu conhecimento incomum dos fatos, seu novo ideal de história do Brasil” (REIS, 2001, p. 93). É que este historiador cearense, autodidata, foi o primeiro a deslocar o eixo de observação do passado – das elites para o *povo brasileiro*, este concebido por ele como protagonista na formação da identidade nacional:

Capistrano será um dos iniciadores da corrente do pensamento histórico brasileiro que “redescobrirá o Brasil”, valorizando o seu povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. Atribuirá a este povo a *condição de sujeito da sua própria história*, que não deveria vir mais nem de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano recupera o passado deste povo em suas lutas e vitórias. Capistrano foi pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado imperial e as elites luso-brasileiras. (idem, p. 95)

Até então, a referência incontestada de estudo do passado nacional estivera a cargo de Varnhagen, autor da *História geral*, em cinco volumes, “uma conversa entre eruditos” – afirma-nos Reis (idem) – que atendia prontamente aos anseios de legitimação de poder do imperador do Brasil, na medida em que trazia a público um passado de que a recém-

independente nação pudesse orgulhar-se, naturalmente um passado de referências luso-brasileiras: “os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e brilhantes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações” (REIS, 2001, p. 25). Ao contrário, quando lançou Capistrano os seus *Capítulos de história colonial*, “uma obra magra, ‘a grandes traços e largas malhas’, contra os ‘quadros de ferro’ de Varnhagen, [o seu interesse histórico direcionava-se ao povo,] durante séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado” (idem, p. 96). Neste sentido, sua obra trazia à cena “uma história da luta dos brasileiros pela independência, contra vice-reis e governadores que os sufocavam” (idem, ibidem) e, naquilo que mais interessaria Paulo Prado, tendo como personagem central o *brasileiro*: “o europeu que sofreu um processo de diferenciação graças ao clima e à miscigenação com o índio” (ibidem).

Parte extensa desta “nova história”, Paulo Prado a aproveitaria tanto em sua primeira obra (*Paulística*, de 1925) como na segunda (*Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928). Nosso autor seguiria os passos de Capistrano ao esboçar o paulista: uma mistura do português heróico da Renascença (numa palavra, o bandeirante desbravador dos sertões) com o índio, já perfeitamente adaptado ao meio. Aproveitar-se-ia, pois, e em larga medida, do nono capítulo da obra de Capistrano, dedicado aos sertões: a ação bandeirante pelo interior do país – em cujos pólos de partida figurariam principalmente São Vicente e Piratininga – já teria sido uma ação da gente brasileira, e não mais uma obra portuguesa. Na esteira desse raciocínio, Paulo Prado também faria farto uso d’*Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, estudo de Capistrano que teve, antes de sua morte em 1927, uma primeira versão publicada no *Jornal do Commercio*, em 12 e 29 de agosto e 10 de setembro de 1899, e uma segunda, ampliada, na revista *América Brasileira*, n. 32-34, de agosto a outubro de 1924 (SILVA, 2006, p. 11).

N’*Os caminhos*, Capistrano “reconhecia o isolamento da Vila de Piratininga como um fator determinante na constituição da identidade paulista” (idem, p. 9), considerando, antes de Paulo Prado, e por isso mesmo guiando sua tese fundamental em *Paulística*, que o Caminho do Mar isolou, em vez de ligar, os paulistas ao litoral e ao restante do Brasil. Daí adviriam, nas formulações de nosso autor, a peculiaridade na constituição histórica de São Paulo e, servindo-se disso, a predisposição grandiosa, a “missão telúrica” dos paulistas em comandar a nação, conforme veremos mais adiante no estudo de *Paulística*.

Na segunda obra de Paulo Prado – mais abrangente que a primeira, porquanto dedicada a reler o passado brasileiro desde que aqui chegaram os primeiros europeus –, a

pesquisa histórica de Capistrano reapareceria abundantemente referida e ampliada, até mesmo no tocante às delongadas referências à geografia local e ao fio condutor destinado a investigar o que sentia e ao que aspirava o povo brasileiro nos idos do sistema colonial. Se, segundo Reis (2001), Capistrano “faz uma história social e econômica do povo, sua vida, alimentação, tipos étnicos, condições geográficas, os caminhos, povoamentos, modos de viver, formas psicológicas, profissões, divertimentos, costumes, crenças, diferenças sociais, comércio, vida urbana e rural” (p. 97), Paulo Prado, anos mais tarde, e a seu modo, recompõe em *Retrato do Brasil* grande parte deste quadro histórico, como veremos adiante.

4.1.1. De Capistrano a Paulo Prado – exame das correspondências

Que Paulo Prado fez farto uso em seus ensaios históricos das indicações de Capistrano de Abreu não nos resta dúvida. Nosso autor nunca se esquivou de assumir publicamente que era discípulo desse historiador cearense e, sobretudo, que o seu ingresso no campo da pesquisa histórica foi feito pelas mãos dedicadas do então preceptor. Comprovam-no, por exemplo, as várias passagens de *Paulística* e *Retrato do Brasil* em que Paulo Prado ora referencia as formulações de Capistrano, conferindo-lhe os créditos de alguma pesquisa, ora reconhece nele um historiador sem precedentes. Interlocução privilegiada, lembremos, esta que nosso autor teve com o “mestre amigo”, a quem Paulo Prado saberia retribuir, ao longo de uma década, com uma dedicação admirável aos pedidos de Capistrano – para esta ou aquela aquisição documental, por exemplo – e, após sua morte, ocorrida em 1927, convencendo outros intelectuais e discípulos do historiador cearense a criarem a Sociedade Capistrano de Abreu, no Rio de Janeiro. Eis as palavras de Paulo Prado aos seus confrades:

Amigos e discípulos de Capistrano de Abreu, sabedores de quanto seu admirável exemplo contribuiu para elevar a intellectualidade de nosso meio, unimo-nos para procurar tirar os corollarios d’essa grande vida e prolongar-lhe tempos afora o benéfico influxo. Desejaríamos que, no mesmo modestíssimo porão, cella monástica onde viveu, meditou, trabalhou e morreu, se conservasse intacta a bibliotheca que lhe serviu de officina mental. Catalogada e posta em ordem; enriquecida com livros novos de continuadores dos mesmos estudos do Mestre; se tornaria o núcleo central de uma forte cultura a bem de nossa terra e em homenagem de respeito ao grande morto. (apud SILVA, 2006, p. 1)

Trata-se de um trecho da correspondência enviada por Paulo Prado a Fortaleza, em 23.8.1927, para o Barão de Studart. Em linhas gerais, nosso autor convidava os destinatários, amigos de Capistrano e políticos de todo o Brasil, a organizarem juntos um grêmio em homenagem a este historiador. Para tanto, deveriam reunir-se na antiga casa de Capistrano, em 11 de setembro do mesmo ano, às duas da tarde, ocasião em que poriam em prática uma de suas principais homenagens ao amigo: a criação da Sociedade Capistrano de Abreu (SILVA, 2008, pp. 1-2). Dentre os 37 convidados que compareceram ao encontro, Paulo Prado assumia-se como presidente da sessão em que se definiriam o projeto da agremiação e os seus propósitos:

A Sociedade Capistrano de Abreu possuía uma organização semelhante a do IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838-39]. O grêmio consistia na reunião de intelectuais divididos em níveis de pertencimento, ou seja, sócio efetivo (110 vagas), sócio correspondente ou honorário (30 vagas). Porém, o número de sócios é um demonstrativo do caráter peculiar e distintivo desta instituição em relação as suas contemporâneas. O IHGB, por exemplo, tinha a sua quantidade de sócios efetivos limitada ao número de 50. Todavia, o caráter congregador da Sociedade Capistrano de Abreu, pelo menos em sua primeira formação, não se definia apenas por uma afinidade intelectual, mas por uma prática baseada no exercício da amizade e de “culto” a Capistrano de Abreu, por isso o número tão elevado de sócios. (idem, p. 3)

Diria um de seus fundadores, o escritor português Eugênio de Castro, que “Paulo Prado teve então [...] a confiança de uma idéia reveladora de fina sensibilidade. E era que, sendo Capistrano de Abreu um guia, um mestre paternal dos que estudavam e escreviam, bem competiria a estes, discípulos e amigos, o culto do sábio para além da existência terrena prestes a extinguir-se... Uma academia que consagrasse tão bella vida votada ao estudo e ao bem seria em desacordo aos sentimentos do mestre; mas uma sociedade dos bons amigos de Capistrano...” (apud SILVA, 2006, p. 4). Nestes termos, a Sociedade Capistrano de Abreu manter-se-ia em atividade por 42 anos (1927-1969) e, segundo tese da pesquisadora Ítala Bianca Morais da Silva, afora os objetivos principais de conservar o acervo do historiador e fomentar a edição e a reedição de volumes da história nacional,⁷⁹

⁷⁹ Quanto a isso: “[...] o propósito da Sociedade era prestar homenagem à memória de Capistrano de Abreu. Especificamente, esta se dedicou a conservar a biblioteca e o arquivo pessoal do historiador, editar e reeditar as obras de Capistrano de Abreu – no que se pode destacar a reunião de seus artigos publicados na imprensa em uma série de 4 volumes intitulada *Ensaios e Estudos* e a publicação do livro inédito *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* –, realizar concursos monográficos sobre a história, geografia, etnologia, etnografia e lingüística, áreas às quais Capistrano se dedicava. Também objetivavam reconstituir materialmente a vida de seu patrono, colecionando objetos pessoais (rede, máquina de escrever, escrivantina, canetas, mata borrão,

ali se configuraria um espaço estratégico de referência simbólica a este historiador, por parte de seus discípulos:

[...] as distintas representações construídas sobre Capistrano de Abreu conferiam aos seus produtores um lugar social de fala e uma forma de estar no mundo. Em síntese, ao se definir a forma pela qual Capistrano de Abreu deveria ser visto e lembrado, formas mediadas pelos padrões do grupo reunido em torno da Sociedade Capistrano de Abreu, estes indivíduos também conformavam a maneira através da qual deveriam ser vistos. Se representavam a imagem de Capistrano como uma figura ímpar da historiografia brasileira e se representavam como seus discípulos e continuadores do seu trabalho, conseqüentemente, fundavam um lugar social de fala e legitimavam a sua atuação no espaço letrado brasileiro do início do século XX, especificamente, na escrita da história e no ofício do historiador. (SILVA, 2008, pp. 6-7)

Ora, se o que também estava em jogo era uma tentativa de legitimação do próprio ofício do historiador, os futuros projetos de escrita da história nacional a que possivelmente se dedicariam os auto-nomeados discípulos de Capistrano de Abreu seriam contemplados com tal legitimidade e com o devido prestígio no trato do passado nacional. Coincidência ou não, este seria, por exemplo, o caso do *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, publicado um ano depois da morte de Capistrano e da criação da Sociedade.⁸⁰

Ao iniciarmos uma breve revista das cartas de Capistrano a Paulo Prado, na tentativa de pontuar como o primeiro conduziu a formação intelectual do segundo nos “assuntos da história”, trabalheemos, pois, com a hipótese de que, num duplo movimento, nosso autor fez farto uso das pesquisas e indicações de seu preceptor (sendo por ele influenciado ideologicamente no trato da história), ao mesmo tempo em que se ocupou da

etc.) com um forte espírito colecionista e, por fim, almejavam a realização de encontros anuais, nos aniversário de nascimento do autor, e a prestação de necessárias homenagens póstumas” (SILVA, 2008, p. 9).

⁸⁰ E também de José Honório Rodrigues, principal organizador da obra de Capistrano de Abreu: “Não é à toa – lembra-nos Silva (2008) – que nas biografias e análises críticas à obra de Capistrano de Abreu o seu papel de anotador e prefaciador é constantemente retomado, delegando um capital simbólico a esses trabalhos, condição da qual a afirmação de Rodrigues foi resultado. [Ele próprio] foi receptor de uma capital dessa natureza, como o principal organizador da obra de Capistrano de Abreu posterior a 1954, com exceção da edição dos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, realizada em 1960. Um exemplo é que na maioria dos casos, a coletânea de cartas de Capistrano de Abreu é lembrada por ter sido organizada por José Honório Rodrigues. Como dirigente da Sociedade, acabou a substituindo no papel de editora da obra de Capistrano de Abreu após o término de suas atividades em 1969. [Mas] As relações de José Honório Rodrigues com a obra de Capistrano de Abreu são anteriores a sua entrada na Sociedade, em 1939. Foi como pesquisador dedicado à história da colonização holandesa no nordeste brasileiro que José Honório iniciou a sua aproximação com a obra de Capistrano” (p. 14).

ampla divulgação dessas mesmas pesquisas – assim, e provavelmente, justificar-se-ia a sua própria versão histórica para o Brasil, proveniente de uma readaptação e/ou ampliação das idéias do mestre preceptor – o “Heródoto do povo brasileiro”, como referenciamos anteriormente.

Mesmo antes da criação da Sociedade, Paulo Prado seguia os conselhos intelectuais de Capistrano de Abreu, a quem creditaria, inclusive, a originalidade e as indicações de pesquisa dos ensaios de sua *Paulística* – “tudo devem à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu, até o título que os enfeixa” (Prefácio à 1ª edição de *Paulística*, p. 55). O próprio artigo de abertura desta sua primeira obra deixava ecoar a leitura da “deliciosa *Narrativa epistolar*” de Fernão Cardim: é que, lembrando-nos da carta enviada por Capistrano em 3.7.1918, havia a notória indicação do preceptor ao discípulo quanto à leitura desta obra, de fundamental importância para os estudos sobre a Vila de Piratininga – “Pergunto agora a V., que acaba de ler a *Narrativa Epistolar*: fui leviano em atribuir a Cardim o escrito sobre os índios?”, indagava Capistrano na referida carta). Senão vejamos ecoarem n’“O Caminho do Mar” de Paulo Prado tais indicações de Capistrano:

Também em 1585, esteve em Piratininga o padre Fernão Cardim, autor da deliciosa *Narrativa epistolar de uma Viagem e Missão jesuítica*, como a editou Varnhagen que a descobrira. Cardim descreve com cores vivas a sua viagem de São Vicente a São Paulo: “todo caminho é cheio de tijucos, o peor que nunca vi, e sempre iam subindo e descendo serras altíssimas, e passando rios caudales de agua frigidíssima”. Só na noite do terceiro dia pôde a missão alcançar um povoado distante três léguas da vila, e onde a agasalhou um devoto, presenteando-a com “galinhas, leitões, muitas uvas, figos de Portugal, camarinhas brancas e pretas e umas fructas de feijão e tamanho de cerejas”. (O Caminho do Mar, p. 70)⁸¹

Também em “Bandeiras”, Paulo Prado aproveitaria a leitura indicada da obra de Cardim. Ao referir-se à rudeza dos primitivos habitantes de Piratininga, é à mesma obra deste cronista que ele recorre, procurando justificar a constituição racial dos paulistas, imbricada do elemento indígena – o tipo heróico, como veremos adiante, que se juntara a outro tipo heróico, o português sem vícios, para formar a “raça de gigantes”:

⁸¹ Optamos por fazer sempre referência aos artigos de *Paulística* pelo próprio nome do texto, em vez da usual referência ao autor e à data de publicação. Isso nos parece indispensável ao longo deste quarto capítulo para melhor identificarmos o conjunto da obra de Paulo Prado e considerando que todos os textos publicados por ele encontram-se devidamente listados e datados no terceiro capítulo desta dissertação.

O visitador Fernão Cardim, em 1585, dizia de Piratininga: “é cheia de velhos mais que centenários porque em quatro juntos e vivos se acharam quinhentos annos”.

[...] O cruzamento com o indígena corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, a dureza inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação de natureza quase milagrosa para o homem branco [...]. (Bandeiras, pp. 147-148)

De Fernão Cardim, referência que aparecerá ao longo de quase toda a *Paulística*, Capistrano parte para outra indicação de leitura: introduz Paulo Prado nos relatos de outro cronista que muito assiduamente coadunará as formulações do discípulo sobre a história de São Paulo – André João Antonil, pseudônimo de Giovanni Antonio Andreoni, jesuíta italiano, da Toscana, cujas obras foram descobertas no Brasil por Capistrano e cujas formulações, como mencionamos anteriormente, também preencheram as páginas dos *Capítulos de história colonial* no tocante à atividade dos engenhos nordestinos. Vejamos, respectivamente, trechos das cartas de 22 de janeiro e 5 de fevereiro de 1920:

[...] Estas horas está V. às voltas com o Antonil. Recomendo-lhe muito particularmente o cap. 12 da primeira parte: *Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil*. [...]. (22.1.1920, p. 390)

[...] Na próxima semana, depois de 5^a ou 6^a, partirei de Calógeras para Caxambu. Dizem que de lá volta-se com o fígado e rins lavados. Estou ansioso para ver isto.

E Antonil como vai? (5.2.1920, p. 392)

Tanto em *Paulística* como no *Retrato*, Paulo Prado recorreria naturalmente à leitura dos escritos de Antonil, conforme lhe sugeria Capistrano. Nesta segunda obra, utilizou, sem dúvida, as formulações do jesuíta italiano justamente condizentes com o capítulo 12 sugerido pelo mestre preceptor: daí a impressão, como se adianta Berriel (2000), de que, no “Post-Scriptum” do *Retrato*, Paulo Prado desaprovasse qualquer outra atividade econômica do passado nacional, mesmo a dos “tempos remotos” da colônia, quando ganhava força o cultivo da cana-de-açúcar e a economia dos engenhos, a não ser a do café.⁸² Associando-a à “quimera do ouro” – busca incessante e deletéria dos primeiros europeus exploradores das “riquezas brasileiras”, Paulo Prado ressalta que a necessidade

⁸² Quanto a isso, afirma-nos Berriel que o *Retrato* de Paulo Prado representa “o discurso pleno da aristocracia do café [tornando-se assim] para além de um retrato do Brasil, um retrato de corpo inteiro da aristocracia do café [...]” (p. 155).

de trabalhar a terra impôs ao europeu desses primeiros tempos a instaurar, de maneira desarranjada, a lida na lavoura e um comércio rudimentar. Arremata, como era de se esperar, convertendo os preliminares progressos com o cultivo da cana-de-açúcar em mais uma admoestação a esta atividade econômica:

Por toda a parte o aventureiro corria atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, que durante quase dois séculos não foram senão ilusões e desenganos. [...]

Para sustentar a quimera do ouro que foi a loucura da época, sempre latente e insistente em todos os empreendimentos, era, no entanto, necessário viver e trabalhar a terra para o sustento diário: daí por todo o século XVI *o lento progresso da lavoura incipiente e do comércio rudimentar*. [Em princípio] vivia o europeu de caça, pesca e frutas, que eram a base da sua alimentação. [Mas depois] fundaram-se feitorias, toscos galpões assentes em meio a estacadas para evitar surpresas; alguns edificavam casas; começava a agricultura de gêneros exportáveis, o açúcar, o fumo, etc. [...] A economia naturista movimentava com lentidão a permuta dos produtos; faziam-se os pagamentos em sal, ferramentas, fazendas, nunca em dinheiro contado. Era o que Bücher chama a economia fechada ou doméstica: produtor e consumidor são idênticos. [...]

[Entrementes], *a cultura do açúcar aumentou rapidamente*: criaram-se primeiro os engenhos de São Vicente e Pernambuco, mais tarde os da Bahia. Em 1581 estes últimos já exportavam 120 mil arrobas; de Pernambuco nesse mesmo ano partiam 45 navios carregados de açúcar e pau-brasil. [...] *A prosperidade relativa de Pernambuco e a sua riqueza que tanto admirou Fernão Cardim foram motivadas antes pela situação geográfica mais próxima da Metrópole do que pelo desenvolvimento das culturas* [...]. (Retrato do Brasil, pp. 100-103 – os grifos são nossos)

Mas na *Paulística* também ressoariam os dizeres de Antonil: ao referir-se ao fenômeno da bandeira, que “em parte alguma, além do planalto de Piratininga, aparece como um fenômeno histórico constante e especial”, Paulo Prado não fazia cerimônias em reiterar a existência, no século XVII, de uma estrada aberta pelo bandeirante Garcia Rodrigues Pais – uma prova a mais, como veremos, de que a vila de Piratininga conseguira manter-se algo isolada e livre dos “contatos perniciosos” com o restante do Brasil:

Ao findar o século XVII, Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, contrata com Garcia Rodrigues Pais, filho do lendário Fernão Dias, a abertura de uma estrada ligando diretamente a capital da Repartição do Sul aos descobertos das Minas Gerais. Era a morte decretada da velha estrada descrita por Antonil, que de São Paulo a Taubaté conduzia aos sertões mineiros: o governo da metrópole – diz Capistrano de Abreu – sacrificava conscientemente São Paulo a Minas Gerais. [...] Entre o Rio de Janeiro e São Paulo, [somente] durante o século seguinte [XVIII], as comunicações se intensificaram pelas primitivas veredas de índios que da aldeia guaianás de Taubaté desciam a serra e, por outros caminhos, procuravam os portos de Parati ou Angra dos Reis. (O Caminho do Mar, pp. 88-89)

De maneira muito semelhante – inclusive textualmente –, de novo Paulo Prado recorreria a Antonil, dessa vez no artigo final da primeira edição de *Paulística*:

Cerca de 1698, iniciava-se a abertura do caminho novo que devia ligar diretamente o Rio de Janeiro ao interior mineiro, de cujos trabalhos se incumbiu Garcia Pais, filho de Fernão Dias. Essa estrada punha em cerca de quinze dias o Rio em contato com as zonas dos descobertos e vinha, para assim dizer, inutilizar a velha estrada bandeirante, descrita por Antonil no *Roteiro do caminho da villa de S. Paulo para as Minas Geraes, e para o Rio das Velhas*, que num longo trajeto de mais de dois meses, “viajando à paulista”, ligava a capitania de São Vicente ao sertão aurífero, galgando a Mantiqueira pelo vale do Embaú [...]. Era a metrópole se apossando dos primeiros proveitos do tesouro descoberto, já sem o concurso e intervenção da gente paulista. (A decadência, p. 155)

Ainda em outro artigo da *Paulística*, este que entraria somente na 2ª edição (de 1934), Paulo Prado dava mostras da leitura atenta da obra de Antonil e, novamente, falaria da mesma estrada, a do Caminho das Minas, mas descrevendo-a com mais detalhes:

Em 1698, Artur de Sá confia a Garcia Pais, filho do famoso governador das esmeraldas, a tarefa de ligar o Rio com o território das Minas. Em 1699, Garcia Pais pôs mãos à obra; em fins desse ano já estava concluída a picada até Barbacena. Os trabalhos foram difíceis, executados por turmas de camaradas e mais de quarenta escravos.

O caminho de Garcia Pais, partindo do Rio de Janeiro, passava em Irajá, ou começava em Pilar para os que vinham embarcados até aí. Em seguida subia a serra pelo vale do antigo rio Morabori que deve ser hoje o Pilar, chegando ao alto no ponto chamado então de Pousos Frios, donde nos dias claros se descortinava todo o panorama da capital e o seu recôncavo. Dali a estrada alcançava o Paraíba, em cujas margens se encontravam os ranchos e roças de Garcia Pais. Com mais de dois dias de viagem era atingido o Paraibuna que se atravessava em canoa. Navegando esse rio e passando por terras cultivadas, o caminho cruzava a Mantiqueira e entrava em águas do rio Grande, até chegar à Borda do Campo, já em Barbacena. Pouco além, bifurcavam-se as estradas: uma procurava o rio das Mortes até umas roças na Ressaca e no futuro arraial de Alberto Dias; outra seguia para as Minas Gerais de Cataguases, para as Congonhas e campo de Ouro Preto, “que fica mato dentro”, dizia Antonil. Esses traçados adaptavam-se a antiqüíssimos atalhos indígenas, e por eles ainda hoje seguem os trilhos da Estrada de Ferro Central e do ramal de Ouro Preto. (O Caminho das Minas, p. 198)

Pudera mesmo que Paulo Prado se detivesse tanto em falar do Caminho das Minas: é que ele seria cêntrico à tese fundamental de suas duas obras sobre a história brasileira (mais enfaticamente na primeira), pautadas na tentativa de comprovação de que as estradas que iam dar nas regiões mais exploradas do país – e, portanto, atraindo “gentes deletérias”, como costumava dizer – passavam longe da vila de Piratininga, esta que se manteria

afastada até o século XVIII dos contatos perniciosos com os vícios dos colonizadores europeus, já miscigenados do índio selvagem e do negro escravo. Comprovando primeiro que os paulistas eram de outro tipo – o proveniente dos heróicos bandeirantes – e, em suma, que o acesso ao seu território teria sido “mais reservado”, digamos, e tardio, em breve estaria dado o passo definitivo para a mais importante comprovação: a de que aos paulistas reservava-se a “missão telúrica” do comando da nação, como facilmente observaremos na *Paulística* e, ainda mais, no desfecho do *Retrato do Brasil*.

Aprendia Paulo Prado esses caminhos todos com o historiador Capistrano, de modo que, em inúmeras cartas por este enviadas, incessantemente os dois pareciam preparar o terreno, munindo-se de leituras comprobatórias as mais variadas, para lançarem a cartada final. Seria por meio de uma seleta de livros, periódicos, documentos e tratados, conhecidos por Capistrano, que as temáticas das bandeiras, da formação racial do brasileiro, das estradas e caminhos coloniais iam surgindo a Paulo Prado, que tão logo trataria de articulá-las e transformá-las na história de São Paulo, primeiro, e do Brasil, três anos mais tarde. Ao que parece, foi assim, em meio a pesquisas sobre este recorte do passado, durante todo o ano de 1920, que inesgotavelmente Capistrano e Paulo Prado puseram em revista os caminhos percorridos até as regiões das Minas, e destas até Piratininga. A palavra final, naturalmente, era sempre do preceptor, que ora indicava as leituras necessárias, ora expunha fatos relevantes, e também corrigia, ponderava, reformulava, pontuando a pesquisa, conforme observamos, respectivamente, nas cartas de 18 e 26 de maio de 1920:

[...] Lendo as *Atas* e o *Registro*, cheguei a uma conclusão inesperada. O antigo caminho de S. Paulo para as Minas corresponde, grosso modo, ao traçado da Central e da Rio e Minas até Baependi. Por ele implicitamente se acreditava tinham passado Fernão Dias Pais e D. Rodrigo de Castelo Branco. Com surpresa verifiquei que D. Rodrigo seguiu Atibaia e como, segundo documento de Fernão Dias, de que possuo cópia, este estava à espera do castelhano que lhe marcara encontro, concluo que nem um nem outro beirou o Paraíba [...]. (18.5.1920, p. 399)

Não encontrei no Arquivo Mineiro os documentos sobre as estradas clandestinas abertas para o Rio, que vinham dar pouso mais ou menos em Resende. [...]

A questão de D. Rodrigo inclui três pontos principais:

1º. partiu de Atibaia e atravessou o Sapucaí: a este respeito o *Registro Geral* e as *Atas da Câmara* não deixam a mínima dúvida;

2º. saiu em procura de Fernão Dias, que o esperava; portanto seu itinerário e o de Fernão Dias devem ser o mesmo: a presença de Matias Cardoso tornava fácil a realização do desejo castelhano;

3º. O aparecimento de Garcia Pais no acampamento mostra que o itinerário de Fernão Dias passava pelo Paraopeba.

Resta o mais difícil: qual o caminho do Sapucaí para o Paraopeba? Martius, como acabo de verificar, foi de Atibaia a Campanha: vou relê-lo para ver se me dá algum esclarecimento [...]. (26.5.1920, p. 400)

Fácil concluir que tais indicações de Capistrano sobre d. Rodrigo de Castelo Branco, administrador das minas da Repartição do Sul nomeado pelo infante d. Pedro, apareceriam anos mais tarde na *Paulística*, em dois artigos centrais, ambos de 1924 – “Uma data” e “Fernão Dias”. Da leitura do primeiro, inteiramente dedicado a d. Rodrigo, vemos ressoarem inevitavelmente os traçados percorridos por este desbravador em uma “espantosa expedição pelos sertões paulistas”:

As atas da Câmara de São Paulo relatam com minuciosidade os aprestos da expedição. À última hora, já em março de 1681, surge uma dificuldade: o perito mineiro João Álvares Coutinho, trazido da Bahia, recusa-se a seguir, alegando os seus sessenta e oito anos de idade, os achaques, a falta de dentes, e que no sertão não havia o que comer. Indignado, Matias Cardoso protesta perante a Câmara, a 16 de março, contra a inexplicável atitude do perito; não aceitando as escusas e declarando que ele, tenente-geral, acompanhava a d. Rodrigo “com sua pessoa, e negros de seu servisso e homens brancos a sua custa por fazer servisso a S.A. como o que tinha feito na Jornada do governador fernão dias paes” sem despesa para a Real Fazenda. [...].

[...] A 26 de junho chegam ao arraial de São Pedro de Paraopeba, onde Garcia Rodrigues Pais, que trazia os restos mortais de Fernão Dias, entregou ao fidalgo castelhano, num embrulho forrado de chamalote, “umas pedras verdes, as quaes disse serem esmeraldas que seu pai havia mandado tirar de uns cerros [...] em reino dos patachos”[...]. (Uma data, pp. 176-177)

Além de contar com estas e outras várias indicações de Capistrano, que aqui reportamos por meio de algumas correspondências, no tocante à compreensão da história de São Paulo e do Brasil, Paulo Prado também podia contar com o amigo preceptor para a encomenda de volumes necessários ao trabalho historiográfico. Sem cerimônias, Capistrano de Abreu punha-se a serviço de nosso autor tratando diretamente com seus conhecidos e interlocutores, aos quais remetia cartas solicitando o acesso a obras centrais para o estudo de seu discípulo. A João Lúcio de Azevedo,⁸³ por exemplo, o historiador cearense encomendou mais de uma vez fontes importantes a Paulo Prado:

⁸³ Historiador português (1855-1933) e importante interlocutor de Capistrano de Abreu para os assuntos de história. Dentre obras importantes, publicou: *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, *História de António Vieira*, *A Evolução do Sebastianismo* e *História dos Cristãos-Novos Portugueses* (esta, especialmente,

[...] Junto uma nota das cousas que desejo cópia: os algarismos correspondem ao 6º vol., em curso de publicação.

2431 (?) – A minha nota não é clara: creio que o cadastro começa por este número e se estende até 2468: como devem estar junto à papelada, quero tudo.

2503 – Serviços de Carlos da Silveira: deve ser breve; pode resolver umas questões dos primeiros tempos da mineração – urgente.

2968 – Creio que continua, são *cartas de Garcia Pais*, etc.

[...] Por aí verá que não abri mão do estudo sobre Minas e é verdade.

[...] *Paulo Prado* escreveu-me que quer cópia integral dos processos de Heitor de Mendonça. Faz bem [...]. (5.5.1920, pp. 158-159 – os grifos são nossos)⁸⁴

Entre idas e vindas, leituras e conduções pelos caminhos da história, Capistrano e Paulo Prado iam, juntos, passando em revista os seus estudos sobre a história colonial brasileira. Quanto à iniciação de nosso autor, tudo indica que foi mesmo pela *mão segura* do historiador cearense, membro da Escola do Recife, que Paulo Prado penetrou a “selva escura da história do Brasil”. Se, por um lado, presencialmente ou por meio de cartas Capistrano assumiu esta tarefa, o que procuramos aqui demonstrar, seria ainda válido observarmos o contexto de idéias sobre o país que se anunciava desde fins do século XIX, aos prelúdios do século XX, idéias, inclusive, de autoria de intelectuais de relevo, brasileiros e estrangeiros, e das quais nosso autor se serviria fartamente em suas teses sobre o Brasil. Antes disso, falemos brevemente do método utilizado por Paulo Prado em suas duas obras.

4.2. Paulo Prado e sua interpretação do Brasil – o método impressionista

O pesquisador da obra de Paulo Prado necessariamente haverá de lidar com uma dupla dificuldade: afora a economia de textos que lhe ficou peculiar, há em seus escritos, conforme alerta-nos Berriel (2000), um corpo de idéias que não podem ser consideradas como próprias, na medida em que são, antes, uma espécie de adaptação e reelaboração das teses de um grupo de intelectuais, pertencentes a uma geração anterior à sua e que já

ressoaria, de maneira inequívoca, no artigo de Paulo Prado constante da 1ª edição de *Paulística* – “Cristãos-Novos em Piratininga”). Afora isso, cumpre-nos ressaltar que era a ele – em Portugal ou na França – que Capistrano recorria mais especialmente quando precisava adquirir obras, documentos, cartas, etc., que só se encontraram na Europa e que eram centrais em suas pesquisas ou nas de seus companheiros aqui do Brasil.

⁸⁴ Esta carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo também se encontra disponível em sua *Correspondência*, vol. 2, organizada por J. H. Rodrigues.

trazem formuladas, de longa data, as suas concepções sobre o Brasil. Por outro lado, o método historiográfico de Paulo Prado parece ser, em larga medida, subjetivante, “impressionista” – como ele mesmo o definiu –, o que por vezes confere a suas obras limites algo arbitrários.

A conjugação destes dois fatores resultará em uma obra de fronteiras enleadas, às quais, no final das contas, sobrepor-se-ão dois objetivos sobretudo estratégicos: num duplo jogo de erudição e prestígio, adquiridos ao longo de algumas décadas de estudos, viagens ao estrangeiro, interlocuções com intelectuais e artistas, fomento e aquisições culturais, documentais, históricas, enfim, nosso autor obteve legitimidade para dialogar com as principais leituras sobre o Brasil e uma espécie de “licença” para fazer uso de uma certa arbitrariedade no trato da história.

Já no prefácio à 1ª edição de *Paulística*, Paulo Prado procura justificar sua liberdade de atuação colativa e subjetivadora diante da história, “submetendo a documentação livresca à subjetividade do historiador”:

Os documentos – já os disse Ferrero – nada elucidam se o espírito humano não os liga, não os encadeia e os faz falar, e essa dificuldade muitas vezes aumenta com a abundância documentária. Os fatos, por seu turno, são apenas dados, indícios, sintomas em que aparece a realidade histórica: são manifestações do vasto processo vital. A poetização desses fatos, na ingenuidade dos cronistas e das lendas, é que dá à aridez dos arquivos o sangue e a vida necessários à compreensão da psicologia do passado, que não é somente a narração do que fizeram os homens de uma época, mas também do que pensaram no momento em que agiam. (*Paulística*, p. 58)

A isso nosso autor acrescentaria mais tarde, e mais veementemente, no “Post-Scriptum” de sua segunda obra que o “*Retrato* foi feito como um quadro impressionista”:

Dissolveram-se nas cores e no impreciso das tonalidades as linhas nítidas do desenho e, como se diz em gíria de artista, das “massas e volumes”, que são na composição histórica a cronologia e os fatos. Desapareceram quase por completo as datas. Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da seqüência concatenada dos fatos. (*Retrato do Brasil*, pp. 185-186)

E emendaria, naquele mesmo tom pretensamente “poético” que sobrepunha, em seus trabalhos historiográficos, o que ele chamaria a “imparcialidade do historiador”:

[Foi preciso] considerar a história [...] como conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade. É assim que o quadro – para continuar a imagem sugerida – insiste em manchas, mais luminosas, ou extensas, para tornar mais parecido o retrato. (idem, p. 186)

Ao que parece, Paulo Prado assumia como método historiográfico o impressionismo,⁸⁵ movimento da pintura moderna que prezava a “liberdade do artista” e que seria em suas duas obras – mais ainda na segunda, que não coincidentemente receberia o título de *Retrato* – convertido em recurso sistemático ao tratar a história. Descartando, inicialmente, a disciplina de qualquer método mais rigoroso no trato da história, Paulo Prado elege uma outra, mais importante segundo ele: a de buscar o máximo distanciamento no tocante a possíveis influências que pudessem exercer sobre seu espírito alguma espécie de condicionamento na releitura do passado nacional. Na verdade, gabar-se-ia nosso autor declaradamente em sua segunda obra de “ter fechado os olhos à mera aparência das coisas ambientes, absorvente, tirânica e tantas vezes falsa”.

Mas em que medida um método das artes plásticas poderia transmutar-se em método historiográfico? E quais os efeitos desta escolha metodológica sobre os resultados obtidos? Impressionistas, distorcidos, enleados, subjetivantes? É, em especial, Berriel quem primeiro conjectura algumas respostas a esta questão, ao estabelecer a diferença básica entre um *pintor* impressionista e um *historiador* impressionista:

⁸⁵ O impressionismo na pintura surgiu na França, em fins do século XIX, mais precisamente em 1874, quando da exposição de um grupo de artistas no ateliê do fotógrafo Maurice Nadar. Tornou-se movimento de artes plásticas, na verdade, por ocasião de uma declaração pejorativa do crítico de arte Louis Leroy ao deparar-se com as obras de Claude Monet: dissera ele que a tela *Impression du Soleil Levant* (*Impressão, sol nascente*) era mero “impressionismo”, sem regras nem utilização de técnicas preciosas às artes plásticas. Ao longo dos anos, a escola impressionista instaurou uma nova visão conceitual da natureza a ser representada pelos artistas: em lugar do rigor e da técnica ao capturar a realidade, impunha-se a liberdade para manejar pinceladas soltas, sem a rigorosidade da combinação exaustiva de cores e tons: estes surgiriam “naturalmente”, a partir da observação e utilização da luz, de seus reflexos, de sua posição natural. Os principais preceitos desta escola eram: a não utilização de contornos nítidos, e sim daqueles que expressassem a abstração do artista ao representar as imagens; o aproveitamento pleno da luz para registrar as tonalidades: as cores se modificavam constantemente em virtude de sua posição com relação à luz solar e, por isso, não eram necessárias as combinações técnicas de cores e tons; as pinceladas deveriam ser livres, soltas, sem sombras “negras” como as de escolas anteriores: era preciso explorar as cores luminosas, tais como eram observadas durante o dia pelas pessoas – imagens mais reais, segundo os impressionistas (SCHAPIRO, 2002).

O pintor desta escola, apesar de poder escolher o objeto que vai impressioná-lo, não deve, entretanto, organizar previamente este mesmo objeto. [Já Paulo Prado] não agiu desse modo: partindo de uma mistura do que viu [...] com aquilo que leu e ouviu sobre o Brasil, e anexando ainda uma documentação sobre o passado nacional que ele mesmo fez buscar e publicar, [ele] preparou-se minuciosamente para ter as impressões que, com anterioridade, *queria ter*. [...] Mas a adoção desta versão adaptada do Impressionismo indica mais coisas. Como método, esta tendência faz incidir sobre o indivíduo em sua constituição histórica particular a representação do mundo, que fica assim marcadamente subjetivada. (BERRIEL, 2000, p. 157)

Para concluir, em seguida, que “isso pressupõe autoconfiança” e – emendaríamos – *autenticidade*, bem como prestígio e legitimidade, que serviriam ao propósito de Paulo Prado – de elogio à sua condição de classe –, afora a licença para a arbitrariedade ao tratar da História.⁸⁶

A tese de Berriel não deixa de ser interessante, afinal de contas, na década de 1920 era a burguesia paulista e, de maneira geral, as elites rurais que buscavam sua “plena autenticidade”, respaldando, por certo, esta mesma autenticidade na “autoconfiança” de sua condição de classe dominante e no prestígio e legitimidade dela advindos. Essa investida já tinha sido, inclusive, preparada e bem a comprovam: a *atualização* do espaço urbano, da cultura e das artes, primeiro pelo conselheiro Antônio Prado – a inaugurar edifícios de cultura e arte, ao remodelar o perfil rural acrescentando-lhe os principais anseios do “homem moderno”; depois, em sentido semelhante, pelos modernistas de São Paulo, que *fundaram* – na verdade, diríamos *atualizaram* – a arte e a cultura brasileiras; e, finalmente, por Paulo Prado, nos momentos todos de *organização* da vida prática brasileira que já debatemos até aqui.

Insistimos: a tese de Berriel se reforça ainda mais se pensarmos como a adoção de um método historiográfico “impressionista”, que reclama para seu autor o direito de assumir um *discurso* do qual não se cobraria pleno rigor metodológico e/ou factual, possivelmente coincidiria com o discurso e as práticas da burguesia agrária de São Paulo nessa mesma época, uma classe que se revestia de uma certa *autonomia* – impressionista, subjetivante ou não – para fazer valer a versão que mais lhe conviesse sobre o momento histórico de que participava, cotejando-o, se fosse o caso, com um passado de vícios desde os primeiros anos do Descobrimento. Mas, ao contrário de reforçar esta tese na íntegra,

⁸⁶ Dito isso, Berriel prossegue a busca pela influência sobre Paulo Prado deste “método impressionista”. Encontra-a na *História de Portugal* de Oliveira Martins, autor que buscou “fazer viver os seus homens e representar de um modo real a cena em que se agitam” (apud BERRIEL, 2000, p. 158).

vendo nela a única explicação para o “método impressionista” de Paulo Prado, pretendemos complementá-la com uma outra possibilidade interpretativa: é, em especial, “impressionista” o *retrato* de Paulo Prado na medida em que deixa de fora desta sua “versão oficial” uma outra versão, mais *realista*, que, no momento mesmo em que nosso autor escrevia suas duas obras históricas – a década de 1920 – fazia-se presente, e de maneira pujante, na sociedade brasileira. Referimo-nos ao *impressionismo* de Paulo Prado mais como uma *estratégia* – que, certamente, estava sendo usada em favor da burguesia cafeeira (para concordamos com Berriel) –, para *ocultar* as reais motivações que vinham arraigadas aos problemas e desajustes brasileiros.

Noutros termos, ao tecer o seu *retrato* do país – tanto em *Paulística* como no *Retrato do Brasil*, e mais enfaticamente neste –, apontando-lhe, enfim, o diagnóstico de vícios e atrasos que vinham de longe e se repetiam no presente, Paulo Prado *neutraliza* toda uma conjuntura de conflitos sociais prevalente na década de 1920. Traz à cena uma conjugação de vícios de outrora, estendendo-os ao momento presente de modo a anunciar a predisposição “telúrica” da burguesia cafeeira em corrigi-los, mas sequer menciona a possibilidade de um processo de transformação social, isto é, de transformação, nos termos marxianos, das condições econômicas de produção e também das formas ideológicas a partir das quais os brasileiros pudessem tomar consciência das contradições e disparidades sociais existentes no país, provocadas, aliás, por sua própria classe de origem. Lembremos que o esforço de Paulo Prado parecia contrário a isso: a Semana de 1922 procurou legitimar, no campo artístico-cultural, a versão da hegemonia burguesa do café e de São Paulo; em *Paulística*, nosso autor seguiria a mesma direção, como veremos, ao conceber o paulista – do café – o único capaz de conduzir o Brasil, e assim por diante.

Na mesma medida, as falhas administrativas dos primeiros governadores até os atuais – falamos sempre da perspectiva presente de nosso autor –, Paulo Prado as admite em larga escala: “homens incapazes, desonestos” desde o início, e que na década de 1920 acenavam “com a valorização artificial dos preços [do café], descuidando-se do barateamento do custeio, do aumento da produção e do desenvolvimento do consumo” (*Retrato do Brasil*, pp. 201-202); mas deixa de fora a análise de como funcionava o Estado da era oligárquica: dos partidos, a exemplo do PRP ou do PD, os burgueses do café cooptavam políticos, quando não os eram propriamente, e montavam suas bancadas no Congresso Nacional, nas Prefeituras, nos Governos de Estado, na Presidência da República – atuando como empresários e políticos, sempre as duas coisas, intercedendo

exclusivamente em favor de seus “interesses materiais” e descuidando do essencial, das massas populares ou da questão da democracia.

Questiona também Paulo Prado o nosso “mal literário” – para ele com origem notável no romantismo – e as fórmulas “caducas” da arte-cultura, elegendo os modernistas de São Paulo como os epígonos da mais profícua “originalidade nacional” e pretendendo com isso *fundar* a modernidade brasileira – sempre vinculada às tradições rurais das grandes propriedades, diga-se de passagem; mas negligencia a expressividade dos outros *modernismos* existentes Brasil afora, inclusive, aqueles de contracultura, como o do Rio de Janeiro referidos no segundo capítulo desta dissertação, dedicados a apontar as contradições e os conflitos sociais neste movimento de *atualização/modernização* da vida brasileira.

De modo que, se o *impressionismo* de Paulo Prado pretendia legitimar um *retrato* impreciso e subjetivante que *queria* impor a sua classe, num ímpeto de “autoconfiança”, “prestígio” e interpretação arbitrária, porquanto estratégica, da história brasileira (como acredita Berriel), isso só pode ser compreendido – e aceito – se pensarmos que este mesmo *retrato* apresentado criaria a *ilusão* – ou o *impressionismo* – de que as contradições nacionais se resumiriam aos embates enfrentados pelos cafeicultores, aflitos com a oscilação do preço do café, com as constantes desvalorizações e com as insuficientes políticas públicas para que mantivessem sua hegemonia econômica.

4.3. Os intelectuais e suas obras – a fonte das idéias sobre o Brasil

A outra dificuldade, que assinalamos anteriormente, ao pesquisador da obra de Paulo Prado (cuja pista também nos foi dada por Berriel em seu livro *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*, obra de importância singular ao estudioso das teses deste nosso autor paulista) diz respeito à sua apropriação de idéias tão difusas – apesar de essencialmente estratégicas – quanto variadas sobre o Brasil. Por trás de uma defesa aparentemente despretensiosa e involuntária do paulista, em suas duas obras e nos demais textos publicados como editoriais ou artigos nos periódicos brasileiros, adianta-se uma perspectiva em que se entrelaçarão a excelência da história de São Paulo – em vantagem fulgurante sobre a história das demais regiões brasileiras, colonizadas pela pior espécie de português (o que tinha vícios intoleráveis e retrógrados como a luxúria, a cobiça, o espírito sanguinário e o romantismo) – e, por conseguinte, a superioridade de um tipo racial,

formado pela miscigenação do português heróico da Renascença com o índio já perfeitamente adaptado ao meio. Todos os artigos de *Paulística* e, mais adiante, os capítulos do *Retrato do Brasil* apontam para esta formulação.

Infelizmente, a erudição estilística e “poetizada” na exposição desta tese, que se pretende original e reveladora, não pode ser também observada no plano das idéias: Paulo Prado se detém antes em reiterar considerações já consagradas por outros historiadores e críticos – com os quais conviveu e que de certa forma usufruíram do prestígio de sua amizade, ou aqueles de cujas formulações se tornou leitor assíduo, pelas mãos do amigo Capistrano – do que propriamente em apresentar uma interpretação histórica autêntica sobre o passado brasileiro.

Não coincidentemente, à época de publicação das duas obras historiográficas de nosso autor, a intelectualidade brasileira, ou brasilianista, já se havia dedicado, às vezes com demasiada veemência, às principais questões que ressurgiriam com novas roupagens nos textos de Paulo Prado. Desde meados do século XIX, como vimos no segundo capítulo desta dissertação, candentes foram os debates acerca da constituição racial do brasileiro, de suas condições de vida em um “meio tropical” e a respeito do clima da *terra brasilis*.

Sílvio Romero, Araripe Jr., José Veríssimo, Nina Rodrigues e, um pouco mais tarde, apregoando o separatismo paulista, Alberto Sales, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Francisco Eugênio Pacheco, Joaquim Fernando de Barros (para ficarmos apenas em alguns poucos exemplos) já traziam prontas, respectivamente, suas formulações sobre a constituição racial do brasileiro e as noções do “gigantismo paulista”.

Em 1888, na *História da Literatura Brasileira*, Sílvio Romero – à frente da Geração de 1870 da Escola do Recife – já havia esboçado a essência do povo brasileiro: era o mestiço, o amálgama entre o português, o índio e o negro. Daí a considerar esta mestiçagem perniciosa, seria um passo. Romero, de fato, acreditava, adepto das teorias evolucionistas de Taine, Buckner e Spencer, que “a nossa história [era] antes a história de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação em que predomina[va] a mestiçagem, a mistura. Todo brasileiro [era] um mestiço, quando não no sangue, nas idéias” (ROMERO, 1980, p. 54). E isso implicava considerar que os primeiros colonizadores haviam trazido para o Brasil “os males crônicos das raças atrasadas, desprovidas do impulso inventivo dos germânicos e saxões. [Foi assim que,] a partir dessa concepção etnográfica, a *dependência cultural* [e o atraso do povo brasileiro se explicaram,] como impulso psicológico ou tendência de caráter, resultante da *mistura de raças inferiores*: ‘O servilismo do negro, a preguiça do índio e o gênio autoritário e tacanho do português produziram uma nação

informe, sem qualidades fecundas e originais” (VENTURA, 1991, pp. 48-49). Tão logo Sílvio Romero apontaria a melhor saída para o atraso – literário, político, intelectual, econômico e científico – da nação: o branqueamento, conforme nos credits Roberto Ventura, que investigou as origens do pensamento deste autor:

Sua teoria da mestiçagem e do branqueamento parte de uma combinação de pressupostos racistas (existência de diferenças étnicas inatas) e evolucionistas (lei da concorrência vital e do predomínio do mais apto). Previa que o elemento branco seria vitorioso na “luta entre raças”, devido à superioridade evolutiva, que garante seu predomínio no cruzamento. Prevê, assim, o total branqueamento da população brasileira [e o projeta para no máximo] três ou quatro séculos. Aproximava-se a esse respeito de Varnhagen, que previa a miscigenação como forma de integrar os índios e negros à população branca. (idem, p. 51)

Nada mais estava fazendo Romero, a exemplo de outros ideólogos de sua época, que utilizar as pesquisas e o instrumental científico do momento para repensar a nacionalidade brasileira:

Assim, as explicações da realidade que analisava, bem como o futuro que previa, passavam, necessariamente, pela raça. Como aponta Lilia Schwarcz, “utilizando de forma pouco ortodoxa as máximas poligenistas da época, Romero encontrava na mestiçagem o resultado da luta pela sobrevivência das espécies, como estabeleciam as teorias deterministas da época. Porém, paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, esse autor encontrava nela a futura ‘viabilidade nacional’”. (ADDUCI, 2000, pp. 54-55)

E não tardaria para que Romero chegasse a uma outra conclusão importante, e devidamente central nas obras daqueles historiadores que o sucederam:

[...] 7º - Comparando-se o Norte e o Sul do país, nota-se já um certo desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas; ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, vai esta superabundando no Sul, introduzindo os novos elementos, fato que vai cavando entre as duas grandes regiões do país um valo profundo, já de si preparado pela diferença dos climas;

8º - O meio de trazer o equilíbrio será distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por tôdas as zonas do país, facilitando às nossas populações a assimilação dêsses novos elementos;

9º - Se o não fizerem, as três províncias do extremo Sul terão, em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que *a sua independência será inevitável*;

10º - Como quer que seja e em todo o caso, a população do Brasil será sempre o resultado da fusão de diversas camadas étnicas. (ROMERO apud ADDUCI, 2000, p. 55 – grifo é nosso)

Também Nina Rodrigues, médico e etnólogo baiano, delimitaria o seu objeto de pesquisa: apesar da “viva simpatia” que o negro brasileiro lhe inspirava, em *As Raças Humanas e a Responsabilidade*, tal autor proclamaria a “evidência científica” de sua inferioridade, o que acarretava o grande mal do país, a sua degeneração:

[...] o cruzamento acaba sempre por dar nascimento a productos evidentemente anormaes, improprios para a reprodução e representando na esterilidade de que são feridos, estreitas analogias com a esterilidade terminal da degeneração psychica. (RODRIGUES apud ADDUCI, 2000, p. 57)

Nessa medida, era premente para Nina Rodrigues “a criação de um código de direito que desse conta da condição racial do Brasil. Índios, negros e mestiços deveriam ser julgados por leis diferentes das que julgassem o homem civilizado, o branco” (idem, p. 55). Noutros termos, o brasileiro, originado da mestiçagem das três raças – branco, índio e negro – era classificado pelo autor como sem energia física e moral, apático, imprevidente e indolente (idem, *ibidem*).

Em resumo, este amálgama investigativo dos ideólogos do século XIX – raça, meio e clima – não muito tarde desembocaria na constatação da superioridade paulista. E isso tão logo sugeriria uma outra questão: o separatismo. Por ele, ao longo de toda a década de 1880 e daí em diante, segundo Adduci (2000), bradou, por exemplo, na imprensa paulista, Francisco Eugênio Pacheco e Silva (com o pseudônimo de *Feps*). Mas antes, em 1879, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em discurso na Assembléia Provincial de São Paulo, mais tarde publicado no mesmo *Diário Popular*, teria dito a todos os presentes:

Não quero causar a atenção da assembléa com algarismo e comparações; mas posso assegurar que, em consecuencia de estudos, e bazeado em dados estatísticos, verifiquei não existir na América do sul região alguma que, tendo a mesma area agricultada que a provincia de S. Paulo, produza eguaes rendimentos.

Dá pena, senhores, ver tanta riqueza tão mal barateada; uma provincia que por si só poderia constituir um estado, e que, em menos de 10 annos de paz e de trabalho, seria a primeira potencia da América do Sul, em virtude do desgoverno, póde ter por horisonte a bancarrota e o descrédito. (ANDRADA apud ADDUCI, 2000, p. 63)

Esta tese da constituição racial do brasileiro, em seguida da mestiçagem e, num salto, da superioridade paulista, também a veríamos em outros autores, inclusive entre os Prado. Portanto, ela não haveria de ser defendida com originalidade por Paulo Prado propriamente – antes, seu tio Eduardo Prado trataria de publicá-la em seus estudos sobre o

Brasil: para ele, foram os jesuítas que “civilizaram” o índio – tornando-o apto à “boa mestiçagem” – e os bandeirantes, já mestiços, mas formados por um tipo superior que resultaria no paulista. Senão vejamos o que afirmava o tio de nosso autor, citado por Berriel:

[...] o contacto imediato com gente do mar, forasteiros e aventureiros, era corruptor e fatal; e por outra parte, a raça européia não poderá medrar, ao começo da sua imigração tropical, na costa, onde o clima lhe é decididamente desfavorável. A aclimação definitiva da planta humana européia não era possível num país tórrido, sem o enxerto da planta indígena [...]. (apud BERRIEL, 2000, p. 56)

Arremata Berriel quanto a isso afirmando que a tese central de Eduardo Prado era que “de São Paulo pôde sair a raça que faz[ia] o Brasil” (idem, p. 57). Mas não seria *qualquer* planta indígena a promover a “boa mestiçagem” com o branco, tampouco este poderia ser formado por aqueles “forasteiros e aventureiros” – corruptores fatais e perniciosos, numa palavra. O paulista era um tipo superior – e nisso insistiria Paulo Prado anos depois –, mais desenvolvido, mais apto a promover o pleno desenvolvimento e progresso da nação. Dessa forma, Eduardo Prado não recusa completamente a mestiçagem, antes a dota de uma excepcionalidade: o paulista fora o amálgama do “bom índio” com o “bom europeu” e, em nenhuma medida, assimilara o negro em sua constituição racial. Não poderia ser outro, então, o *retrato* dos paulistas:

Homens mestiços, não de um tipo inferior, porque não é inferior o tipo resultante do branco e do índio. Nesse cruzamento se o branco entra com o cérebro mais desenvolvido, que se reproduz no seu descendente, o índio traz para o novo tipo a agudeza da sensibilidade dos seus sentidos e a agilidade elástica dos seus músculos [...]. (idem, p. 56)

Ora, isso coadunava perfeitamente uma formulação ainda mais estratégica, de autoria do historiador português Oliveira Martins: a de que São Paulo, já pelos fins do século XVI, “apresentava os rudimentos de uma nação; ao passo que a Bahia e as demais dependências do Norte eram uma *fazenda* de Portugal na América [mas daquele Portugal decadente, tema assiduamente explorado pela Geração Portuguesa de 1870, um Portugal atiçado pela possibilidade da riqueza fácil e que induzira a perversão do espírito de seus homens trazidos para o Brasil no início da colonização]” (MARTINS apud BERRIEL, 2000, p. 60):

No Sul [e o entendamos aqui como São Paulo] desenvolviam-se de um modo espontâneo os elementos de uma nação futura; enquanto o Norte [o Nordeste, o litoral, enfim] sujeito a uma administração corrupta e meticulosa, dependente da introdução dos negros e de uma cultura exótica, pagava a opulência de uma vida menos estável, uma população menos homogênea. (idem, ibidem)

Trocando em miúdos, essas idéias de Oliveira Martins ressoariam com o devido peso nas interpretações históricas de Paulo Prado.⁸⁷ E a assertiva de que “o espírito aventureiro do paulista foi a primeira alma da nação brasileira” tornar-se-ia uma espécie de bordão – da hegemonia burguesa do café – em que se deteria nosso autor nas duas obras que a partir de agora passaremos em revista. Munido dos estudos já compartilhados por Capistrano de Abreu sobre *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* e também nos *Capítulos de história colonial* (sobre os sertões), das formulações dos ideólogos do século XIX – a exemplo de Sílvio Romero – e das idéias de Eduardo Prado (para ficarmos apenas em algumas influências), Paulo Prado poderia, de fato, declarar na sua *Paulística* e também no *Retrato* que o tipo racial prevalecente na vila de Piratininga era diferente daquele do restante do Brasil, já que permaneceram os paulistas isolados do contato com o litoral e seus vícios.

4.4. A primeira obra – *Paulística* e a tese fundamental do Caminho do Mar

A principal tese de Paulo Prado, que já vinha sendo preparada tão logo se realizou a Semana de Arte Moderna, apareceu aos poucos, entre 1922 e 1925, sob forma de ensaios, no jornal *O Estado de São Paulo*.⁸⁸

⁸⁷ Também na década de 1930, todas estas questões seriam retomadas por dois novos ideólogos da cultura brasileira: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro faria publicar, respectivamente em 1933 e 1936, *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, obras em que o autor iria buscar nos diários dos senhores de engenho e na vida pessoal de alguns antepassados a história e a constituição do tipo brasileiro (neste caso, o cenário das plantações de cana em Pernambuco daria origem à sua principal formulação: o cruzamento de três raças: índios, africanos e portugueses) e a decadência do patriarcado rural. O segundo, paulista que publicaria as lendárias *Raízes do Brasil* em 1936, buscaria delinear uma “psicologia” do povo brasileiro recorrendo a uma nuance central: a *cordialidade* do homem do Brasil.

⁸⁸ Neste jornal, foram publicados os seguintes artigos, que apareceriam mais tarde organizados em livro: “O Caminho do Mar” (1922), “Cristãos Novos em Piratininga” (1926), “Bandeiras I e II” (1923), “Uma data” (1924), “Fernão Dias Pais – Alguns documentos” (1924) e “A paisagem” (1925). A estes Paulo Prado acrescentaria na segunda edição de *Paulística* (1934) os ensaios: “O Patriarca” (1926-1923), “Pires e Camargos” (1926), “O Caminho das Minas” (1928), “O martírio do café” (1927) e “Capistrano” (1929).

Confirmavam, de início, estes textos o que o nosso autor diria em 1925 sobre os artigos que integram a sua primeira interpretação histórica: “tudo devem à carinhosa solicitude de Capistrano – até o título que os enfeixa”.⁸⁹ A carta de Capistrano, de 13.2.1920, não deixa dúvidas quanto a isso: a tese fundamental de *Paulística*, a do Caminho do Mar, foi toda ela esboçada, desenvolvida e corrigida pelo preceptor de Paulo Prado:

Que sei a respeito do caminho do mar?

1º Era anterior à chegada dos portugueses, obra dos tupiniquins (guaianases não havia em Piratininga, os guaianases eram os Guarulhos), feita do campo para a marinha, porque machado de pedra não era para mata de extremidade desconhecida; nestas condições, mesmo com machado de ferro, nossa gente só se animou quando as locomotivas apoiaram;

2º que o traçado variou mais de uma vez e o exame topográfico pode desvendar variantes, de que são reconhecíveis os vestígios;

3º que é preciso em Anchieta subordinar a legenda à História. Quando Anchieta ainda tinha pouco mais de um mês de chegada à Bahia, já Nóbrega fôra ao campo e determinara o aproveitamento para a catequese. Tenho no maior apreço Anchieta – o padre José que Cardim descreve em dois traços rápidos; mas os jesuítas, à cata de um confrade canonizável, obscurecem toda a história contemporânea.

Sobre o caminho do mar, em falta de Derby, poderia servir Teodoro Sampaio.⁹⁰

Somente em 1925, com o modernismo em pleno andamento, Paulo Prado organizaria essa série de ensaios historiográficos e os faria publicar em livro. Procurando, como já vimos, justificar sua liberdade colativa diante da história e afirmando ser necessário “submeter a documentação livresca à subjetividade do historiador”, ele anuncia, no prefácio à *Paulística*, tratar-se a obra de “meros ensaios, sem pretensões eruditas, contendo talvez duas ou três idéias aproveitáveis para maior estudo e desenvolvimento”, não deixando antes de esclarecer, como também já vimos, que “os fatos, por seu turno, são apenas dados, indícios, sintomas em que aparece a realidade histórica”, sendo, pois, imprescindível não se deter tanto na aridez dos arquivos – afinal, não seria isso determinante para a “compreensão da psicologia do passado”.

⁸⁹ Paulo Prado, “Prefácio à primeira edição” de *Paulística*, in: *Paulística etc.*, p. 55.

⁹⁰ Também nas cartas de 7.3.1920 e 5.5.1920 Capistrano ia sugerindo a Paulo Prado o Caminho do Mar. Mas é sobretudo em 23.12.1922 que ele traça o desenho da história de São Paulo, corrigindo mais adiante, em carta de 20.11.1924, o desenvolvimento da tese por Paulo Prado.

Estas considerações de Paulo Prado sobre o papel dos fatos na sua reconstrução histórica do passado são bastante sugestivas, pois reforçam que sua empreitada histórica tinha muito mais o intento de ser uma versão intelectual da história brasileira que coadunasse os anseios de sua classe. Noutros termos, o Paulo Prado intérprete do passado nacional é muito mais um ideólogo, que dá sentido à ação coletiva de sua classe projetando para o passado sua perspectiva de presente e futura, do que propriamente um historiador profissional, sujeito aos rigores do método. E o próprio caráter ensaístico de sua obra reforça isto.

Valendo-se de um argumento expresso no “Prefácio à Poesia Pau-Brasil” (de 1924), nosso autor incumbe-se, nas primeiras páginas de *Paulística*, de justificar o interesse tardio pela história brasileira: é que, assim como Oswald – que descobrira, deslumbrado, do umbigo do mundo (Paris), a sua própria terra –, a ele também chegara tarde a revelação:

Mais moços – éramos assim nesse tempo – só a Europa nos interessava: era a terra prometida dos nossos sonhos. Lembro-me da injustiça que cometi varias vezes ao partir, deixando com indiferença na sombra da tarde a última linha das montanhas do Brasil, já sonhando num alvoroço de namorado com a paisagem verde-clara das colinas do Tejo – porta amável dos encantos do Velho Mundo. A Europa... (Paulística, p. 56)

Noutros termos, sua imaginação fora, por muitos anos, européia. Coerente com as convicções amplamente difundidas em artigos inaugurais sobre a arte moderna, cabia-lhe agora dedicar-se “às coisas pátrias, ao seu passado, ao mistério dos primeiros habitantes [...], ao patrimônio de uma nacionalidade” (idem, *ibidem*) que, desde a Semana, estava, segundo ele, em vias de implantar-se em definitivo.

Certo é que Paulo Prado transferia da Semana de 1922 para o terreno da história esta sua intencionalidade bandeirante de fundar a modernidade da nação, mais uma vez trazendo à cena uma sociabilidade fundamental – a do café. Se, segundo ele, aos paulistas estivera reservada a tarefa de fundar a arte brasileira – já que a de outrora era apenas “imitação do decadente” –, em *Paulística* ele insistirá na fórmula: a de comprovar, sob ângulos distintos, a mesma idéia – ao paulista, “que se conservara afastado dos contágios decadentes da raça descobridora”,⁹¹ estariam reservadas as predestinações heróicas e étnicas e a grandeza de uma missão, a de fundar um “país novo”, apagando-lhe o passado de servilismo à Europa, de apego aos vícios coloniais, e o comandando dali para frente.

⁹¹ Este assunto Paulo Prado o desenvolverá amplamente em sua segunda obra, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*.

Ora, este *ímpeto desbravador*, bandeirante como também o fora para os assuntos de arte – inspirado talvez no desempenho bandeirante do conselheiro Antônio Prado à frente da Prefeitura de São Paulo, ou do PRP, da Companhia Paulista e da Casa Prado Chaves, abrindo caminho para a modernização da economia cafeeira –, tudo isso, enfim, serve a Paulo Prado como fio condutor de *Paulística: a História do Brasil* seria anunciada como ramo secundário da História de São Paulo; o nacional dependia e estava, pois, subordinado a uma expressão regional – a paulista.

Não seria coincidência, neste caso, que o capítulo de abertura da obra fosse justamente sobre “O Caminho do Mar” que aprendera com Capistrano, de quem Paulo Prado reformula, desenvolve e confirma a hipótese: O Caminho do Mar exercera função seletiva na formação racial dos paulistas, que não sofreram a influência deletéria da pior espécie de português, o que tinha vícios como a luxúria, a cobiça e o espírito sanguinário. Foi isso que concorreu, segundo nosso autor, para a superioridade de um tipo racial formado pela miscigenação do português heróico da Renascença com o índio já perfeitamente adaptado ao meio. Preliminarmente, já diria ele no esclarecedor prefácio:

Aqui, pouco a pouco, pelo estudo cada vez mais rigoroso das fontes de informação, abrem-se largas clareiras nos quatro séculos que prepararam a magnífica realidade de hoje. A história de São Paulo, nos velhos cronistas, é talvez mais imaginosa do que exata. Taques e frei Gaspar codificaram por assim dizer a legenda que tem constituído grande parte do passado paulista. Atufados nos detalhes eruditos e nobiliárquicos, nessas crônicas aparecem como figuras de lenda João Ramalho, Tibiriçá, Raposo Tavares, Amador Bueno etc. No segundo período da nossa historiografia, longas discussões se travaram sobre questões tradicionais como a do mistério do Bacharel de Cananéia ou a localização da tapera mamaluca de Santo André. A publicação das atas da Câmara, dos inventários e testamentos do Arquivo do Estado e dos Anais do Museu Paulista, trouxeram, porém, uma nova luz para a reconstituição da vida pública e da vida íntima de São Paulo nos séculos passados. Nela surge outro paulista, mais real, mais do seu tempo, mais rude e rústico, labutando numa infernal porfia de ganhar dinheiro e conquistar terras. É um novo ponto de vista, e é também a colaboração do elemento *quantitativo* na ressurreição histórica. (Paulística, pp. 57-58)

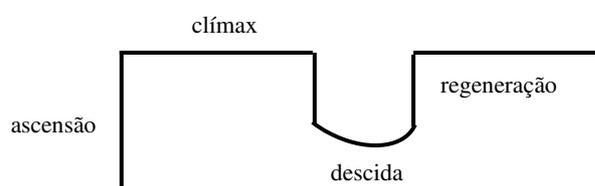
Para emendar, logo em seguida:

Do que pensava o paulista antigo, pouco sabemos. Do amálgama de tipos étnicos diferentes que aqui se fundiram, só nos chegaram indicações fugidias e falazes. Quem foi a gente que na sua frota colonizadora trouxe o primeiro donatário? Que tribos indígenas inçavam de gentio manso ou revoltado os campos do planalto? Guaianás, tipiniquins, maramomis, Guarulhos, tupis ou tapuias? Houve realmente uma “raça paulista”, na incerteza atual da ciência sobre a noção exata do que é uma raça, desde o processo já velho das medidas cranianas até as pesquisas biológicas sobre a composição química do sangue? Qual o resultado da *seleção telúrica* na

formação étnica do habitante do nosso altiplano? Que impulso subconsciente lançava os bandos aventureiros para o interior da terra desconhecida? Qual a contribuição do sangue castelhano nas famílias paulistas do século XVII, quando o cruzamento se acentuou na população serra acima, pelo fluxo de espanhóis que subiam o Paraná e o Tietê? E o semitismo dos cristãos-novos? E as lutas de família, originadas talvez de tendências opostas, umas nativistas, outras européias? Qual a causa social ou econômica do antagonismo e aversão seculares que separavam os paulistas dos padres da Companhia, depois de meio século de adesão fervorosa? (idem, pp. 58-59)

Como diria Paulo Prado, “esses, e mil outros problemas, pedem solução para que se possa elucidar o desenvolvimento étnico e histórico de São Paulo” – estavam lançados os caminhos a serem percorridos por nosso autor ao longo dos seis artigos da 1ª edição de *Paulística*. E, como prelúdio, nada mais natural do que a abertura com a tese fundamental amplamente debatida com o preceptor Capistrano de Abreu, a do Caminho do Mar – este que teria sido o responsável pelos momentos centrais da história paulista. Em carta a Paulo Prado, datada de 23 de dezembro de 1922 (p. 432),⁹² Capistrano corrigia os desvios de percurso do discípulo, indicando-lhe pontualmente os traçados da história de São Paulo:

Falei da grandeza de São Paulo por uma questão de método. Você tem de acompanhar a Paulicéia até o seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu seu lugar. Figuremos:



Transpondo tal indicação já no prefácio à *Paulística* (p. 59), Paulo Prado reproduz o traçado de Capistrano e a ele acrescenta algumas outras considerações:

No largo quadro da história paulista, pelos claros-escuros das diferentes épocas, percebe-se nitidamente traçada uma linha curva que assinala a sua grandeza, sua decadência e sua regeneração. Graficamente a imagináramos neste traçado:



⁹² Como sempre, a nossa referência é ao livro organizado por José Honório Rodrigues, em 1954.

E acrescentaria Paulo Prado, esclarecendo os motivos do traçado:

Curva ascensional, culminando na expansão colonizadora e mineira do século XVII, quando a ambição dos lavageiros e escavadores de ouro e o ânimo guerreiro substituíram a gana escravizadora dos primitivos aventureiros; curva descendente, resultante do despovoamento provocado por conquistas e minas, atingindo a degradação política, moral e física dos tempos dos governadores capitães-gerais, em que na miséria extrema da província morria vergonhosamente a glória do paulista antigo; curva ascendente para se elevar de novo ao renascimento econômico dos dias de hoje. (idem, *ibidem*)

Ao “renascimento econômico dos dias de hoje” não poderíamos deixar de acrescentar: promovido pela atividade cafeeira, no seu momento de experiência histórica de relevo no Brasil. Os três primeiros artigos de *Paulística*, como afirmou o próprio autor, destinar-se-iam a comprovar o traçado histórico dos paulistas. E, neste caso, a principal cartada de Paulo Prado seria divulgar os estudos que desde 1918 estavam sendo esboçados sob o crivo rigoroso de Capistrano de Abreu – o Caminho do Mar:

O Caminho do Mar, por muito tempo único, foi um fator indiscutível na formação do agrupamento étnico que se constituiu no planalto: o caminho cria a raça, disse um sociólogo francês. A sua influência histórica como baluarte de resistência contra as pretensões de mando da metrópole é sensível em cada momento desse magnífico século XVII da história de São Paulo. Ao contrário do papel representado por outros caminhos – caminho da seda, caminho do sal, caminho das especiarias – na evolução das relações históricas entre os grupos humanos, o Caminho do Mar foi toda negativa: isolou em vez de ligar. (idem, p. 60)

Em termos práticos, o Caminho teve a finalidade de isolar São Paulo do resto do Brasil, e esta tese se apresentará mais claramente na segunda obra de Paulo Prado, em que ele desloca o eixo de análise da Paulicéia para o restante do país, excluindo Piratininga de um passado de vícios e mazelas tão amplamente ali narrados e comentados.

Ainda que seu método historiográfico fosse pouco objetivo, estavam transformados em história, pelas mãos de um chefe da burguesia paulista, a formação e o desenvolvimento de um povo, cuja principal missão seria comandar, com “vigor telúrico”, a nação: “no desenvolvimento fatal dos elementos étnicos num meio propício, *mais do que em outras regiões do país* [o grifo é nosso], em São Paulo medrou forte, rude e frondosa a planta-homem” (O Caminho do Mar, p.78).

Em *Paulística*, a intenção de nosso autor é apresentar os prelúdios, o clímax e a decadência da vila de Piratininga para, enfim, sugerir que a sua regeneração tinha uma data precisa, que curiosamente coincidia com a “retomada de posição”, a possibilidade de condução do país pelos paulistas, mediados pela economia cafeeira. Isso reforça o que mais ele vinha esforçando-se por destacar ao longo de toda a década de 1920. Se já nas primeiras décadas do século XX o café conhecia seu auge como principal produto de exportação do Brasil, era a burguesia cafeeira de São Paulo que, durante toda a década de 1920, detinha os mais amplos domínios sobre a economia brasileira, e foi especialmente neste contexto que surgiram as primeiras noções de que São Paulo deveria representar, sozinho, o país. Essa foi uma convicção que surgiu dentro do próprio PRP – ao qual se manteve ligado o conselheiro Antônio Prado desde o momento de sua fundação – e que tão logo se propagou entre a burguesia cafeeira: “São Paulo representava um centro de progresso e civilização num país sul-americano desorganizado” (LOVE, 1997, p. 58).

A propósito, a burguesia paulista do café, munindo-se da fórmula do bandeirante desbravador – comprova-o o fato de São Paulo estar à frente da economia brasileira, mesmo enfrentando todos os embargos possíveis à produção e abrindo bravamente caminho pelos mercados estrangeiros –, foi amplamente apoiada nos anos 20 pelo então governador Washington Luís, que tratou de incutir no povo a consciência de se valorizar o passado, lançando para isso projetos históricos e comemorativos, e aproveitando o ensejo para combiná-lo à imagem de futuro promissor.

Aí está a intencionalidade do projeto para o Brasil que Paulo Prado inaugurou com a Semana de 1922: ao paulista, um passado de glórias e conquistas e um futuro de autonomia e liderança – valia a pena apostar nesta fórmula. Naturalmente, se o contato com o resto do Brasil havia implicado tantas negatividades, a *raça de gigantes* deveria, “num gesto de *recuperação* de sua própria dignidade”, pensar nas reais medidas desta *reparação*, o que para nós não poderia deixar de sugerir que Paulo Prado estava esforçando-se por validar um projeto para o país, não de separação, como afirma Berriel (2000), mas de *reposição da dominação social* da burguesia cafeeira paulista.

Nestes termos, o que importa é a função assumida por ele – diretiva e organizativa da vida prática brasileira –, como ideólogo de sua classe, função que é “educativa, isto é, intelectual” (GRAMSCI, 2006, p. 25). Intelectuais do tipo de Paulo Prado, que tentam *organizar* a sociedade, atuam, em especial, no reforço ou na construção da condição hegemônica de sua classe, conquistando o consenso das demais classes sobre a orientação impressa pelo grupo dominante; “consenso – lembra-nos Gramsci – que nasce

‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (idem, p. 21).⁹³

Sob este enfoque, a imprescindível atuação de Paulo Prado como intelectual orgânico da burguesia cafeeira paulista dedica-se a: (1) criar/perpetuar/repôr o prestígio de sua classe na conjuntura brasileira da Primeira República e (2), nessas condições, esforçar-se por fazer vitorioso o projeto de nação necessário a esta mesma classe de origem – projeto de *reposição da dominação social* dos burgueses do café numa *perspectiva hegemônica*. Ao afirmarmos isso, necessariamente recorreremos, e de novo, a Antonio Gramsci, que referencia teoricamente esta nossa pesquisa sobre Paulo Prado. Deste autor italiano, que escreveu do cárcere suas principais formulações teóricas sobre a sociedade burguesa, importa-nos agora compreender os conceitos de *hegemonia* e *domínio direto*, para qualificarmos as pretensões de Paulo Prado e sua condição de intelectual orgânico, o que fartamente vimos utilizando ao longo deste nosso trabalho.

A argumentação de Gramsci neste sentido tem origens em sua concepção de Estado, que ele não considera apenas como aparelho político-jurídico do sistema de dominação social, incumbido somente de funções reguladoras e coercitivas. Para além disso, e entendendo-o em sentido ampliado, ele também o concebe como aparelho ideológico-cultural, capaz de obter o consenso social para a classe dominante, tanto por meio da conquista ideológica, quanto por meio de concessões materiais e políticas. O Estado para Gramsci deve ser, portanto, concebido articulado entre sociedade civil e sociedade política. Daí a distinção por ele estabelecida quanto a ambas as formas ser antes de razão metodológica do que propriamente orgânica:

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral [ampliada] de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244)

⁹³ Ao contrário dos intelectuais orgânicos, vinculados diretamente ao processo de produção, para Gramsci, os intelectuais tradicionais, embora colaborem na formulação/divulgação dos projetos/anseios da classe dominante – pensemos nos modernistas cooptados por Paulo Prado –, não possuem com ela relação direta e orgânica. Quem nos esclarece a questão é David Maciel: “Enquanto os intelectuais tradicionais guardam certa margem de autonomia em relação às classes sociais, ao mundo da produção e à própria organização da hegemonia – preservando sua posição de independência como grupo social específico –, os intelectuais orgânicos se integram diretamente no processo de organização da hegemonia, assumindo mais propriamente a condição de funcionários” (MACIEL, 2004, p. 230), plenamente interessado na e a serviço desta hegemonia.

Seguindo o raciocínio, para Gramsci o Estado se apresenta como *sociedade civil* (o conjunto de organismos comumente chamados ‘privados’) e também como *sociedade política* (o aparato burocrático, jurídico-político-militar). Dessa forma, há um conjunto articulado entre sociedade política e sociedade civil – traduzido por Maciel (2004) nos termos de um “Estado ampliado” –, que organiza e articula as diversas facetas do sistema de dominação social, desde a *infra-estrutura* – o mundo da produção – até a *superestrutura* – o mundo da política e da ideologia (p. 221). Daí a concepção de Estado extrapolar o campo da regulamentação e dos aparelhos burocráticos para se articular em dois planos orgânicos: “duas formas em que [...] se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política; como “autogoverno” e como “governo dos funcionários” (GRAMSCI, 2000, p. 33). Neste sentido:

[...] Gramsci lida com duas noções de Estado, “autogoverno” e “governo dos funcionários”, e distingue hegemonia de domínio direto. Trocando em miúdos, para Gramsci, o conceito de Estado em sentido amplo expressa a articulação entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, entre os chamados aparelhos privados de hegemonia e o aparato burocrático-civil-militar, ou Estado em sentido estrito. Desse modo, o conceito de Estado é entendido como o aparato jurídico-político-militar composto pelo Governo, pelo Parlamento e pelo Judiciário – perspectiva esta admitida pelas diversas correntes da Ciência Política desde os jusnaturalistas até Marx, Engels e Lenin –, tanto na sua perspectiva tradicional como numa nova dimensão, que incorpora os diversos aparelhos privados de hegemonia, formados pelos partidos, pelos jornais, pelas igrejas, etc. Portanto, o Estado em sentido estrito limita-se à “sociedade política”, enquanto o Estado em sentido amplo incorpora a “sociedade política” e a “sociedade civil”. (MACIEL, 2004, p. 222)

Ambas, sociedade civil e sociedade política, estão organicamente ligadas, porém, sua importância distintiva indica tipos distintos de dominação social: a *hegemonia*, que um “grupo dominante exerce em toda a sociedade, e o ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (idem, *ibidem*). É neste sentido que Gramsci avalia, por exemplo, a fórmula clássica maquiaveliana do Estado centauro:

[Um] ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúptica do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2000, p. 33)

A *hegemonia* se aplica, portanto, a esta conjuntura de “dupla perspectiva”, em que a dominação social se estende tanto à sociedade política como à sociedade civil. Ou seja: quando uma classe dominante, para além do referendo das classes aliadas, detém ainda o *consenso ativo* das classes dominadas, que não apenas aceitam a dominação como também a referendam e a defendem, na medida em que foram conquistadas, ideológica e materialmente, pela classe dominante.⁹⁴ Por outro lado, quando inexistente a hegemonia – isto é, a *prevalência* da classe dominante sobre o bloco no poder e sobre as classes dominadas –, a dominação social é garantida por meio do que Gramsci define como *domínio direto*: “um sistema de dominação que se revela em sua agudeza, baseado, principalmente, na sociedade política, no ‘governo dos funcionários’, sem a mediação do consenso ativo” (MACIEL, 2004, p. 223).⁹⁵

Se trouxermos a discussão para o nosso objeto de pesquisa, podemos constatar que a burguesia cafeeira paulista pode ser entendida como *classe hegemônica* apenas com relação ao bloco no poder, vigente na Primeira República brasileira – também composto pelas outras frações da classe dos grandes proprietários de terra, pelas burguesias comercial e industrial e pelos interesses imperialistas instalados no país. E, como mera *classe dominante*, sobre o restante da sociedade, pois sua dominação era muito mais baseada no *domínio direto*, na utilização do aparato burocrático, político-jurídico-militar do Estado, do que propriamente no consenso junto às classes dominadas.

A predominância do coronelismo e da violência política no campo; a repressão contra o nascente movimento operário e as manifestações de oposição originadas nas classes dominadas; a timidez das poucas leis trabalhistas e a permanente manipulação do processo eleitoral, com as fraudes, o voto de cabresto e outras formas de manipulação

⁹⁴ No primeiro caso, impondo uma *ideologia* – dominante –, ou, segundo Gramsci, *formas de consciência* a partir das quais os homens concebem sua vida social, materializadas e difundidas pelos aparelhos privados da sociedade civil, que tratam justamente da imposição da *visão de mundo* das classes dirigentes. No segundo, na medida em que as classes dominantes estejam aptas a fazerem concessões econômicas e materiais – direitos sociais, trabalhistas ou políticos são algumas destas concessões que melhoram a participação das classes dominadas na renda nacional e, ainda, seu nível de vida –, mesmo que não abram mão de sua capacidade repressiva, utilizada sempre que algo tende a fugir de seu controle – diríamos, uma “reserva” de poder mobilizada sempre que necessário.

⁹⁵ Em outras palavras, numa situação de *hegemonia* a relação entre coerção e consenso é baseada no predomínio da segunda como recurso de dominação social, sem que, no entanto, a primeira seja anulada, pois nenhuma situação de dominação social pode abdicar dela. Ademais, entre as classes dominantes haverá sempre uma unidade de interesses que mantém sua aliança sólida e coesa, sob a direção política de uma delas ou de um condomínio delas.

política, tudo isso indica, na verdade, a sua baixa capacidade de obtenção do consenso junto às classes dominadas (MACIEL, 2002, mimeo, pp. 1-3).⁹⁶

Nessas condições, Gramsci se refere ao Estado em sentido restrito, ou seja, apenas como sociedade política. Analisando uma situação de ausência de hegemonia, seja porque ela é inexistente ou foi perdida, criando uma condição na qual só resta a coerção como mecanismo de dominação social, Gramsci comenta:

Separção da sociedade civil em relação à sociedade política: põe-se um novo problema de hegemonia [...]. Tem-se uma forma extrema de sociedade política: ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se. (GRAMSCI, 2000, pp. 262-263)

Quando afirmamos, então, que a burguesia cafeeira paulista lutava para *repor* a sua *dominação* na sociedade brasileira, compreendemos que esta classe esforçava-se, sobretudo, para *atualizar* a sua atuação político-econômico-cultural nesta mesma sociedade, no sentido da obtenção de consenso para suas práticas sociais: mesmo que observemos aí a disposição de uma *perspectiva hegemônica* para o aperfeiçoamento de sua *dominação social* (cujo principal representante afirmamos ser Paulo Prado), isso não nos autoriza a remeter, em sentido clássico, à máxima de que os burgueses do café detiveram a *hegemonia* sobre a sociedade brasileira da Primeira República.

A mais evidente centralidade de Paulo Prado se daria, inclusive, neste movimento, na tentativa de reposição do *domínio direto* da burguesia cafeeira, em grande parte desgastado por alguns motivos que apresentamos no terceiro capítulo, partindo de uma *perspectiva*, esta sim, *hegemônica* para tal intento: afinal de contas, *organizar*, como intelectual orgânico de sua classe de origem, todos os meios práticos possíveis para a *atualização* desta dominação significava perceber a insustentabilidade desta mesma dominação e empreender esforços para a obtenção do consenso ativo, ao menos entre *alguma* classe que possivelmente se faria dissidente. Dessa forma, ganha maior sentido o movimento de cooptação, tipicamente transformista, como vimos, exercido por nosso autor sobre os modernistas, conforme afirmamos anteriormente: uma tentativa de obter consenso, trazendo para o seu lado a classe intelectual e artística, que naturalmente, exaltando o cosmopolitismo industrial das metrópoles estrangeiras, serviria à burguesia

⁹⁶ Outros autores também se utilizaram do referencial teórico gramsciano e, dessa forma, trabalharam com esta mesma perspectiva, dentre os quais destacamos Coutinho (1989; 1990) e Vianna (1989).

cafeeira não para destituir a fórmula de suas tradições rurais que iam dar nas fazendas produtoras de café, tradições, como demonstramos, aproveitáveis na definição do “elemento nacional”, autóctone e moderno da identidade brasileira; mas para *neutralizar* qualquer manifestação dissidente dos epígonos desta modernidade industrial, fazendo crer que, à sombra da sociabilidade do café, instaurava-se o moderno, a partir da conveniente fusão com o “velho”, com o modelo agro-exportador, numa palavra. *Ruptura* com esta tradição, jamais; em lugar disso, *reposição* de sua dominação social.

Nestes termos, o sentido maior da atuação de Paulo Prado na vida social brasileira está, pois, muito bem definido: qualquer bloco que esteja no poder não recorrerá simplesmente a uma manipulação ideológica de seus possíveis opositores. Em lugar disso, investirá numa congregação em seu redor – na cooptação, diríamos – dos grupos sociais quantos forem possíveis com os quais haverá de compartilhar a sua *visão de mundo*. Afirmamos, portanto, que, apesar de a prevalência exercida pela burguesia cafeeira paulista ter-se restringido a um *domínio direto*, a perspectiva de Paulo Prado para os diversos âmbitos da sociedade brasileira – artístico, cultural, econômico, político, etc. –, que ele faria convergir para o “seu projeto de Brasil”, era hegemônica, fundada, ainda que de modo limitado, na tentativa de *neutralização* e *consenso* da fina intelectualidade brasileira.

Mas, se “está claro, em primeiro lugar, que a ‘direção intelectual e moral’ parte de grupos sociais com um papel determinado na vida econômica, para ‘hegemonizar’ outros grupos que desempenhem papéis igualmente determinados. Em segundo lugar, é igualmente claro que a *catarse* – que eleva a classe ao plano ético-político se assenta no campo econômico-corporativo, o que supõe uma série de sacrifícios e compromissos, por sua vez instáveis, dinâmicos, que não podem desconhecer o papel fundamental, originado no mundo da produção, da classe que aspira a ser [ou é] dirigente” (CAMPIONE, 2003, p. 53).

Ora, o projeto de Paulo Prado para o Brasil não estava apto a permitir a conquista da hegemonia de sua classe, embora sua perspectiva de *atualização* fosse hegemônica: isso demandaria esta “série de compromissos”, no plano material e ideológico, que ele ainda não estava disposto a negociar com as classes dominadas, ainda que ele tivesse o pressentimento de que era preciso “converter o atraso secular em progresso”. Ao tentar fazê-lo, utiliza-se apenas da fórmula da “regeneração nacional” (antes “regeneração paulista”, diríamos, que vimos esboçada em sua primeira obra), o que se daria, portanto, no estabelecimento de uma propositura bem particular: subordinada que estava para ele a sociedade brasileira ao modelo de “crescimento” de São Paulo, ele não ultrapassa a

barreira da consciência de que os interesses econômicos de sua classe dominante precisassem superar o círculo corporativo para tornarem-se interesses de todos os grupos dominados. Eis aí, possivelmente, a inaplicabilidade maior de seu projeto. Conforme nos lembra uma vez mais Gramsci, ao referir-se aos três momentos da luta de classes (o econômico-corporativo, o político-ideológico e o militar):

Um terceiro momento [o da conquista do consenso] é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo”. (GRAMSCI, 2000, pp. 41-42)

Sob este enfoque, torna-se impossível sustentarmos que a burguesia cafeeira detivesse hegemonia sobre a sociedade brasileira.⁹⁷ “Hegemonizar” a sociedade fazendo-a

⁹⁷ Noutros termos, e em linhas gerais, o predomínio dos interesses agro-exportadores sobre a política econômica do Estado, a manutenção da grande propriedade rural e a super-exploração dos trabalhadores urbanos e rurais, destituídos de representatividade política e de direitos sociais generalizados – conforme nos lembra David Maciel, “impede-nos de afirmar a existência de uma situação clássica de hegemonia válida sobre toda a sociedade e assentada no consenso ativo, pois ao conjunto dos trabalhadores urbanos não era dado o direito da representação política classista, pois a representação política baseava-se formalmente no individualismo, além da repressão pura e simples sobre as organizações operárias. A ausência de uma consciência liberal entre os trabalhadores urbanos, polarizados por visões anti-liberais como o anarquismo, o comunismo ou o integrismo católico, evidencia a não concretização da hegemonia da burguesia comercial e bancária em aliança com a burguesia agro-exportadora. Entre os trabalhadores rurais imperava a subordinação política às oligarquias além de notável desmobilização social, sendo as rebeliões camponesas, como Canudos e Contestado, fenômenos circunstanciais e isolados. Quanto às classes médias urbanas, predominava uma postura ideológica liberal-oligárquica, porém, sem a formação de um movimento ou organização política claramente identificados com seus interesses. [...] Deste modo, podemos caracterizar o período da Primeira República como uma situação de dominação, e não de hegemonia em sentido amplo (MACIEL, 2002, mimeo, p. 1).

anuir, defender e apostar na *visão de mundo* dos paulistas – digamos, da burguesia cafeeira paulista –,⁹⁸ eis a jogada de mestre que faltou ao nosso autor. Em todo caso, até *Paulística* ele foi tateando uma abertura de caminho para a apresentação de seu projeto maior, aquele que pressuporia a análise de um passado de *decadência*, mas vinculado às possibilidades presentes e futuras de *regeneração* pelas vias do café, e também aquele que viria exemplarmente estampado nas páginas de seu segundo livro histórico, que passamos agora em análise.

4.5. A segunda obra – *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*

A ânsia de independência e liderança já anunciada em *Paulística* será um dos temas de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, concluído em fins de 1927 e publicado apenas no ano seguinte. A passagem da história paulista para a história brasileira – portanto, de *Paulística* para o *Retrato* – não foi ocorrência do acaso. Nesse ínterim, nosso autor se dedicou a recolher novos dados, passar em revista as formulações sobre o país, acrescentando-lhes novos quadros; também continuou com suas “investidas modernistas”, recebendo artistas em sua casa na Higienópolis, com os quais ia articulando concepções de arte, política e economia; escreveu ainda alguns artigos sobre a Semana de 1922; e teve que lidar com um acontecimento infeliz: a morte do amigo e preceptor Capistrano de Abreu, ocorrida em 13 de agosto de 1927. Em meio a isso, em momento algum abandonou a presidência da Casa Prado Chaves e suas articulações políticas em favor do café, tendo inclusive publicado, no mesmo ano em que saiu em livro sua *Paulística*, como vimos no *Intermezzo*, dois artigos importantes no *Estado de S. Paulo* – “O café na Colômbia” (12.03.1925) e “O café e a valorização” (29.03.1925). De modo que, sem cessar, seguia Paulo Prado à frente dos negócios da família, como incentivador e organizador dos modernistas paulistas e, ainda, com a publicação do *Retrato*, dava novo ânimo à sua atividade historiográfica.

⁹⁸ Lembremos que O Caminho do Mar preparara o paulista para as predestinações que lhe reservava a história do Brasil: “Do tipo ancestral falta, porém, ao paulista moderno, a ânsia de liberdade e independência que deu um cunho tão característico ao habitante da velha capitania” (O Caminho do Mar, pp. 86, 91).

Entre a *Revista do Brasil*, onde descera a examinar “o momento” político e social; a Semana de Arte Moderna, que impulsionara; a sustentação da nova poesia de Oswald de Andrade e os artigos sobre *Paulística*, ao mesmo tempo que com Capistrano lançava a série da *Coleção Eduardo Prado – Para melhor se conhecer o Brasil* – Paulo Prado se armara de todos os elementos com que traçar o *Retrato*, estudando o traço da tristeza brasileira, formada em nosso passado de descoberta e de povoamento, de ambições e vitórias, de frustrações e derrocadas, que estão na história da conquista da terra.... Estamos então em 1927. (FERRAZ, 1972)

Desde a publicação de *Paulística* (1925), Paulo Prado vinha preparando novamente o terreno para aquela que seria considerada sua obra maior. Prova disso foi o fato de seu *Retrato do Brasil* – publicado em primeira edição pela Gráfica Editora Duprat-Mayença, em novembro de 1928 – ter sido recebido de maneira calorosa pelos intelectuais brasileiros – mas nem por isso escapando às inúmeras críticas que lhe foram feitas – e, ainda, de ter-se esgotado em pouco tempo.

Imediatamente ou ainda depois de quase duas décadas da publicação de *Retrato do Brasil*, engrossaram o coro dos elogiadores da obra escritores e intelectuais como Gilberto Freyre e Sérgio Milliet, cujos depoimentos convém destacarmos. O primeiro, já conhecido pelos estudos do passado colonial brasileiro, elogia de Paulo Prado, em artigo publicado n’*O Jornal* (Rio de Janeiro, 13.11.1943), o estilo lúcido, grave, do qual resulta uma “prosa [...] que se nutre nas fontes da poesia, e que por isso é viva e harmoniosa, recebendo da vida todo o ar e toda a luz que um organismo necessita para subsistir”, para, mais adiante, arrematar: “É pena que Paulo Prado não escreva com mais abundância, que a sua obra não seja de muitos tomos [...]. *Paulística* e *Retrato do Brasil* são dois ensaios do maior valor como reconstituição de aspectos coloniais da nossa paisagem e da fisionomia moral dos primeiros patriarcas do Brasil [...], em ambos se sente o pesquisador honesto, o intérprete lúcido dos fatos...”⁹⁹

Sérgio Milliet, antigo freqüentador da casa de Paulo Prado à Avenida Higienópolis, em artigo de 20.1.1945 no *Estado de S. Paulo*, também não pouparia elogios: “O que me impressionou mais fundamentalmente à primeira leitura deste livro, e desde então a cada novo encontro com ele se aviva, foi a riqueza sóbria de um grande estilo a serviço de uma grande cultura. E de uma inteligência aguda das coisas e das gentes de nossa terra. Outros

⁹⁹ Gilberto Freyre e Paulo Prado eram amigos e interlocutores de longas datas, e talvez isso explique o entusiasmo do primeiro pelo *Retrato*. “Consta que Gilberto Freyre iniciou a redação do mais importante de seus trabalhos durante o período em que foi hóspede de Paulo Prado (“Meus agradecimentos a Paulo Prado, que me proporcionou tão interessante incursão pela antiga zona escravocrata que se estende do Estado do Rio a São Paulo, hospedando-me, depois, ele e Luiz Prado, na fazenda de café de São Martinho...”). Cf. BERRIEL, 2000, p. 162, nota 3.

livros haverá, reveladores de cultura maior, principalmente filosófica ou econômica, nenhum entretanto se afirmará com tal equilíbrio, nem reunirá em si esse conjunto de qualidades que, em sua síntese perfeita, fazem parecer simples as obras mais complexas”.

Elogios à parte, o *Retrato* de Paulo Prado também recebeu críticas. Uma delas foi a resenha de João Ribeiro, publicada no *Jornal do Brasil* em 26.12.1928, em que se pôde ler: “Os documentos para os pequenos historiadores sem idéias são um manancial de verdades, mas para um homem como Paulo Prado constituem matérias para sínteses e generalizações muito contestáveis. Evocam, ressurgem, mas pode-se dizer como de Michelet dizia Taine: *je doute*. [...] Acrescem, como já disse outro crítico, os elementos escolhidos para definir a nossa tristeza são vagos ou contraproducentes: a luxúria e a cobiça não nos parecem causas nem sintomas de tristeza e antes definem a vida alegre e as longas esperanças de riqueza e otimismo”.

Também Oswald de Andrade, em resenha que saiu publicada no mês seguinte, em 6.1.1929, n’*O Jornal* do Rio de Janeiro, deixou registrados os seus “Retoques ao *Retrato do Brasil*”. Cumpriu ao modernista, que até 1929 não havia ainda rompido com Paulo Prado, apontar primeiro as qualidades da obra para, a seguir, adiantar-lhe os defeitos: “O que é extraordinariamente grave é o erro a que se deixa induzir Paulo Prado na adição dos valores das duas primeiras partes do livro: a Luxúria e a Cobiça. [...] Há mesmo violentos choques entre a verdade documentada e o juízo emitido...”.

O fato é que da leitura do *Retrato* não nos escapa a apreciação de um desdobramento temático de *Paulística*: no final das contas, “todo o raciocínio de Paulo Prado visa a estabelecer uma diferença vantajosa para São Paulo com relação ao resto do Brasil” (BERRIEL, 2000, p. 197). Antes de partirmos especificamente à leitura dos quatro capítulos da obra e, necessariamente, do “Post-Scriptum”, notemos, em linhas gerais, que desde *Paulística*, e transbordando no *Retrato*, Paulo Prado parece fazer farto uso do método de interpretação da história brasileira que aprendera com Capistrano de Abreu: em seu segundo livro, nosso autor também inverte a lógica da historiografia tradicional, “romântica, segundo ele”, em ver o Brasil como uma terra radiosa, onde vivia um homem feliz, em meio a uma natureza exuberante. Ao contrário, ele inicia seu *Retrato do Brasil* com a máxima às avessas: “Numa terra radiosa vive um povo triste”, que herdara e sofrera as conseqüências, desde o início, da exploração deletéria do território pelos primeiros portugueses aqui chegados – eis a causa da nossa *tristeza* e do trágico destino de nossa raça. Não se dispõe Paulo Prado, como veremos até o fechamento da última página desta

sua obra, a exaltar os feitos “civilizatórios” do colonizador europeu. Muito ao contrário, o tom e a interpretação são opostos a isso:

Com o *Retrato*, [ele] insurgia-se contra a visão que apresentava o país como um paraíso de riquezas e bondades inesgotáveis, quase sem ‘vícios’, um rincão de belezas naturais incomparáveis, rios caudalosos, matas exuberantes e aves com plumagens as mais formosas, ocupado por um povo pacato e trabalhador, totalmente dedicado a construir uma pátria destinada a ser perfeita – uma figuração quase épica, à moda de Olavo Bilac ou do conhecido *Por que me ufano do meu país* (1900), de Afonso Celso, que trazia como subtítulo nada mais nada menos que a máxima *right or wrong, my country* e dispunha-se a alinhar argumentos para que se entendesse que “ser brasileiro significa distinção e vantagem”, dado não haver outro país “mais digno de fundadas promessas, mais invejável” (NOGUEIRA, 2004, p. 193)

Em linhas gerais, “Luxúria” – capítulo de abertura da obra – propõe-se a demonstrar que, à época infrene do Descobrimento do Brasil, os conquistadores e aventureiros portugueses “sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado” (*Retrato do Brasil*, p. 63), o que implicou “uma imoralidade espantosa dos primeiros colonos, que excediam toda a medida”:

Do contato da sensualidade com o desregramento e a dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas populações mestiças. *Terra de todos os vícios e de todos os crimes*. (idem, p. 76 – o grifo é nosso)

Paulo Prado afirma isso, não sem antes penetrar “a selva escura” da história colonial brasileira com preciosas incursões pela geografia do Brasil, à época do Descobrimento. Isso aprendera também com o mestre Capistrano, como vimos anteriormente. Já nas primeiras páginas do *Retrato*, e ao longo de inúmeras outras, entre relatos sobre desbravadores, feitores, colonos, jesuítas da Companhia de Jesus, nosso autor abre ao seu leitor amplos quadros da paisagem natural do Brasil:

No Brasil, a mata cobria as terras moles da bacia amazônica, e a partir da barra do São Francisco, depois das dunas e mangues do Nordeste, seguia o litoral até muito além do Capricórnio para terminar nas praias baixas do Rio Grande. Oferecia obstáculo formidável para quem a queria penetrar e atravessar, como que exprimindo a opressiva tirania da natureza a que dificilmente se foge no envolvimento flexível e resistente das lianas. Compacta, sombria, silenciosa, monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor, que se perde no claro-escuro de suas profundezas. [...]

Na zona equatorial do Brasil o clima constantemente úmido e quente desenvolve uma força e violência de vegetação incomparável [...].

A vegetação eleva-se por andares, atingindo quarenta a sessenta metros de altura, enlaçando-se aos troncos os cipós e parasitas, em luta pela vida, como num espaço demasiadamente povoado. [...] As madeiras preciosas, pelo refinado da qualidade e pela multiplicação das espécies, são superiores às da Hiléia: assim os jacarandás, por exemplo, se desdobram numa variedade infindável [...]. O chão é um tapete de flores caídas, de todos os tons, desde o amarelo-escuro, do vermelho-rubro, do cor-de-rosa, até o lilás, o azul-celeste e o branco alvíssimo. [...]

Habita o vastíssimo território a mais variada fauna, tão extensa como a própria flora. Representam-na como tipos característicos as dezenove espécies de edentados: tatus, preguiças e tamanduás. Pássaros, das mais vistosas plumagens – com suas 72 espécies de papagaios, araras, periquitos e maitacas –, com seus tucanos, beija-flores, e bandos de borboletas, acordam e animam o silêncio da mata feito de mil ruídos de insetos. (idem, pp. 59-61)

Mas na “terra radiosa”, apesar da sua exuberância natural, vivia “um povo triste”. É que, também em meio a essas riquezas, “o esplêndido dinamismo dessa gente rude [os descobridores que a revelaram para o mundo e a povoaram] obedecia a dois impulsos que domina[vam] toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar” (idem, p. 53). Nas entrelinhas, aí retornariam as formulações sobre a constituição racial do brasileiro:

No Brasil, logo nos anos que se seguiram ao descobrimento, se fixaram aventureiros em feitorias esparsas pelo litoral. Eram degredados que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradas, ou naufragos, ou gente mais ousada desertando das naus, atraída pela fascinação das aventuras. Dessa gente, raros eram de origem superior e passado limpo – na proporção de um por dez, talvez. “De baja manera y suerte”, de “linajes oscuros y bajos”¹⁰⁰ informam os cronistas castelhanos.

Representaram, porém, um papel peculiar na história do povoamento do continente. Entre nós, estabeleceram pela primeira vez um começo de contato entre o branco e o índio, influíram sobre o gentio como foram influenciados por este. Uns caíram na mais extrema selvageria, como o castelhano de que nos fala Gabriel Soares, com os beiços furados, ou como os interpretes normandos que, segundo Léry, cometiam todas as abominações, indo até a antropofagia. Outros se transformavam em verdadeiros régulos, dando expressão aos seus sentimentos de homens de presa ou então, mais medíocres, de temperamento burgues, viviam bem com o europeu e o indígena, aprendiam a língua da terra, estabeleciam feitorias e iniciavam o comércio naturista que predominou por todo o primeiro século.

¹⁰⁰ Respectivamente: “de origem e condição inferiores” e “de linhagens obscuras e inferiores”.

No Brasil três núcleos de povoamento e mestiçagem sobrepõem nesse período inicial: foram os que tiveram como chefes e patriarcas Jerônimo de Albuquerque, Diogo Álvares Caramuru e João Ramalho [sobre os quais Paulo Prado já havia, inclusive, dedicado longas linhas na *Paulística*].

Todos constituíram descendência – sobretudo os dois últimos – pelo cruzamento com cunhãs; todos proliferaram largamente, como que indicando a solução para o problema da colonização e formação da raça no novo país [...]. (idem, pp. 67-69)

Preparado o terreno de vícios e desonras que o brasileiro incorporou na miscigenação do índio lascivo com o europeu devasso, Paulo Prado inicia o segundo capítulo – intitulado “Cobiça” – com a exposição de um outro pecado capital, não menos grave do que a luxúria, que permeou a formação da raça brasileira: “Obsessão diabólica. Dinamismo formidável de uma época, de uma raça e de um novo tipo étnico, convergindo numa idéia fixa, avassaladora. Ouro. Ouro. Ouro” (idem, pp. 106-107).¹⁰¹

Sustentando a quimera do ouro, nosso autor prossegue com sua tentativa de esboçar a origem racial do brasileiro que, desde o Descobrimento, foi obtida pela miscigenação. Mas, ao discorrer sobre a cobiça que levou os aventureiros, os degredados, os criminosos, os naufragos e os grumetes rebelados a se estabelecerem na “terra radiosa”, pretende, antes, acrescentar mais um tipo à nossa formação: o negro escravo, trazido para o Brasil com a finalidade de empreender a exploração européia, a do *anseio do enriquecimento*, das minas e jazidas de pedras preciosas; o mesmo negro que, mais tarde, por volta da década de 1880, seria tão oportunamente substituído pelo imigrante europeu – este, sim, constituindo a força imprescindível à raça brasileira, força de trabalho, diríamos, destinada aos cafezais.

O tom não esmorece no capítulo dedicado à cobiça, antes de tudo vista na obsessão avassaladora pelo “ouro, ouro, ouro”, de que o Brasil era falto no início, ao contrário da América Espanhola. Por toda a parte corria o aventureiro português ou mameluco atrás do ouro e da prata que “não foram senão ilusões e desenganos” até o século XVIII. O desenvolvimento agrícola e pastoril dos primeiros séculos não teria empalidecido a “obsessão diabólica” pelo ouro, mantendo-se o Brasil, “na lenda e na realidade”, como o “país do ouro e das pedras preciosas”. O que teria ocorrido, então, quando enfim se descobriu ouro nas Gerais? Uma obsessão contínua, espalhada por todas as classes, “como uma loucura coletiva”, “vertigem mineira” comparável, para Paulo Prado, ao frenesi dos pioneiros da Califórnia no século XIX. (VAINFAS, 2000, p. 11)

¹⁰¹ Aliás, esta visão do Brasil como “inferno” – luxúria, devassidão, vícios, ociosidade – é tradicional na ideologia colonizadora, compondo uma das interpretações vigentes no imaginário colonial e europeu desde o século XVI. Embora cientes da importância da leitura das formulações de Sérgio Buarque de Holanda, Renato Ortiz e Laura de Mello e Souza sobre esta temática, por ora apenas assinalamos o fato de Paulo Prado verbalizar esta tese bastante tradicional e difundida entre as elites brasileiras da época.

Paulo Prado não se detém nisso. Mais adiante, explica que, tendo que trabalhar a terra para o sustento diário, o europeu iniciou, no século XVI, o “lento progresso da lavoura incipiente e do comércio rudimentar. [Disso resultou que] a cultura do açúcar aumentou rapidamente: criaram-se primeiro os engenhos de São Vicente e Pernambuco, mais tarde os da Bahia” (*Retrato do Brasil*, p. 102).

Mas a atividade açucareira não é vista por ele como oportuna, já que “o desenvolvimento agrícola em certas capitanias também culminou com várias vicissitudes”. Acima de tudo, talvez houvesse nisso – na admoestação ao ouro e à cana-de-açúcar – os primeiros indícios da desvalorização de outra forma de atividade econômica mantida no Brasil, desde as primeiras épocas, que não a do café (BERRIEL, 2000).

O que fazer diante de um quadro tão desolador, cuja terapêutica seria, mais adiante, a de eleger a atividade cafeeira como única saída para os males apresentados? Ora, diante da luxúria e da cobiça, somente restaria ao brasileiro a tristeza. É este o terceiro capítulo do *Retrato* – “Tristeza” –, dedicado a assinalar a grande marca do caráter nacional. Nosso autor principia pela “comparação tão freqüentada entre a colonização portuguesa ou ibérica e a anglo-saxônica na América do Norte. E para esta última não poupa elogios, realçando a coragem e a pertinácia de homens e mulheres que enfrentaram clima duro e solo ingrato, a disciplina religiosa dos agrupamentos congregacionistas da Nova Inglaterra, a ‘poderosa unidade de espírito social’, o ‘rigoroso espírito cooperativo’, a higiene moral em que pôde prosperar [ao contrário do Brasil] a futura nação americana” (VAINFAS, 2000, p. 11).

Com efeito, a tristeza referida por nosso autor evidencia “o país indesejável”, triste, cheio de vícios, que será fartamente trazido à cena e descrito no “Post-Scriptum”. Por ora, luxúria, cobiça, melancolia: a isso Paulo Prado ainda acrescentaria um outro fator, impregnado desde o início na vida e na mentalidade dos brasileiros: o romantismo. Certamente seria possível ver no capítulo sobre o romantismo resquícios de uma reação anti-romântica no âmbito das letras e das artes em geral: é que, em vários momentos, Paulo Prado fazia coincidir sua crítica ao “mal romântico” que teria marcado o Brasil desde a Independência, estimulado, segundo Ronaldo Vainfas, pelo “apego às idéias francesas do século XVIII, fonte de inspiração maior do Romantismo” (*idem*, p. 12). E aqui, talvez, fosse mais um momento oportuno para nosso autor fazer frente à crítica – anti-romântica – que ele mesmo cuidou em difundir junto a seus pupilos modernistas anos antes, a partir da Semana de Arte Moderna.

Mas Paulo Prado não se refere apenas àquele romantismo que alguns intelectuais brasileiros implementaram no país em fins do século XIX; antes, no nosso entender,

pretende discorrer sobre o romantismo arraigado a uma linguagem, a uma “visão de mundo” – aquele mesmo traço delineador do comportamento *bovarista* que em *Paulística* fora anunciado. Diriam, pois, as primeiras linhas do capítulo “O romantismo”:

Nesse organismo precocemente depauperado, exposto às mais variadas influências mesológicas e étnicas, ao começar o século da independência, manifestou-se, como uma doença, o mal romântico.

Defini-lo já é suscitar mil dúvidas. Como expressão dinâmica do espírito humano o romantismo é um fenômeno extenso e complexo. Acompanhá-lo pelos séculos afora é ir à Idade Média, ao neoplatonismo de Alexandria, ao platonismo grego, passando pela Reforma e pela Renascença [...].

[...] Uns o contrapõem ao classicismo, representativo do sentimento da ordem, da lógica, do homogêneo, do abstrato, da razão, da clareza, em oposição às tendências concretas de fato e de vida, de tradição e de movimento que caracterizam, para assim dizer, a estrutura básica do pensamento e sensibilidade românticos. Para outros, o romantismo é simplesmente uma atitude ou o modo de ser de uma época turva e revoltada reagindo contra as antigas disciplinas que insistiam sem resultado em abafar a ânsia de independência, tão peculiar às multidões libertadas do fim do século XVIII. [...]

Um e outro encontram a sua imediata fonte inspiradora em Jean-Jacques. A fórmula é conhecida: tudo no romantismo vem de Rousseau, em Rousseau tudo é romântico. Dele vem em literatura o egocentrismo sentimental e exibicionista, o sonhar inútil e solitário, o orgulho e o espírito de revolta que deram um cunho tão peculiar às gerações atraídas pela sedução do cidadão de Genebra. Não é menor, porém, a sua influência na história política do mundo. *Da sua grandiloqüência nasceram os lugares comuns que forneceram à Revolução Francesa a sua empolada fraseologia [...].* (Retrato do Brasil, pp. 164-166 – o grifo é nosso)

Ora, a partir daí – e observemos como, curiosamente, Paulo Prado sequer reconhece na revolução jacobina a radicalidade de seu movimento –, nosso autor vai pontuando, passo-a-passo, os âmbitos da sociedade brasileira impregnados de romantismo:

[...] Precederam, como era natural num país inculto, o aparecimento do romantismo literário, que veio influenciar as idéias e os sentimentos da alma nacional. Manifestaram-se, porém, de um modo indiscutível, nas revoluções pernambucanas de 1817 e de 1824. Guiara-as o mais puro entusiasmo romântico.

[...] Românticos, os promotores da revolução de 1817, em Pernambuco, em que a “eloqüência ossiânica” de Domingos José Martins datava as suas proclamações da “segunda era da liberdade pernambucana”. Aí em tudo se imitavam os exaeros da Revolução Francesa, desde o apelo às senhoras patriotas convidando-as a se desfazerem das suas jóias e ornatos contrários à austeridade republicana, até o corte dos cabelos que deviam ser usados “à Tito”.

Romântico, o príncipe de 24 anos que veio representar no drama da nossa independência o próprio momento histórico que vivia o mundo. [...]

Romântico, o nosso pacto constitucional – excelente espécie de romantismo político, disse Sílvio Romero – e que comentadores mais tarde afirmavam assentar em três princípios de um delirante misticismo: “a soberania universal, a unidade da soberania organizada e o equilíbrio do mandato... (idem, pp. 166-170)

Por fim, nosso autor daria o veredicto: “O país nascia assim sob a invocação dos discursos e das belas palavras. Endeusamento, na política, do mesmo liberalismo verboso e sonoro que Victor Hugo ia reclamar para a literatura no prefácio do *Hernani*”. E eis que o mal invadia o país “de uma maneira mais intensa e mais estranha. O meio era-lhe propício” e as condições, favoráveis: “romantismo, romantismo, romantismo” (idem, p. 171). Na concepção de Marco Aurélio Nogueira, foi nesse mesmo organismo depauperado, que Paulo Prado já dissera contaminado pela luxúria, a cobiça e a tristeza, que se manifestou, “como uma doença”, o mal romântico:

Paulo Prado também terá uma posição dura e inflexível contra o “romantismo”, termo com que se referia não tanto ao grande movimento artístico do século XIX, mas sobretudo a um estilo intelectual sonhador e egocêntrico, voltado para a grandiloquência e a retórica gratuita e pomposa. No seu entender, o romantismo devia ser responsabilizado por uma dose adicional de deformação na vida nacional. Os principais e mais nefastos de nossos maus intelectuais – a retórica política, a sedução da palavra, o messianismo renovador, o entusiasmo inconseqüente, o lirismo pessimista – seriam filhotes da doença romântica, embalados pelas frases inspiradoras de Rousseau. Gravemente marcado de romantismo seria o nosso pacto constitucional, a expressar o fato de que nascíamos como nação independente “sob a invocação dos discursos e das belas palavras”. Na política, nada mais do que “endeusamento do liberalismo verboso e sonoro” dos franceses revolucionários. Era o vocabulário de Jean-Jacques aplicado ao país semivirgem, apenas egresso de um longo colonato (NOGUEIRA, 2004, p. 207)

Não parando por aí, nesse delongado apontamento dos “desagravos brasileiros”, o *Retrato* serviu também para Paulo Prado anunciar as soluções para o Brasil, cujas mazelas “vinham de longe”, segundo ele. E seria no “Post-Scriptum” – tão interessante quanto condensadamente mais estratégico, ao menos assim deve percebê-lo o pesquisador da obra de Paulo Prado – que nosso autor mais se esforçaria para fazer valer suas teses sobre o país. A principal delas, que desfecha o *Retrato*? Não poderia ser outra, uma extensão do que já vimos, inclusive, na *Paulística*:

Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à cirurgia. Filosoficamente falando – sem cuidar da realidade social e política da realidade –, só [haveria] duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução. (idem, p. 208)

Com efeito, essa “cirurgia” encerra o auge da reflexão de Paulo Prado: por trás da benevolência do revolucionário que ele pretende encarnar – a quem, mesmo não reconhecendo outras revoluções como a francesa, caberia a *regeneração* do país –, sobreviria, antes, a tentativa de, mais uma vez, sugerir a superioridade do paulista, e é nas entrelinhas deste discurso, a que não conferimos intenção separatista, conforme prevê Berriel (2000), que ele mais revela o seu projeto para o Brasil, projeto que aliás fracassaria em 1932, deixando em fúria os paulistas.

Num capítulo final, que denominou “Post-Scriptum”, Paulo Prado procura dar um retrato do Brasil de sua época. Discute em primeiro lugar a questão das raças, [...] aceita a idéia de que o mestiço degenera depois das primeiras gerações. Como exemplo disso, apresenta o paulista – mestiço de brancos e indígenas – e que, depois de um período de força extraordinária, é agora o caboclo miserável. Além do aspecto biológico, existiria também o aspecto social da escravidão, que teria exercido poderosa influência na vida brasileira, pela “filosofia da senzala” “em maior ou menor escala latente nas profundezas inconfessáveis do caráter nacional”.

Depois, Paulo Prado indica algumas características da vida social do Brasil: o cangaço no interior do país; no Nordeste, as credices e o fanatismo; no litoral, o progresso explorado por capitais estrangeiros e poucos grupos nacionais que só cuidam de seus interesses particulares; o poder público, incapaz e inoperante, é empecilho e não estímulo ao progresso; a vida econômica é um descabro; a justiça se confunde com a política. Na vida intelectual, ao lado do analfabetismo quase total das classes inferiores, a bacharelise que finge de intelectualidade; em tudo, o gosto do palavreado, dos discursos cantantes e o vício nacional: a imitação. Do ponto de vista político, o domínio da oligarquia, disfarçada sob o nome de “política dos governadores”.

Ao terminar o livro, Paulo Prado sugere [como dissemos acima] que, para tão grandes males, só havia dois remédios: a guerra ou a revolução. A guerra permitiria o aparecimento de capacidades anuladas pela inveja e pelo egoísmo dos açambarcadores de posições. A revolução, *se não for uma revolta de soldados ou a corrida para o poder*, poderia ser a “afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi feito”. (LEITE, 1983, p. 349 – o grifo é nosso)

Reiteremos: o nosso autor parece reafirmar no “Post-Scriptum” o que mais conviria à burguesia cafeeira: a autonomia de São Paulo para cuidar da condução do país, a reestruturação – ou a *regeneração*, já sugerida em *Paulística* – dos caminhos políticos a partir de São Paulo, a reposição, de uma vez por todas, do domínio paulista a partir do sistema de dominação vigente – o da burguesia do café.

Dito de outra maneira, a regeneração de São Paulo – ou a reposição de sua dominação numa perspectiva hegemônica, como vimos em páginas anteriores – pode ser entendida como uma tentativa desesperada de atualizar o domínio exclusivo do Estado pela burguesia cafeeira, devendo sujeitar-se todo o país ao *modus operandi* paulista. Para aprofundar tal leitura, passemos em revista mais detalhada o “Post-Scriptum” do *Retrato do Brasil*, que configura o arremate das teses de nosso autor, cotejando-o, até onde for possível, com o “Prefácio” à 2ª edição de *Paulística*, publicado seis anos depois, em 1934. Vejamos, pois, esta discussão de perto no *Epílogo*.

EPÍLOGO

Do Post-Scriptum de *Retrato do Brasil* ao Prefácio à 2ª edição de *Paulística*: vícios, terapêutica e regeneração do país

Paulo Prado encerrava o seu *Retrato do Brasil*, em 1928, com um “Post-Scriptum” dedicado a recuperar, na década de 1920, o ciclo de vícios que ainda acometia a “raça triste”. Depois disso, não escreveu mais como intérprete da história brasileira, à exceção de cinco ensaios que seriam acrescentados à 2ª edição de *Paulística*, de 1934, quatro dos quais já estavam no prelo, de 1926 a 1928, aguardando publicação.¹⁰² Estes novos textos vinham introduzidos por novo prefácio, passados seis anos da publicação de sua segunda e mais afamada obra: o *Retrato do Brasil*.

Não parece coincidência o fato de Paulo Prado ter preferido relançar, dois anos após a derrota paulista em 1932, *Paulística* – e com novo e interessantíssimo prefácio – em lugar do *Retrato*,¹⁰³ obra mais aclamada na opinião da crítica. Procuramos um ponto de convergência – ou divergência – entre o “Post-Scriptum”, de 1928, e a reedição de *Paulística*, em 1934. Encontramo-lo no “Prefácio” a esta 2ª edição de sua primeira obra.

¹⁰² Além destes ensaios, Paulo Prado publicaria, conforme listamos nas primeiras páginas do *Intermezzo*, “O descobrimento”, de 1929, e dois editoriais “O Momento”, respectivamente em fevereiro e junho de 1932.

¹⁰³ *Retrato do Brasil* teve, além da primeira edição de 1928, três outras: duas ainda em 1929, também pela Duprat-Mayença, de São Paulo, que publicara a primeira; e uma última, em 1931, pela F. Briguiet & Cia. Livreiros Editores. Em 1941, Paulo Prado recebeu de Benjamin Gray a proposta para verter o livro para o castelhano, a quem respondeu que, “[mesmo] acolhendo seu honroso convite com a distinção de que é merecedor – tanto mais quanto essas traduções em idioma castelhano se destinam a fins puramente culturais entre as duas nações amigas –, lamento, entretanto, ter de comunicar a quem seria certamente o fiel tradutor do meu livro, haver tomado de há muito a resolução de não reeditar, ainda uma vez, o *Retrato do Brasil* por mim escrito em 1927 principalmente para o meu país” (Carta a Benjamin Gray, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1941, reproduzida no “Apêndice” de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, edição organizada em 1997 por Carlos Augusto Calil – a mesma que utilizamos ao longo desta dissertação). Postumamente, *Retrato do Brasil* teve ainda seis reedições: em 1944, promovida por Paulo Caio Prado (filho de Paulo Prado) junto à Editora Brasiliense; em 1962, pela José Olympio; em 1972, também pela José Olympio, sob o título *Província & Nação* (uma reunião de *Paulística* e *Retrato do Brasil*); em 1981, pela Ibrasa, em convênio com o Instituto Nacional do Livro; em 1997, esta que utilizamos como referência, organizada por Carlos Augusto Calil, pela Companhia das Letras; e em 2002, integrando um dos volumes da coletânea *Intérpretes do Brasil*.

Ambos se iniciam com um “esclarecimento ao leitor” muito semelhante, apesar de caminharem em sentido contrário, e é a partir dele que perceberemos alguns pontos de convergência/divergência entre o Paulo Prado do *Retrato do Brasil* – dedicado a “alongar a vista pelo Brasil todo” e assim reinterpretar o passado nacional desde o Descobrimento, não prescindindo de no “Post-Scriptum” pontuar enfaticamente as vicissitudes da sociedade brasileira no momento mesmo em que escrevia, sugerindo a “terapêutica” – e o Paulo Prado de seis anos mais tarde, que trazia a público uma segunda edição de seu primeiro livro no momento em que já haviam transcorrido ao menos três importantes episódios que vinham mudando o eixo do bloco no poder e as aspirações da classe dominante a que se encontrava arraigado: a crise de 1929, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Se no “Post-Scriptum”, como já dissemos, nosso autor cuida em *pressentir* alguma *tempestade* à vista, no “Prefácio” de 1934 ele já se encontra em meio ao furação de reviravoltas e admite ter tido estreiteza de visão para reconhecer que a “persistência da febre de novas empresas e o mesmo anseio de expansão mal calculada [acarretariam aos paulistas, primeiro, e ao restante do país] a ruína e o desespero” (Prefácio, p. 48).¹⁰⁴

Como dissemos, ambos os textos vêm balizados por uma justificativa muito semelhante, apesar de em sentido contrário. É que no “Post-Scriptum”, Paulo Prado admite, em tom conclusivo ao que julga ser o seu *Retrato do Brasil*, que o livro “não é *regionalista* [...]. Pensado e escrito numa cidade de província, gaba-se o autor de ter fechado os olhos à mera aparência das coisas ambientes, absorvente, tirânica e tantas vezes falsas” (Post-Scriptum, p. 184 – o grifo é nosso). E, justamente em razão do isolamento provinciano – “na serenidade da involuntária solidão” para reescrever a história do Brasil –, é que nosso autor confessa ter podido “alongar a vista pelo Brasil todo, pelos outros Brasis”, não se restringindo, como fizera em *Paulística*, à história de São Paulo.

Em parte, esta justificativa valida a tentativa de Paulo Prado em “alongar a vista pelo Brasil” não se detendo apenas no passado paulista, como havia feito em sua primeira obra – muito embora, ao que parece, *Paulística* seja o embrião do que ele de fato pretendia arrematar em *Retrato do Brasil*: uma tentativa angustiosa, que se completa na segunda obra, de reiterar a capacidade de autonomia de São Paulo frente ao restante do Brasil. Curioso, então, permanece o fato de a 2ª edição de *Paulística*, a de 1934, trazer a público

¹⁰⁴ Neste *Epílogo*, optamos por fazer, quando necessário, a referência ao “Post-Scriptum” e ao “Prefácio à 2ª edição de *Paulística*” indicando-os diretamente, o que facilitará o cotejo entre os dois textos: virão, portanto, apenas Post-Scriptum e Prefácio, seguidos das páginas de onde se os extraíram. A referência completa se encontra na *Bibliografia* desta dissertação.

um prefácio em cujas primeiras linhas venha estampada a máxima (que não fora destacada sequer na 1ª edição) que parece ir de encontro ao possível “progresso” de nosso autor em ter passado da interpretação de uma história regional para a história nacional: “Este é um livro – afirma Paulo Prado – de *estudos regionalistas*. [...] Na indagação do passado, cada dia aumenta o interesse particularista pelos seus períodos fragmentários. [...] Seja qual for o processo da indagação histórica – idealismo ou materialismo – não se pode, entre nós, compreender a história do Brasil sem conhecer a história de São Paulo, assim como a da Bahia, ou de Pernambuco, ou de Minas” (Prefácio, p. 45 – o grifo é nosso).

A intenção justificativa – sobre serem ou não regionalistas ambas as obras (*Retrato do Brasil* e *Paulística*) – é semelhante, mas o efeito produzido torna-se, naturalmente, avesso. Quando publicou a primeira *Paulística*, em 1925, Paulo Prado afirmava, no prefácio, que sua intenção era lançar luz sobre o passado de São Paulo, que, aliás, havia preparado “a magnífica realidade de hoje [da década de 1920]” (Prefácio à 1ª edição de *Paulística*, p. 57). O estratagema estava montado, como vimos, em torno de quatro momentos fundamentais da história paulista: da *ascensão* ao *clímax*, momento da expansão colonizadora e mineira do século XVII; *decadência*, resultante do despovoamento provocado pela conquista das minas e momento de grande degradação política, moral e física por parte dos governadores-gerais; e, finalmente, *regeneração*, o “renascimento econômico dos dias de hoje [possibilitado pela economia cafeeira]” (idem, p. 59).

Nosso autor subordinava, assim, mesmo que sutilmente em alguns momentos, a história brasileira à história de São Paulo. Mas caberia, enfim, ao *Retrato do Brasil* o arremate ambicioso desta “magnífica” trajetória de São Paulo em comparação à viciosa história do restante do país. Afinal, “foi o particular [os homens empreendedores de São Paulo] que desbravou a mata, que ergueu as plantações, que estendeu pela terra virgem os trilhos dos caminhos de ferro, que encheu de gado as grandes pastagens, que fundou cidades, abriu fábricas, organizou companhias e importou o conforto da vida material” (Post-Scriptum, p. 201).¹⁰⁵ Ao contrário, o poder central só fizera estender-se em todos os cantos do país uma série de mazelas, num movimento contínuo de politicagem e má administração. Daí a impressão de que “o Brasil, de fato, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (idem, p. 199). A TABELA 11 traz o quadro de vicissitudes brasileiras que precisava ser alterado, no entender de Paulo Prado:

¹⁰⁵ Notemos como aqui Paulo Prado parece fazer confundir os “progressos materiais” conquistados por São Paulo com os que foram tomado a peito por sua própria família, afinal, por sua classe de origem.

TABELA 11 – Os problemas candentes da realidade brasileira

A higiene	vive em grande parte das esmolos americanas
A polícia	protege criminosos e persegue inocentes
As estradas de ferro oficiais	descarrilam diariamente ou deixam apodrecer os gêneros que não transportam
A lavoura	não tem braços porque não há mais imigrantes
A navegação	desaparece a dos rios: a cabotagem suprime o comércio litorâneo
O dinheiro	baixa por decreto, e o ouro que o deve garantir não nos pertence
A lavoura de café	acena-se com a valorização artificial dos preços, descuidando-se do barateamento do custeio, do aumento da produção e do desenvolvimento do consumo
Os seringais	são abandonados, ou vendidos por nada, porque os impostos excedem o preço da mercadoria
O açúcar	como nos tempos coloniais, não pode competir com o estrangeiro
O algodão	é vítima da negligência do preparo, da praga, e só existe pela proteção
A pecuária	sem seleção e sem transporte, explorando o rebanho nativo, não há carne para os frigoríficos, que funcionam com intermitências, obrigando-nos a recorrer ao charque dos vizinhos
O cacau	sobrecarregado de impostos, não pode lutar contra os concorrentes africanos e asiáticos
A Justiça	em contato com os interesses da politicagem, dificilmente resiste ao arbítrio e ao abuso de poder
O Exército	desaparece, desorganizado pelo ódio e pelo medo
A Marinha	sem navios, vegeta na baía de Guanabara: é uma repartição pública
O analfabetismo das classes inferiores	(quase de 100%) corre parelhas com a bacharelise romântica do que se chama a intelectualidade do país (sem instrução, sem humanidades, sem ensino profissional)
A cultura intelectual	não existe ou finge existir em semiletrados mais nocivos do que a peste (não se publicam livros porque não há leitores, não há leitores porque não há livros)
Ciência, literatura, arte	em tudo domina o gosto do palavreado, das belas frases cantantes, dos discursos derramados
O vício da imitação	ainda impera: tudo é imitação, desde a estrutura política em que procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências da nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador
A questão política	(é a questão dos homens públicos) a administração pública faliu e ficou atrás: é quase um empecilho e um trambolho, agravado por homens incapazes e desonestos, pela cumplicidade dos apaniguamentos eleitorais, pela desordem e incompetência, pelo peculato, pela tirania e pela cobiça
A monarquia	o imperador, pouco inteligente, não escondia o desprezo pelas preocupações terra-a-terra da gestão dos negócios públicos
A questão militar	mal de nascença de que nunca se curou o país
A República	quarenta anos de experiências malsucedidas: a desorganização dos partidos, as falhas da administração, o romantismo da abolição, a desordem geral dos espíritos fizeram a República, nesse Quinze de Novembro que foi a <i>journalée des dupes</i> [dia do engano] da nossa história
O mal romântico	reinado de homens eminentes, ilustrados (apesar do acentuado atraso português), de ilibado caráter, mas que passaram cinquenta anos a representar a comédia do parlamentarismo à inglesa

Informações extraídas, na íntegra, do Post-Scriptum de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1997, pp. 201-207).

Ao final da demonstração de vícios, Paulo Prado conclui: “o mal vem de longe” (Post-Scriptum, p. 205). E, na esteira dessa afirmação, sugere a *terapêutica*: “Para tão grandes males parecem esgotadas as medicações da terapêutica corrente: é necessário recorrer à *cirurgia*” (idem, p. 208). O que, para ele, significa optar por um dos dois caminhos drásticos de que o país necessitava para sair do abismo secular:

[...] só duas soluções poderão impedir o *desmembramento* do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução. (idem, ibidem – o grifo é nosso)

Notemos, preliminarmente, como aqui Paulo Prado nos concede o principal indício de que a terapêutica para os “problemas candentes da realidade brasileira” não seria “pensar em separação”, como sugere Berriel (2000). Vejamos que, em consonância com todo o raciocínio desenvolvido por ele desde *Paulística*, desembocando no *Retrato do Brasil*, o que ele parece sugerir, num ímpeto de “autoconfiança” e “independência” – esta, segundo suas próprias formulações, característica muito peculiar ao paulista, que desbravou os sertões, em busca de riquezas e expansão –, é que a principal fonte de crescimento econômico do país, e também o principal centro artístico-cultural (ou seja: São Paulo), consagre a sua *autonomia* para interferir diretamente nos negócios do próprio Estado, (dando continuidade à “política dos governadores” criada por Campos Sales quando presidente, mas aprimorando-a evidentemente) e, nesse ritmo, para guiar a nação, cheia de vícios que precisavam ser urgentemente corrigidos. Esta seria a única maneira de evitar o mal maior: o “*desmembramento* do Brasil, a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas”.

A despeito de a argumentação de Berriel – sobre a intenção separatista de Paulo Prado esboçada no “Post-Scriptum” – ser assaz interessante, encontramos nela a fragilidade de não coadunar, a nosso ver, o próprio projeto de nação que queria nosso autor. Interessante, apesar de inconsistente, porque Berriel não está de todo enganado ao afirmar, por exemplo, que

A idéia de separação de São Paulo do resto do Brasil mobilizava parte expressiva da intelectualidade paulista da época. Mário de Andrade, que com Paulo Prado e Alcântara Machado dirigiu a *Revista Nova*, publicação abertamente pró-separação, opinava que havia “de fato uma distinção intransponível por enquanto entre S. Paulo e o Brasil. É que são duas civilizações diversas. O Brasil é uma... não chega bem a ser uma civilização, é uma precariedade, em grande parte de caráter equatorial. S. Paulo é uma civilização cristã, com a mentalidade, o clima, a

internacionalidade, os recursos duma civilização européia cristã. (...). S. Paulo estraga o Brasil, o Brasil estraga S. Paulo. São Paulo é uma grandeza já e seria muito mais grandioso si não fosse estragado pelo Brasil. Mas é uma civilização européia, não creio que se possa esperar nada de realmente novo dele, sob o ponto-de-vista social. O Brasil é uma precariedade, mas é novo, e dele se pode esperar uma solução nova, um avanço novo, uma criação nova, uma civilização nova. É verdade que pra muito longe. Ou pra nunca porque os homens do Brasil pra combater a civilização cristã querem se civilizar à européia. A exemplo do Japão que trocou uma civilização por um progresso...” (BERRIEL, 2000, p. 221)

Primeiramente, consideramos exagero afirmar que a idéia do separatismo “mobilizava parte expressiva da intelectualidade paulista da época”, fazendo recair a demonstração deste intento apenas sobre de Mário de Andrade; também nos sugere certo “enevoamento” o fato de a afirmação não vir acompanhada de uma datação mais ou menos precisa para que pudéssemos reconhecer em que momento Mário teria afirmado isso. Mas o argumento de Berriel sobre a *Revista Nova* não deixa de ser forte: ela surgia em muitos aspectos semelhante ao jornal *Terra roxa e outras terras*, que circulou na Paulicéia em 1926, congregando parte seleta daqueles mesmos modernistas “eufóricos” da geração de 1922 – a exemplo de Alcântara Machado (um dos diretores), Sérgio Milliet (redator), Mário de Andrade (colaborador assíduo) e, naturalmente, Paulo Prado (também colaborador e “capitalista da empresa”)¹⁰⁶ – e dedicando suas páginas aos assuntos da “paulistanidade”:¹⁰⁷

Terra roxa e outras terras é a segunda publicação modernista paulista, tendo sido *Klaxon* a primeira [inaugurada em 1922 e tendo durado doze números]. Surge depois da carioca *Estética* [levada a público em três números, entre 1924 e 1925, sob a direção de Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Hollanda] e da mineira *A Revista* [também com duração de três números, publicada entre 1925 e

¹⁰⁶ Uma listagem mais completa dos colaboradores de *Terra roxa e outras terras* pode ser imaginada nos seguintes termos: “Sérgio Milliet, Antônio de Alcântara Machado e Mário de Andrade, que assinam um número maior de matérias, e outros como Guilherme de Almeida, Martins de Almeida, João Alphonsus, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Antônio Carlos Couto de Barros [este o outro diretor da revista], Ronald de Carvalho, Luiz da Câmara Cascudo, Blaise Cendrars, Oswald Costa, Ribeiro Couto, Teobaldo Fagundes Vieira, Jorge Fernandes, Luiza Guerreiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Prudente de Moraes Neto, Cândido Motta Filho, René Thiollier, e Afonso d’E. Taunay, este colaborando indiretamente com a transcrição de seu discurso, na qualidade de diretor do Museu Paulista, durante a cerimônia de doação da Carta de Anchieta” (PICOLI, 1997, p. 18). Interessa-nos, ainda, uma outra informação da autora, quanto “aos capitalistas da empresa”: “passados apenas quinze dias, quando o segundo número de *Terra roxa* surge, já se publica uma listagem com 13 doadores, depositantes de 15 sacas de café em Santos. Esta listagem cresce para 19 nomes e 21 sacas no jornal n. 3, 24 nomes e 26 sacas no jornal n. 4, 27 nomes e 30 sacas no quinto número de *Terra roxa e outras terras*” (idem, p. 112).

¹⁰⁷ Tomamos de empréstimo o termo utilizado pela pesquisadora Fabíola Picoli, em sua brilhante dissertação de mestrado intitulada *Terra roxa e outras terras: modernismo e paulistanidade*, sob orientação de Carlos Eduardo Ornelas Berriel, e apresentada em 1997 ao Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

1926 em Belo Horizonte, sob a direção de Carlos Drummond de Andrade e Martins de Almeida]. Nasce num momento em que se evidencia a cisão do grupo modernista inicial [e, apesar de ser chamada “jornal literário,] não tratava somente de literatura. Há seções de pintura, música, poesia, esportes, teatro, romance e matérias diversas como: comentários, notas, entrevistas, reproduções de textos de outros jornais, etc. [...] O assunto de maior destaque foi a doação [feita por Paulo Prado] de uma carta autógrafa do Padre Anchieta, comprada através de uma subscrição, em sacas de café [...]. [É este um momento ainda em que] os grupos modernistas pretendem realizar o “descobrimento” do Brasil. Falam em resgate da verdadeira tradição brasileira e abandono da influência européia. Promovem até mesmo uma revisão da história do país a partir desse prisma, buscando as figuras históricas “genuinamente” nacionais e procurando no passado justificativas para os problemas presentes e respaldo para as proposições que julgam adequadas para o país no momento.¹⁰⁸ (PICOLI, 1997, pp. 12-13, 16)

E emenda a pesquisadora, reiterando a “paulistanidade” da *Terra roxa*, que, a propósito, contava com o financiamento do capital cafeeiro e, neste ritmo, com o exame das principais questões da realidade brasileira sobre as quais se detinham os paulistas, os únicos capazes – lembremos, fazendo jus às palavras de Paulo Prado – de anunciar os novos tempos da vida nacional. Lembremos, ainda, que uma série de publicações trazia à cena, nesse contexto, a questão da superioridade paulista a partir da reinterpretação dos fatos históricos, dentre cujos autores não poderíamos deixar de incluir o próprio Paulo Prado (com *Paulística* e também *Retrato do Brasil*), Alcântara Machado (com *Na capitania de S. Vicente*), seu pai José de Alcântara Machado (com *Vida e morte do bandeirante*), Afonso d’Escragolle Taunay (com *Aspectos sociais de São Paulo seiscentista e História geral das bandeiras paulistas*) e, finalmente, Sérgio Milliet (com seu ensaio *Roteiro do café*). Senão vejamos, pois, o que nos diz Fabíola Picoli quanto a esse momento fecundo da “paulistanidade” da revista *Terra roxa*:

A temática da paulistanidade surge em *Terra roxa e outras terras* em todas as suas nuances: a questão racial, a tradição, a ancestralidade anchieta e bandeirante, a bravura do desbravador das terras brasileiras e o poderio econômico do café paulista formando uma elite cafeeira com “legitimidade” para ser dominante. Essa busca de justificação histórica e ideológica do poder, característica das classes dominantes, inicia-se no final do séc. XIX, logo que o café ascende economicamente e São Paulo passa a dominar o cenário político e econômico. (idem, p. 109)

¹⁰⁸ A autora complementa com uma informação essencialmente interessante a esta nossa pesquisa sobre Paulo Prado: “É nesse âmbito, portanto, que se inscreve a publicação de trechos de cronistas do período colonial mesclados aos artigos de *Terra roxa e outras terras*. Foram provavelmente selecionados por Paulo Prado, que já efetuava suas pesquisas para a publicação de *Retrato do Brasil*, e já havia publicado *Paulística*, em 1925 [...]” (idem, p. 16).

Esta temática centralizadora do periódico *Terra roxa e outras terras*, a da superioridade paulista, vemo-la transferida imediatamente, conforme evidencia Fabíola Picoli, para a *Revista Nova*, que:

[também] é produzida e dirigida por figuras centrais de *Terra roxa e outras terras*: Mário de Andrade, Paulo Prado, Alcântara Machado. Entre os colaboradores também estão muitos dos que participaram do periódico de 1926, como: Guilherme de Almeida, Cândido Motta Filho, Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), A. C. Couto de Barros, Sérgio Buarque de Hollanda, Sérgio Milliet, Ribeiro Couto Martins de Almeida, entre outros. [A *Revista Nova*] foi uma publicação bimestral que durou 7 números, iniciada em 15 de março de 1931 e encerrada em 15 de dezembro de 1932, com uma interrupção de junho a dezembro, período em que ocorreu a Revolução Constitucionalista em São Paulo. (idem, pp. 140-141)

Além dos textos ficcionais (poucos, na verdade), era preponderante na *Revista Nova* o gênero ensaístico, e é em larga medida que percebemos as semelhanças com o jornal *Terra roxa e outras terras*, ambos dedicados à “paulistanidade” e, uma vez dela revestidos, dos “problemas candentes da realidade brasileira”; noutros termos: “um conjunto de flagrantes da vida nacional [que conseguia fotografar o Brasil]” (KREINZ apud PICOLI, 1997, p. 142). Uma vez mais, estamos diante da afirmação da superioridade paulista, balizada por concepções de raça e cultura, e novamente as mesmas idéias que nosso autor, Paulo Prado, lançara em *Paulística* ressoam na *Revista Nova*, agora com uma peculiaridade importante: um apelo direto às questões políticas da época!

Retomamos, brevemente, estes dois periódicos paulistas para fazer jus a duas intenções em especial: a primeira, menos importante neste momento, dedicada a complementar o quadro de atuação intelectual em que esteve inserido Paulo Prado para além da Semana de Arte Moderna, e dando-lhe continuidade, porquanto esteve ele participando ativamente da divulgação das idéias modernistas e de suas próprias – a questão do ser “paulisticamente”, sobretudo; a segunda intenção, esta a mais necessária, para tentarmos colocar mais “lenha na fogueira” ao retomarmos a discussão proposta por Berriel (2000) – a de que Paulo Prado, no “Post-Scriptum” de seu *Retrato do Brasil*, deixa escapar suas reais intenções para o país: o separatismo.

Quanto a isso, cabe-nos recuperar aqui um de seus argumentos: o de que a temática do separatismo “mobilizava parte expressiva da intelectualidade paulista da época”, citando como exemplo o caso da *Revista Nova*, que congregava os epígonos desta mesma intelectualidade e, o mais importante, nosso autor Paulo Prado. Primeiramente, após estas

breves considerações sobre *Terra roxa e outras terras* e *Revista Nova*, não nos parece haver indícios comprobatórios de que tal revista tenha eleito como causa principal a questão do separatismo, antes mesmo de ela rebentar próxima a 1932. Em lugar disso, essa é a nossa hipótese, apareciam publicadas nestes dois periódicos exaltações de corpo inteiro sobre o paulista, sua superioridade, seu espírito de bandeirante-empresário, desbravador de caminhos, conquistador de riquezas, um *organizador* social do passado e o único, no presente e no futuro, com capacidade para conduzir a nação brasileira (toda desajustada, como vimos nosso autor afirmar veementemente). Ora, isso não nos autoriza a afirmação de que o separatismo vinha sendo preparado por um representante dos negócios e da intelectualidade brasileira, como o fora Paulo Prado, nem por parte da geração modernista de 1922 em qualquer um destes dois veículos de informação, mesmo que ali a burguesia cafeeira tivesse acesso livre, o que é de se supor, que os cafeicultores (Paulo Prado, um deles), descontentes com a maior centralização política permitida pelo movimento de tomada de poder em 1930, incitavam nas páginas da revista a revanche paulista em todos os sentidos e que alguns importantes epígonos do modernismo paulista, com lugar cativo para colaboração, também o fizessem. Também não há nos textos de Paulo Prado – e falamos de todos os textos já publicados até hoje – elementos que nos permitam afirmar que a causa paulista que ele defendeu, ao longo de mais de uma década, fosse em favor da separação de São Paulo em relação ao Brasil.

Ao que nos parece, era o jornal *O Estado de S. Paulo* que vinha quase diariamente encorajar a separação dos paulistas em relação ao resto do Brasil, conforme nos assegura pesquisa recente de João Paulo Rodrigues,¹⁰⁹ mas – o que é importante – em nenhum momento registrando algum posicionamento de Paulo Prado quanto a isso.

[...] o jornal *OESP* e seus diretores estavam envolvidos, articulando o levante e comandando, entre outras coisas, a propaganda proselitista de São Paulo, apesar de o jornal já não ser o meio de comunicação mais abrangente da época.

Pela leitura do conteúdo das matérias, leituras e editoriais de *OESP* durante o confronto de 1932 e considerando o contexto de luta, a perspectiva que se mostra mais evidente é a de um jornal em guerra. Iniciadas as hostilidades, já não se trata apenas de dar publicidade aos acontecimentos do Estado, ou sequer de manipular notícias de modo a favorecer a “causa paulista”, como sugerem algumas análises, mas de convocar a sociedade a aceitar o “movimento revolucionário” e cerrar fileiras junto a ele, suprimindo suas carências e fragilidades. (RODRIGUES, 2007, p. 4)

¹⁰⁹ Trata-se de um artigo intitulado “Informação e mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionalista de 1932”, de autoria de João Paulo Rodrigues, doutorando em História pela Unesp/Assis. O artigo foi publicado na revista *Patrimônio e Memória*, em 2007. Na seção *Bibliografia*, fornecemos a referência completa deste texto.

Aí, sim, n’*O Estado*, o discurso separatista aparecia de corpo inteiro, ancorado na certeza da superioridade paulista, conforme nos informa João Paulo Rodrigues. Senão vejamos:

Habituem-nos à idéia de que é preciso derramar o nosso sangue e de que temos de abrir os nossos corações a toda a sorte de angústias. Aceitemos tudo de ânimo sereno e com a vontade firme de, aconteça o que acontecer, não recuar na estrada de sacrifícios pela qual enveredamos.

[...] S. Paulo está decidido a todos os padecimentos para redimir o Brasil da dicctadura, que o opprime, e reintegral-o nos seus direitos de nação livre... Se a virilidade de um povo se mede pelo seu ardor guerreiro, cremos que não haverá, hoje em parte alguma do mundo, povo mais viril que o povo desta terra. O Brasil pode estar certo de que, mais uma vez, terá, em S. Paulo, um defensor intrépido da sua grandeza e do seu civismo. (*O Estado de S. Paulo*, 12.7.1932, apud RODRIGUES, 2007, pp. 4-5)

Muito diferentes, entretanto, da intenção separatista presente nos artigos deste jornal de São Paulo eram os ensaios “patrioticamente paulistas” de Paulo Prado. As notícias que temos, por exemplo, de dois textos seus na *Revista Nova*, ambos de 1932, reforçam nossa hipótese de que ele esboçou o seu projeto para o Brasil ancorado, sobretudo, na *ânsia de independência e autonomia* de São Paulo (para fazer frente ao já conquistado título de maior Estado brasileiro, o dos maiores orçamentos, da maior concentração populacional, de maior crescimento econômico e, para nos restringirmos apenas a uns poucos exemplos, atualizadíssimo com o cosmopolitismo das metrópoles estrangeiras), não na causa separatista. Os dois editoriais “Momento” a que nos referimos, um de fevereiro e outro de junho de 1932, não foram assinados por Paulo Prado: foi Carlos Augusto Calil, que organizou o volume que vimos utilizando ao longo desta dissertação (*Paulística etc.*), o responsável por atribuir título e autoria – com justeza, reiteremos – aos dois textos: respectivamente, “Duas vezes 32” e “Tem a palavra a Palavra”.

No primeiro, Paulo Prado inicia relatando a chegada de Martim Afonso, numa tarde de terça-feira, 22 de janeiro de 1532, às terras paulistas, segundo ele, “o alicerce da colonização da Índia Brasílica, virgem e brava”. De tão boas, o capitão-mor haveria de determinar que se as povoasse imediatamente, erguendo ali uma vila, e, mais tarde, guiado por João Ramalho e subindo aos campos de Piratininga, que se fundasse uma outra, a nove léguas dentro pelo sertão. Refere-se nosso autor aos primeiros indícios de colonização do sertão bruto, onde “o colonizador deixava os homens [de sua confiança] e outros pela força da lei e remédio da justiça. Isso porque havia sido o mesmo Martim Afonso quem tratara de organizar a justiça no local, é o que afirma nosso autor partindo de informações de Pero

Lopes: “e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrifícios, e celebrar matrimônios, e viverem em comunicação das artes; e ser cada um senhor do seu; e vestir as injúrias particulares; e ter todos os outros bens da vida segura e conversável” (Editorial Momento, fev. 1932, pp. 288-289).¹¹⁰ Afinal de contas, “naquele isolamento, sob a influência do meio selvagem que relaxava os costumes e tornavam os reinóis ‘peores que os mesmos índios’, assegurava[-se] a função civilizadora do desbravamento. Muito embora simulacro de justiça (como não podia deixar de ser) e simulacro de religião (como viria parecer aos jesuítas), eram esses os únicos laços que prendiam os primeiros povoadores à autoridade da metrópole, não permitindo que deturpassem de todo a missão civilizadora que lhes confiara o Rei”.

De 1532, Paulo Prado avança, estrategicamente, a 1932, ano da revolta paulista contra a “ditadura” do poder centralizador instaurado no Brasil em 1930:

Quatro séculos passados, comemorando ou apenas lembrando sob o regime inconstitucional a fundação da célula primitiva, o Brasil há de sentir a ironia cruel do contraste. Em 1532, o primeiro ato da metrópole, iniciando o povoamento, foi colocar “tudo em boa obra de justiça” na terra conquistada. Em 1932, vindo confessadamente desde mais de um ano para restabelecer o regime legal que dizia violado, o governo conserva suspensas as garantias constitucionais. (idem, pp. 289)

Eis aí o infeliz destino da “pátria paulista”, da “raça de gigantes” duramente atingida pelos males de um Governo Provisório, instaurado em 1930, que de alguma forma infringia o princípio da liberdade a que tanto aspirava o Estado de São Paulo – digamos, a classe dominante dos burgueses do café, em especial. Diante desse “disparate”, aí sim, em fevereiro de 1932, passados um ano e quatro meses da insurreição de 1930 e a cinco meses de estourar a guerra constitucionalista a partir de São Paulo, podemos considerar que nosso autor avança um pouco mais na causa separatista. Mesmo assim, com a sutileza de sempre, porquanto Paulo Prado não afirma, explicitamente, seu adesismo à causa da separação. Limita-se a concluir seu raciocínio, dando mostras de um sentimento de injustiça muito particular àqueles da elite cafeicultora que previam a ruína nos negócios em virtude da centralização do poder político em mãos do presidente provisório (Getúlio Vargas), da seguinte maneira:

¹¹⁰ O trecho citado por Paulo Prado é de Pero Lopes, extraído da “Carta de poder para o capitão mór criar tabeliães e mais officiaes de justiça”, publicada no *Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532)*, v. II, pp. 11-12.

Que esperam os quarenta milhões de hoje para reivindicar aqueles mesmos “bens da vida segura e conversável” que tanta consolação deram aos trezentos fundadores vicentinos? (idem, p. 289)

Mas, no editorial de junho de 1932, a um mês do constitucionalismo de São Paulo, nosso autor põe mais fumaça na causa paulista, a da revolução. Se no texto anterior podíamos ao menos avistar um Paulo Prado *simpatizante* da causa paulista pela constituição, neste texto de junho esvaem-se, novamente, quaisquer tentativas de vislumbrá-lo como adepto da causa separatista. É que Paulo Prado, após uma breve admoestação, à moda da fina ironia que também lhe ficou peculiar em muitos de seus ensaios, a um discurso “do Ditador” – a partir do qual “os diplomatas ficaram sabendo que o crédito brasileiro se fortaleceu com a resolução patriótica de não pagar as nossas dívidas; o Exército e a Marinha consignaram com satisfação que nenhuma referência havia a cortes intempestivos nos seus orçamentos [...]; os funcionários viram com prazer que já estavam assegurados os seus direitos, depois de aquinhoados os pupilos da Revolução; os amigos e as pessoas de alto destaque bateram palmas, como sempre, às frases bem torneadas do dispensador das graças. E o povo, lá fora, pelos alto-falantes ficou ciente de que o Brasil, ainda mais belo se possível, sairia rejuvenescido do banho lustral da República Nova” (Editorial Momento, jun. 1932, p. 291) –, enfim, nosso autor, neste editorial referido, arremata dizendo que “a Constituição é uma panacéia em que todos acreditam” (idem, *ibidem*). Afinal de contas:

Vão agora se abrir de par em par os diques da retórica nacional. Tem a palavra a Palavra. [...] Sem ela [a Constituição] o país está perdido; com ela, em poucos artigos, resolveremos os grandes problemas que venham da Terra, da Raça ou do Homem. Assim tem sido sempre na história do Brasil. As nossas crises mais graves encontram logo o remédio salvador que as deve resolver definitivamente. Para ressurgirem em seguida, sob novos aspectos, com novas soluções radicais. Tivemos desse jeito a Independência, a Abdicação, o Ato Adicional, a Maioridade, a Guerra do Paraguai, a Abolição, a República, a Revolução. A cada uma delas sucede, porém, o que Silvio Romero chamava, no ritmo da vida nacional, “o processo de desilusão”. (idem, *ibidem*)

Exageros à parte – também típicos de nosso autor, sempre a arrolar, sob uma mesma ótica e nas mesmas condições, diferentes processos históricos ocorridos no Brasil (a Guerra do Paraguai, a instauração da República, a Abolição, etc.) –, fica-nos a certeza de sua desilusão com a causa constitucionalista, com a revolução paulista propriamente, que rebentaria em São Paulo um mês depois, estendendo-se até outubro de 1932. Para ele, a

separação – podemos então supor – não era a *terapêutica* indicada. Em especial, porque ela não suprimiria os “problemas candentes da realidade brasileira” anunciados por nosso autor ao longo de toda a década de 1920 e reiterados com maior força, como vimos, no “Post-Scriptum” do *Retrato do Brasil*, pondo termo a mais uma onda de imediatismos e retóricas insuficientemente dedicadas a *corrigir* os males do Brasil: “já começam a aparecer ou reaparecer, para a campanha eleitoral, os partidos sem programas e os programas sem partidos. [...] E é assim que, mais uma vez, salvaremos o Brasil” (idem, pp. 289-290).

Apesar de afirmativa, poderíamos perfeitamente ler esta assertiva que encerra o editorial de junho em tom interrogativo. Não estaria questionando Paulo Prado, e uma vez mais, uma espécie de adesismo *bovarista* dos paulistas a uma causa imediatista, de visão estreita, e já perdida, como de fato seria a revolução de 1932? Voltemos ao “Post-Scriptum” do *Retrato do Brasil* e percebamos o mesmo tom pessimista de Paulo Prado – apesar de, estrategicamente para o momento, dando mostras de esperança projetada para o futuro –, ao sugerir a única *terapêutica* possível para sanar os males do país: a Guerra ou a Revolução. Voltemos, pois, aos objetivos principais deste *Epílogo*: observar o nosso autor no encerramento de sua última obra (o *Retrato*) e no relançamento, seis anos mais tarde, de sua primeira (a *Paulística*). No “Post-Scriptum”, como já dissemos, Paulo Prado conjectura – e, façamos justiça, com a devida justeza nos termos de uma previsão do que estaria por vir, aquela *tempestade* que ele mesmo prenuncia:

[...] só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução.

A Guerra, em toda a história, tem sido a terrível reveladora de capacidades que a rotina, a inveja, o egoísmo e a defesa natural dos açambarcadores de posições de mando encobrem, afastam, anulam. [...]

A Revolução é a outra solução. Não uma simples revolta de soldados, ou de uma investida disfarçada para a conquista do poder – formas prediletas nos povos de meia civilização e que a desordem generalizada tem agora feito surgir em países tradicionalmente cultos. A Revolução virá de mais longe e de mais fundo. Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito. [...] Procede-se nessa crise [a dos sistemas político e financeiro, e em nível mundial, segundo ele] – a maior certamente de que tenha conhecimento a memória dos homens – à revisão dos antigos valores materiais e espirituais, até hoje consagrados, e pelos quais se bateram durante séculos Oriente e Ocidente. Entram em luta de vida ou de morte os mais variados “ismos” com que nunca sonhou a filosofia humana: capitalismo, comunismo, fordismo, leninismo. Força nova que surge como destruidora das velhas civilizações e das quimeras do passado. É a Revolução. (Post-Scriptum, pp. 209-210)

Está claro para nós que Paulo Prado não envida sua projeção revolucionária elegendo um tipo de revolução nos termos classicamente defendidos por Marx, ou seja, aquela em que se estabeleça a transformação radical das relações e estruturas de produção, eliminando-se, com a tomada do poder por parte das classes subalternas, a disparidade social promovida pela relação entre dominadores e dominados. Isso demandaria, evidentemente, senão dar voz amplamente, ao menos incluir no programa revolucionário as reivindicações da classe trabalhadora, o que de fato não é a proposta sumária de nosso autor, alheio que parecia ser, evidentemente como representante da classe dominante dos burgueses do café, a tais reivindicações.¹¹¹ Trata-se, na verdade, ao nosso ver, mais de um *receio* de que aconteça alguma revolução que mude o eixo do poder, sendo, pois, premente adiantar-se para garantir-se, do que propriamente de uma sugestão notória para que a revolução se estabeleça. Paulo Prado, noutros termos, prevê o que a sua classe parece negligenciar: “o desastre que se aproxima, [...] o perigo de estarmos à margem dos grandes caminhos mundiais da navegação e da aviação; [...] que a terra se tornou pequena demais para os imperialismos, pacíficos ou guerreiros [...]. Para o ideal novo [este da revolução, que de certa forma ele não vê meios de se realizar, visto o Brasil dormir ainda o “sono colonial”] caminhamos todos na limitação das nossas contingências, conscientes ou inconscientes, e envolvidos em mil laços que são as tradições, as amizades, o dinheiro, os maus hábitos do meu pensamento e da minha vida – e os vossos...” (idem, pp. 210-211).

Numa palavra, mesmo sendo “a idéia de Revolução” senão confusa, ao menos complexa, ela exprime uma síntese: esperança e revolta. E Paulo Prado, que não se assume propriamente revolucionário, descartando ainda a hipótese da guerra, como vimos, por ser ela um esforço que vai até a destruição violenta, fica com a ação revolucionária, mas apenas aquela que seja guiada por um revolucionário “*construtor* de uma nova ordem”, otimista, portanto, com relação ao futuro, ao progresso natural do homem, a uma melhoria em relação ao presente – o paulista, poderíamos conjeturar.

Nosso autor encerra, assim, as páginas de seu *Retrato do Brasil* utilizando-se de um jogo de cataclismos e retórica para enfatizar a insustentabilidade da realidade nacional, mas titubeia em assumir-se essencialmente um revolucionário, nos termos clássicos,

¹¹¹ À guisa de ilustração, o PD vinha em 1928 gotejando uma tentativa de cooptação da classe operária brasileira para a tempstade que se anunciava, o que, de certa forma, não era de todo inconveniente: “No Brasil, os direitos do operário ficam sempre no segundo plano, quando outros direitos mais ‘sagrados’ a eles se contrapõem [...]. O operariado, aqui, não tem sequer o direito de abrir a boca e de protestar. Se se reúnem para, pacificamente, discutirem as suas pretensões e votarem medidas de comum interesse, vem a polícia, de chanfallo em punho, e os destroca e amordaça [...] (apud DECCA, 1988, p. 89).

preferindo aqueles que lhe convêm: o melhor revolucionário poderia ser, talvez, ele mesmo, na condição de *intelectual orgânico* de sua classe de origem, como vimos afirmando até aqui, dedicado a *organizar*, isso ele afirma ser premente, a vida social brasileira. Encerram-se, portanto, o “Post-Scriptum” e, por conseguinte, o *Retrato do Brasil*, mas Paulo Prado fartamente retoma esta mesma discussão no prefácio à 2ª edição de *Paulística*, de 1934. Eis o sentido que pretendíamos inicialmente dar a este Epílogo, após tantas idas e vindas: perscrutar, seis anos depois de feitas as previsões e prescrita a terapêutica, como nosso autor reagirá a elas, tendo já sofrido o país a “revolução” que ele havia previsto.

Como dissemos, não coincidentemente há uma intenção preliminar em assumir-se Paulo Prado autor de um livro de estudos regionalistas numa época conturbadíssima para o Estado de São Paulo. Não é à toa, dessa forma, que ele parece deixar de lado a conquista que tivera em *Retrato do Brasil* ao poder “alongar a vista por todo o Brasil, pelos Brasis”, e fazendo relançar-se o seu livro sobre a história de São Paulo. As motivações trazidas por ele, já as vimos em páginas anteriores – um interesse sadio, ainda que particularista, pela história fragmentária de compreensão do passado paulista, o gérmen, segundo ele, da nação brasileira. Mas, por trás disso, não haveria uma intenção outra, e mais importante? Como, por exemplo, a de reafirmar, a partir da importância dada aos estudos regionais do passado, a grandeza de São Paulo, em uma conjuntura de mudança relativa das forças de atuação no bloco do poder? Senão vejamos o que ele nos diz no prefácio de 1934:

A influência paulista teve uma função cataclástica, mas de intensidade variável, na constituição da unidade nacional. Depois do papel decisivo que os piratininganos representaram na expansão geográfica, em seguida a esse apogeu de esforço e conquistas, São Paulo entrou no completo apagamento que foi a última metade do século XVIII. Extinguia-se de todo a chama ardente da antiga independência e altivez. Vieram os governadores-fidalgos. Os paulistas conheceram a ignomínia de serem governados [...] pelo comandante da praça de Santos, e a capitania passou a simples comarca do Rio de Janeiro. [...] (Prefácio, pp. 47-48)

Mas a regeneração estava por vir: primeiro, a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão das lavouras cafeeiras – o grande fôlego do Brasil, diga-se de passagem, na compreensão de nosso autor –, e, depois, com a revolução de 1932. Apesar de aparentemente considerá-la o “ressurto” dos paulistas em busca de autonomia e independência – aos moldes do que fizeram os bandeirantes-desbravadores do sertão brasileiro, a partir de São Paulo –, Paulo Prado não parece endossá-la. Em lugar disso,

afirma que “o ressurreto paulista vem coincidir com o período mais grave por que tem passado o país”. E é categórico em criticar a “revolução de fins separatistas”, ainda que ancorada no anseio paulista de reabilitar as garantias constitucionais perdidas com a tomada do poder central por Vargas. Nestes termos, nosso autor deixa clara a sua descrença no tocante à revolução paulista de 1932, sentenciando que:

A Revolução, nascida numa atmosfera carregadíssima de retórica, gastou as melhores intenções de reforma e depuração nas campanhas do personalismo. Adiou a solução de quase todos os problemas que entravavam a vida nacional. [...] (idem, p. 49)

Para arrematar, em seguida, retomando o ideal da superioridade paulista, que ele nunca abandonou:

A hipocrisia e a covardia [daqueles revolucionários de suposta boa-fé] não conseguem, entretanto, afastar das atuais preocupações o problema magno de nossa formação – a questão da unidade nacional. Norte contra Sul, Litoral contra Interior, como conciliá-los na mesma estrutura rígida de uma constituição política, ou nas fórmulas de um programa de partido? Não é a primeira vez que surgem entre nós focos de separatismo. Em 1824, a Confederação do Equador conseguiu reunir a adesão dos estados do Norte, de Alagoas ao Ceará, num grande movimento em favor da federação e da república. Em 1838, o manifesto do presidente da República Rio-Grandense declarava ‘desligado o povo rio-grandense da comunhão brasileira, reassumindo todos os direitos da primitiva liberdade, e constituindo-se em República independente’. Menos importantes foram a revolução federalista baiana, de 1833, e a de Santa Catarina, em 1839, que proclamou a República Juliana. [...] O fermento, porém, existe e sempre reaparece na história do país cada vez que a incompreensão, a má-fé, ou a ambição mesquinha intervêm, fora da lei, na direção dos negócios *regionais* [notavelmente a maior indisposição dos paulistas com o governo de Vargas]. É como que um gesto de mau humor e uma repulsa instintiva, o que, de certo modo, corrige os abusos de poder que as circunstâncias permitem. [Por outro lado,] nessas reivindicações separatistas há uma questão econômica – inelutável no critério materialista da história – e há uma outra, sentimental. São forças agindo em sentido oposto, e é com o equilíbrio assim mantido que se tem conservado o milagrosa unidade política, fraca, tênue, periclitante, mas resistindo a todos os ataques. (idem, pp. 50-51)

Asseverando, em seguida, e uma vez mais, a superioridade do Sul – “e o Sul, dizia Capistrano de Abreu, o Sul, no fundo, é São Paulo”, como reitera Paulo Prado –, “onde o acréscimo, lento, mas contínuo, das necessidades materiais aumenta na mesma proporção a produtividade do trabalho e a conseqüente melhoria das condições sociais. [...] A

arrecadação das rendas federais, as estatísticas do comércio, a contribuição industrial, o movimento bancário – demonstram de sobra essa superioridade econômica do Sul” (idem, p. 52). Mas, ainda que tudo pareça separar o Norte do Sul – “desigualdades da natureza e dos homens, injustiça das condições sociais, recriminações de irmãos que a cegueira e o ciúme envenenam” (idem, p. 53) – indaga-se Paulo Prado, em tom de suspeita sobre a melhor resposta a conferir:

“Será o desmembramento, a desagregação? Competirá á geração atual, e às que devem vir, decidir sobre a sorte da nacionalidade. [Alerta, em seguida, para não ficarmos] isolados no nosso combate [há coisas mais prementes]. Os imperialismos dos grandes povos nos cercam e nos espreitam. Pela sua conformação geográfica, o país está exposto a essas conquistas pacíficas ou agressivas, e, no momento em que estivermos mais preocupados com as misérias de família, o conflito surgirá não mais do Norte contra o Sul, mas do Sul contra o Estrangeiro. (idem, ibidem)

Ora, diante da conjuntura da década de 1930, marcada por um acirramento dos conflitos inter-imperialistas que levaria à Segunda Guerra Mundial, o Brasil se via diante de uma situação periclitante, fosse na obrigação de defender-se contra possíveis invasores ou de aliar-se a alguma das potências. Sendo assim, Paulo Prado, ao nosso ver, não parece defender a separação, mas a centralidade de São Paulo, embasada na tese de sua superioridade – estava ali o único povo capaz de representar a verdadeira alma nacional –, sobretudo porque, frente à tempestade que se avizinhava, seria o *Sul* o responsável por lutar contra o *Estrangeiro*, devendo o restante da nação unir-se em torno dele. Se estivermos certos, este é o momento mais evidente de que a tese de Berriel (2000) sobre o separatismo torna-se insustentável. Paulo Prado reitera que aquele não era o momento para preocupações com “as misérias de famílias”: está, portanto, pedindo *unidade nacional* e, evidentemente, maior espaço para São Paulo, que deveria assumir as rédeas da situação e o Brasil, apoiá-lo nessa “comissão de frente”. Daí vemos nisso uma de suas mais pujantes críticas à Revolução de 1932.

Trocando em miúdos, Paulo Prado não está aqui, nem em algum outro momento de sua obra, pensando em separação, conforme credita Berriel (2000). Para nosso autor, embora seja “insensatez nivelar nossas diferenciações, para favorecer uma centralização que significaria, dentro de pouco tempo, o ódio, a revolta, o desastre final”, é na resistência às influências “separatistas” que se constituirá “a parte viva e plástica em que se conservam e se desenvolvem a variedade e originalidade do complexo regional” (idem, ibidem). Dessa forma, ele vai buscar, não na causa separatista, mas na afirmação dos

regionalismos, a solução para o Brasil. É esta, pois, a fórmula contra o *desmembramento*, que ele renunciara desde o “Post-Scriptum”; a terapêutica estaria, portanto, ancorada no “sôfrego anseio das províncias pela conquista da sua liberdade regional”: “Amor da *independência local* e da *autonomia*, contrabalançado pelo *orgulho comum da história pátria*” (idem, p. 54 – os grifos são nossos).

Ora, esta afirmação de Paulo Prado vinha a público no momento mesmo em que a derrota paulista era total. Primeiro em 1929, quando a crise mundial ocasionada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque ocasionara, em grandes proporções, uma desestabilização entre as operações de compra e venda do café no exterior, e a locomotiva paulista enfrentava os efeitos da maior oscilação até o momento no tocante à valorização de seu produto:

A partir de fins de 1929, a crise assumiu grandes proporções. Internamente, o empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas foi insuficiente para minorar os problemas de crédito. Os bancos trataram de restringi-lo e realizaram suas operações sobre o café; externamente, a expectativa de queda de consumo conduziu a uma imediata retração das importações, com reflexos no nível dos preços. O preço do café em Santos, 4, no disponível em Nova Iorque, desceu de 22,4 cents por libra-peso, em setembro de 1929, para 15,2 em dezembro, sendo em média de 14,1 cents no primeiro semestre de 1930 e de 12 cents no segundo semestre daquele ano. Os fazendeiros haviam adiantamentos por conta das safras de 1928 e 1929 que se encontravam em grande parte retidas e cujo valor caía seguidamente. [...] Com a retração do crédito, muitos não puderam fazer os pagamentos da colheita encerrada em outubro e encontravam obstáculos até mesmo para a compra a crédito de gênero [*sic*] alimentícios. Descontados os naturais exageros da descrição de um quadro destinado a sensibilizar o governo, permanece o fato incontestável de que as dificuldades eram muito grandes e poderiam ser mesmo dramáticas em determinados casos. (FAUSTO, 1997, p. 246)

A essas informações, Boris Fausto acrescenta que, mesmo tendo Washington Luís enfrentado a crise com medidas prontas a contorná-la, o pior estava feito: o presidente do Brasil partia do pressuposto de que ocorria uma simples recessão no mercado e não uma crise de dimensões internacionais. Daí a constatação de que, por maiores que tenham sido as crises anteriores, não se comparavam, em dimensão, a esta que se iniciara em 1929: “Na conjuntura 1929-1930, ocorreria uma verdadeira crise orgânica, definida pelo desencontro entre dois níveis. [...] Os acontecimentos que marcaram a política cafeeira nos últimos meses da República Velha podem ser vistos como uma disputa entre a burguesia do café, entrincheirada em suas associações e no governo do Estado de São Paulo, e o governo federal” (idem, p. 247).

A segunda derrota da burguesia cafeicultora vinha confirmada com o outubro de 1930, que levaria ao fim da Primeira República e poria por terra as aspirações de autonomia da classe dominante de São Paulo: apesar de o governo Vargas não ter abandonado o setor do café – comprova-o a queima do produto como uma das alternativas adotadas para resolver a crise de 1929 –, lembra-nos Boris Fausto que “o colapso da República Velha corresponderia ao fim da hegemonia burguesa do café”, coincidindo com a perda de posição de seu *predomínio* na sociedade brasileira (idem, p. 248). Uma terceira derrota também ocorreria, pouco tempo depois do ano de 1930: a dos militares paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932.

Por fim, uma última derrota, embora parcial: a elaboração de uma Constituição por meio de uma Assembléia Constituinte, velha reivindicação paulista, foi manobrada a ponto de permitir a continuidade de Vargas no poder central por pelo menos mais quatro anos – em julho de 1934 ele era eleito indiretamente para um mandato constitucional até 1938. Ironia ou não, a convivência com Vargas estava legitimada pelo instrumento jurídico tão reivindicado pelos paulistas em 1932 – a Constituição.

Diante desta seqüência de derrotas, compreendemos que Paulo Prado, ao escrever seu novo prefácio para *Paulística*, em 1934, parece estar admitindo o novo *status quo* que caberia a São Paulo na nova ordem política, mas não prescindindo de ampliá-lo: daí a reafirmação desesperada da importância de se resgatarem os *regionalismos*, nisso contendo a premissa de que seria a partir de São Paulo que o Brasil sairia de sua fase de *degeneração* e passaria a uma outra, aquela em que se pudesse processar a sua *regeneração*.¹¹²

Reforçamos aqui a nossa hipótese: a de que foi oportuno – talvez digamos *oportunistamente* – o relançamento de *Paulística* em 1934: após os eventos de 1930 e 1932, Paulo Prado faria novamente valer a versão da singularidade paulista, num momento em que se deslocava a liderança de São Paulo. De certa forma, no “Prefácio” de 1934 podemos encontrar algumas evidências do relativo conformismo de nosso autor quanto a esta nova situação: mas apenas *relativo*, pois ele não deixa de prosseguir na crítica ao governo de Getúlio Vargas, reivindicando para São Paulo uma nova posição no cenário brasileiro que fizesse frente, sobretudo, à sua “grandiosa história”. Nova posição que, segundo ele, seria

¹¹² Mesmo que não tenhamos conhecimento sobre o mês exato de elaboração do prefácio à 2ª edição de *Paulística*, conjecturemos: não seria este Prefácio uma *atualização* do discurso pradiano à luz das novas condições sugeridas a partir de 1929? Ora, se trabalharmos com a hipótese de que Paulo Prado o escreveu já sabendo da eleição de Getúlio Vargas, em 1934, o que para nós é bastante provável, o fato é que ele então já estava ciente das novas relações que se estabeleceriam no bloco no poder. E, na melhor das hipóteses, a burguesia cafeeira teria que conviver com os seus adversários de 1930, ao menos reforçando o seu discurso adepto da *regeneração* de sua autonomia, dos *regionalismos*, como insiste nosso autor.

de liderança: afinal de contas, mais do que nunca o país precisaria de São Paulo para enfrentar as ameaças imperialistas – a luta do *Sul* contra o *Estrangeiro*, como ele se refere.

Retomamos, então, as últimas palavras de Paulo Prado no “Post-Scriptum” de 1928 e com elas atamos o desenlace do Prefácio de 1934, último texto publicado em vida por nosso autor: “amor da *independência local* e da *autonomia*, contrabalançado pelo *orgulho comum da história pátria*” – eis o *retrato* final do Brasil esboçado por Paulo Prado, os últimos suspiros do seu projeto maior, como afirmamos no quarto capítulo desta dissertação; era preciso *repor* a dominação paulista, conduzida à sombra da economia agro-exportadora, consagrando-lhe autonomia na condução do Brasil, e, com isso, fazendo-o superar as vicissitudes que “vinham de longe” (e já de muito perto também).

Numa palavra: de São Paulo, o carro-chefe, ao restante do Brasil. É com esta intenção preliminar e derradeira de nosso autor, para a qual ele fez convergir inúmeros esforços ao longo de toda a década de 1920, que encerramos este *Epílogo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos verificar inicialmente neste trabalho a atuação de Paulo da Silva Prado como *cafeicultor*, à frente da empresa produtora e exportadora de café iniciada pelo pai – o conselheiro Antonio Prado; como *organizador* da Semana de Arte Moderna de 1922, por conseguinte, do movimento modernista de São Paulo; e, ainda, como *intérprete da história brasileira*, o que se materializaria com a publicação de suas duas obras dedicadas ao passado nacional: *Paulística*, de 1925, e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, de 1928.

Para além de ter-se expressado como importante intelectual da tradição oligárquica paulista, que na década de 1920 alcançava seu auge histórico na sociedade brasileira como classe dominante – a dos burgueses do café –, concluímos que Paulo Prado foi um *intelectual orgânico* de sua classe de origem, função que nos permitiu congregiar esta sua tríplice atividade no Brasil das primeiras décadas do século XX, contemplando-a de maneira plena, e, ainda, perceber as nuances e os limites de seu projeto para o país, ancorado em um *transformismo*, de tipo molecular, conforme conceitua Gramsci, com vistas a *atualizar/repor* a dominação social da burguesia cafeeira de São Paulo.

Nessa medida, nosso autor foi um ideólogo de sua classe, ao longo de toda a década de 1920 – e também, para além desta, até 1934 (data de reedição de sua segunda *Paulística*, que vinha com novo prefácio, escrito neste mesmo ano) –, dedicado a: (1) criar/perpetuar/repor o prestígio de sua classe de origem na conjuntura brasileira da Primeira República e (2), nessas condições, esforçar-se por fazer vitorioso o projeto de nação necessário a esta mesma classe – projeto de *reposição da dominação social* dos burgueses do café numa *perspectiva hegemônica*. Perspectiva hegemônica porque Paulo Prado procurou cooptar, fazendo frente ao seu projeto de nação, como organizador do modernismo paulista, como cafeicultor e como intérprete da história brasileira, as forças oponentes que possivelmente se interporiam à realização de seus intentos – notório se comprova aqui o exemplo dos artistas da geração de 1922 e de alguns intelectuais que referendaram, assim como ele, a versão histórica sobre a superioridade paulista.

Sob esta perspectiva, concluímos também, e seguindo novamente o instrumental teórico gramsciano, que a burguesia cafeeira de São Paulo não detinha *hegemonia* sobre a sociedade brasileira, o que implicaria a obtenção de consenso não apenas das classes aliadas, mas das classes dominadas. Neste sentido, ela pode ser entendida como *classe hegemônica* apenas com relação ao bloco no poder, vigente na Primeira República brasileira – também composto pelas outras frações da classe dos grandes proprietários de terra, pelas burguesias comercial e industrial e pelos interesses imperialistas instalados no país. E, como mera *classe dominante*, sobre o restante da sociedade, pois sua dominação era muito mais baseada no *domínio direto*, na utilização do aparato burocrático, político-jurídico-militar do Estado, do que propriamente no consenso junto às classes subalternas.

Balizamos, ainda, o projeto de nação proposto por Paulo Prado elegendo como máxima, por ele reiterada durante toda a sua atividade intelectual, a *superioridade do paulista* – a “paulistanidade”, termo que aqui tomamos de empréstimo de uma pesquisadora do jornal literário *Terra roxa e outras terras*, trazido à cena no *Epílogo* justamente para nos ajudar na refutação de uma tese comumente divulgada sobre nosso autor: a de ele ter sido adepto da causa separatista. Procuramos comprovar, a partir da leitura e o cotejo de todos os seus textos, que esta tese é, no mínimo, precária e não coincidente com o projeto maior de Paulo Prado. Ora, a mais evidente centralidade de Paulo Prado não foi o seu rico patrocínio às “causas pátrias” (incluindo-se aqui a promoção da arte-cultura, a reedição de volumes sobre a história do Brasil, a aquisição de fontes e documentos sobre o passado nacional, a promoção de eventos culturais destinados a ocupar o recém-inaugurado Teatro Municipal de São Paulo, dentre outros que procuramos debater); antes disso e sobretudo, a centralidade de nosso autor se deu na tentativa de reposição do *domínio direto* da burguesia cafeeira, em grande parte desgastado pelos motivos que apresentamos no terceiro capítulo, partindo de uma *perspectiva*, esta sim, *hegemônica* para tal intento. Afinal, *organizar*, como intelectual orgânico de sua classe de origem, a vida prática nacional significava perceber a insustentabilidade da dominação social com que vinha-se arrastando a burguesia cafeeira e empreender esforços para a sua *reposição*.

Dessa forma, ganhou maior sentido o movimento de cooptação, tipicamente transformista, exercido por nosso autor sobre os modernistas e outros intelectuais da época, conforme afirmamos anteriormente, à sombra da sociabilidade do café. Nestes termos, instaurava-se o moderno, a partir da conveniente fusão com o “velho”, com o modelo agro-

exportador, numa palavra. *Ruptura* com esta tradição, nunca a pretendeu Paulo Prado; em lugar disso, a sua *atualização*.

Encerramos aqui este trabalho na expectativa de que ele constitua, doravante, profícuo material de investigação e revisão bibliográfica para futuros pesquisadores de Paulo Prado, com a certeza de que repetimos importantes formulações anteriormente divulgadas sobre o nosso autor, ainda que tenhamos procurado dar sentido novo a tudo aquilo que até hoje foi dito sobre ele.

Paulo Prado, intelectual orgânico de sua classe, em sua tentativa (quiçá desesperada) de *atualizar* a dinâmica política, econômica e artístico-cultural do país, por meio de um movimento transformista, o que, segundo ele, e sempre a partir de São Paulo, seria o único a garantir a *regeneração* do Brasil, país ainda na década de 1920 repleto de vícios e “problemas candentes”: eis o projeto de nosso autor, o que justamente buscamos trazer à baila nesta dissertação.

BIBLIOGRAFIA

Obras de Paulo Prado¹¹³

Paulística etc. (org. Carlos Augusto Calil). São Paulo: Companhia das Letras, 2004

“Brecheret”. *O Estado de S. Paulo*, 11.1.1924.

“Café na Colômbia”. *O Estado de S. Paulo*, 12.3.1925.

“Carta do apóstolo do Brasil ao capitão Jerônimo Leitão” e “Discurso de Paulo Prado”. *Terra roxa e outras terras*, ano I, n. 20, 20.1.1926.

“Carta a Peregrino Júnior” [Uma hora com o sr. Paulo Prado]. *O Jornal* (RJ), 25.12.1926.

“Carta a René Thiollie”. *A Semana de Arte Moderna* [René Thiollie], 27.3.1922.

“Carta a René Thiollie”. *O Estado de S. Paulo*, 23.8.1927.

“Carta a Stiunirio Gama [Mário Guastini]”. *A hora futurista que passou*, São Paulo, 1926.

“Cendrars”. *O Estado de S. Paulo*, 12.6.1924.

“Editorial Momento”. *Revista Nova*, ano II, n. 5, 15.2.1932.

“Editorial Momento”. *Revista do Brasil*, ano II, n. 7, 15.6.1932

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 86, fev. 1923.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 87, mar. 1923.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 88, abr. 1923.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 89, mai. 1923.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 93, set. 1923.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 98, fev. 1924.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 99, mar. 1924.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 100, abr. 1924.

“Editorial O Momento”. *Revista do Brasil*, n. 101, mai. 1924.

“O café e a valorização”. *O Estado de S. Paulo*, 29.3.1925.

¹¹³ Todos os artigos de *Paulística* (1ª e 2ª ed.), bem como aqueles a que nos referimos no *Intermezzo*, os editoriais “Momento” (da *Revista Nova*) e “O Momento” (da *Revista do Brasil*) e as cartas aqui referenciadas foram extraídas do volume *Paulística etc.* (org. Carlos Augusto Calil), 2004.

“O drama da borracha”. *O Estado de S. Paulo*, 26.10.1928.

“O Convênio Franco-Brasileiro”. *O Estado de S. Paulo*, 22.5.1920.

“Paulística” (1ª ed., 1925, e 2ª ed., 1934).

“Prefácio à 2ª ed. de *Paulística*”.

“Ronald de Carvalho – *Toda a América*”. *Terra roxa e outras terras*, n. 4, 3.3.1926.

Textos/obras extraídas de outros volumes

Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. (org. Carlos Augusto Calil). 9ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

“Prefácio à Poesia Pau-Brasil”. In: ANDRADE, Oswald. *Obras Completas – Pau-Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora Globo, 1998.

Obras gerais

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. *Correspondência*, v. 2. 2ª ed. (org. José Honório Rodrigues). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ADDUCI, Cássia Chrispiniano. *A “pátria paulista” – O separatismo como resposta à crise final do Império brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

ANDERSON, Perry. “[Marshall Berman] Modernidade e revolução”. In: *Afinidades seletivas* (seleção e apresentação de Emir Sader). São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANDRADE, Mário de. “O Movimento Modernista”. In: *Temas brasileiros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1968.

ANDRADE, Oswald. “Um homem sem profissão”. In: *Revista Anhembi*, s.d., ano V, v. XVII, pp. 26-32.

ANDRADE, Yara Rodrigues de. *(Im)possível nação: o Brasil de Manoel Bomfim e de Paulo Prado no início do século XX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, 2008.

ARIAS NETO, José Miguel. “Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 193-229.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000.

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CAMPIONE, Daniel. “Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 13-50.

COSTA, Milene Ribas da. *A implosão da ordem: a crise final do Império e o Movimento Republicano Paulista*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 249-283.

DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FAUSTO, Boris. “A crise dos Anos Vinte e a Revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 2 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, pp. 401-426.

_____. *A Revolução de 1930 – historiografia e história*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Expansão do café e política cafeeira”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 193-248.

FERRAZ, Geraldo. “Paulo Prado e duas reedições” (Prefácio). In: PRADO, Paulo. *Província & Nação – Paulística – Retrato do Brasil* (org. Geraldo Ferraz). Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, v. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere, v. 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere, v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

LEITE, Dante Moreira. “Luxúria, cobiça e tristeza”. In: *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LEVI, Darrell E. *A família Prado*. Trad. José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70 Livraria e Editora, 1977.

LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 53-76.

MACIEL, David. “Estado e poder em Gramsci”. In: BARBOSA, Walmir (org.). *Estado e poder político: da afirmação da hegemonia burguesa à defesa da revolução social*. Goiânia: UCG, 2004, pp. 213-249.

_____. “Notas sobre hegemonia burguesa e Estado no Brasil”. Goiânia, mimeo, 2002.

_____. “Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci”. In: *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2006.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, v. 5 (1897-1914)*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977-1978.

_____. *História da inteligência brasileira, v. 6 (1915-1933)*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

_____. *O modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MILLIET, Sérgio. *Diário crítico*. São Paulo: Edusp, 1981.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Paulo Prado – Retrato do Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2004, pp. 191-213.

OLIVEIRA, Francisco de. “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 391-414.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Eduardo Prado – A ilusão americana”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2004, pp. 133-150.

PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997.

PICOLI, Fabíola. *Terra roxa e outras terras: modernismo e paulistanidade*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1997.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano, v. 2 – Sociedade e instituições (1889-1930)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985, pp. 135-178.

PRADO, Maria Emilia. “Leituras da colonização portuguesa no Brasil do século XX”. In: *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, UERJ, ano V, v. 1, 2006.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RODRIGUES, João Paulo. “Informação e mobilização: a atuação do jornal *O Estado de S. Paulo* na campanha constitucionalista de 1932”. In: *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 3, n. 2, 2007.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, v. 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1980.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHAPIRO, Meyer. *Impressionismo*. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. “Historiografia e história cultural: representações de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira”. In: *Revista história em reflexão*, v. 2, n. 4, jul.-dez. 2008, pp. 1-24.

_____. “Os discípulos de Capistrano de Abreu: Paulo Prado e o Caminho do Mar”. In: *Anais da 26ª Reunião da SBPC*, Rio de Janeiro, jul. 2006, pp. 1-11.

VAINFAS, Ronaldo. “Capistrano de Abreu – Capítulos de História Colonial”. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*. 4ª ed. São Paulo: Senac, 2004, pp. 171-189.

_____. “Texto introdutório de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*”. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, pp. 3-23.

VELLOSO, Monica Pimenta. “O modernismo e a questão nacional”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 351-386.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VILARDO, Fransechina. *A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1986.

WIRTH, John. “Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira, t. III – O Brasil Republicano*, v. 1 – *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp. 76-99.